

Lilian Back

**A SEÇÃO FEMININA DO PCB NO EXÍLIO:  
DEBATES ENTRE O COMUNISMO E O FEMINISMO (1974-  
1979)**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em História Cultural da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para obtenção do Grau de  
mestre em História Cultural  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Scheibe  
Wolff

Florianópolis-SC  
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do  
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da  
UFSC.

Back, Lilian

A Seção Feminina do PCB no exílio : debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979) / Lilian Back ; orientadora, Cristina Scheibe Wolff - Florianópolis, SC, 2013.

212 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. exílio. 3. feminismo. 4. Partido Comunista Brasileiro. I. Wolff, Cristina Scheibe. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

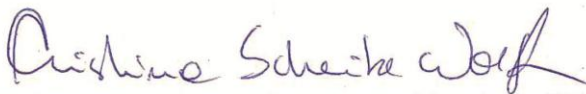
**A Seção Feminina do PCB no exílio: debates entre o  
comunismo e o feminismo (1974-1979).**

**Lilian Back**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final  
para obtenção do título de

**MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**


**Banca Examinadora**



Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Mariana Rangel Joffily – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Janine Gomes da Silva – PPGH/UFSC

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (suplente) – PPGH/UFSC

*Henrique F. R. Lima Filho*

**Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho**  
Subcoordenador do PPGH/UFSC  
Florianópolis, 19 de dezembro de 2013.



## RESUMO

Esta dissertação tem como tema central a reconstrução da Seção Feminina (SF) do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no exílio, compreendendo o período que vai de 1974 a 1979, anos de sua reestruturação formal e da transferência da estrutura partidária ao país com uma linha política própria ratificada pela direção partidária, respectivamente. Tal trabalho inscreve-se na História das Mulheres com uma perspectiva de gênero, tendo como objetivos compreender como se desenvolveram os processos de retomada do “trabalho feminino” interrompido pela ditadura e de reestruturação do aparato partidário específico, atentando para as relações estabelecidas entre o partido, as mulheres auto-organizadas em seu interior e o movimento feminista setentista. Da mesma forma visou compreender o processo de elaboração coletiva da nova linha partidária que serviria para dar o adequado suporte à militância daquelas mulheres, expressa nos documentos *Informe sobre a Condição da Mulher no Brasil e a Luta para transformá-la* e *Plataforma de luta pela Igualdade de Direitos da Mulher*. Para tanto, foram utilizadas como fontes de pesquisa, além desses dois documentos, o conjunto da documentação de circulação interna produzida e acumulada pela SF do Comitê Central, a documentação oficial do PCB daquele período, bem como a documentação relativa aos espaços externos em que a SF atuou. Ao longo dele foi possível perceber o protagonismo das pecebistas na recuperação desse instrumento de luta, que visava a transformação da relação de desigualdade entre homens e mulheres dentro e fora do partido. O conjunto das experiências acumuladas pela SF e suas organizações de base foi bastante heterogêneo e contraditório, pois resultou da interação de diversos fatores, fundamentalmente, da inexistência de uma linha política definida até 1979. Verificou-se que as formas como as seções femininas do partido se relacionaram com o feminismo brasileiro organizado nos locais em que se estabeleceram e com o feminismo dos países hóspedes foi determinante para a organização de sua militância nos espaços de exiladas brasileiras, para a elaboração da linha política mencionada e para o desenvolvimento de uma consciência de tipo feminista.

**Palavras-chave:** feminismo, Partido Comunista Brasileiro, exílio.



## ABSTRACT

This dissertation is focused on the reconstruction of the Women's Section ( SF ) of the Brazilian Communist Party ( PCB ) in exile , comprising the period from 1974, when it was restructured in exile, to 1979, when it was transferred back to Brazil with a policy ratified by the party leadership. This work subscribes Women's History, with a gender perspective. The main objective is to understand how they developed the process of resumption of " women's work " stopped by the dictatorship and the restructuring of the specific party apparatus , focusing on the relations between women self - organized inside of the party and seventies feminist movement . The work is likewise aimed at understanding the process of collective elaboration of the new party line that would serve to provide proper support to the militancy of the women expressed in the documents *Report on the Status of Women in Brazil and the Struggle to Transform it* and *Platform of Struggle for Equal Women's Rights* . For this, I used as sources of research beyond these two documents, the documentation set for internal circulation produced and accumulated by the SF of the Central Committee, the official documentation of PCB in that period as well as the documentation on the external spaces where SF served . It was possible to perceive the role of PCB militants in the recovery of that instrument of struggle, which aimed to transform the unequal relationship between men and women inside and outside the party. The experiences accumulated by SF and their grassroots organizations were very heterogeneous and contradictory, and resulted from the interaction of several factors, primarily the lack of a policy defined until 1979. It was found that the ways in which women's sections of the party were related to organized Brazilian feminism in places where they settled and the feminism of the host countries was crucial to the organization of the activism of Brazilian exiled militants, for the preparation of a politics toward women's issues in the Party and to the development of a feminist conscience.

**Keywords:** feminism, Brazilian Communist Party, exile.





## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALN – Ação Libertadora Nacional  
AMBI – Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas  
CC – Comitê Central  
CMB – Centro da Mulher Brasileira  
CMBP – Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris  
FDIM – Federação Democrática Internacional de Mulheres  
FF – Fração Feminina  
FMB – Federação de Mulheres Brasileiras  
GLMP – Grupo Latino Americano de Mulheres em Paris  
GMBR – Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCCh – Partido Comunista Chileno  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PCF – Partido Comunista Francês  
PCI – Partido Comunista Italiano  
POC- Partido Operario Comunista  
SF – Seção Feminina  
UDI – União de Mulheres Italianas



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 A RECONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA PARTIDÁRIA FEMININA DO PCB NO EXÍLIO: A SF DO CC (1974-1979) .....	35
1.1 A reconstrução da Seção Feminina e a formação das Frações Femininas de base no exílio europeu .....	38
CAPÍTULO 2 “MILITÂNCIA FEMININA” PECEBISTA NOS COLETIVOS FEMINISTAS E DE MULHERES: A SF EM E NO MOVIMENTO .....	61
2.1 As pecebistas na luta contra a ditadura: solidariedade aos atingidos, luta pela anistia e militância antifascista .....	62
2.2 A militância partidária nos espaços de auto-organização de mulheres .....	65
2.2.1 O PCB e o feminismo nos anos 1970 .....	65
2.2.2 A política pecebista para atuação nos movimentos compostos exclusiva ou prioritariamente por mulheres .....	77
2.2.3 A militância na França e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris .....	81
2.2.4 A militância na Itália e a Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas .....	101
CAPÍTULO 3 ENTRE O FEMINISMO E O COMUNISMO: A CONSTRUÇÃO DA LINHA POLÍTICA PARA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOS MOVIMENTOS DE MULHERES.....	125
3.1 Ser feminista no Partido, ser pecebista no “movimento feminino”: a construção de um suporte político partidário próprio para a militância entre as mulheres .....	136
3.1.1 A nova orientação política para a atuação do partido entre as mulheres e a plataforma de luta pelos direitos delas em seu contexto.13939	
3.1.2 O partido, as mulheres e sua organização: a documentação oficial do PCB (1979).....	149
3.2 Alguns apontamentos sobre a avaliação feita pelas mulheres da SF do CC a respeito da publicação da nova linha partidária .....	184

CONCLUSÃO .....	192
REFERÊNCIAS .....	199





## INTRODUÇÃO

Os exílios brasileiros da última ditadura foram marcados pela avaliação autocrítica da atuação da esquerda nos anos imediatamente anteriores e pela redefinição e ampliação de espaços e formas de militância política. Da mesma forma, foram característicos pela emergência de movimentos e feministas e de mulheres – dentro e fora do país -, que dialogaram intensamente com a luta contra a ditadura. Foi nesse contexto que o PCB retomou seu “trabalho feminino”, reestruturou seu aparato partidário específico e delineou, pela primeira vez, uma linha política partidária própria e abrangente visando dar conta de intervir qualificadamente nos espaços de organização autônomos de mulheres. O objetivo deste trabalho foi o de compreender como se desenvolveram tais processos, buscando perceber como foi concebida, estruturada e desenvolvida a militância das pecebistas entre as mulheres e seus movimentos, nos níveis de direção e de base partidária, atentando para as relações estabelecidas entre o partido, essa estrutura partidária feminina e os movimentos feministas e de mulheres setentista.

É necessário reforçar - tendo em vista que a versão mais circulante da memória do passado recente aqui apresenta tal período histórico como de transgressão, de revolução dos costumes ou de rebeldia <sup>1</sup> - que, muito embora se tratasse de um momento de emergência de movimentos de contestação da ordem, em suas diversas expressões, a conjuntura não era exatamente favorável a essas pecebistas que reconstruíam a SF. Carlos Fico, preocupado com essa mificação de “68 brasileiro” esclarece que muitas vezes, na análise do período, pretere-se que os movimentos que visavam transformações na ordem social vigente foram acompanhados de outros, tão ou mais fortes, dedicados à manutenção ou aprofundamento ordem. Em outras palavras, não houve uma única corrente de transformação revolucionária, e as existentes não passaram inadvertidas pelas forças contrarrevolucionárias.

---

<sup>1</sup> Para o historiador francês Denis Rolland, que analisou comparativamente os 1968 brasileiro e francês, a própria historiografia brasileira encontra-se em desequilíbrio, havendo uma “hipertrofia” [...] do estudo sobre as formas de resistência das ‘esquerdas’”, em detrimento dos estudos sobre as direitas e a repressão. ROLLAND, Denis. 1968 do Rio a Paris, história e memória: registros de sentido e amnésias locais da história comparada. In: AZEVEDO, Cecila (et. al.) (orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 427.

Régis Debray (1975), por exemplo, em sua revisão (auto) crítica da teoria do foco <sup>2</sup> lembra que os movimentos revolucionários latino-americanos do período enfrentaram as forças repressivas contrarrevolucionárias justamente no momento em que elas estiveram mais organizadas no continente. Kate Millett também em *Política Sexual* <sup>3</sup> (publicado em 1970) classifica o início dos anos 60 como integrantes ainda das décadas da “Contrarrevolução Sexual”, vivenciada nos eixos capitalista e socialista do globo.

No Brasil, a “geração de 68” teve que desenvolver sua militância no interior de uma ditadura civil militar. Tal regime baseou-se, assim como outros do continente, na Doutrina de Segurança Nacional e em sua “defesa do ocidente cristão” <sup>4</sup>. Essa última frase é suficiente para clarificar quão difícil e perigoso foi desenvolver uma militância antissistêmica, antiditatorial ou ainda que esbarrasse em pilares do chamado sistema patriarcal naquele contexto.

A militância, especialmente a armada, no caso das mulheres, foi percebida por boa parte da sociedade como, na melhor das hipóteses, “atípica”. Ana Maria Colling <sup>5</sup> após uma série de entrevistas e de análise exaustiva dos jornais da época e dos arquivos da repressão conclui que aquelas mulheres frequentemente foram classificadas como “putas comunistas” e vistas com desconfiança, medo ou repulsa. A reação é previsível, uma vez que elas realizavam uma dupla transgressão: buscavam subverter a ordem econômico-social vigente e, para isso, ingressavam em espaços até então pouco consentidos: a política e, em alguns casos, a violência política.

Fenômenos como as transformações culturais em curso, classificadas já no período sob o título de Revolução Sexual (como a liberdade sexual permitida pela pílula contraceptiva ou algumas

---

<sup>2</sup> DEBRAY, Régis. **La crítica de las armas**. Madrid: Siglo XXI, 1975.

<sup>3</sup> MILLETT, Kate. **Política Sexual**. Lisboa: Dom Quixote, 1974.

<sup>4</sup> Tal expressão foi utilizada recorrentemente pela direita do período, que dividia o mundo partido dos dois “polos” antagônicos: Ocidente cristão e Oriente comunista. Ver: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Ditaduras Militares na America Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004; KOCH, Ana Maria. Catolicismo ultramontano no ideário de Golbery do Couto e Silva. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011**. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300712537\\_ARQUIVO\\_anamariakochcomunicacao.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300712537_ARQUIVO_anamariakochcomunicacao.pdf).

<sup>5</sup> COLLING, Ana Maria. **A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.



expressões dos movimentos de contracultura), assim como transformações sensíveis da posição das mulheres na estrutura familiar, o ingresso mais numeroso nas universidades e no mercado formal de trabalho, estão entre as condições que possibilitaram esse ingresso em espaços organizados de atuação política e estão ligados, para Cristina Wolff, ao crescimento do engajamento político feminino <sup>6</sup>. Como mencionado anteriormente, no entanto, esses movimentos e essa alteração conjuntural que favorecia a participação das mulheres em alguns aspectos foram vivenciados dentro de uma ditadura que reprimia duramente as diversas formas de contestação, tenham sido diretas ou indiretas, antissistêmicas ou não.

Um exemplo que ajuda a dimensionar melhor a preocupação dos setores dominantes da sociedade com a conservação do status quo estabelecido em todas as suas dimensões foi a atenção particular que a censura direcionou à temática “mulher”, não somente quando ela aparecia na imprensa alternativa, mas quando era abordada de forma considerada subversiva pelos grandes monopólios do mercado da comunicação de massas. Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite chamam a atenção para apreensão do número 10, de janeiro de 1967, da revista *Realidade* (Editora Abril). Intitulado “A mulher brasileira hoje”, ele sequer chegou às bancas <sup>7</sup> por conter artigos como “Eu me orgulho de ser mãe solteira” ou “Ciência: o corpo feminino”. O mesmo ocorreu cerca de dez anos depois (1976) com o número 45 do *Movimento*, periódico da imprensa alternativa, quando este tentou abordar “O trabalho da mulher no Brasil” <sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, dezembro, ano/vol. 27, num 54. p. 20. Disponível em: <http://redalyc.uamex.mx/redalyc/pdf/263/26305405.pdf>. Data de acesso: 21/09/2008.

<sup>7</sup> Fruto de 1.200 entrevistas, o volume era composto por reportagens que abordavam diversos aspectos da vida das mulheres naquele período (corpo, divórcio, maternidade), e por uma crítica, assinada por Carmen da Silva, às seções de “Conselho Sentimental” das revistas femininas de grande circulação nacional. Ver: TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013. P. 42-43.

<sup>8</sup> Neste caso foram censuradas até mesmo as tabelas com os dados estatísticos elaborados pelo IBGE. Ver: TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Op. Cit.** P. 43.

Além da reação evidente e virulenta dos setores conservadores da sociedade, em especial a dos órgãos repressivos e do governo civil-militar, também houve resistência às transformações peculiares do período (nos costumes, especialmente) dentro dos próprios setores que lutavam contra a ordem estabelecida.

Echeverría lembra aos estudiosos das ciências sociais a complexidade da “revolução” enquanto categoria descritiva da dinâmica histórica dos processos de transição de um estado de coisas a outro <sup>9</sup>. Para o autor, em termos gerais, uma revolução, seja ela qual for, é iniciada com uma situação de impasse diante de um determinado estado de coisas, mas não tem um fim pré-determinado, podendo esse salto que leva a sociedade de um estado de coisas a outro se dar em diversas direções e, além disso, em sentidos até mesmo opostos <sup>10</sup>.

A forma como a revolução sexual se desdobrou no Brasil é um exemplo bastante ilustrativo dessa tensão de elementos contraditórios, e as relações da esquerda e do próprio movimento feminista com a mesma podem fornecer bons elementos para a análise. Assim se pode entender melhor, por exemplo, como e por que o feminismo brasileiro, ao contrário da maioria dos demais, rechaçou num primeiro momento as pílulas contraceptivas hormonais <sup>11</sup>; ou de que forma um partido como o PCdoB, que proibia as militantes de usarem roupas consideradas

---

<sup>9</sup> ECHEVERRÍA, Bolívar. La izquierda: reforma y revolución. **Utopías**, n. 6, Marzo-Abril de 1990. p. 6

<sup>10</sup> Para o autor, uma revolução não é como “um texto que se escreve em um papel em branco depois de ter apagado o anterior”, mas um processo marcado explicativamente no discurso historiográfico por pelo menos quatro “saídas puras” genuínas ou necessárias: a reforma e a reação por um lado, e a revolução e a barbárie pelo outro. A saída revolucionária é, para o autor, sem dúvidas, uma combinação dessas formas, resultado das tensões e conflitos de cada caso de transição histórica concreta ECHEVERRÍA, Bolívar. **Op. Cit.** P. 8-13

<sup>11</sup> A recusa do método, introduzido no país pelos militares, era bem fundamentada e foi sustentada pelo seguinte tripé: “a) que a solução para o problema demográfico era o desenvolvimento econômico com justiça social; b) que os métodos artificiais disponíveis traziam problemas de saúde; c) que as políticas do Estado em relação à natalidade visavam ao corpo das mulheres e pretendiam acabar com a miséria, não deixando nascer os pobres.” Ver: PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, julho 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882003000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100010&lng=en&nrm=iso).

sensuais com uma argumentação moralista, conciliava essa postura com uma divisão do trabalho doméstico e militante bastante democrática do ponto de vista das relações de gênero no contexto da Guerrilha do Araguaia <sup>12</sup>.

Cynthia A. Sarti e Natalia de Souza Bastos, em pesquisas sobre a história do feminismo brasileiro e a participação de mulheres na esquerda durante o período ditatorial, respectivamente, são unânimes em afirmar que o primeiro surgiu aqui como consequência do segundo, após a derrota da luta armada. Para ambas, a atuação das mulheres nos espaços da resistência à ditadura foi um “instrumento *sui generis* de emancipação” <sup>13</sup> feminina, uma antecipação, na prática, dos discursos que viriam a ser defendidos pelo movimento feminista alguns anos depois <sup>14</sup>. Por certo, este não foi o único fator que estimulou a organização do segundo movimento. Tampouco esses se sucederam de forma tão contrastada. O PCB, por exemplo, organização de que trata esse trabalho e que não pegou em armas no período da ditadura mencionada, fez esforços no sentido de organizar as mulheres desde muito antes dos anos 1960 e dialogou intensamente com o movimento feminista de segunda onda brasileiro.

Ainda que tenha havido alterações conjunturais significativas em nível nacional, a participação das mulheres não cresceu progressivamente e de forma homogênea nas diversas organizações. A historiografia que trata da militância de mulheres no período, no entanto, via de regra, tem trabalhado com a esquerda como um todo, não fazendo distinção entre os diferentes tipos de organização ou entre as

---

<sup>12</sup> O depoimento da ex-guerrilheira Criméia é bastante esclarecedor do caso da divisão das tarefas: “As atividades domésticas, embora mais pesadas, eram diferentes. Boa parte de nossa vida era nômade, ainda mais quando começou a guerra. As tarefas todas desde cozinhar, rachar lenha, quebrar castanha, pilar o arroz. A produção de alimentos era uma tarefa coletiva E não existia nenhuma tarefa (exclusivamente) feminina. Cada um lavava e costurava sua roupa. Isso ocorria mesmo entre os casais”. JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. (Tese) Ciências Sociais PUC-SP, 2005. p. 149-150.

<sup>13</sup> GARCIA apud SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso).

<sup>14</sup> BASTOS, Natalia de Souza. **Op. Cit.** p.63.

organizações específicas <sup>15</sup>. O levantamento quantitativo realizado por Marcelo Ridenti <sup>16</sup>, no entanto, nos ajuda a começar a compreender a complexidade da integração das mulheres nesses espaços e a diversidade de experiências que compunha a chamada “constelação da esquerda brasileira” do período.

Antes de apresentar esses dados são necessárias algumas ressalvas. Embora as mulheres estivessem ingressando em maior número nas organizações e partidos de esquerda no campo e na cidade, o número de militantes homens seguia sendo imensamente superior. Devido à condição de clandestinidade em que atuaram as organizações de esquerda no período da última ditadura civil-militar, não é possível realizar um levantamento completo de seus e suas integrantes, especialmente no caso dos agrupamentos armados.

As informações estatísticas obtidas através do *Projeto Brasil: Nunca Mais* dizem respeito aos processados pela Justiça Militar por envolvimento com organizações de esquerda, totalizando 4.121 pessoas. As pessoas atingidas pela ditadura e/ou envolvidas com organizações que a combateram foram muitas mais. A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça criada em 2001, por exemplo, recebeu 57.637 pedidos de indenização <sup>17</sup>.

Além disso, os dados numéricos passíveis de ser coletados até o momento – provenientes, sobretudo, da documentação produzida pela polícia política – para Olívia Rangel Joffily “não fornecem um retrato da participação feminina”, pois as mulheres foram menos documentadas do que seus camaradas em função de terem trabalhado muitas vezes nos “bastidores” das ações e nas funções de retaguarda de seus grupos políticos <sup>18</sup>. Além disso, lembra Cristina Wolff, provavelmente foram menos capturadas do que os homens, já que a repressão, com

---

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997; FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; COSTA, Albertina de Oliveira (et. al.). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

<sup>16</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

<sup>17</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 2ª edição revista e ampliada. p. 294.

<sup>18</sup> Ver: JOFFILY, Olívia Rangel. **Op. Cit.** P. 146.

frequência, custou a acreditar que as elas poderiam ser guerrilheiras ou quadros políticos de maior destaque<sup>19</sup>.

No levantamento elaborado por Marcelo Ridenti a partir do relatório *Brasil: Nunca Mais*, pôde-se observar que os grupos revolucionários armados brasileiros, em seu conjunto, tiveram um percentual mais significativo de mulheres em sua composição em relação a outros, atingindo um percentual de 18,3%<sup>20</sup>. Nas organizações de esquerda armada revolucionária (tanto nas caracterizadas como “militaristas” quanto nas “massistas”<sup>21</sup>), portanto, a quantidade de militantes mulheres ultrapassava consideravelmente as cifras observadas nos partidos e organizações de esquerda em décadas anteriores e as de outros tipos do próprio período<sup>22</sup>.

Para Olívia Rangel Joffily, esses percentuais revelam que as organizações relutaram em envolver as mulheres “de forma mais direta em ações de ponta”<sup>23</sup>, especialmente nas armadas. A comparação com a participação em décadas anteriores, entretanto, nos leva a crer que essa resistência, apesar de provável, vinha sendo quebrada de forma significativa em alguns espaços.

A participação quantitativa de mulheres diferiu de forma relevante de uma organização para outra, sendo que, de uma forma geral, as agrupações de esquerda armada revolucionária incorporaram maiores percentuais de militantes mulheres em relação as outras.

---

<sup>19</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, dezembro, ano/vol. 27, num 54. p. 20. Disponível em: <http://redalyc.uamex.mx/redalyc/pdf/263/26305405.pdf>. Data de acesso: 21/09/2008.

<sup>20</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v.2, n.2, p.113-128, jul./dez.

<sup>21</sup> As primeiras eram as que priorizavam a luta armada em detrimento das outras formas de organização da oposição à ditadura e/ou construção da revolução socialista. As segundas consideravam a organização dos movimentos de massa e interação com eles aspecto fundamental e prioritário da luta. RIDENTI, Marcelo. **Op. Cit.**

<sup>22</sup> Dos 5% de mulheres do PCB passa-se a 15% na ALN, por exemplo. Ver: BASTOS, Natalia de Souza. Perdão meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações de esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970). **Gênero**, Niterói, v. 8, n. 2, p. 43-71, 2008. P. 46.

<sup>23</sup> JOFFILY, Olívia Rangel. **Op. Cit.** p. 140.

<b>Organização</b>	<b>Percentual de mulheres</b>	<b>Quantidade de mulheres</b>
ALN*	15,4%	76
AP	27%	127
COLINA*	14,8%	8
Grupo dos 11	0%	0
MAR*	4,8%	1
MNR*	0%	0
MR-8*	18,9%	30
PCdoB	18,1%	47
<b>PCB</b>	<b>4,7%</b>	<b>32</b>
POLOP	17,6%	15
VPR*	24,1%	35

Quadro 6 do livro RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 2ª edição revista e ampliada. O \* refere-se às organizações típicas da esquerda armada urbana.

Os grupos nacionalistas contaram com poucas mulheres, tenham sido eles armados ou não. O PCB, partido mais antigo e numeroso, também tinha proporcionalmente poucas mulheres incorporadas em seus círculos de militância, tanto antes quanto depois do golpe. Organizações não armadas como a POLOP e a Ação Popular, assim como o PCdoB, que concentrou muitos de seus esforços na construção da guerrilha do Araguaia, contiveram parcelas femininas muito próximas às da esquerda revolucionária urbana.

O percentual crescente de mulheres, mas ainda baixo, por certo não pode ser atribuído exclusivamente à resistência ou não de dirigentes em aceitarem as mulheres em suas fileiras, da mesma forma que não pode ser unicamente associado à chamada revolução dos costumes. A maior ou menor incorporação de mulheres foi decorrente da combinação, favorável ou não, de uma série de fatores, dentre os quais destacamos, além dos aludidos (revolução sexual e resistência de dirigentes ou outros quadros): a) a composição social do movimento revolucionário e/ou de resistência em geral e de cada organização em específico; e b) as características organizacionais (funcionamento interno, diferentes formas e espaços de recrutamento de novos/as militantes, horários e locais de reunião – quando existiam -, relação com a maternidade, etc.).

Outro fator fundamental para esse crescimento da participação das mulheres na esquerda em geral – e que poderá ser confirmado nas cifras que seguirão – é o da inserção massiva de mulheres no ensino superior. Para Cristina Wolff, esse talvez seja o fator mais significativo,

já que a quantidade de mulheres que “começavam a frequentar os cursos universitários nunca havia sido tão importante”<sup>24</sup>.

Sobre a composição social da esquerda, em análise comparada do mesmo material, Daniel Aarão Reis Filho chega à observação de que, grosso modo, a oposição à ditadura no Brasil – pelo menos, a parte mais perseguida dela e documentada – foi formada, majoritariamente, por homens jovens de alta escolaridade (especialmente para os padrões da época) e residentes em regiões urbanizadas<sup>25</sup>.

Esse padrão foi observado também na maior parte das organizações de esquerda, em suas vertentes revolucionária, antitatorial e/ou anti-imperialista, fossem elas armadas ou não. Entretanto, houve uma série de diferenças, mais ou menos sensíveis, que nos ajudam a entender melhor a dinâmica da incorporação das mulheres no movimento de esquerda organizado. Tais dados são importantes para a compreensão da preocupação pecebista na mobilização de mulheres e para a contextualização das críticas que as militantes do PCB fizeram a seu partido.

Ridenti, para fins de análise, separou os militantes das diversas organizações em grupos sócio-econômicos. Segue quadro elaborado com base na documentação de processados pela Justiça Militar:

---

<sup>24</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 19-38 – 2007. P. 28.

<sup>25</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.

Organização	Camadas de base  Lavradores, militares de baixa patente e trabalhadores manuais urbanos.	Camadas de transição  Autônomos, empregados, funcionários públicos, militantes remunerados, técnicos médios, etc.	Camadas médias intelectualizadas  Artistas, empresários, estudantes, oficiais militares, professores, profissionais liberais ou com formação superior e religiosos.	Total
ALN*	82 (17,9%)	121 (26,4%)	255 (55,7%)	458
AP	74 (18,1%)	82 (20%)	253 (61,9%)	409
COLINA*	5 (9,8%)	10 (19,6%)	36 (70,6%)	51
Grupo dos 11	35 (37,2%)	46 (49%)	13 (13,8%)	94
MAR*	5 (35,7%)	2 (14,3%)	7 (50%)	14
MNR*	12 (70,6%)	2 (11,8%)	3 (17,6%)	17
MR-8*	9 (6%)	32 (21,3%)	109 (72,7%)	150
PCdoB	14 (6 %)	85 (36,5%)	134 (57,5%)	233
<b>PCB</b>	<b>144 (23,9%)</b>	<b>250 (41,4%)</b>	<b>209 (34,7%)</b>	<b>603</b>
POLOP	19 (23,7%)	11 (13,8%)	50 (62,5%)	80
VPR*	24 (19,7%)	29 (23,8%)	69 (56,5%)	122

Quadro 2 do livro RIDENTI, Marcelo Siqueira. **Op. Cit.** (resumido e simplificado).

Uma primeira mirada para a tabela já revela aspectos interessantes. Grosso modo, as organizações nacionalistas (Grupo dos 11, MNR e, de certa forma, o MAR <sup>26</sup>) concentraram mais integrantes das camadas de base, ao passo que as organizações de esquerda armada revolucionária urbana típicas (COLINA, MR-8 e VPR, por exemplo) foram constituídas majoritariamente por militantes oriundos do que foi caracterizado como camadas médias intelectualizadas, especialmente por estudantes.

Nos grupos nacionalistas houve grande incorporação e influência de militares de baixa patente, o que ajuda a explicar, em parte, a distância das mulheres mencionada anteriormente. Já as organizações de guerrilha urbana citadas tiveram grande inserção no movimento

<sup>26</sup> O Movimento de Ação Revolucionária é um dos desdobramentos do MNR. Trata-se da organização constituída pelos integrantes remanescentes do rompimento com Brizola e união com a POLOP, que deu origem à VPR. Foi constituído, portanto, pelos membros que eram mais próximos do que havia sido o MNR do que da POLOP-VPR.



estudantil secundarista e universitário, tendo sido, muitas vezes, formadas por dissidências estudantis do PCB (como DI-GB, DI-RJ, DI-RS), o que ajuda a entender também as taxas mais altas de incorporação de mulheres. Cabe lembrar que nos depoimentos orais e nos livros autobiográficos de ex-militantes desses últimos setores da esquerda, o movimento estudantil muitas vezes foi apresentado como uma “porta de entrada” para a militância organizada, o que foi mais intenso no caso das mulheres. Organizações de esquerda não armada como a AP e a POLOP também concentraram bastantes estudantes e mulheres e cederam muitos militantes às organizações que foram para a guerrilha, entre elas o PCdoB.

Já o PCB, mesmo após uma série de formações de dissidências, saídas e expulsões, seguiu sendo a organização mais numerosa, e era a com a composição social mais equilibrada do ponto de vista de classe. Embora fosse a única com uma inserção formal (histórica e consolidada) no movimento de mulheres<sup>27</sup>, não conseguiu aumentar significativamente, segundo os dados coletáveis através do BNM, esse percentual naquele contexto de ingresso massivo, digamos assim, de mulheres nas organizações de esquerda. Se os dados classe, gênero e geração forem cruzados, o “desinteresse” das mulheres que recém ingressavam na militância pelo partido é, de certa forma, esclarecido (assim como o dos jovens homens). O PCB foi uma das organizações que menos concentrou estudantes (6,3%, apenas) e jovens. Entre os anos 1960 e 1970 tinha uma composição geracional surpreendente diante dos outros agrupamentos: 11,9% de seus quadros eram menores de 25 anos, 24,9% tinham entre 26 e 35 anos e 64,1% estavam 36 anos ou mais. Por uma série de razões (como menor inserção no movimento estudantil – decorrente especialmente da dissolução de sua juventude em 1958<sup>28</sup> –, postura tática adotada diante do golpe – negação da luta armada como tática adequada àquela conjuntura – e forma de estruturar-se internamente), o partido não se apresentou como uma alternativa atraente de militância para os jovens que iniciavam suas atividades no

---

<sup>27</sup> O “Partidão” participava organicamente das Conferências Femininas – nacionais e regionais – e da Federação de Mulheres Brasileiras, a qual ajudou a fundar em 1947. Ver: MACEDO, Elza Dely Veloso. **Ordem na casa e vamos a luta! Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964**. Lydia da Cunha, uma militante. (Tese) História- UFF 2001.

<sup>28</sup> Informação retirada do depoimento de Luiz Carlos Prestes, disponível em: MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. P. 260.

período. A composição social das dissidências partidárias que foram à luta armada o atestam. Além disso, pelo menos no momento imediatamente anterior, com alguma frequência foi considerado – até mesmo por algumas de suas militantes mais destacadas – conservador do ponto de vista dos costumes, o que pode tê-lo tornado especialmente pouco atraente para essas mulheres da chamada “geração de 68”<sup>29</sup>.

Seguindo com o cruzamento gênero-classe<sup>30</sup>, pôde-se observar que, se em praticamente todas as organizações do período havia quantidades menores de integrantes das camadas de base, especialmente de trabalhadores manuais urbanos, no caso das mulheres, elas praticamente não existiam. De todas as processadas pela Justiça Militar, 336 mulheres, apenas 10 eram trabalhadoras manuais: 6 estavam na AP, 2 na CORRENTE, uma no PCdoB e a última no PRT. A quantidade maior desse tipo de trabalhadoras na Ação Popular possivelmente esteve ligada ao trabalho de base realizado pela organização e/ou à sua vinculação com a Juventude Operária Católica. Outra hipótese é a de “proletarização”<sup>31</sup> de mulheres de outras camadas sociais.

Foram percebidas quantidades significativamente maiores (mas ainda bastante baixas) de mulheres dedicadas exclusivamente ao trabalho doméstico: 28, concentradas especialmente na ALN, AP, PCR

---

<sup>29</sup> Ver: COLLING, Ana Maria. **Op. Cit.** nota número 13 e TAVARES, Betzaida Mata Machado. Mulheres exemplares: uma análise do modelo comunista feminino a partir das trajetórias de Elisa Branco e Leocádia Prestes. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

<sup>30</sup> Utilizo nesta parte como referência o quadro 7 do livro RIDENTI, Marcelo Siqueira. **Op.Cit.** p. 282.

<sup>31</sup> “Proletarização” era um esforço coletivo no sentido de tornar os militantes e a organização proletários, já que havia um entendimento que essa era a classe mais consequente na luta revolucionária (uma vez que ela, liberando-se a si mesma, teria a capacidade de emancipar toda a humanidade da sociedade de classes. Ver: MARX, Karl. **Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Expressão Popular, 2012). Isso poderia ocorrer de diferentes formas, como com o recrutamento prioritário de pessoas de tal classe social ou através do deslocamento de militantes de outros setores (por exemplo, da classe média/movimento estudantil universitário) para as fábricas, a fim de que experienciassem uma posição diferente de classe e se inserissem, a partir dali, nas lutas sindicais ou contrainsurgentes. Derlei Catarina de Luca, militante catarinense da Ação Popular, relata que sua organização deslocava, com alguma frequência, militantes para as fábricas e para o campo. Ver: DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. da autora, 2002.

e VPR. A dificuldade desses dois tipos de trabalhadoras, operárias e “donas de casa”, em integrar-se ao movimento não são particulares do caso brasileiro.

A atribuição praticamente exclusiva das atividades do trabalho doméstico e de cuidado das crianças às mulheres submetia as primeiras a duplas ou triplas jornadas de trabalho e colocava as segundas em uma situação que quase sempre era de isolamento no espaço privado. Isso praticamente inviabilizava a militância dessas mulheres que, na maior parte das vezes, não poderia contar com a opção de contratar uma empregada doméstica ou babá para ir mais tranquilamente a reuniões clandestinas ou a uma ação armada.

Olívia Rangel Joffily<sup>32</sup>, entrevistando militantes para sua tese, percebeu, por exemplo, que as que chegaram a cargos de direção eram, em geral, solteiras e/ou sem filhos. No caso das que eram mães, elas tinham a possibilidade de deixá-los sob os cuidados de outra pessoa (remunerada ou parte da família). Além de possíveis dirigentes, portanto, as mulheres das camadas altas intelectualizadas eram maioria absoluta, constituindo 74,7% do total de processadas judicialmente<sup>33</sup>.

Retornando ao PCB à luz dessas últimas informações, não se pode deixar de mencionar que a pesquisa consultada toma o período como um bloco, quer dizer, não se debruça sobre essas estatísticas em movimento, o que impossibilita a percepção do PCB em seu processo histórico e das prisões em seu contexto. É bastante possível que as mulheres do PCB estejam particularmente sub-representadas nas cifras pela especificidade da tática adotada pelo partido (que passou a ser perseguido prioritariamente na segunda década da ditadura) e por sua larga experiência em militar na clandestinidade<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> JOFFILY, Olívia Rangel. **Op.Cit.** p. 115.

<sup>33</sup> Distribuídas da seguinte forma: professoras – 21,4%; estudantes – 35,4%; formação superior – 17,9%.

<sup>34</sup> O que não impediu que muitos desses militantes fossem presos. Durante a Operação Barriga Verde, em SC (final de 1975, por exemplo, o partido foi destruído em nível estadual. Ver: VIEIRA, Jaci Guilherme. **A história do PCB em Santa Catarina**: da sua gênese até a Operação Barriga-Verde (1922 à 1975). Florianópolis: UFSC, 1994; TORRES, Mateus Gamba. **“A Justiça nem ao Diabo se há de negar”**: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). Florianópolis: UFSC, 2009 e SOUZA, João Gabriel Sobierajski de. **O combate à “subversão” na Ditadura Militar da perspectiva do aparelho repressor**: o caso da Operação Barriga Verde. (Trabalho de Conclusão de Curso) Bacharelado em História. Florianópolis, UFSC, 2012.

Como é sabido, o partido adotou no início do período uma postura bastante defensiva e não tinha como opção tática a luta armada, o que fez com que a repressão não o tomasse como alvo prioritário num primeiro momento <sup>35</sup>, concentrando-se nas organizações de guerrilha urbana e rural. No período em que os militares se concentram em destruí-lo, muitos de seus militantes já estavam exilados e os que ficaram, contavam com a experiência de praticamente cinco décadas de militância ilegal, muitas vezes conciliada com a clandestinidade.

Além disso, como se poderá constatar ao longo do trabalho, a partir da segunda metade da década de 1970 os movimentos feministas e de mulheres se articulam com mais consistência, no Brasil e no exílio, e o PCB elege esses espaços como uma das esferas fundamentais de militância, o que contribuiu para uma maior incorporação de mulheres. É plausível que a repressão, que não perseguiu da mesma forma esse tipo de organização (até mesmo pelo respaldo político dos organismos internacionais, como a ONU), tenha encarcerado menos as comunistas que ali militaram.

Partindo da análise dos números – ainda que bastante limitados – da participação das mulheres e das condições tornaram possível o ingresso mais numeroso (tímido aos olhos de hoje, mas) sem precedentes em organizações que de esquerda, pode-se concluir que o processo, que envolvia também a construção e a remodelação das relações de gênero, era marcado pela heterogeneidade de experiências e pela combinação de mudanças e continuidades históricas. Por esse motivo, reduzir sua causalidade a apenas um fator pode reduzir o problema: a revolução sexual, por exemplo, ajuda a entender porque nesse momento muitas mulheres se interessaram por política e decidiram romper com os tabus que envolviam sua participação, mas não explica porque as da classe trabalhadora estiveram tão menos presentes numericamente.

É ainda necessário estudar de forma comparada as características organizacionais dos grupos, a fim de compreender melhor as assimetrias nesse sentido entre uma organização e outra, bem como contextualizar

---

<sup>35</sup> Com exceção de seus dirigentes mais conhecidos (sobretudo os eleitos deputados e senadores em momentos anteriores ou os que haviam ocupado posições mais destacadas durante o governo de João Goulart). Ver: BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. **Cadernos CEDEM**, Vol. 3, No 1 (2012). p. 38-72. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/2340/1960>. Data de acesso: 30/01/2013.

as diferenças e entender mais claramente como a esquerda vivenciou a incorporação de mulheres e de que forma lidou com elas.

Essa foi uma das grandes motivações deste trabalho. Ao longo da dissertação procuramos analisar o caso específico do PCB à luz do contexto nacional, buscando entender a forma particular como este tentou se inserir nos movimentos de mulheres e como procurou aproximá-las de si, especialmente a partir do início da Década da Mulher. Ao que tudo indica, o “Partidão” foi a única organização naquele momento a desenvolver estrutura e linha partidária específicas para uma atuação junto às mulheres e seus movimentos.

Tendo em vista as fontes disponíveis para a pesquisa e a intenção de compreender a construção dos instrumentos políticos coletivos de intervenção nos movimentos de mulheres (estrutura partidária específica e linha política para atuação entre as mulheres), nosso recorte cronológico não abarcou o período da ditadura em sua totalidade, nem a militância desenvolvida em território nacional. Limitou-se à militância no exílio e ao conjunto de anos que vai de 1974 a 1979, período em que foi reconstruída a Seção Feminina do Partido Comunista Brasileiro e ao longo do qual foram delineadas as novas políticas de atuação do partido entre as mulheres, expressas nos documentos “A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB” e “Plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher”<sup>36</sup>.

Ainda que se trate de um passado bastante recente, a documentação disponível é escassa, pouco acessível ou fragmentada. A atuação na clandestinidade e em um contexto tão brutal fez com que a documentação fosse produzida com irregularidade e que muitas vezes fosse destruída (ou, posteriormente confiscada pelos órgãos da

---

<sup>36</sup> Esses dois documentos estão disponíveis na coletânea PCB: vinte anos de política 1958-1979, editado pela LECH, Livraria Editora Ciências Humanas, em 1980, no livreto intitulado Os comunistas e a questão da mulher: igualdade, emancipação, libertação, publicado em 1982 pela editora CERIFA/Novos Rumos e, evidentemente, no Voz Operária, em um suplemento ao número 159 do periódico, datado de junho de 1979. Ver: CARONE, Edgard. **PCB: vinte anos de política. 1958-1970 (Documentos)**. São Paulo: LECH, 1982; **Os comunistas e a questão da mulher: igualdade, emancipação, libertação**. São Paulo: CERIFA/Novos Rumos, 1982. A edição do Voz Operária, assim como as versões do documento ainda em fase de elaboração e discussão, encontra-se disponível para consultas no fundo da SF do CC, que constitui o acervo do ASMOB, sob custódia do CEDEM (São Paulo).

repressão). “Romper o princípio de silêncio fundamental para a sobrevivência das forças revolucionárias”<sup>37</sup> ainda é tarefa difícil.

O contexto exiliar em que os processos históricos estudados se desenvolveram nos colocou em uma situação privilegiada e de exceção. A documentação referente às atividades da Seção Feminina foi preservada em seu conjunto no Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro-ASMOB, criado por iniciativa de alguns pecebistas em 1976 e mantido sob a guarda da Fundação Giangiacomo Feltrinelli, em Milão-Itália. Tal acervo foi transferido ao Brasil em 1994, no âmbito das ações do Programa de Preservação da Memória do PCB, encontrando-se disponível para a consulta no Centro de Documentação e Memória-CEDEM, da UNESP, em São Paulo.

Foram utilizadas como fontes históricas para o trabalho, além dos dois documentos mencionados anteriormente e da documentação geral do partido<sup>38</sup>, toda a documentação referente à Seção Feminina do PCB disponível nesse acervo do ASMOB. Trata-se de cerca de 560 páginas de documentação escrita de circulação interna, como atas de ativos de mulheres, correspondências, balanços críticos trimestrais de atividades, planos de estudos, entre outros. Além disso, foram utilizados também os microfilmes do ASMOB, item “Movimento Feminino”<sup>39</sup> (do fundo Arquivo da Resistência à ditadura no Brasil), disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo, com cerca de 400 páginas, nos quais foi possível acompanhar as trajetórias de movimentos como o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas, além da luta pela anistia desenvolvida por mulheres em Portugal – espaços de militância estes em que a Seção Feminina militou e que foram determinantes para a sua conformação naqueles moldes.

Optamos por trabalhar simultaneamente com documentos de tipos bastante diversos - de caráter oficial (como o Informe, Plataforma ou Estatutos do Partido), epistolar, panfletos, relatórios, etc. - por entender que os diferentes tipos de fontes não são mutuamente

---

<sup>37</sup> ALCOBA, Lara. La clandestinidad es para mi la imposibilidad primera. **Página 12**, Buenos Aires, 21 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/4-25280-2012-05-21.html>. Data de acesso: 21 de maio de 2012.

<sup>38</sup> Publicados nas coletâneas organizadas por Edgar Carone. CARONE, Edgard. **O PCB: 1964 A 1982**. Vol. III. São Paulo: DIFEL, 1982.

<sup>39</sup> Rolo de número 34.

excludentes, pelo contrário, esclarecem-se reciprocamente <sup>40</sup>. Partindo do pressuposto de que as fontes “define[m] uma parte importante do campo de atuação do historiador e amplitude de sua busca” <sup>41</sup>, acreditamos que outro conjunto de documentos não poderia ser tão apropriado para o fim que propõe o trabalho, que é o de perceber como a militância entre as mulheres e de mulheres no partido foi concebida, avaliada e planejada pela Seção Feminina e pelo Partido <sup>42</sup>. Cabe lembrar que eles são tomados aqui não como “provas”, ou, para usar o jargão historiográfico, “monumentos”, senão como meio através do qual podemos, hoje, dialogar com o passado <sup>43</sup>. Dessa forma, tais documentos não serão tratados como “vestígios” ou “reliquias”, mas como “produtos do passado”, das relações sociais em que foram produzidos e das em que seus produtores estiveram imersos <sup>44</sup>.

O objetivo do trabalho foi o de compreender como foi concebida, estruturada e desenvolvida a militância das pecebistas entre as mulheres no período final da última ditadura civil-militar brasileira, através da Seção Feminina do Comitê Central do partido e das Frações Femininas de suas organizações de base estruturadas no exílio europeu). Nesse sentido, procuramos:

- Apresentar a formação e a estruturação dos mecanismos internos de organização das mulheres existentes no período, atentando

---

<sup>40</sup> PORTELLI, Alessandro apud CRESTANI, Leandro de Araújo. Da história oral nasce a memória coletiva In: **Artigos Unimeo**, 2009. Disponível em: <http://www.unimeo.com.br/artigos>. Acessado em: 23 de agosto de 2012.

<sup>41</sup> KARNAL, Leandro; TATCH, Flavia Galli. Documento e História: a memória evanescente. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

<sup>42</sup> Acreditamos que enriqueceria muito o trabalho também a coleta de depoimentos orais de militantes do período, o que não foi possível no momento, nem priorizado, tendo em vista o limite de tempo para o desenvolvimento da pesquisa e o volume de fontes escritas disponíveis – documentos estes praticamente inexplorados pela historiografia. Pensamos, no entanto, que tal opção não “cala as vozes” das mulheres que militaram no partido naquele momento, já que trabalhamos com atas de ativos de mulheres, cartas e outros documentos em que ficaram registradas suas manifestações e opiniões a respeito dos temas abordados.

<sup>43</sup> KARNAL, Leandro; TATCH, Flavia Galli. **Op. Cit.** P. 24.

<sup>44</sup> Ver: SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento: aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). **Op. Cit.** P. 316-318.

para a forma como se desenvolvia a militância orgânica de mulheres que os constituíam;

- Dissertar sobre a chamada militância de base organizada pela Seção Feminina do partido no movimento feminista e na organização da luta contra a ditadura, dentro e fora do país;

- Compreender o processo de construção das políticas para as mulheres desenvolvidas pelo partido e pela Seção Feminina;

- Perceber como foram pensadas as mediações entre as demandas ditas geral e específicas (emancipação das mulheres x combate à ditadura e emancipação humana).

- Apresentar e contextualizar as principais teses partidárias sobre a “condição da mulher” e sobre a orientação política para o trabalho do partido entre as mulheres no período;

- Entender melhor as relações da Seção Feminina com o Partido e com o movimento feminista.

Trata-se ainda de aspectos (e mesmo do período) da história do PCB e de suas militantes ainda pouquíssimo conhecidos e estudados. Zuleide Faria de Melo e Mercedes Lima<sup>45</sup> apontam o desenvolvimento imediatamente posterior da história do PCB como fator que determinou tal apagamento da história da organização de mulheres no e pelo PCB dentro e fora do partido. Ambas afirmam que em virtude das dificuldades políticas enfrentadas entre as décadas de 1980 e 1990, em que o partido por pouco não deixou de existir, e o posterior período – ainda em processo – nomeado de reconstrução revolucionária, colaboraram para a postergação do levantamento da história das

---

<sup>45</sup> Militantes da organização com grande trajetória não só de atuação comunista, mas feminista. A primeira, alagoana estabelecida no Rio de Janeiro e professora universitária, filha de outra grande militante do partido (Dona Dolores), ingressou no partido em 1964 e milita intensamente desde então. Foi para as ruas como feminista e comunista na Década da Mulher e participou decisivamente da defesa e reconstrução revolucionária do partido, sendo presidente da organização entre 1996 e 2008. Mercedes Lima ingressou no partido também durante a ditadura e participou das marchas mencionadas e do movimento feminista paulista no período final do regime. Tem desenvolvido intensa militância feminista dentro e fora do partido desde então, tendo sido uma das principais responsáveis pela elaboração das teses sobre mulheres e movimento feminista nos últimos encontros nacionais e uma das grandes entusiastas da formação do Coletivo de Mulheres Ana Montenegro – organização feminista de massas vinculada ao PCB, criada em 2009.



mulheres no/do partido. Essa é ainda, para ambas, uma tarefa partidária a ser cumprida<sup>46</sup>.

Esse silêncio não é, no entanto, um problema apenas do PCB. A experiência brasileira é marcada, segundo Elaine Bezerra, por uma “grande dívida histórica com a memória das feministas socialistas, das anarquistas e das mulheres que atuaram na guerrilha urbana”<sup>47</sup>, mulheres estas que, “além da luta de enfrentamento com a sociedade machista e patriarcal, também tiveram grandes embates no interior de suas organizações para serem reconhecidas como sujeitos políticos”<sup>48</sup>.

Nesse sentido, cabe destacar que o presente trabalho se inscreve na “história das mulheres”, termo que, segundo Joan Scott, “revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos”<sup>49</sup>. Um dos aspectos centrais de distinção de tal vertente da historiografia diante das demais é, segundo Louise Tilly<sup>50</sup>, o de ter sido, por um longo período, escrita a partir de convicções feministas. Se toda história, lembra a autora, é “herdeira de um contexto político”, poucas tiveram “uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres”.

Não se trata, como lembram Scott<sup>51</sup>, Tilly<sup>52</sup> e Perrot<sup>53</sup>, de uma tentativa de “integrar a história das mulheres a uma outra história, o que poderia significar apenas acrescentar materiais sobre mulheres e gênero sem analisar suas implicações”, menos ainda de “substituir uma história dos homens por uma história que seria unicamente das mulheres”<sup>54</sup>. O estudo “das formas de participação das mulheres e as reações que ela

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida em Salvador, em maio de 2012.

<sup>47</sup> BEZERRA, Elaine. **A influência marxista no desenvolvimento do feminismo brasileiro**. Anais do IV Simpósio Lutas sociais na América Latina, 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL. P. 92. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_ivsimp/gt7/10\\_elainebezerra.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt7/10_elainebezerra.pdf). Data de acesso: 10 de maio de 2012.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

<sup>50</sup> TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu** (3) 1994: pp. 29-62.

<sup>51</sup> SCOTT, Joan. **Op. Cit.**

<sup>52</sup> TILLY, Louise A. **Op. Cit.**

<sup>53</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1988.

<sup>54</sup> ARAÚJO, Hermes Reis de. Entrevista com Michelle Perrot. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 10, dez. 1993, p.129-130.

suscita”, para Tilly, oferece-nos uma percepção mais abrangente das alternativas históricas de cada momento analisado, abrindo possibilidades de modificação do “quadro geral da história em seu conjunto”.

Se é certo que muito já tem sido feito, nesse sentido, e que tais estudos ganharam em complexidade com a adoção do gênero como categoria de análise histórica <sup>55</sup>, há ainda, para Saffioti, muita necessidade dos estudos de história das mulheres, na medida em que sua ação “foi pouquíssimo registrada e que, por via de consequência, a maior parte de sua história está por ser estudada”. Persiste uma “tensão entre a experiência histórica contemporânea das mulheres e sua exclusão dos esquemas de pensamento”, o que torna esse empenho, aos olhos de Saffioti, absolutamente imprescindível para o empoderamento “da categoria social por elas constituída” <sup>56</sup>. Além de empoderar a categoria mulheres, esclarece ainda autora, é “imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica” da relação assimétrica entre homens e mulheres, se desejamos que tal quadro histórico seja superado.

Buscamos ao longo do trabalho passar longe de uma história que contasse “a saga de heroínas”, o que além de anacrônico <sup>57</sup>, seria insuficiente para a compreensão da dinâmica da militância desenvolvida naqueles anos, borrando o caráter coletivo e cotidiano da construção da Seção e dos movimentos em que ela esteve atuante. Pelo contrário, procuramos focar as pecebistas organizadas em torno da SF do CC “através das tensões e contradições” <sup>58</sup> estabelecidas no partido, no exílio ou no movimento feminista naquele período, procurando compreender as formas como elas, enquanto seres sociais, articularam-se entre si naquela conjuntura específica que as condicionou historicamente e sobre a qual atuaram de forma transformadora.

---

<sup>55</sup> Para mais informações a respeito ver: SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007; SOIHET, Rachel. História das mulheres e história do gênero. Um depoimento. **Cadernos Pagu**, v.11, p.77-87, 1998; PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. São Paulo: Ed. Unesp, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

<sup>56</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

<sup>57</sup> Conforme DEL PRIORI, Mary; PISKI, Carla B. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9.

<sup>58</sup> DEL PRIORI, Mary; PISKI, B. **Op. Cit.** p. 9.

Não foi possível, como bem se verá, em função da militância ter sido desenvolvida com grandes preocupações de segurança também no exílio, acompanhar as trajetórias daquelas mulheres enquanto indivíduos sociais. Salvo poucas exceções, sequer os nomes civis ou de militância puderam ser recuperados. A incapacidade de mapeamento das trajetórias individuais, no entanto, não impossibilitou a apreensão das formas como aquelas mulheres – quase todas anônimas na documentação consultada – desenvolveram ou buscaram desenvolver instrumentos partidários e supra-partidários de auto-organização para a superação da ordem social vigente.

O presente trabalho é apenas uma primeira aproximação da história da auto-organização das mulheres no interior do PCB. Nesse sentido, ele carrega ainda os limites apontados por Scott, como característicos da abordagem descritiva da história das mulheres. Esta história partilha, para Tilly, assim como outras especialidades, do “duplo problema da interpretação dos seus resultados, para uso por outros historiadores, e da passagem da descrição e interpretação para a análise e explicação”<sup>59</sup>. Estamos de acordo com constatação das historiadoras citadas, de que a descrição e interpretação não são suficientes em si. Todavia, esse foi considerado um momento imprescindível e anterior a um segundo, mais analítico e que desse conta de problematizar as relações de gênero no interior do partido, por exemplo.

Assim, no primeiro capítulo foi apresentado o processo de reestruturação da estrutura partidária específica (a Seção Feminina e as Frações Femininas das organizações de base). No capítulo seguinte, buscou-se demonstrar a atuação da SF nos movimentos feministas e de mulheres, a partir da organização das FFs da França e Itália e de suas experiências de atuação no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e na Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas. No último capítulo, por seu turno, abordou-se a construção da linha política partidária para a atuação do PCB nos movimentos de mulheres, ratificada e publicada pela direção partidária em 1979.

É conhecido que nos anos que seguiram a produção de grande parte da documentação a ser analisada a conjuntura nacional foi profundamente alterada. No contexto da abertura, momento em que, com a construção de novas possibilidades políticas, ser oposição já não era mais elemento suficiente para defender a unidade entre diferentes correntes e movimentos, as relações internas no PCB e no movimento feminista foram revolvidas, sendo, em consequência, tensionadas ou

---

<sup>59</sup> TILLY, Louise A. **Op. Cit.**

mesmo rompidas também as muitas das relações bilaterais entre ambos<sup>60</sup>. Tentaremos ao longo do trabalho, apesar da ciência de que muitas das projeções dos documentos do final do período estudado tiveram suas possibilidades de concretização dispersas, retornar ao “momento de indeterminação”<sup>61</sup> vivido por aqueles e aquelas militantes. Quer dizer, tentaremos fazer aparecer não apenas as “aspirações que anteciparam a evolução posterior” dos acontecimentos, mas também os projetos interrompidos, nas palavras de Debray, “sonhos dissipados ao despertar”<sup>62</sup>. Ao mesmo tempo, considerar os elementos de dissolução desses sonhos e recuperar o leque de possibilidades em aberto no período.

---

<sup>60</sup> Posteriormente o assunto será melhor trabalhado. Ver: SARTI, Cynthia. O feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa de São Paulo**, n. 64, fevereiro de 1988. P. 38-47.

<sup>61</sup> THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 1987. p. 9..

<sup>62</sup> DEBRAY, Régis. **La crítica de las armas**. Cidade do México: Siglo XXI, 1975

## **CAPÍTULO 1 A RECONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA PARTIDÁRIA FEMININA DO PCB NO EXÍLIO: A SF DO CC (1974-1979)**

Pode-se dizer que a Seção Feminina do Comitê Central do PCB e as Frações Femininas das Organizações de Base do partido estruturadas no exílio foram expressões orgânicas do que a historiadora Denise Rollemberg caracterizou como uma redefinição do significado do desterro para os e as militantes brasileiros. Se num primeiro momento havia (por parte especialmente dos militantes da esquerda armada) um “desprezo pelo exílio como tempo e lugar de luta”<sup>63</sup>, sendo este interpretado como, na melhor das hipóteses, uma breve preparação para a volta; de 1973 em diante, quando o enfrentamento aberto ou imediato à ditadura já não se apresentava como possibilidade concreta e já se percebia que o retorno demoraria mais do que se ansiava, o exílio vai sendo repensado como espaço de militância anti-ditatorial e/ou anti-sistêmica.

O PCB já mantinha uma postura tática de enfrentamento diferente à das outras organizações, como as que se dedicaram à guerrilha ou a tentativas insurrecionais, o que fez com que desde o início da ditadura interpretasse o exílio de forma diversa à dos chamados guerrilheiros. Desde o VI Congresso do Partido (realizado clandestinamente em 1967), em que foram avaliados o golpe e as possibilidades de atuação dos comunistas diante da nova configuração política nacional, seus militantes consideraram inconsequentes tais formas de luta, tendo o partido optado pela construção da resistência a partir da organização de base, aproveitando as brechas legais existentes, inclusive as eleições e o exílio<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999. P.189.

<sup>64</sup> Para conferir as resoluções políticas de tal congresso ver: PCB. Resolução Política (1967), disponível em: [https://docs.google.com/file/d/0B8\\_gvWjrwU3ZeUhOb240c0tOUk/edit?pli=1](https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZeUhOb240c0tOUk/edit?pli=1) e na coletânea mencionada anteriormente, organizada por Edgar Carone. Considera-se que tal congresso deu origem aos sucessivos rachas e formações de dissidências que originaram diversas organizações que optaram pela luta armada no combate à ditadura, como ALN e MR-8. Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990 e MORAES, Dênis de. **Carlos Marighella, 90 anos**. 2001. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=25>.

No entanto, a classificação do exílio em dois tempos distintos também parece fazer sentido para o Partidão, já que, a partir do ano seguinte, 1974, haverá um deslocamento do foco da repressão para o partido, o que, guardadas as devidas proporções, “massifica” o exílio pecebista. Nos primeiros anos da ditadura exilam-se ou são presas apenas algumas figuras mais conhecidas do partido, como é o caso de Prestes, Gregório Bezerra ou Elisa Branco <sup>65</sup>. Após 1968, no entanto, com a aprovação do Ato Institucional de número 5, são cerceadas muitas das possibilidades de atuação eleitas pelo PCB como prioritárias e a criminalização e perseguição dos movimentos sociais empurra mais militantes para o exterior. A partir de 1974, sobretudo, há uma ofensiva lançada diretamente contra o partido <sup>66</sup>, que resulta na prisão, desaparecimento e/ou morte de dezenas de militantes, dez desses

---

<sup>65</sup> Bandera apresenta como primeira tarefa dos militares no poder a de colocar “fora de ação os inimigos que mais se destacaram durante os anos imediatamente anteriores ao golpe”. Dentre esses, encontravam-se algumas lideranças do PCB ou próximas a nomes como o de Jango ou Brizola. BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. *Cadernos CEDEM*, Vol. 3, No 1 (2012). p. 38-72. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/2340/1960>. Data de acesso: 30/01/2013.

<sup>66</sup> Após a aprovação do AI-5 a perseguição tornou-se qualitativa e quantitativamente diversa. Esse, datado de 5 dezembro de 1968, veio “como uma resposta de força para os grupos autônomos a partidos políticos [ainda que compostos também por militantes deles], representados, sobretudo pelos movimentos estudantil e artístico-intelectual” – que desafiavam a hegemonia conquistada pela direita; e como suposta resposta ao aparecimento de organizações armadas de combate à ditadura. Para Bandera, nesse momento, passou-se da cassação à caça de todos os indivíduos e setores vinculados ou identificados com a esquerda.

O desbaratamento das organizações de combate armado à ditadura e a necessidade do planejamento de uma abertura segura, do ponto de vista do regime, criaram as condições que levaram à concentração da repressão na eliminação do PCB. Essa foi motivada, do ponto de vista imediato, por sua política estar apresentando resultados positivos nas eleições ocorridas após 1974 (onde o MDB derrotou pela primeira vez a ditadura nas urnas em algumas regiões do país) e porque sua presença vinha crescendo na imprensa. Mas, em essência, foi determinada por se tratar de uma organização comunista, que inclusive, havia incubado as organizações armadas que tanto atemorizaram o regime. Ver: BANDERA, Vinicius. **Op. Cit.**

desaparecidos integrantes de seu Comitê Central <sup>67</sup>; e ainda no desbaratamento de duas gráficas da imprensa partidária. Pouco a pouco, o exílio vai deixando estar ligado simplesmente à preservação da vida dos militantes que corriam mais risco, adquirindo o caráter de salvaguarda da própria estrutura partidária.

Em 1975 já havia 15 membros do Comitê Central na Europa, somando-se a esse contingente no ano seguinte, Giocondo Dias. Com o desaparecimento dos dez dirigentes mencionados anteriormente, além das numerosas prisões, o órgão de direção central do partido encontrava-se nesse período, na prática, exilado. É criada neste ano (com o consentimento dos poucos membros do CC que estavam vivos e em liberdade no Brasil), uma Comissão Coordenadora dos membros do PCB no exterior, com o objetivo de preparar a primeira reunião do comitê fora do país. A reunião foi realizada em Moscou, em janeiro de 1976, e resultou na eleição de uma Comissão Executiva e de um Secretariado nacionais. É iniciado, portanto, formalmente, um processo de reorganização do partido no exterior <sup>68</sup>. A imprensa comunista – *Voz Operária* – também passará a ser sediada fora do país, sendo os jornais distribuídos na Europa e enviados clandestinamente ao Brasil.

A reorganização do Partido no exterior ocorreu de forma concomitante, como foi visto, com um processo mais geral de reinterpretação do exílio por parte da esquerda, caracterizado pela incorporação de “temáticas que até então [ela] desconsiderava ou secundarizava” <sup>69</sup>. Datam desse período a organização de movimentos como o Círculo de Mulheres Brasileiras, as campanhas de denúncia da ditadura, os comitês de luta pela anistia no Brasil, entre outros.

É importante lembrar que mesmo dentro das fronteiras nacionais, apesar da repressão – e ainda que as disputas eleitorais se tornassem cada vez mais intensas e o movimento sindical estivesse dando novas manifestações de vigor -, a organização em torno das bandeiras da anistia e da igualdade de direitos para as mulheres, por exemplo, se fortaleciam. Articulavam-se cada vez mais, dessa forma, com a oposição eleitoral à ditadura, o movimento sindical e outras forças políticas, como

---

<sup>67</sup> David Capistrano da Costa, Jaime Miranda Amorim, Orlando Bonfim Júnior, Nestor Veras, Hiram Lima Pereira, Luis Ignácio Maranhão Filho, Walter Ribeiro, Élon Costa e Itair Veloso.

<sup>68</sup> PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: o combate por um partido revolucionário (1958-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2012. P. 197-8.

<sup>69</sup> ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999. P. 207.

a Igreja Católica, as organizações feministas e movimentos de mulheres, movimento estudantil, setores da imprensa, entre outros.

A organização específica das mulheres do PCB dentro do partido não pode ser entendida senão à luz desse contexto, tendo respondido simultaneamente aos esforços de preservação e organização do partido no exterior e de participação nesses novos espaços de luta abertos na “segunda fase” do exílio da esquerda brasileira e no próprio cenário nacional.

### 1.1 A RECONSTRUÇÃO DA SEÇÃO FEMININA E A FORMAÇÃO DAS FRAÇÕES FEMININAS DE BASE NO EXÍLIO EUROPEU.

É sabido que a preocupação com as questões relativas às mulheres, sobretudo às mulheres da classe trabalhadora, não se apresentaram na década de 1970, de todo, como uma novidade no PCB. Tratou-se, melhor dizendo e como o próprio partido avaliou <sup>70</sup>, de uma retomada de trabalhos realizados historicamente e que haviam sido desarticulados em virtude do golpe de 1964. Contudo, isso não equivale a dizer que a reorganização das mulheres enquanto tal dentro do partido a partir da metade da década de 1970 tenha sido uma “volta ao passado”. Essa expressão mais recente adquiriu formas e caráter em alguns pontos profundamente distintos dos observados nas experiências anteriores de organização de mulheres.

Mesmo antes dos anos 1930 o projeto de mobilização popular de mulheres aparece na política pecebista, sempre de maneira vinculada, como não poderia deixar de ser, ao projeto partidário geral da organização. Com formulações variadas, para Elza Macedo <sup>71</sup>, os congressos do partido mantiveram ao longo sua existência a tese de viabilizar e “acelerar a organização de um poderoso movimento feminino de massas” no Brasil.

A posição dos comunistas, na maior parte desses momentos – e essa foi uma das críticas formuladas inclusive pela Seção Feminina da

---

<sup>70</sup> Conforme atestam a avaliação contida no Informe e Ana Montenegro, em texto intitulado “Notas indicativas para uma memória do movimento feminino no Brasil – 1945-1965. Disponível em: MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista?** Recife: Guararapes, 1981. p. 63-78.

<sup>71</sup> MACEDO, Elza Deli Veloso. **Ordem na casa e vamos à luta!** Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia Cunha – uma militante. (Tese) Doutorado em História, Niterói, 2001. P. 138.



década de 1970<sup>72</sup> – se restringiu à conquista das mulheres para o projeto revolucionário ou para as bandeiras de luta mais imediatas subordinadas a ele (da luta antifascista<sup>73</sup> à pavimentação de ruas em bairros operários, etc.).

Da mesma forma que houve atuação organizada do PCB nos movimentos de massa compostos exclusiva ou majoritariamente por mulheres desde a década de 1930, data aproximadamente do mesmo período a formação dos primeiros núcleos de base partidários compostos exclusivamente por mulheres<sup>74</sup>. Tal forma de organização interna específica deveu-se a que os NBs em geral, eram organizados de acordo com o espaço de militância de seus participantes (que no caso poderiam ser os comitês de mulheres da ANL, por exemplo), mas também para que as mulheres pudessem se sentir mais livres, debatendo entre si, e para que lhes fossem proporcionados espaços de formação de acordo com suas necessidades e possibilidades<sup>75</sup>. Pelo menos desde a década

---

<sup>72</sup> Esse aspecto será melhor abordado ao longo deste e dos próximos capítulos.

<sup>73</sup> A partir de março de 1970, o PCB passou definir – ainda que de formas diferentes – a ditadura civil-militar instaurada em 1964 como de tipo fascista. Uma das linhas de interpretação percebia no golpe uma mudança na forma estatal de dominação de classe, que havia passado da democracia burguesa para o fascismo (entendido como definido, antes de tudo, pelo ataque violento e armado contra organizações e instituições democráticas, em geral, e particularmente contra as associações de trabalhadores). Para tal linha interpretativa, o objetivo imediato do partido deveria ser lutar pela restauração da democracia burguesa. A outra interpretação da “fascistização do regime” via-o como alternativa política encontrada pelas classes dominantes para “salvar o capitalismo dependente, modernizando-o” e fazendo-o passar à fase do capitalismo monopolista de Estado dependente. Tal concepção, baseada nas ideias de Schafik Handal, era identificada politicamente com uma estratégia revolucionária de enfrentamento à ditadura. Para mais informações ver: PRESTES, Anita Leocádia. **Op. Cit.** p. 159-163.

<sup>74</sup> Informação recebida de Anita Leocádia Prestes, no curso “Os Comunistas Brasileiros”, módulo 1, março de 2012.

<sup>75</sup> Anita Leocádia Prestes esclareceu que nesse período, a formação, especialmente de mulheres, muitas vezes coincidiu com a alfabetização; além disso, as mulheres tinham, em geral, menos experiência de debates políticos. Dessa forma, os NBs femininos serviram para integrá-las melhor à vida política e à partidária. Zuleika Alambert também se refere a essas primeiras organizações de mulheres nesses termos: “era um esforço para integrar mulheres que se organizavam pela primeira vez”, referindo-se aos departamentos femininos dos Comitês Populares. COSTA, Albertina de

de 1940 havia uma Seção Feminina do partido, ligada ao Secretariado de Massas do mesmo, que tinha como objetivo articular essas atividades de massa entre as mulheres e o próprio trabalho das bases femininas do partido <sup>76</sup>; e no ano de 1954 foi realizada uma Conferência Nacional do Partido sobre o Trabalho entre as Mulheres.

A reorganização da Seção Feminina do PCB na década de 1970 ocorreu em um contexto diverso da história do partido e de sua inserção, quer no movimento geral da sociedade brasileira, quer no movimento feminista e de mulheres. Da mesma forma, a Seção foi “encaixada” em um lugar diferente dentro da estrutura partidária: se antes ela era vinculada ao Secretariado de Massas, que por sua vez, compunha a direção central do partido, no período estudado nessa dissertação, ela será uma Seção do próprio Comitê Central <sup>77</sup>.

Em virtude do Golpe de 1964, “o trabalho organizado do partido para as mulheres, através de uma estrutura específica interna, foi praticamente interrompido” <sup>78</sup>, ficando reduzido a iniciativas isoladas no exílio, sobretudo de mulheres com experiência de atuação nesse sentido. Os primeiros sinais de uma retomada do trabalho feminino pelo PCB no período parecem ter ocorrido no Chile, por iniciativa de Zuleika Alambert, integrante do Comitê Central do partido e militante experiente na mobilização de mulheres <sup>79</sup>, com a ajuda da parcela do partido organizada em Santiago e de outras organizações políticas <sup>80</sup>. Segundo depoimento concedido à coletânea Memória das Mulheres no

Oliveira. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. P. 52.

<sup>76</sup> MACEDO, Elza Deli Veloso. **Op. Cit.** p. 181.

<sup>77</sup> Por esse motivo, a Seção reconstruída passou a reportar-se imediatamente ao CC e à Comissão Executiva do Partido, não mais necessitando da mediação do Secretariado de Massas.

<sup>78</sup> Documento Recuperação do trabalho do partido entre as mulheres – 1964-1979.

<sup>79</sup> Zuleika Alambert foi uma das mais destacadas militantes do partido no período e uma das grandes defensoras da importância da luta feminista dentro e fora do partido. Ingressou no partido muito jovem, no período da Segunda Guerra Mundial, participando da criação da Associação Feminina pela Cultura da Mulher, em São Vicente, em 1943, e da criação de 14 departamentos femininos anexos aos Comitês Populares Pró-Democracia. Elegeu-se deputada em 1947, com apenas 25 anos. Era, naquele momento, integrante do Comitê Central do Partido.

<sup>80</sup> Documento Recuperação do trabalho do partido entre as mulheres – 1964-1979.

Exílio, a descoberta da possibilidade de militância no exílio não demorou a ocorrer ali, sobretudo, por se tratar de um país com realidade parecida com a brasileira, mas com um processo revolucionário em curso. A ideia da organização das mulheres naquele contexto surgiu da percepção da fragmentação em que se encontravam as mulheres brasileiras estabelecidas no Chile <sup>81</sup> - que estavam duplamente marginalizadas: por serem estrangeiras ainda não adaptadas à dinâmica e idioma do novo país, e por não serem partícipes de qualquer espaço de militância <sup>82</sup> - ; e da observação do papel reacionário que poderiam desempenhar em momentos cruciais, como haviam sido os casos da *Marcha de las Ollas Vacías* <sup>83</sup> (Chile, 1971) ou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade (Brasil, 1964).

A ideia da organização de um agrupamento de mulheres brasileiras surgiu em uma comemoração íntima do 8 de março, em que estavam presentes Zuleika Alambert, outra militante do PCB atuante na Associação Brasileiro-Chilena de Solidariedade e uma amiga sua chilena, responsável pelo trabalho de solidariedade do PCCh. Alguns meses depois a iniciativa foi institucionalizada, tomando corpo o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior.

É importante ressaltar que Zuleika Alambert recorrentemente se referiu à organização desse comitê de mulheres como uma iniciativa individual e à qual dezenas de mulheres aderiram de forma praticamente automática. No informe contido na documentação da SF do CC, no entanto, percebe-se que foi uma iniciativa não só das mulheres do PCB, mas do Partido Comunista Chileno e que o processo de construção foi bastante mais complexo.

A ideia surgiu em março. Dois meses depois foi realizada uma reunião com 20 mulheres na sede da Associação Brasileira-Chilena de Solidariedade, na qual optou-se por “não estruturar de imediato uma organização sem um melhor conhecimento das mulheres, seus problemas e desejos”. Foram criadas comissões de trabalho e um

---

<sup>81</sup> De acordo com os cálculos do PCB na época, havia cerca de 2.000 mulheres nessa situação. Ver: Documento A experiência chilena.

<sup>82</sup> Zuleika esclarece que naquele momento a maior parte das mulheres exiladas no Chile havia partido do Brasil em função da militância de seus maridos, não tendo desenvolvido trabalhos políticos anteriores no Brasil.

<sup>83</sup> Manifestação de oposição ao governo da *Unidad Popular* constituída, majoritariamente, por mulheres dos chamados bairros altos, regiões mais ricas da cidade de Santiago. Ver: CORVALÁN, Luís. **El gobierno de Salvador Allende**. Santiago: LOM, 2003. P. 194-196.

secretariado (com 3 integrantes) e aprovadas algumas iniciativas, como participação em brigadas de trabalho voluntário e a comemoração do dia internacional da infância. As coordenadoras das comissões e o secretariado se reuniam “semanalmente para o balanço e planejamento do trabalho. O secretariado, por sua vez, também tinha seu plano geral de trabalho e se reunia semanalmente”. Logo, o secretariado e as “chefes” de comissão formaram um Comitê Provisório para iniciativa, constituído por 15 pessoas, que funcionou até a efetiva criação do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior<sup>84</sup>.

O Comitê contou com 160 a 250 filiadas<sup>85</sup>, quase todas donas de casa sem experiências anteriores de organização. Através dele, segundo Zuleika Alambert, as exiladas “se integraram a todas as atividades progressistas no Chile: passeatas, trabalhos voluntários, juntas de abastecimento...”, trabalho que culminou com a realização do Seminário Brasileiro de Mulheres e na participação no Seminário Latino-Americano de Mulheres.

Este último espaço marcou, para a entrevistada, o “despertar para o problema específico da mulher”<sup>86</sup>, já que começam a ganhar eco ali as questões relacionadas ao divórcio ou aborto. No entanto, o Seminário de Mulheres Brasileiras, realizado um pouco antes, parece já ter dado passos significativos nesse sentido. Durante dois dias 50 brasileiras participaram do encontro que homenageou contrerrâneas assassinadas pela ditadura e em que foram debatidos documentos sobre as lutas brasileiras e das mulheres, como *Problemas teóricos da emancipação da mulher*<sup>87</sup>. O encontro contou com a breve mas significativa participação de Angela Davis<sup>88</sup> que recebeu materiais alusivos aos

---

<sup>84</sup> Documento: A experiência chilena.

<sup>85</sup> Os dados numéricos são, respectivamente, do documento do PCB (A experiência Chilena) e da entrevista de Zuleika Alambert, concedida à coletânea *Memórias das Mulheres no Exílio*.

<sup>86</sup> COSTA, Albertina de Oliveira. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. P. 61.

<sup>87</sup> A lista completa de documentos é a seguinte: além do já citado, *Informe geral sobre a situação político, social e econômica do Brasil*, *Os direitos da mulher, da família e da criança*, *A mulher e as lutas em prol da paz mundial e cooperação entre os povos* e *A mulher nas lutas de emancipação nacional e pela soberania da pátria*.

<sup>88</sup> Integrante do Panteras Negras, militante dos movimentos negro e feminista, ficou mundialmente conhecida por ter sido personagem de um dos julgamentos mais controversos da história de seu país. Foram realizadas em todo o mundo campanhas pela sua libertação.

presos políticos no Brasil e assinou uma mensagem enviando-lhes apoio<sup>89</sup>.

Ângela Xavier de Brito recorda-se desse grupo como um espaço em que as mulheres se organizavam também para estudar temáticas relativas aos fundamentos teóricos da opressão das mulheres e seus desdobramentos, como o trabalho doméstico, dupla jornada de trabalho, etc., apesar de não se tratar ainda de uma movimentação que identificava a si mesma como feminista. Tal grupo, segundo Ângela, se reuniu de forma muito irregular entre 1972 e 1973.<sup>90</sup>

Em 1979, em balanço histórico de sua atuação entre as mulheres ao longo dos anos percorridos da ditadura, o PCB avalia a experiência do Comitê de Mulheres Brasileiras como fundamental “no despertar político de dezena de mulheres” e importantíssima para a formação de diversos quadros para o trabalho feminino. Algumas das mulheres organizadas em torno do Comitê inclusive entraram para o partido e logo depois constituíram a própria Seção Feminina que é objeto de estudo do presente trabalho. Da mesma forma, o PCB considerou evidente a influência da formação do Comitê para a rearticulação do trabalho feminino do partido no Brasil<sup>91</sup>.

O trabalho do Comitê, no entanto, foi interrompido pela instauração de outra ditadura militar, agora no Chile. Apesar dos preparos de suas integrantes para a iminência de uma guerra civil – elas realizaram cursos de primeiros socorros e planejaram a resistência nos bairros de Santiago – a forma como se desenvolveu o golpe e a repressão generalizada instituída após ele (dirigida também às colônias de estrangeiros radicados no país) não deixou às suas integrantes outra opção que não a dissolução do grupo e um novo exílio<sup>92</sup>.

Fragmentadas novamente, refugiadas em diversos países do mundo (sobretudo da Europa), essas mulheres – e outras<sup>93</sup> – não demoram a se organizar novamente e pipocam nos anos seguintes (1974 e 1975), sob influência também do efervescente movimento feminista europeu, organizações, comissões e grupos de mulheres brasileiras, com

---

<sup>89</sup> Documento: A experiência chilena.

<sup>90</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. **Entrevista realizada por Joana Maria Pedro**. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero.

<sup>91</sup> Documento Recuperação do trabalho do partido entre as mulheres – 1964-1979.

<sup>92</sup> COSTA, Albertina de Oliveira. **Op. Cit.** P. 61.

<sup>93</sup> Somam-se nesse momento mulheres residentes na Europa por motivos diversos, como as estudantes.

a participação de outras exiladas latino-americanas e até de mulheres dos países em que tais organizações foram criadas. Dentre as dezenas de organizações congêneres estiveram, por exemplo, a Associação de Mulheres Democráticas em Lund (Suécia), o Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris (França) ou o Comitê de Mulheres Brasileiras e Italianas, em Milão (Itália). Algumas dessas organizações, como a fundada na URSS, mantiveram o nome Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, como uma forma de marcar a continuidade com relação ao movimento iniciado no Chile. Impulso ainda maior ganharam essas organizações com a promulgação do ano e da década internacionais da mulher por parte das Nações Unidas, em 1975.

O PCB esteve presente, formal ou informalmente, em maior ou menor medida, em boa parte dessas organizações e em grande parte das vezes ajudando a criar os espaços e impulsionar seu trabalho. Já no início de 1974 M. (provavelmente Maria, radicada na Bélgica após exílio no Chile), juntamente com uma indicada pela Organização de Base João Massena, de Paris, com o apoio da Fração Feminina formada nessa organização, se responsabilizam pela coordenação do trabalho do partido nesse sentido.

A Fração Feminina da OB João Massena, segundo esclarecem suas integrantes em documento elaborado para discussão em sua célula em 1975, foi criada no primeiro trimestre de 1974 por duas militantes. Rapidamente foi eleita uma encarregada local pelo trabalho feminino e a Fração subiu para quatro integrantes. Seus trabalhos consistiram inicialmente, seguindo o plano de trabalho apresentado e discutido pela OB, na organização de um grupo de estudos para a reunião e formação das mulheres brasileiras na França e na articulação de contatos com exiladas brasileiras estabelecidas em outros países para uma participação ativa e conjunta no Ano Internacional da Mulher de 1975

<sup>94</sup>.

Para as atividades relacionadas ao ano, cuja agenda culminaria no Congresso Mundial de Mulheres a ser realizado na República Democrática da Alemanha, foram tecidos no biênio contatos com exiladas na Bélgica, Suécia e Itália. Avaliando que o enorme interesse internacional suscitado pelo evento proporcionaria uma possibilidade ímpar de “travar contatos com as experiências das lutas femininas” em diferentes regiões do mundo e reforçar a unidade entre as organizações femininas de diferentes tendências, considerou-se que a participação das

---

<sup>94</sup> Documento da FF da OB João Massena (sem título).

brasileiras fortaleceria o “movimento feminino”<sup>95</sup> nacional dentro e fora do país. Criou-se, então, um Comitê Europeu de Mulheres Brasileiras pró Ano e Congresso Internacional, que no ato de sua fundação, na Bélgica, contou com a participação de 14 companheiras e amigas do partido, além do apoio de núcleos femininos compostos por brasileiras sediados na Itália, Suécia e Moscou<sup>96</sup>.

No que se refere ao grupo de estudos, a primeira reunião sobre “o problema feminino” no país foi realizada em março de 1974. Nela estiveram presentes 13 pessoas, quase todas com alguma experiência anterior na organização de mulheres, no Chile ou na França. Partindo da avaliação dessas experiências, foram traçadas ali premissas para o novo trabalho a ser desenvolvido naquele momento. Essas foram, segundo narra o documento:

- O trabalho feminino é específico e exige estudos concretos e organizações de mulheres que permitam aprofundar o problema e propor soluções no quadro da luta de classes.
- Ainda que sendo específico, ele está inserido indissolúvelmente à luta de classes e devemos ter como tarefa a participação e tomada de iniciativas que permitam ligar o específico ao geral e o geral ao específico.
- O grupo deveria consolidar-se no desenvolvimento de um estudo teórico sobre o problema da condição feminina e da mulher brasileira especificamente e ao mesmo tempo desenvolver uma atividade prática concreta no seio das massas femininas que transitam por Paris. Todos os meios de divulgação e propaganda que pudessem atingir para denunciar e promover a situação da mulher brasileira, deveriam ser acionados, tendo claro que estas denúncias

---

<sup>95</sup> As pecebistas referiam-se aos movimentos compostos exclusiva ou majoritariamente por mulheres como movimentos “femininos”. O uso do termo feminista não foi consensual. Para mais informações a respeito ver o terceiro capítulo deste trabalho.

<sup>96</sup> Provavelmente se tratavam esses de núcleos femininos do partido ou compostos também por integrantes dele, já que os países citados foram os em os contatos foram criados muito rapidamente e que sempre enviaram representantes para os ativos de mulheres convocados pela Seção Feminina.

implicam também na denúncia da ditadura brasileira.

- Ficou claro também que a decisão de intervir, na medida de nossas possibilidades nessa realidade, visando sua transformação.<sup>97</sup>

O trabalho do grupo de estudos foi iniciado com a leitura dos clássicos do pensamento marxista, a fim de que todas compreendessem a “especificidade do problema feminino e sua vinculação direta à luta de classes”, partindo-se então para um direcionamento para o caso brasileiro. As discussões ensejadas no grupo foram consideradas pela Fração como de dupla importância: abririam uma “frente de trabalho de massas composta por mulheres capazes de assimilar em médio prazo uma ideologia mais correta” em relação ao Movimento de Libertação da Mulher<sup>98</sup>; ajudariam o partido a superar a debilidade de sua formulação teórica sobre a questão, possibilitando-lhe melhor orientação de suas práticas<sup>99</sup>. Além, claro, de colocar as militantes do partido em movimento e em contato direto com mulheres de diversas tendências políticas e setores profissionais, o que poderia, também, transformar o espaço em uma “fonte de recrutamento de mulheres”<sup>100</sup> para o organismo partidário.

Esse grupo de estudos, do qual são narrados no documento os dez primeiros meses de funcionamento, teve duração efêmera, sendo, logo depois, de certa forma, “substituído” pelo Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, espaço do qual as pecebistas também passaram a participar<sup>101</sup>. No entanto, juntamente com a rede de contatos que começa a ser estabelecida no Comitê Europeu de Brasileiras pró Ano e

---

<sup>97</sup> Documento da FF da OB João Massena (sem título).

<sup>98</sup> Idem

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Esclarecem Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro: “Segundo Albertina de Oliveira Costa, o comitê criado por Zuleika Alambert na França não se firmou. Um outro grupo de mulheres, não ligado ao de Zuleika, começou a se reunir nesse mesmo período e veio a formar o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Este passou a existir, formalmente, a partir de abril de 1976”. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris*. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007. P. 55-69. Disponível em: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF14/Joana%20Maria.pdf>. O Círculo também será melhor abordado no próximo capítulo deste trabalho.



Congresso Internacional, foi fundamental para a conformação da Seção Feminina do partido enquanto tal e forneceu as bases para seu trabalho de formulação teórica.

A dinâmica adquirida pelo movimento de mulheres no exílio e pela participação das pecebistas nele levou as integrantes da Fração Feminina da OB João Massena, na qualidade simultânea de organizadoras provisórias do trabalho do partido nesse sentido, a perceberem e exporem ao coletivo os limites da concepção e programa gerais do partido no que dizia respeito à luta pela organização e emancipação das mulheres, e a propor soluções para a superação dessas debilidades<sup>102</sup>.

Ao longo documento elaborado por essas mulheres radicadas em Paris, não só são fundamentadas teoricamente a opressão específica sofrida pelas mulheres e a indissolubilidade entre a emancipação feminina e a emancipação humana – presumível resultado do grupo de estudos citado e também do realizado no Chile –, mas é exposta avaliação pormenorizada da participação do partido nas lutas das mulheres e a própria integração das mulheres a ele.

Avaliando a prática acumulada pelo partido<sup>103</sup> observa-se um saldo positivo, em nível organizacional e político, incoerente com um histórico tão intenso e variado de militância. Em 1975, apesar de toda a luta desenvolvida desde a década de 1930, o PCB se encontrava com um percentual baixo de mulheres entre seus quadros, uma direção quase exclusivamente masculina<sup>104</sup>, com uma estrutura partidária para o

---

<sup>102</sup> É provável que movimentação semelhante tenha ocorrido, em alguma medida, em outras OBs do partido radicadas na Europa, já que várias mulheres que haviam integrado o CMBE no Chile e se exilaram posteriormente no “velho mundo” e voltaram a se organizar em centros com nomes parecidos e vinculados à FIDM. RDA, Moscou e Bélgica foram os casos assim citados no documento sobre a experiência chilena (p. 7).

<sup>103</sup> Existência anterior de Seção Feminina e encarregadas setoriais por esse trabalho além das células de mulheres, promoção de mulheres a espaços de liderança dentro e fora do partido (CC, parlamento, etc.), Conferência Nacional, atuação no jornal *Momento Feminino*, em todas as manifestações femininas nacionais desde a década de 1930, etc.

<sup>104</sup> No VI Congresso do PCB (1967) foi eleita apenas uma mulher para o CC do partido, Zuleika Alambert. Naquele momento o CC era composto por 32 pessoas. Para a primeira reunião da direção partidária no exílio (janeiro de 1976) foram cooptados mais três militantes para o CC, aumentando a quantidade e a proporção de mulheres: ingressaram Anita Leocádia Prestes, Marly Vianna e Gregório Bezerra. A partir de então, passaram a haver 3

trabalho de massa entre as mulheres inexistente (encarregadas, seção e outros órgãos auxiliares), com o desaparecimento quase completo das organizações de base feminina e sem nenhuma política clara com relação às mulheres <sup>105</sup>.

Apesar de a Resolução Política que encerra o conteúdo do VI Congresso do Partido (1967) classificar as mulheres como um “setor prioritariamente engajado” na luta contra a ditadura e detentor de grande capacidade de ação política, definindo como necessário organizá-las sob diversas formas <sup>106</sup>, muito pouco, nesse momento, vinha sendo feito a respeito. Em nível externo, avaliam as militantes, o partido encontrava-se com pouca ou nenhuma influência onde as mulheres viviam ou trabalhavam.

É necessário lembrar que todos os elos de ligação do partido com os movimentos de massa haviam sido profundamente atingidos pela ditadura e pelas sucessivas perdas de militantes decorrentes das rupturas com o partido. No entanto, as militantes da OB João Massena avaliavam que a situação era resultado, sobretudo, do partido nunca ter encarado a problemática das mulheres com a profundidade necessária, nos níveis teórico, político e orgânico <sup>107</sup>.

Do ponto de vista teórico, apesar do curso preparatório e da realização da Conferência Nacional da década de 1950, considerou-se que nada sobre o assunto havia sido elaborado de fato. Reconhecia-se que insígnias haviam sido sucessivamente inseridas nos textos produzidos pelo partido ao longo de seus anos de existência, no sentido de mencionar as discriminações direcionadas às mulheres e a defesa do marxismo-leninismo como teoria adequada para a superação dessa

---

mulheres, num total de 19 pessoas. Anita Leocádia Prestes e Marly Vianna demitiram-se do CC em fevereiro de 1979, por discordarem da manutenção das linhas estratégica e tática do partido. Ver: PRESTES, Anita Leocádia. **Op. Cit.** p. 197-234. Para mais informações sobre suas críticas à linha política do PCB Ver: PRESTES, Anita Leocádia. **A que herança devem os comunistas renunciar.**

Disponível

em:

[http://www.ilcp.org.br/prestes/images/stories/florestan/A\\_QUE\\_HERANCA.pdf](http://www.ilcp.org.br/prestes/images/stories/florestan/A_QUE_HERANCA.pdf)

f.

<sup>105</sup> Documento da FF da OB João Massena (sem título).

<sup>106</sup> “...para a luta por suas reivindicações próprias, contra as discriminações sociais e jurídicas que as colocam em situação de inferioridade na vida brasileira (...). Também pela luta contra a carestia de vida” e solidariedade aos presos políticos e suas famílias”. PCB. Resolução Política (1967). **Op. cit.**

<sup>107</sup> A expressão “orgânico” refere-se às relações internas e da burocracia partidária.

situação, no entanto, considerava-se necessário ir mais longe. Era inadiável, para as futuras integrantes da Seção, uma análise profunda da “opressão feminina com todas as suas implicações” e a adoção de uma prática partidária correta, que impedisse que o problema fosse considerado secundário e resolvível no plano exclusivo das mulheres.

Além disso, o trabalho entre as mulheres não havia sido, afirmam as autoras documento, uma “tarefa política de todo o P., mas tão somente de meia dúzia de abnegadas companheiras”<sup>108</sup>. Faltava ainda uma posição clara sobre o chamado trabalho feminino e o desenvolvimento de “uma política correta visando os militantes de ambos os sexos”. Somente com uma discussão da questão das mulheres em todos os níveis partidários o PCB poderia agir mais adequadamente nos movimentos de massa em geral. Dessa forma, defende-se que homens e mulheres participassem indistintamente das reuniões nas quais a questão estivesse em estudo e discussão. Assim, as mulheres das células seriam ajudadas a vencer o “sentimento de inferioridade em relação ao homem” inculcado pela sociedade burguesa; e os homens conheceriam melhor a discussão e poderiam passar a articular a problemática feminina ao “processo geral da luta de classes, eliminando paulatinamente os vestígios do machismo ainda bem presentes” no partido.

Para concluir, em nível orgânico, denuncia-se o deslocamento das mulheres consideradas melhores quadros políticos para outros setores da militância – que não o trabalho entre as mulheres –, a subestimação geral de sua capacidade política e “aceitação da velha divisão do trabalho por sexos”. Muitas vezes, reforçam, as mulheres foram relegadas “a usuais tarefas domésticas a pretexto de ‘serem a retaguarda dos maridos’, de ‘serem muito ocupadas com os filhos e a casa’, etc.”. Além de que na divisão das tarefas militantes eram-lhes confiados afazeres práticos (finanças, datilografia, tradução, apoio logístico), apenas, o que além de lhes sobrecarregar, não contribuía para o desenvolvimento de um “sentimento de decisão e responsabilidade”. Tal comportamento do partido, na opinião dessas mulheres, gerava muitas vezes uma “contradição insolúvel entre ser mãe, dona de casa e militante ativa”.

A reprodução também na vida partidária da marginalização ocorrida na vida pública e familiar é classificada como bárbara e, de acordo com o documento, se acentuou após o início da ditadura. Teriam que fazer parte, necessariamente, da ruptura com essa situação medidas

---

<sup>108</sup> Documento da FF da OB João Massena (sem título).

que proporcionassem condições iguais de participação, como reuniões em horários apropriados, divisão do trabalho doméstico entre casais de militantes, cursos de formação nos horários em que as crianças estavam na escola, etc.

Esses problemas não foram considerados ocasionais, mas “resultado de concepções ideológicas falsas”, que levariam a uma incompreensão “papel” desempenhado pelas mulheres na sociedade de classes e, por consequência, de seu “papel revolucionário”. Também da falta de vinculação da opressão das mulheres a luta de classes e mais recentemente da falta de democracia no Brasil, o que constituía obstáculo objetivo para a presença do partido entre as mulheres e para o próprio avanço da luta, unidade e organização de seus movimentos

Somar-se-ia ainda a “ação consciente de entrave exercida pelas classes dominantes” que através de diferentes instrumentos determinava “de modo absoluto a formação educacional do ser humano segundo se nasce ou homem ou mulher”<sup>109</sup>, alienando-as dos problemas que as rodeavam e das causas de sua opressão.

É proposto, inicialmente, um “plano” de batalha para transformar a situação vigente e que envolvia o desenvolvimento, em nível interno e externo, da consciência sobre exploração e opressão sofridas pelas mulheres no trabalho e no lar – como parte integrante também da denúncia da ditadura. Ao mesmo tempo, a concentração de esforços na integração das mulheres na “população ativa do país”, considerada “passo primário, mas fundamental para a tomada de consciência de classe dessas mulheres”<sup>110</sup>.

Para tanto, defende ainda a Fração Feminina de Paris, fazer-se ia necessária antes uma batalha interna permanente para “superar as tendências ‘patriarcais’ e ‘machistas’” de seus próprios militantes<sup>111</sup>; e a elaboração de uma “plataforma de lutas capaz de reunir as mais amplas camadas femininas nas lutas democráticas” e que deixasse explícita a articulação das demandas das mulheres às da frente democrática ou antifascista.

Antes disso, era necessária a criação de uma série de pré-condições internas. A Fração define, então, como reivindicações

---

<sup>109</sup> Documento da FF da OB João Massena (sem título).

<sup>110</sup> O PCB considerava permanecendo isoladas, reduzidas “às quatro paredes do lar no seu caráter privado e individual” essas mulheres estariam afastadas de uma participação mais ativa na luta de classes. Documento da FF da OB João Massena (sem título).

<sup>111</sup> Documento da FF da OB João Massena (sem título).

imediatas a criação de seções e células femininas e a eleição de encarregadas desses trabalhos, “a formação de quadros femininos em pé de igualdade com os quadros masculinos” <sup>112</sup> e as condições objetivas para isso, e, sobretudo, ampla divulgação e promoção entre os quadros femininos das questões que pudessem motivá-las a atuar nesse tipo de trabalho.

Localmente, propôs à base além da discussão e enriquecimento do documento em questão e a leitura do livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Engels e do texto sobre mulheres publicado no então último número da revista Debate <sup>113</sup>. Pede atenção ao recolhimento de materiais para a doação para o arquivo da Seção em formação e propõe ainda o planejamento de novos recrutamentos de mulheres e convites para participação no grupo de estudos e no “Comitê pró Ano”.

Esse documento que antecede a criação da Seção propriamente dita dará o tom dos projetos de informe apresentados posteriormente nos ativos de mulheres e ao CC do PCB.

A documentação produzida nos ativos de mulheres que foram realizados nos anos seguintes indica que a organização de base de Paris logrou avanços significativos na incorporação dos homens na discussão sobre a questão das mulheres <sup>114</sup>. As representantes de organizações de base partidárias radicadas em outros países não se manifestaram sobre o assunto – ou, pelo menos, não tiveram esse posicionamento registrado em ata ou cartas.

Certo é que essa discussão chegou ao Comitê Central do partido, que criará formalmente – ou pelo menos, concordará com a criação de – uma estrutura partidária específica, conclamará o conjunto de seus militantes a debaterem estratégia e táticas para o trabalho do partido entre as mulheres e publicará, em 1979, *A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB* e *Plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher* <sup>115</sup>, documentos propostos e elaborados

---

<sup>112</sup> Documento da FF da OB João Massena (sem título).

<sup>113</sup> Periódico elaborado pela esquerda exilada em Paris, que fez circular uma série de artigos sobre feminismo e mulheres.

<sup>114</sup> Relatorias do primeiro, segundo e terceiro ativo de mulheres do PCB.

<sup>115</sup> Disponíveis em: CARONE, Edgard. **PCB: vinte anos de política. 1958-1970** (Documentos). São Paulo: LECH, 1982.

pela Seção Feminina, em diferentes meios <sup>116</sup> e sem quaisquer alterações substanciais.

Essa retomada da movimentação de mulheres do partido, na OB João Massena articulada com a companheira M., data de 1974 e 1975. Já neste ano, M., como integrante do embrião de Seção, “em função de novas necessidades postas ao partido” criará uma espécie de Assessoria ao CC sobre o trabalho feminino com 5 companheiras. Logo depois, esse organismo será reconhecido e transformado pelo conjunto do CC em Seção Feminina deste órgão dirigente. A criação formal dessa assessoria/seção foi feita através documento enviado pela “Camarada do CC Silvia” à Comissão Executiva do partido e em que foram anexadas cópias das normas mínimas de funcionamento da Assessoria Feminina e o plano de trabalhos dela. Pede-se que a encarregada do partido por esse trabalho, M., fique responsável pela escolha das demais integrantes do grupo e que seja convocada para a próxima reunião da CE. É requerida ainda uma verba mensal mínima de 2.000 francos para o seu funcionamento (para a realização dos ativo, de telefonemas, cópias, etc.). Não constam nos arquivos os documentos remetidos pela CE, mas tudo indica que todas as solicitações tenham sido acatadas e que tenha ocorrido nesse momento a mudança de nome de Assessoria Feminina para Seção Feminina. É provável que a opção de mudança de definição tenha sido consequência da existência anterior de uma Seção Feminina no partido e adequação da forma ao complexo estatutário do partido; e do termo Assessoria estar sendo usado no momento para definir um espaço de natureza distinta e controversa, com participação de intelectuais que não eram integrantes do partido <sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> Voz Operária, versões reprografadas, na coletânea de documentos do PCB organizada por Edgard Carone e na brochura Os comunistas e a questão da mulher (PCB. **Os comunistas e a questão da mulher**. São Paulo: CERIFA/Novos Rumos, 1982. Prefácio de Zuleika Alambert).

<sup>117</sup> Anita Leocádia Prestes esclarece que tal Assessoria, dirigida por Armênio Guedes, foi uma das formas encontradas para fortalecer os setores simpatizantes com o eurocomunismo e suas ideias dentro do partido. Sediada em Paris, era composta por intelectuais de dentro e de fora do PCB, simpatizantes da corrente política mencionada. A função da Assessoria era contribuir para a formulação política do partido, ficando esta responsável por elaborar resoluções a serem discutidas e aprovadas pelo CC (algo completamente fora dos padrões estatutários do partido e da regularidade do funcionamento dos partidos marxistas-leninistas em geral). Alguns membros dela compuseram também naquele momento a redação do Voz Operária. Ver: PRESTES, Anita Leocádia. **Op. cit.** p. 203-204. Nota-se, ao longo dos ativos, uma aproximação da

A Assessoria, que virou Seção, segundo consta no anexo do documento citado, seria composta “indistintamente por companheiros ou companheiras, num total de 5 pessoas” que dedicar-se-iam à “tarefa de assessorar o CC em todas as questões relativas ao trabalho do P. entre as mulheres”<sup>118</sup>. Suas funções eram as de: a) ajudar o CC na elaboração de uma “teoria [...] sobre a condição da mulher” no país; b) ajudar na elaboração de uma política para o trabalho de base entre as mulheres; c) informar sobre tudo que acontecesse no país ou fora dele no que tangia as mulheres, “buscando soluções para todos os problemas concretos”; d) “ajudar o CC na elaboração de planos de trabalho para a aplicação da linha política do P. entre as mulheres e ajudar o CC no estímulo à militância e formação de quadros femininos”; e) ajudar no controle desses planos e na coleta de novas experiências de organização decorrentes deles, visando sua generalização; f) “servir de fonte de consulta para o CC sobre todas as questões ligadas ao trabalho feminino”.

Já suas tarefas seriam: a) manter contato com todas as mulheres do partido que estivessem, dentro do país, se dedicando ao trabalho feminino; b) “manter contato com as encarregadas femininas das obs no exterior”; c) assessorar a representante do partido na FIDM; manter contatos com o secretariado e a CE do partido; responder pela imprensa feminina; “estimular todas as formas de contato do P. com as massas femininas e suas organizações”.

O método de trabalho para tais pertinências e atribuições seria baseado em planos anuais aprovados pela CE e trimestrais aprovados pela própria Assessoria (Seção) e pelo contato permanente do organismo com o Secretariado e CE do partido. Realizar-se-iam reuniões quinzenais das/os dirigentes do organismo

É impossível não se impressionar com o fato de que a reorganização do CC no exílio e a transformação da Seção Feminina em parte integrante daquele tenham ocorrido quase que simultaneamente.

Compuseram a primeira coordenação da SF do CC, além de M., uma companheira da Bélgica, duas de Paris e Ana Montenegro<sup>119</sup>, que

---

Assessoria com relação à Seção Feminina, relação mediada, provavelmente, em especial, por Zuleika Alambert.

<sup>118</sup> Documento: Sobre a Assessoria ao Trabalho Feminino no Partido. Note-se aqui a analogia com a Assessoria ao CC mencionada na nota anterior.

<sup>119</sup> O documento menciona-a apenas como Ana. É possível saber que se trata mesmo de Ana Montenegro por sua reconhecida atuação como representante do partido na FIDM. Ana, que ingressou no PCB em 1945, foi também uma das

neste momento atuava como representante brasileira na Federação Democrática Internacional de Mulheres. Ana permaneceu até julho de 1976 e foi a responsável pela elaboração das “normas de funcionamento da Seção, a inauguração dos planos anuais de trabalhos divididos em trimestres”, por ter dado maior organização à “atividade do partido no exterior junto às mulheres imigradas e também no sentido de iniciar estudos e informações para o CC”. Além disso, sua atuação na FDI-M proporcionou uma ligação mais estreita como o movimento feminino internacional.<sup>120</sup>

Em julho de 1977 uma das militantes foi deslocada para Moçambique (onde se torna encarregada feminina da OB de Maputo) e outra sai da direção da SF por motivos profissionais, levando o organismo a se reestruturar em setembro do mesmo ano. Retornou então para a SF do CC Ana Montenegro e ingressaram duas companheiras de Paris e outra recém chegada da URSS. Essa composição perdurou até meados de 1978, quando uma companheira radicada em Paris retorna ao Brasil, outra da Bélgica se prepara para o mesmo e uma terceira integrante radicada em Paris estava sobrecarregada profissionalmente. Indicou-se em 1979 a necessidade de reforço da Seção com novas companheiras e foi formada uma Comissão de Candidaturas com esse objetivo.

É interessante, em face dessa instabilidade na composição da SF do CC, em que pese todo o apoio institucional recebido, chamar a atenção para as evidentes dificuldades para o desenvolvimento de um trabalho de médio ou longo prazo nesse contexto exiliar. As exiladas iam e vinham, conciliavam sua militância com a vida profissional, estudo e/ou a família ou ainda, no caso de integrantes de outros espaços de direção, com tarefas partidárias de outro caráter que poderiam exigir-lhes viagens eventuais. Além disso, como se pôde observar, a Seção esteve composta por mulheres estabelecidas em diferentes países, o que deve ter exigido grandes dispêndios de energia dessas militantes para a manutenção de seus contatos regulares.

Entre 1976 e 1979 foram convocados e realizados pela SF do CC quatro ativos de mulheres, que reuniram as delegadas das FFs das OBs (ou diretamente das OBs, em caso de Fração ainda não constituída) radicadas na Europa, a SF do CC e convidados. Foram debatidas ali as

---

fundadoras do periódico *Momento Feminino* (editado entre 1947 e 1956), e autora de diversos livros e poemas sobre as mulheres.

<sup>120</sup> Documento Recuperação do trabalho do partido entre as mulheres – 1964-1979.



questões relativas à situação das mulheres e as lutas travadas por elas em nível nacional e mundial naquele momento (aborto, trabalho, sexualidade, legislação trabalhista e civil, educação, etc.), a atuação das pecebistas nos movimentos organizados de mulheres na Europa, teorias e formas de organização feministas, etc. Tais encontros que estatutariamente teriam caráter consultivo acabaram definindo, de certa forma, a linha adotada pelo partido com relação a esses espaços, tendo sido discutidas neles espaços à exaustão e reformuladas as propostas de Informe e Plataforma posteriormente ratificadas pelo CC.

O primeiro ativo, realizado em 19 e 20 de junho de 1976 (Paris), foi convocado pela Coordenação do Comitê Central para a Europa Ocidental. Foi dedicado ao estudo da “condição feminina” no Brasil e serviu, essencialmente, para que fossem: a) realizado mapeamento e avaliação básicos sobre onde estavam e como militavam as mulheres do partido exiladas na Europa, sobretudo, para verificar qual vinha sendo sua atuação entre as “mulheres da colônia brasileira no exterior”; b) “realizar uma consulta sobre questões de importância para o trabalho do P. entre as mulheres”; c) encaminhar algumas tarefas indicadas pelo CC e que, a partir de então, passariam a orientar as militantes em seu trabalho nas “colônias brasileiras”<sup>121</sup>.

Estiveram presentes ali cinco delegadas da FF da OB de Paris e duas convidadas suas, delegadas das OBs de Milão (Itália), Genebra (Suíça), Lisboa (Portugal) e Lund (Suécia). Também uma representante do secretariado da OB de Paris, a representante do partido na FDIM e duas delegadas do CC, totalizando quinze pessoas. Naquele momento, apenas Paris contava com uma Fração Feminina, mas já havia tentativas “trabalho feminino” sendo realizado na Suécia e Itália, além, evidentemente, da França e FDIM.<sup>122</sup>

Entre o I e II Ativos, segundo relatoria da SF ao II Ativo, foram criadas FFs de OBs na Bélgica, Itália e Portugal, locais em que constituíam-se também, de forma consistente ou embrionária, “núcleos femininos de massa”; publicaram-se textos no VO, realizaram-se dois módulos do “curso elementar para a formação de quadros femininos”; circularam por correspondência as primeiras versões dos documentos que viriam a ser publicados pelo CC em 1979.

O II Ativo de Mulheres foi realizado em 19 e 20 de fevereiro de 1977. Estiveram presentes como delegadas as “encarregadas femininas” radicadas na Suíça, Suécia, Itália, Bélgica e França; como convidadas

<sup>121</sup> Ata e relatorias do I Ativo de Mulheres do PCB, 1976.

<sup>122</sup> Tais documentos serão trabalhados no terceiro capítulo deste trabalho.

uma militante membro do secretariado da OB de Paris e outra da SF da Bélgica; duas companheiras da SF do CC, totalizando 9 pessoas. Nesse Ativo, além da militância de base em cada país, foram debatidos os anteprojeto do Informe. Começaram a surgir as primeiras polêmicas em torno dos significados de unidade na luta contra a ditadura e sobre que esfera de militância priorizar – o trabalho possível no exílio como um fim em si ou como espaço de acúmulo teórico e de forças para o retorno ao país<sup>123</sup>.

O Ativo seguinte (Paris), por sua vez, convocado pela Comissão Executiva do PCB, foi realizado em 11 e 12 de fevereiro de 1978. Participaram representantes das organizações partidárias de base de Moscou, Lund, Milão, Paris, Berlim Oriental, Bruxelas, a SF do CC, a representação da Assessoria do CC, da OB de Paris e uma delegação do CC. As representantes das OBs de Portugal e Genebra justificaram as ausências e as da Inglaterra, e Maputo (Moçambique) enviaram contribuições por escrito, justificando também sua ausência. O primeiro dia foi dedicado a um seminário intitulado “A condição da mulher no Brasil e como transformá-la”; o segundo dia foi o do ativo propriamente dito.

Esse foi o encontro em que as propostas de Informe e Plataforma foram debatidos de forma mais qualificada e com o maior aprofundamento do debate. Nele ficou evidente que havia grandes divergências sobre temas fundamentais: a estratégia e táticas partidárias, autonomia dos movimentos de massa frente aos partidos e mesmo definição do feminismo.

O último Ativo de Mulheres foi realizado em Paris em 7 e 8 de julho de 1979. Tal ativo foi marcado pelas discussões acerca da necessidade de um retorno planejado ao Brasil no contexto de aprovação da Anistia e pela avaliação da recente publicação do Informe e da Plataforma de lutas. Participaram dele as representantes das organizações de base partidária estabelecidas em Paris, na Itália, Bruxelas, Moscou, Moçambique e Lund, as integrantes da SF do CC,

---

<sup>123</sup> A representação da FF de Paris foi a que mais se manifestou com discordâncias diante do anteprojeto apresentado pela SF do CC, considerando, entre outras coisas, que este abordava a “frente” de lutas contra a ditadura de forma abstrata – e, portanto, vazia de conteúdo político –, priorizava o trabalho no exterior, baseava-se exclusivamente na experiência de militância no Chile, subestimava forças políticas interessadas e atuantes no feminismo e não partia da real experiência no trabalho de massas. Ver: relatoria do II Ativo de Mulheres, 1977.

uma delegação do CC, um representante da Seção de Agitação e Propaganda e um da Seção de Organização e Sindical, além de convidadas <sup>124</sup>. Essa participação mais numerosa da direção partidária e de duas de suas seções auxiliares chamou a atenção positivamente, revelando um reconhecimento do trabalho realizado pela Seção e uma intenção compartilhada de fazerem convergir as diferentes formas de luta que em que estava presente o partido.

Resultaram ainda da atividade da AF/SF a participação (com delegação, informe e documentação variada preparados e o devido repasse posterior ao CC) nas seguintes atividades: Seminário de Alfabetização da Mulher (Peru, 1974), no Conselho da FIDM (Varsóvia, 1974), Congresso Internacional de Mulheres (RDA, 1975), VII Congresso da FIDM (RDA, 1975), Seminário sobre a “Contribuição da mulher e suas organizações no processo de desenvolvimento da América Latina. As multinacionais e sua interferência no desenvolvimento” (Panamá, 1977), Congresso Nacional de Mulheres Francesas (1977), Conselho da FIDM (URSS, 1978), o envio de uma delegação à *tournée* na Itália (1979) e no Seminário Latino-Americano de Mulheres (Cuba, 1979).

Foi iniciado um trabalho precário – devido à distância e clandestinidade – de ligação com o Brasil, que permitiu às exiladas maiores informações sobre o desenvolvimento dos movimentos de mulheres no interior do país e às residentes no Brasil o recebimento de notícias do que acontecia e se pensava no exterior (através de correspondências, envio de materiais e de companheiras para o Brasil ou ainda através de recados passados por mulheres que viajaram nesse período à Europa). Além disso, já no início de 1979 um conjunto de aproximadamente 20 mulheres que tinham participado das atividades da Seção na Europa já haviam retornado ao Brasil e estavam atuando em organizações femininas <sup>125</sup>, mantendo o contato com a SF do CC <sup>126</sup>.

Foi desenvolvido um trabalho de propaganda específico entre as mulheres e intrapartidário, através do partido ou por iniciativas próprias. Foi publicada uma série de artigos sobre a mulher e sobre a criança no

---

<sup>124</sup> A representante da OB de Berlim Ocidental não respondeu à convocatória e não compareceu ao Ativo.

<sup>125</sup> As pecebistas que permaneceram no Brasil ou ao país retornaram após o exílio militaram em espaços como o Centro da Mulher Brasileira, a imprensa feminista, clubes de mães, departamentos femininos de sindicatos, entre outros.

<sup>126</sup> Relatorias do IV Ativo de Mulheres do PCB, 1979.

*Voz Operária*<sup>127</sup>; seis volumes de um informativo sobre o movimento feminino desenvolvido no interior do país a ser distribuído entre as exiladas, chamado Nossa Hora; a publicação de *dossiers* sobre o Ano Internacional da Mulher, o encontro do Panamá e a Declaração dos Direitos da Criança no Brasil, um calendário sobre a mulher (1978). Houve ainda a preparação de postais relativos ao 8 de março ou à solidariedade às mulheres brasileiras, diversos adesivos, cartazes com motivos relacionados à emancipação das mulheres e “slides” sobre a condição da mulher.

Na análise das atas, relatorias e anexos dos ativos fica evidente o amadurecimento político das militantes das bases e direção partidárias que a organização da SF e a militância efetiva no “movimento feminino” puderam proporcionar. Enquanto nos primeiros ativos as falas mais longas e fundamentadas eram invariavelmente das integrantes da SF do CC, FIDM e da OB de Paris, gradativamente, as militantes radicadas nas bases de outros países vão se sentindo mais à vontade para opinar, complementar, discordar, propôr novos temas, etc. É interessante lembrar que muitas delas, especialmente as jovens estudantes e as esposas de exilados políticos, não tinham experiências anteriores de militância, ou quando a tinham, em função da ditadura, tinham pouca vivência anterior no trabalho partidário público, legal ou de base, as quais desenvolveram no e pelo “movimento feminino”, com o apoio político, teórico e até mesmo logístico da SF do CC. Da mesma forma, fica evidente a importância da Seção como espaço de reflexão sobre a militância desenvolvida por aquelas mulheres como militantes do partido em espaços exteriores a ele.

---

<sup>127</sup> Órgão oficial da imprensa partidária desde 1949, o periódico teve sua edição suspensa no período de maior repressão ao PCB. Após um ano do fechamento, teve a publicação retomada no exílio, em abril de 1976. Nesse período, o VO era enviado clandestinamente ao Brasil, além de circular pela Europa. Durante esses anos, o periódico expressou com particularidade as tensões existentes dentro do CC do PCB, uma vez que seu comitê editorial era composto pela chamada “corrente renovadora” e pela Assessoria ao CC. No início de 1980, foi “substituído” por periódico intitulado *Voz da Unidade*. A publicação do *Voz Operária* foi retomada pelos setores identificado com as propostas de Luiz Carlos Prestes, sendo editado dessa forma entre 1980 e 1983. Ver: FERREIRA, Jorge. **Os comunistas e os Novos Rumos**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300311193\\_ARQUIVO\\_Os\\_comunistaseosNovosRumos.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300311193_ARQUIVO_Os_comunistaseosNovosRumos.pdf); PRESTES, Anita Leocádia. **Op. Cit.** p. 200-205 e 244-247.

Nos capítulos seguintes procuraremos analisar pormenorizadamente a construção dessas experiências efetivas de militância organizadas em torno da SF do CC, partindo dos casos do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e do Comitê de Mulheres Brasileiras e Italianas; assim como compreender a construção dos documentos Informe sobre a Condição da Mulher no Brasil e a Luta para transformá-la e Plataforma de luta pela Igualdade de Direitos da Mulher como processo coletivo e contraditório de elaboração coletiva.



## **CAPÍTULO 2 “MILITÂNCIA FEMININA” PECEBISTA NOS COLETIVOS FEMINISTAS E DE MULHERES: A SF EM E NO MOVIMENTO**

No presente capítulo será trabalhada a militância de mulheres do PCB nos movimentos de base, sobretudo, nos movimentos feministas e de mulheres. A estrutura apresentada no capítulo anterior – instrumento encontrado pelo partido naquele momento para a participação organizada nesses movimentos – deve ser entendida simultaneamente como resultado da militância concreta das mulheres nos espaços citados e instrumento de intervenção partidária neles.

As experiências de militância antifascista, de luta pela anistia e em solidariedade aos atingidos pela ditadura serão apresentadas brevemente de forma a evidenciar que o trabalho de criação das redes internacionais de resistência e solidariedade foi resultado da militância permanente e planificada dos militantes exilados, dentre os quais se encontraram as integrantes da SF. Nesse último caso, além do mais, foi interpretado como indissociável da luta das mulheres enquanto tal. Essa articulação entre as lutas gerais do povo brasileiro e a luta das mulheres brasileiras foi uma das particularidades do “feminismo pecebista” diante de algumas das outras correntes e que será percebida desde a experiência exiliar chilena.

O caminho escolhido para a compreensão da militância planejada das mulheres do partido nos espaços específicos de organização na segunda metade da década de 1970 foi a análise comparada de duas experiências de atuação diversas: a do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris-CMBP e da Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas-AMBI.

Tal opção teve como objetivo expor a diversidade de experiências que constituíram a militância da SF no exílio e das formas como as diferentes vivências enriqueceram e polemizaram os debates internos da SF. Ao mesmo tempo, evidenciar as relações estabelecidas entre o Partido, a Seção e os movimentos ao longo desses anos.

A eleição destes dois espaços diante das demais opções existentes <sup>128</sup> foi resultante de uma combinação de motivos, além de sua evidente relevância na história do movimento feminista brasileiro e internacional. Em primeiro lugar, esses, juntamente com a Federação Democrática Internacional de Mulheres-FDIM, foram os espaços do exílio debatidos com mais profundidade nos ativos. Em segundo, a produção

---

<sup>128</sup> Como os Comitês de Mulheres Democráticas de Lund ou Moscou.

documentária desses movimentos é acessível, sendo possível fazê-la dialogar com a produção do PCB.

## 2.1 AS PECEBISTAS NA LUTA CONTRA A DITADURA: SOLIDARIEDADE AOS ATINGIDOS, LUTA PELA ANISTIA E MILITÂNCIA ANTIFASCISTA

A ilegalidade característica dos “anos de chumbo” não foi novidade para os comunistas. O PCB esteve durante grande parte de sua história proscrito, mesmo nos períodos democráticos. Desde sua fundação, em 1922, até a legalidade decorrente da redemocratização de 1985, somados os diferentes intervalos, o PCB não chegava a completar três anos de atividade legal <sup>129</sup>. Assim, para Pereira, pode-se afirmar de forma metafórica que o partido sempre “esteve exilado legalmente da sociedade que ele pretendia transformar – ainda que na prática estivesse bem integrado a ela, e bem atuante ao longo da maior parte de sua trajetória” <sup>130</sup>. O clima generalizado de perseguição, o risco concreto de tortura, prisão e morte e o exílio propriamente dito, entretanto, foram vivenciados de forma mais intensa nos dois períodos ditatoriais do século XX: o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar de 1964. Nesta última o exílio e os assassinatos chegaram a números mais assustadores, passando o exílio a ser desenvolvido como já vimos, como forma de sobrevivência e “política oficial de preservação do partido”, com a própria retirada do CC para o exterior <sup>131</sup>.

Diante de tal conjuntura, boa parte do cotidiano militante – no interior e no exterior – passou a estar diretamente relacionado à preservação da vida e segurança do partido, de seus militantes e seus familiares e às tentativas de restabelecimento das condições mínimas para a sobrevivência e militância. Não é difícil de compreender, portanto, que amplos contingentes de militantes tenham sido empuxados nesse momento para atividades que Zuleide Faria de Melo classificou como de “retaguarda ativa” <sup>132</sup>. Essa retaguarda, para a pecebista, era

---

<sup>129</sup> Esteve permitida formalmente a existência do PCB nos meses seguintes à sua fundação, em um curto período de 1927 e entre 1945 e 1947, apenas.

<sup>130</sup> PEREIRA, Fabricio. PCB: o partido exilado (1964-1979). **Das Américas**, UERJ, num 5, 2010. P. 2. Disponível em: <http://www.nucleasuerj.com.br/home/phocadownloadpap/6b.pdf>.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> Entrevista concedida por Zuleide Faria de Melo e Mercedes Lima. Salvador, maio de 2012



desempenhada – pela delicadeza e risco das operações – com grande protagonismo do conjunto dos militantes do partido, entre os quais se encontravam também as mulheres dele.

Fizeram parte das atribuições dos militantes pecebistas naquele momento atividades como deslocamento de pessoas, auxílio às famílias de atingidos, abrigo das pessoas que se preparavam para o exílio e até mesmo a proteção dos arquivos da organização. A militância de Zuleide, que ficou responsável pela segurança do partido no território nacional nesses anos, por exemplo, foi fundamental para a proteção de Giocondo Dias (que era o único membro do CC no Brasil e Secretário Geral na vacância de Prestes), e para a preservação do acervo documental da organização depositado no arquivo de Astrogildo Pereira<sup>133</sup>.

Nesse período sombrio, revelam Zuleide Faria de Melo e Mercedes Lima, as atividades que envolviam a proteção dos companheiros e companheiras que corriam risco de morte era a tarefa primordial de todos. Diante dela e da de preservação do partido enquanto tal, evidentemente, todas as outras coisas ficariam para depois. Além das situações mais imediatas, como cuidados com militantes feridos ou adoecidos gravemente em tortura ou perseguição, por exemplo; a proteção dos indivíduos e do conjunto dos comunistas era também a luta contra a ditadura propriamente dita. Reforçam as depoentes: “A luta contra a ditadura era a coisa principal”, “era a vida”<sup>134</sup>.

No exílio, tratava-se de, além do mais, de manter minimamente os elos entre os brasileiros, visando a construção da unidade na luta contra a ditadura. Fora do país, desenvolveram-se atividades de denúncia das violações dos direitos humanos que ocorriam no país, com os objetivos de desestabilizar politicamente o regime via pressão internacional e a construir uma rede internacional de solidariedade ao Brasil e demais países da América Latina que passavam por situações semelhantes. Essas atividades foram promovidas também pela Seção, cujas militantes fundaram entidades como Comitês de Mulheres Democráticas, e participaram de organismos mistos de defesa dos direitos humanos.

---

<sup>133</sup> Ver também entrevista concedida por Zuleide Faria de Melo ao Núcleo Piratininga de Comunicação, em 5 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=PBNJVs5SQTW>. Data de acesso: 20 de outubro de 2013.

<sup>134</sup> Zuleide e Mercedes, respectivamente.

Foram organizados comitês de mulheres em luta contra a ditadura em uma série de países, tendo o trabalho de alguns deles atingido proporções impressionantes. No segundo Ativo organizado pela Seção (1977), por exemplo, o Comitê de Mulheres de Lund, de atuação bastante vinculada à luta pela anistia no Brasil, havia crescido tanto que a “comuna” resolveu subvencionar-lhes as atividades, possibilitando-lhe a instalação de uma sede própria <sup>135</sup>. Dois anos depois, no último Ativo, a representação da “militância feminina” em Lund, Suécia, relata a realização de atividade comemorativa do 8 de março, em coorganização com as suecas 600 participantes <sup>136</sup>! Simultaneamente, as integrantes da organização de base de Lisboa coletavam centenas de assinaturas de personalidades, partidos, sindicatos e entidades culturais – de diversas regiões do país europeu – defendendo a anistia e a libertação dos presos políticos <sup>137</sup>.

No Brasil também as mulheres do PCB também se organizaram para lutar contra a ditadura. Zuleide Faria de Melo e Mercedes Lima explicam: “a partir de determinado momento as feministas do partido foram para as ruas”, seu papel era justamente esse. O 8 de março foi, de certa forma, ressignificado aqui como um espaço importante do combate aos militares. Planejavam-se os atos por mais de seis meses! Sua qualidade, digamos assim, era medida pela duração e visibilidade alcançada. Para as militantes, a polícia tinha consciência disso, acusando-as de comunistas e reprimindo-as com a violência admissível diante do tipo de mobilização <sup>138</sup>. Nas grandes manifestações do 8 de março, dessa forma, enfrentava-se a ditadura utilizando-se do feminismo como bandeira e escudo.

---

<sup>135</sup> A extensão das atividades realizadas por tal comitê era amplíssima e ia da realização de torneios de futebol infantil a ciclos quinzenais de estudos sobre a “problemática feminina”. Sua direção era composta por 15 mulheres, três delas do PCB. Ver: relatorias do II Ativo de Mulheres do PCB, 1977.

<sup>136</sup> Ver: relatorias do IV Ativo de Mulheres do PCB, 1979.

<sup>137</sup> Tais cartas, que tinham uma redação padrão (provavelmente elaborada pelas brasileiras), encontram-se disponíveis no acervo do ASMOB disponível no APESP. O volume de correspondências e a diversidade de assinaturas evidenciam a grande rede de contatos que se pôde formar no país e o esforço considerável que tal trabalho deve ter demandado.

<sup>138</sup> Dado o apoio da ONU e da Igreja e a visibilidade internacional do movimento feminista no período, a ação da repressão tinha que ser calculada nesses atos, a fim de evitar maiores indisposições políticas.

## 2.2 A MILITÂNCIA PARTIDÁRIA NOS ESPAÇOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MULHERES

Formalmente a SF seria composta por homens e mulheres interessados em potencializar a intervenção partidária entre as mulheres, estivessem essas organizadas em espaços exclusivamente femininos, ou não <sup>139</sup>. No entanto, uma parte significativa dos movimentos nos quais a SF atuou não aceitava a participação de homens, por uma série de motivos: para não inibir a participação das mulheres, para que não houvesse uma distorção das pautas do movimento ou mesmo para que eles não perdessem a característica de espaços de organização autônoma das mulheres.

O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris foi fundado como organização feminista e organizava exclusivamente a mulheres. Já outros espaços, como a FDIM (também exclusivamente integrada por mulheres) e a AMBI (organização de tipo misto), se definiam como de militância “feminina”, embora reconhecessem o caráter específico e sistemático da opressão das mulheres e buscassem também uma transformação nesse sentido <sup>140</sup>.

### 2.2.1 O PCB e o feminismo nos anos 1970

O período em que as pecebistas estiveram exiladas na Europa era justamente o mesmo em que houve a conformação de uma nova vaga do movimento feminista em nível internacional. A chamada “segunda onda” foi, segundo Joana Maria Pedro, característica do pós-guerra e deu prioridade às lutas pelos direitos ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado – entendido como sistema ou estrutura social da dominação

---

<sup>139</sup> Na prática, no entanto, poucas vezes homens participaram dos ativos de mulheres promovidos pelo órgão partidário e nunca compuseram sua direção

<sup>140</sup> Hirata considera a percepção da opressão como histórica e sistemática como um traço característico da militância feminista, quer ela assim se defina ou não. Para a autora, os movimentos de mulheres, por outro lado, apesar de compostos também por mulheres, têm como bandeiras reivindicações não específicas. Como veremos ao longo do trabalho, no entanto, a maior parte das organizações do período serão o que se poderia chamar, com base nessa classificação, como de tipo misto, já que combinavam bandeiras feministas com as de luta contra a ditadura ou pela paz mundial. Ver: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs). **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

masculina <sup>141</sup>. Para Costa, essa corrente do feminismo foi resultado da percepção de que a conquista da igualdade formal não havia sido suficiente para

mudar os parâmetros da subordinação feminina, já que as mulheres seguiam sendo vistas e tratadas como inferiores; seguiam sendo vítimas da violência sexual e doméstica, excluídas do mercado de trabalho – e quando conseguiam romper esses bloqueios, recebiam salários inferiores e estavam submetidas a um cotidiano de assédio moral e sexual <sup>142</sup>.

A bandeira que sintetiza essa expressão do feminismo do período foi a do caráter político da esfera privada <sup>143</sup>, que trazia em si, para Costa, um “profundo questionamento dos parâmetros conceituais” do primeiro; já que ao deslocar para a esfera da discussão política “questões que até então eram vistas e tratadas como específicas do privado”, o feminismo rompia com a dicotomia público-privado tal como se

---

<sup>141</sup> Para mais informações sobre como a categoria era entendida no momento ver: MILLET, Kate. **Política sexual**. Lisboa: D. Quixote, 1974 ou FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista**. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. Para uma reflexão mais recente ver: SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

<sup>142</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar”.In. PEDRO, Joana e WOLFF, Cristina (org). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres. 2010. p. 175.

<sup>143</sup> O feminismo é majoritariamente dividido pela historiografia e pela militância como conformado por duas grandes ondas. A primeira teria sido a centrada nas reivindicações de direitos políticos formais, tais como o direito de votar e ser eleita. Tal divisão não é consensual. Autoras como Ana de Miguel Álvarez consideram existir mais uma grande onda, já Clare Hemmings considera que essa classificação diz respeito somente ao feminismo anglo-americano, pois o feminismo se organizou de diversas outras formas ao redor do mundo. Ver: PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone-Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.) **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. 115-137p. ÁLVAREZ, Ana de Miguel. **História do feminismo**. Disponível em <http://www.creatividadfeminista.org>; HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**, vol. 17, num 1, 2009. P.215-241.

configurava no pensamento liberal <sup>144</sup>. Passava-se a ver “a opressão vivenciada pelas mulheres de forma individual e isolada” como problema social de raízes profundas e constituídas historicamente. Dada essa historicidade, a opressão poderia ser entendida como situação transitória, superável através da intervenção política coletiva.

Que tenha sido um acontecimento internacional não quer dizer, evidentemente, que o fenômeno tenha se expressado da mesma forma em todos os países. Anette Goldberg, em estudo comparativo do feminismo setentista na Europa e no Brasil, afirma que os movimentos sociais em geral devem ser abordados de acordo com suas especificidades, resultantes do entrelaçamento de duas dimensões: a histórico-cultural e a conjuntural, cuja inter-relação produz processos históricos bastante diferenciados.

Com efeito, para a autora, “uma abordagem comparativa das condições em que a problemática feminista se transformou e se expressou através de um movimento social” nos países hegemônicos e dependentes do capitalismo sugere algo importante. Que da mesma forma que não se pode falar de “*uma* opressão/submissão da mulher com características universais, tampouco é adequada a busca de modelos universais de resistência a esse binômio, adaptáveis a todas as épocas e formações sociais” <sup>145</sup>.

Também Ergas defende que o feminismo “não é um substantivo cujas propriedades possam ser definidas de forma exata e definitiva”. Diz respeito, pelo contrário, a variados conjuntos de teorias e práticas constituídas historicamente e centradas na defesa dos interesses das mulheres. Assim, pode-se dizer que o que “o feminismo é, ou foi, é mais uma questão histórica do que uma questão de definição” <sup>146</sup>.

---

<sup>144</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara. **Op. cit.** p. 175. Sobre essa discussão ver também: PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 e OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, agosto 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 8 de outubro de 2010.

<sup>145</sup> VELASCO E CRUZ, Anette Goldberg. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, Madel T. (org). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.37-38.

<sup>146</sup> ERGAS, Y. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no Ocidente**, v.5. Lisboa: Afrontamento; São Paulo: Abril, 1990. p. 588

Pedro esclarece que a maneira como os feminismos do Cone Sul se constituíram enquanto movimentos e a forma como as idéias feministas circularam na porção do continente foi resultado de uma série de disputas e apropriações. “Disputas, no sentido de questionar o próprio sentido de feminismo, face aos embates políticos e às questões econômicas, sociais e culturais”<sup>147</sup>. E apropriações porque em cada país as bandeiras, palavras de ordem, os objetivos e o próprio significado do feminismo foram adaptados. Em muitas ocasiões, por exemplo, lembra a autora, o movimento se instrumentalizou a si mesmo a fim de melhor denunciar as violações dos direitos humanos ocorridas nas ditaduras.

Por esses motivos, entender o sentido adquirido pelo termo feminismo nos diferentes contextos particulares envolvidos na militância pecebista é fundamental. Iniciaremos com uma breve discussão da experiência brasileira e, partindo dela, buscaremos compreender as situações vivenciadas na França e Itália – espaços de militância eleitos para discussão no capítulo. Isso porque a Seção Feminina, apesar de ter sido constituída no exílio, foi formada exclusivamente por brasileiras, algumas das quais tinham experiências anteriores de militância no movimento feminista ou “feminino” nacionais. Mas, sobretudo, porque se organizou tendo em vista a intervenção no contexto brasileiro, esforçando-se constantemente para manter as relações possíveis com o “interior”.

#### 2.2.1.1 O feminismo brasileiro organizado no território nacional

Cynthia Sarti considera do feminismo brasileiro do período – uma das facetas dos movimentos de mulheres desenvolvidos na década de 1970 – como resultante de uma trajetória particular, profundamente marcada pelo fundamento de nossa sociedade na desigualdade social e pelo contexto de autoritarismo político da ditadura civil-militar instaurada desde 1964. O feminismo, para a autora, como “experiência histórica que enuncia genérica e abstratamente a emancipação feminina” atua “dentro dos limites e possibilidades – que lhe são intrínsecos – de se referir concretamente a mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos”<sup>148</sup>. Tal contexto, no caso do Brasil,

<sup>147</sup> PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, dezembro 2006, p. 117.

<sup>148</sup> SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em:

fez com que adquirisse um caráter interclassista e uma forte tendência política, em detrimento das questões específicas das mulheres <sup>149</sup>. Características estas que serão impulsionadas também pela ação pecebista, como se verá ao longo do capítulo, já que ele defendia a indissociabilidade imediata entre as lutas contra a ditadura, pela possibilidade de organização não clandestina das mulheres e pela igualdade de direitos.

A reconstrução do movimento feminista “no Brasil na década de 1970 tem histórias entrecruzadas e conflitivas” <sup>150</sup>, sendo sua própria cronologia objeto de disputas. Embora a versão mais difundida aponte para o ano de 1975 – quando houve a definição, pela ONU, do ano e década internacionais da mulher e criação o Centro da Mulher Brasileira – como marco fundador do feminismo organizado, desde o início da década as idéias feministas vinham ganhando terreno no país.

Em 1967 foi traduzido e publicado o texto de Juliet Mitchell, Mulheres: a revolução mais longa <sup>151</sup>, que circulou amplamente através da Revista Civilização Brasileira. Em 1971, por intermédio de Rose Marie Muraro o livro A mística feminina <sup>152</sup> de Betty Friedan (1963) foi editado no Brasil. No ano seguinte, o Conselho Nacional da Mulher – entidade reconhecidamente conservadora e atrelada ao regime – sob a liderança da advogada Romy Medeiros <sup>153</sup> e apoio de Rose Marie Muraro, convoca o I Congresso de Mulheres, que contou com a participação de feministas ligadas aos campos da esquerda e da direita

---

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso)

[83332001000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso). Data de acesso: 26 de abril de 2013.

<sup>149</sup> Que só serão abordadas com mais profundidade após a redemocratização. SARTI, Cynthia. O feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa de São Paulo**, n. 64, fevereiro de 1988. P. 38-47.

<sup>150</sup> PEDRO, Joana Maria. **Op. cit.**

<sup>151</sup> Reeditado mais recentemente pela Revista Gênero (Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006), disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/08112009-015900mitchell.pdf>.

<sup>152</sup> Versão digital disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2007/02/374147.pdf>.

<sup>153</sup> A advogada, esclarece Pedro, “tinha uma história no movimento feminista. Em 1949 havia criado o Conselho Nacional de Mulheres, que lutava por direitos. Lutou, por exemplo, pelo Estatuto da Mulher Casada, que foi aprovado em 1962”. Apesar de ser bem relacionada com as elites do governo, Romy foi chamada algumas vezes ao DOPS para prestar esclarecimentos sobre o encontro.

(participaram pessoas do alto clero, banqueiros e congressistas a feministas como Carmen da Silva e Heleieth Saffioti).<sup>154</sup>

Datam do mesmo ano igualmente os primeiros grupos de reflexão, também conhecidos como grupos de consciência, organizados no Rio de Janeiro e em São Paulo. A forma organizativa era inspirada em práticas surgidas nos Estados Unidos<sup>155</sup>, onde pequenos grupos de mulheres se reuniam para debater de forma horizontal e aberta (sem pauta ou regulamentos) questões mais ligadas à sexualidade, corpo, prazer, relações interpessoais, etc. Neles, as temáticas do cotidiano eram debatidas visando a transformação pessoal e cultural de suas integrantes, através do desenvolvimento da consciência da opressão e do caráter compartilhado dela.<sup>156</sup>

A reconstrução do feminismo enquanto movimento social de expressão nacional, no entanto, parece mesmo ter ocorrido no ano de 1975. Nesse ano foram realizadas a atividade inaugural do Ano Internacional da Mulher-AIM na Associação Brasileira de Imprensa-ABI<sup>157</sup> – patrocinada diretamente pelo Centro de Informação da ONU –, constituído o Centro da Mulher Brasileira-CMB e formados diversos outros espaços de articulação de caráter feminista pelo país.

---

<sup>154</sup> Costa, Ana Alice Alcântara. **Op. Cit.** p. 178.

<sup>155</sup> Introduzidas aqui por mulheres que haviam tido experiências lá, como Walnice Nogueira Galvão, Maria Odila Leite da Silva Dias e Branca Moreira Alves.

<sup>156</sup> No Brasil, esses grupos foram compostos por profissionais liberais e estudantes de graduação e pós-graduação. Tinham, por sua própria natureza, um caráter muito privado, sendo pequenas agrupações de mulheres “que já se conheciam há mais tempo, eram amigas ou possuíam alguma afinidade” e que ingressavam no grupo por convite ou indicação. As reuniões eram realizadas nas casas das próprias integrantes. Eram grupos bastante elitizados, além disso, por serem realizadas nos encontros discussões de textos bastante teóricos e em outros idiomas (inglês e francês, principalmente), trazidos pelas integrantes em suas viagens internacionais ou enviados para elas por familiares radicados na Europa ou EUA. Costa, Ana Alice Alcântara. **Op. Cit.**. Segundo Goldberg, fizeram parte do rol de leituras dos grupos de consciência feminista brasileiro autoras como Simone de Beauvoir, Scheila Rowbothan, Gisèle Halimi ou Ti-Grace Atkins. Ver: GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>157</sup> O ato foi intitulado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”.



É importante ressaltar a brecha aberta pela ONU, nesse sentido. A organização mais numerosa e pública de mulheres não teria sido a mesma sem a sustentação política conferida pelo organismo internacional. O AIM foi, entretanto, para Pedro, interpretado de maneira ambígua pelos setores que compunham a esquerda: como a abertura de um “espaço autorizado para fortalecer a luta contra a ditadura”<sup>158</sup>, mas como um possível fator de dispersão em relação às bandeiras antiditatoriais.

Muitas das mulheres que militaram no período referem-se a tal ato – o de comemoração do AIM – como o espaço em que foi criado o próprio CMB, que passou a funcionar também no Rio de Janeiro, em uma pequena sala alugada. Tal organização, para Costa, “inovou ao trazer naquele momento a possibilidade da existência pública e institucionalizada do feminismo”<sup>159</sup>. Entre os objetivos desse importante instrumento de organização da luta feminista no Brasil estavam o estudo, reflexão, pesquisa e análise das questões da mulher brasileira e a criação de um “departamento de ação comunitária para tratar concretamente e em nível local dos problemas da mulher”<sup>160</sup>. O objetivo central era “combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais” a fim de que elas pudessem desempenhar seu papel como sujeitos ativos da história brasileira.

Preocupava de uma forma geral às feministas organizadas no CMB – e às feministas marxistas em particular – a ausência de tradição e práticas democráticas consolidadas no país, o que, para elas, ajudaria a entender o apoio ou inércia de setores populares diante do golpe, observado sobretudo no período do “Milagre Brasileiro”. A retomada do feminismo, portanto, viria a ajudar a cumprir com essa tarefa histórica de criação de uma consciência democrática na população brasileira. Postura próxima, esta, à do PCB em sua atuação no Chile, já que o objetivo do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior também tinha como um de seus pontos fundamentais o desenvolvimento de uma consciência crítica nas mulheres exiladas sem trajetória anterior de militância.

---

<sup>158</sup> PEDRO, Joana Maria. **Op. cit.**

<sup>159</sup> Embora o feminismo não fosse mencionado explicitamente no Estatuto do Centro, ali eram mencionadas as finalidades de conhecimento da condição das mulheres com vistas a superá-la e a formação de grupos de reflexão. Ver: COSTA, Ana Alice Alcântara. **Op. Cit.** p. 181.

<sup>160</sup> PINTO apud PEDRO. **Op. Cit.**

Coexistiam no CMB, na interpretação de Anette Goldberg, três tendências políticas: feminismo liberal, o radical e o marxista. As ações iniciais do Centro foram caracterizadas pela autora como de maior influência liberal. Mas as tendências marxistas foram adquirindo ânimo, especialmente por volta de 1977, quando o PCB passou a ser a força com maior quantidade de militantes e influência política. Maria do Espírito Santo revela à Joana Maria Pedro, no entanto, que as mulheres do CMB no Rio de Janeiro, desde a sua fundação, já eram majoritariamente militantes do PCB <sup>161</sup>.

O Partido teve “um papel fundamental na criação do movimento”, como explicou a militante. Maria do Espírito Santo também esclarece que, assim como no exterior, dentro do país a participação das pecebistas nos espaços de organização de massa específicos foi amplamente estimulada, ainda que muitas vezes valorizada – como as integrantes da SF denunciaram <sup>162</sup> – como espaço de prováveis recrutamentos mais do que pela relevância social e política de sua agenda.

Ao longo de todo o período de existência do CMB foram constantes as disputas das diferentes correntes que o constituíam em torno que formas de militância priorizar (atividades nas favelas ou grupos de consciência) ou sobre as bandeiras a serem empunhadas (trabalho ou sexualidade, por exemplo, que se apresentavam para ambos os lados, muitas vezes, como antagônicos). As feministas identificadas com a ala liberal acusavam os partidos de aparelhamento, criticavam a militância nas favelas (considerando-a artificial), a centralidade das bandeiras que envolviam a luta contra a ditadura e as demandas mais relacionadas às necessidades imediatas das mulheres da classe trabalhadora (legislação protetora do trabalho feminino, creches, direito ao planejamento familiar, etc.). As feministas marxistas, por sua vez, condenaram os grupos de reflexão, caracterizando-os como burgueses ou intimistas, e consideraram as bandeiras específicas levantadas pelas liberais demasiadamente ensimesmadas, sem consequências para fora de seu próprio âmbito <sup>163</sup>.

A maioria de integrantes de esquerda (PCB, MR-8, entre outros) foi revertida por ocasião das eleições de 1978, já que essas militantes se concentraram no período na construção da campanha de oposição do

---

<sup>161</sup> Já em São Paulo a força política mais numerosa era o PCdoB. PEDRO, Joana Maria. **Op. cit.**

<sup>162</sup> Essa questão será melhor abordada ao longo deste e do terceiro capítulo.

<sup>163</sup> Idem.

MDB à ditadura. Ganhou centralidade no período a discussão sobre saúde e reprodução, rejeitada por alguns setores da esquerda como “tema tabu” (provavelmente por poder abalar a unidade da coalizão de forças de oposição à ditadura, da qual era importante componente o setor progressista Igreja Católica). Logo mais, as “políticas” e as exiladas voltaram a se integrar ao cotidiano do movimento e as divergências entre as diferentes correntes de interpretação da questão das mulheres se explicitaram, sobretudo nas atividades de organização do I Encontro Nacional de Mulheres, que seria realizado no ano seguinte (1979). A discussão sobre a horizontalidade do Centro também foi pivô de muitas das discussões, acarretando na ruptura de um grupo de 21 mulheres – que fundaram posteriormente o grupo Ceres<sup>164</sup> – com o Centro. Tal ruptura, a “abertura política” e a reforma que instituiu o pluripartidarismo fizeram com que a partir daí surgissem diversas tendências no CMB e que sua convivência fosse mais conflituosa.

Outros espaços organizativos importantes de atuação do feminismo brasileiro foram a imprensa feminista<sup>165</sup>, Clubes de Mães,

---

<sup>164</sup> Esse era um grupo de reflexão independente que existia antes de 1975 e que ao longo de todo esse tempo reunia-se paralelamente ao CMB. O nome “Grupo Ceres” foi adotado após a saída do CMB, e foi escolhido devido a uma pesquisa sobre identidade social e sexual da mulher realizada entre 1978 e 1979 (financiamento da Fundação Carlos Chagas). Sua orientação era predominantemente feminista-liberal, tendo sido composto por Branca Moreira Alves, Comba Marques Porto, Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares Barsted, Mariska Ribeiro e Sandra Boschi. Ver: Pedro, Joana Maria. **Op. Cit.**

<sup>165</sup> Também no ano de 1975 foi criado em Londrina o jornal Brasil Mulher, ligado ao Movimento Feminino pela Anistia-MFA e publicado por ex-presas políticas. Tal jornal, no ano seguinte, se desvinculou do MFA, passando a ser editado em São Paulo, pela Sociedade Brasil Mulher (entidade feminista, da qual faziam parte, além de independentes, militantes do PCB, PCdoB e AP). Neste mesmo ano surgiu em São Paulo, por iniciativa de ex-exiladas e antigas militantes do movimento estudantil (algumas das quais antigas integrantes do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e da vertente Debate ou do PCB), o periódico Nós mulheres. Este, desde seu primeiro número, se definiu como feminista e classista, tendo como objetivo privilegiar o tema da mulher. Os dois jornais tinham como pauta privilegiada em seus números muitos dos aspectos ligados à luta contra a ditadura. Para mais informações a respeito ver: CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (N.E.), 264, setembro-dezembro/2004. P. 37-65, disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/381/38114353004.pdf>; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(1): 336, jan-

Movimento do Custo de Vida <sup>166</sup>, Movimento de Luta por Creches, associações de bairro ou os movimentos sindicais <sup>167</sup>.

A Seção Feminina do PCB, exilada, estava atenta às movimentações feministas desenvolvidas no interior do país, informando-se, na medida do possível, principalmente, sobre o funcionamento do CMB e da imprensa feminista. Em mais de um ativo, por exemplo, são apresentadas “análises quantitativas e qualitativas” do jornal Brasil Mulher, em que é revelada uma preocupação com a pouca atenção despendida às questões especificamente femininas, preteridas diante da luta pela anistia ou contra a ditadura <sup>168</sup>, bem como são lidos relatos sobre a atuação do CMB, enviados do Brasil ou coletado de brasileiras em trânsito na Europa.

O feminismo brasileiro da década de 1970, nas palavras de Ana Alice Alcântara Costa, pode ser caracterizado, em linhas gerais, “como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava [não sem tensões] as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização” <sup>169</sup>. Diluíam-se nos movimentos diferentes projetos táticos e estratégicos. A unidade entre

---

jun/2003. P. 234-341. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9497/8721>; MELLO, Soraia Carolina de. **Imprensa feminista no Brasil**: um caso particular (1976-1978). VI Encontro Regional Sul de História Oral: culturas, identidades e memórias. Florianópolis-SC, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.cfih.ufsc.br/abho4sul/pdf/Soraia%20de%20Mello.pdf>; TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

<sup>166</sup> Nascido a partir da organização do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo, tal movimento realizava assembleias com milhares de integrantes e convocou, em 1978, uma das primeiras manifestações públicas, na Praça da Sé, em São Paulo, com a participação de 20.000 pessoas. Ver: CHAGAS, Genira. A saga do Clube de Mães da Zona Sul. **Jornal UNESP**, São Paulo, Julho 2010 - Ano XXII - n° 257. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/257/ciencias-humanas.php>.

<sup>167</sup> Para mais algumas informações sobre esses movimentos ver: TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. Op. Cit.; SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/vera.pdf>.

<sup>168</sup> Ver relatórios do III e IV ativos de mulheres do PCB.

<sup>169</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. V.5, n.2. Niterói: NUTEG/Eduff. 1. sem. 2005. p.15.

diferentes concepções da opressão e da libertação presentes no feminismo, amalgamadas pela luta contra a ditadura, era mantida apesar de uma intensa “batalha de ideias”.

Como a literatura produzida pelo assunto apontará, a política de alianças do feminismo brasileiro será um dos traços fundamentais de distinção dele com relação aos demais feminismos, notadamente os europeus. Sarti, por exemplo, destaca que seu vínculo com as camadas populares envolveu “uma delicada interação com a Igreja Católica, importante foco de oposição”<sup>170</sup> ao regime militar. Tal relação envolveu de forma simultânea cooperação, enfrentamentos e uma disputa pela hegemonia nos grupos populares de mulheres, por parte do movimento feminista e da Igreja<sup>171</sup>.

O resultado dessa interação foi por um lado, um enraizamento rápido de algumas discussões importantes ao feminismo no âmbito dos movimentos populares urbanos e rurais e mesmo a proliferação de espaços organizativos de mulheres; por outro, a concentração de algumas discussões também caras ao feminismo, mas que iam de encontro com os preceitos da Igreja (como o aborto ou prazer), em espaços privados e pequenos de debate, com muito menos expressão política em nível nacional.

Outro grande e complexo aliado do feminismo brasileiro foi o campo da esquerda, à começar pela própria constituição dos grupos feministas. Como já vimos, muitas das militantes da “segunda onda” brasileira eram ou haviam sido integrantes ou muito próximas de organizações vinculadas ao marxismo e/ou à perspectiva da libertação nacional. A subversão dos estereótipos de gênero ocorrida especialmente na esquerda armada e a dupla militância são fundamentais para a compreensão do processo de consciência feminista pelo qual passaram as mulheres que compuseram os movimentos brasileiros e para a compreensão desses movimentos em si. Entre outros motivos, porque as mulheres que se organizaram para tentar derrubar a ditadura – em espaços que tiveram como tática a insurreição/formação de focos de guerrilha ou nos que optaram pela construção de movimentos de massa – tiveram que enfrentar, além da clandestinidade, tortura, prisão e exílio, o sexismo. Este último foi percebido não somente em suas famílias, locais de trabalho ou no contato com os mecanismos repressivos do Estado, mas onde menos esperavam: em suas próprias organizações.

---

<sup>170</sup> SARTI, Cynthia. O feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa de São Paulo**, n. 64, fevereiro de 1988. P. 40.

<sup>171</sup> Idem.

Ana Alice Costa chama a atenção para que apesar da crítica (velada ou aberta) em relação ao sexismo persistente também em suas organizações, “as feministas brasileiras mantiveram seus vínculos ideológicos e seu compromisso com uma mudança radical das relações sociais de produção”<sup>172</sup>, mantendo, muitas vezes – como foi o caso de organizações como o PCB, PCdoB, AP, MR-8 e alguns coletivos trotskistas – relações de dupla militância. Houve aqui, segue a autora, “o interesse em promover um projeto mais amplo de reforma social que envolvia diferentes formas organizativas que possibilitavam o envolvimento de setores populares (MOLYNEUX, 2003, p. 269) com suas demandas, dentro das quais se realizavam os direitos da mulher”<sup>173</sup>.

Uma das questões mais conflitantes e definidoras do feminismo no período – em função das estreitas relações com diferentes partidos e instituições – foi a da autonomia. Embora se observe quase um consenso com relação à necessidade dela diante de partidos ou outras formas de organização, a definição dessa autonomia ou a opinião sobre o respeito a ela por parte de partidos ou organizações foram frequentemente polêmicas<sup>174</sup>.

Grosso modo, pode-se dizer que a autonomia foi defendida como “princípio organizativo do feminismo”<sup>175</sup>, sem que implicasse “uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades, apenas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias”<sup>176</sup>.

Outra peculiaridade do feminismo brasileiro – também resultante do contexto repressivo vigente após 1964 – foi a constituição de espaços importantes de militância no exílio, tais como o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior ou o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

---

<sup>172</sup> STERNBACH apud COSTA, Ana Alice Alcântara. **Op. Cit.** P. 176.

<sup>173</sup> COSTA, C.L. **Op. Cit.** P. 177

<sup>174</sup> Naquele momento, como adverte Costa, a “discussão sobre a autonomia em relação ao Estado”, em função do contexto ditatorial, não era sequer colocada, de tão óbvia que se apresentava a todos os setores em luta.

<sup>175</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara. **Op. Cit.** P. 16

<sup>176</sup> Idem.

### 2.2.2 A política pecebista para atuação nos movimentos compostos exclusiva ou prioritariamente por mulheres

O Partidão, a partir das formulações da SF, elenca como tarefa tática principal em seu trabalho com as mulheres mobilizá-las “na luta pela igualdade de seus direitos dentro da sociedade, como importante momento da luta pela sua emancipação”; e na luta pelo fim da ditadura, que não poderia ser conquistado “sem a participação ativa e organizada da metade da população do país”<sup>177</sup>.

Essa tarefa estava ligada tantos aos objetivos característicos da “etapa democrático-burguesa da revolução”<sup>178</sup> quanto ao desenvolvimento das lutas de classe pelo socialismo. Muito embora dissesse respeito a todo o movimento socialista e democrático, caberia “antes de tudo às próprias mulheres”, que para tal, necessitariam de “um instrumento próprio de análise e de luta”<sup>179</sup>. Assim, dever-se-ia defender, apoiar e estimular o desenvolvimento de um movimento feminino democrático que servisse “cada vez mais de instrumento principal de estudo dos problemas da mulher e de combate na luta pelos seus direitos e por sua emancipação”<sup>180</sup>.

Foram comuns na época – e seguem sendo percebidas na literatura – alusões ou acusações literais de aparelhamento do movimento (ou de tentativas nesse sentido) por parte das organizações de esquerda, particularmente do MR-8, PCdoB e PCB. Essa foi uma questão que permeou também os debates da Seção Feminina do PCB ao longo de todos os ativos realizados e que foi abordada em praticamente todos os documentos produzidos pelo organismo.

No conjunto da documentação produzida pela Seção Feminina, inclusive na assinada pela direção do partido, é realizada uma defesa intransigente da autonomia do movimento de mulheres com relação aos partidos políticos em geral, dentre os quais se encontrava, naturalmente, o partido comunista. Tal postura partiu da crítica do aparelhamento

---

<sup>177</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 345.

<sup>178</sup> Para mais informações, ver, por exemplo: MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira. **Estratégias e táticas da Revolução Brasileira**. Prestes versus o Comitê Central do PCB. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH, Unicamp, Campinas, 2002.

<sup>179</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 345.

<sup>180</sup> Idem. P. 346.

realizado pelos partidos de direita <sup>181</sup>, que, segundo as pecebistas, haviam utilizado as mulheres como massa de manobra em 1964; mas também, como já foi exposto, da autocrítica da forma como o PCB havia atuado nos anos anteriores ao golpe, resumindo, muitas vezes, o movimento de mulheres a um espaço de aproximação das mulheres ao partido.

Tal postura não era homogênea entre os diferentes partidos de esquerda. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro, por exemplo, era declarada e radicalmente contra a autonomia, que classificou como “doutrinarismo” ou “xaropada teórica”. Tal organização via a mobilização de mulheres em torno de suas demandas específicas como um fator de divisão do proletariado na luta sindical e política e mesmo como fator que enfraqueceria a luta das mulheres pelos seus direitos. Propunha, em cambio, a organização de departamentos femininos nos sindicatos, associações de bairro e movimento estudantil e aproximação das mulheres em relação ao MDB <sup>182</sup>.

As militantes da SF do CC discordavam com profundidade de tal postura, denunciando-a. Ao analisar a atuação das forças classificadas como de “ultraesquerda” (MR-8, organizações trotskistas, entre outras) nos movimentos de mulheres, é feita a seguinte descrição:

Em geral distribuídas por pequenas agrupações que se distribuem por diferentes siglas. Procuram atualmente influir no movimento de mulheres, ora arrastando-o para posições estreitas e sectárias, como aquela de que “só no socialismo a mulher poderá ser livre” e, portanto devem elas participar apenas da luta pela derrubada do capitalismo aguardando o grande dia de sua libertação. Ou

---

<sup>181</sup> É enfatizada não somente a atuação das mulheres na Marcha com Deus pela Liberdade, mas o vínculo permanente da direita com as organizações específicas, como eram os casos da Arregimentação Feminina, União Cívica Feminina, CANDE e mesmo organizações mistas, como a Tradição, Família e Propriedade.

<sup>182</sup> Para o MR8, nos DF dos sindicatos, por exemplo, poderiam ser assumidas questões específicas ou denunciadas situações de opressão às mulheres, sempre e quando esses espaços não se transformassem em “grupos de debates”, já que sua função primeira era organizar as mulheres em torno das lutas gerais do povo brasileiro. Ver: RIBEIRO, Maria Rosa Dória. **Relações de poder no feminismo paulista – 1975-1981**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, IFCH, USP, São Paulo, 2011. p.238-9.



então para posições sexistas (greves de sexo e coisas semelhantes)<sup>183</sup>.

Retornando à posição do PCB, esse considerava que o movimento de mulheres deveria ser composto por todas as mulheres que “a partir de graus de conscientização e situações diferentes” adquirissem consciência de sua marginalização nas esferas do trabalho, família e sociedade. Com tal composição, na medida em que fosse democrático, seria unitário, o que significava a manutenção de sua organização com autonomia frente aos partidos, correntes religiosas e filosóficas.

O partido defendia, no entanto, que essa autonomia não deveria ser confundida com apoliticismo, numa clara menção às correntes do movimento com as quais nesse momento já se enfrentava. Tais correntes priorizavam as discussões sobre sexualidade, organizando-se através dos grupos de consciência e foram muitas vezes consideradas pelas comunistas e seus partidos, sejam as do PCB ou PCdoB, pequeno-burguesas e divisionistas. Sua postura frente a tais correntes era, textualmente, a seguinte:

Nós comunistas somos favoráveis a um movimento feminino autônomo. Pensamos, no entanto, que quando as feministas exigem autonomia estão pensando é na despolitização do movimento (...). E com isto não concordamos<sup>184</sup>.

Aprofundando sua crítica, o PCB afirmava: “o movimento feminino não deve ser um gueto onde as mulheres, analisando o seu cotidiano, separam-no mecanicamente das grandes questões nacionais”. Propunha, então, outra forma de articulação e organização da luta, baseada na unidade expressa nas plataformas comuns de luta, campanhas por reivindicações determinadas ou por coordenações temporárias ou permanentes, que considerando as diversas formas de organização do movimento, pudessem o fazer convergir em torno das reivindicações compartilhadas.

Para o PCB, o movimento feminino deveria estar voltado prioritariamente para as reivindicações específicas das mulheres e luta da transformação de sua “condição”. Através do exame crítico do

---

<sup>183</sup> Relatorias do III Ativo de Mulheres do PCB, 1978.

<sup>184</sup> Relatorias do III Ativo de Mulheres do PCB, 1978.

cotidiano, as mulheres ganhariam consciência de sua situação e forças para lutar contra ela; situação que, insiste o partido, faria “parte da sociedade como um todo e de seu caráter”.

A forma como deveria ser articulada a relação entre a autonomia do movimento e a também defendida unidade do movimento de massas sob a hegemonia dos comunistas, porém, foi objeto de discordâncias nos ativos da Seção, como se verá na avaliação da militância na França e Itália. Foi consensual, no entanto, após alguns debates a respeito, a preocupação de que as organizações de massa não se confundissem com o partido. Para a SF do CC, tais organizações deveriam ser tão amplas quanto possível, e não um partido de mulheres ou um braço de algum partido político (ainda que esse fosse o próprio PCB).

Não obstante defendesse com insistência a autonomia do movimento de mulheres, na prática foram observados alguns percalços, como a dificuldade para atuar no movimento junto a outras forças políticas. Por um lado, houve embates com as forças trotskistas e vinculadas às organizações que optaram pela luta armada (chamadas pelas pecebistas de “*gauchistas*”<sup>185</sup> ou “ultraesquerda”); e por outro, com as militantes ou coletivos caracterizados como “existencialistas”, “sexistas”, “estruturalistas” ou mesmo “feministas”. A recíproca foi verdadeira.

É possível que as denúncias de aparelhamento dirigidas à esquerda ou ao partido sejam condizentes com práticas de militantes nesses espaços, já que a formulação teórica e programática nem sempre é harmônica com a prática cotidiana, no entanto, como pôde se perceber, o aparelhamento não foi a postura oficial do PCB e menos ainda a intenção da Seção Feminina.

É inegável – e coerente – no entanto, que as pecebistas atuaram no movimento como comunistas organizadas. Desempenharam sua militância, na medida em que podiam, de forma orgânica (coletiva, organizada e planificada). Esforçaram-se para levar sua posição partidária para todos os lugares em que estiveram presentes e para ampliar sua esfera de influência – quando possível, integrando mais mulheres à organização.

---

<sup>185</sup> Esquerdistas, em francês.

### 2.2.3 A militância na França e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris<sup>186</sup>

Do ponto de vista da organização de mulheres, a militância na França foi uma das experiências mais férteis e bem documentadas do exílio na Europa. As pecebistas radicadas em Paris procuraram organizar-se e unir-se a outras mulheres tão logo chegaram à França. Esse interesse não foi extraordinário naquele contexto: o movimento feminista francês<sup>187</sup> vinha, desde 1968, dando grandes demonstrações de vigor e de combatividade, sendo marcado pelo diálogo com o movimento estudantil e com organizações de esquerda<sup>188</sup>.

---

<sup>186</sup> As pecebistas em Paris mantiveram também militância ativa nos movimentos contra as ditaduras na América Latina, principalmente no Brasil, atuando em conjunto com o Partido Comunista Francês e partidos da América Latina. Esse não será o foco do capítulo, mas é digna de nota a atuação na solidariedade internacional, espaço em que a militância “feminina” também se entrelaçou com a luta contra a ditadura.

<sup>187</sup> O *Mouvement de Libération des Femmes*-MLF foi o movimento mais expressivo e influente naquele contexto. Criado em 1970 a partir da fusão de grupos menores, resultava, para Picq, da “confluência de dois principais sistemas de análise, o marxismo e a obra de Beauvoir” (PICQ, Françaíse apud ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. Campinas: UNICAMP, 2010. p. 58). Grosso modo, até 1974, a tendência predominante do movimento foi o feminismo radical, havendo grande crescimento entre 1972 e 1973. O ano de 1974 foi marcado por uma reviravolta na correlação de forças interna, com a criação formal da tendência “luta de classe”, passando a predominar o feminismo anti-capitalista vinculado à organizações de esquerda. Ver: GOLDBERG, Anette. O movimento de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: MONTERO, Paula (et. al.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. P. 45.

<sup>188</sup> Diálogo este marcado por aproximações e rupturas, afinidades e tensões. Em 1970, por exemplo, alguns militantes de organizações de esquerda foram expulsos de um debate público sobre a opressão feminina por terem se comportado agressivamente no espaço. Para Anette Goldberg, esse evento inaugura na França o “separatismo”, princípio característico das organizações feministas do período, adotado “para garantir a espontaneidade e a liberdade de expressão e a criação de um novo tipo de relação entre as mulheres”. No mesmo ano, um periódico de esquerda publica um número especial sobre a liberação das mulheres com um artigo de um coletivo feminista. Ver: GOLDBERG, Anette. O movimento de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980):

No primeiro trimestre de 1974, ano em que o exílio se avolumou e que a Europa foi adotada como destino prioritário, foi formada uma Fração Feminina na base partidária parisiense, a partir da qual se convocaram como frentes de trabalho externo um grupo de estudos aberto, com a finalidade de atuar na formação e articulação das brasileiras exiladas naquele país e um Comitê Europeu de Mulheres Brasileiras, a fim de promover as comemorações do ano e década internacionais da mulher.

Segundo relato apresentado no I Ativo de Mulheres, a iniciativa de promoção das atividades do 8 de março foi frustrada por uma série de motivos,<sup>189</sup> não tendo sido possível engajar a quantidade de mulheres necessária para a construção da campanha, e não tendo resultado em saldo organizativo positivo.

Já grupo de estudos, que tinha como objetivo um aprofundamento acerca do “problema feminino” no Brasil, apesar de ter durado apenas dez meses, colaborou decisivamente para a reconstrução da Seção Feminina do partido, bem como proporcionou à base partidária crescimento significativo de militantes<sup>190</sup>. Também, como veremos, jogou um papel importante na história da construção do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

O grupo iniciado com cerca de 10 mulheres, chegou a envolver cerca de 30 participantes, algumas das quais já em 1976 haviam retornado ao Brasil tendo expressado compromisso em militar no “movimento feminino”. A maior parte delas não era vinculada ao partido, mas quase todas já tinham experiência anterior de militância “feminina”, no Chile ou na França. Tal grupo considerava, conforme foi visto no capítulo anterior, o “trabalho feminino” específico e indissolivelmente ligado à luta de classes, motivo pelo qual se tornavam

---

primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: MONTERO, Paula (et. al.). **O lugar da mulher:** estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982. Para mais informações ver também: ABREU, Maira Luiza Gonçalves de. **Op. Cit.**

<sup>189</sup> Em balanço crítico, são levantadas como principais causas in experiência e sectarismo no trabalho com outras forças políticas, que resultaram na falta de unidade e mesmo no rompimento de algumas mulheres com o Comitê. A avaliação da representação do CC, no entanto, aponta ter sido decisivo também o posicionamento da “ultra-esquerda”, que era contra o AIM por princípio, por considerá-lo reformista. Ver: Relatorias do I Ativo Feminino. 19 a 20 de junho de 1976.

<sup>190</sup> Nesse curto período, a OB João Massena, que tinha 3 mulheres, recruta, através de aproximações mediadas pelo grupo de estudos, mais 4 mulheres.

indispensáveis tal organização e o estudo da problemática relacionada. Aspirava-se, através do desenvolvimento dos estudos teóricos de clássicos do pensamento marxista, feminista e da “condição da mulher brasileira”, a criação das condições para a militância, tanto entre o contingente de brasileiras que transitavam em Paris, quanto no retorno ao Brasil; do mesmo modo, a construção da denúncia da realidade das mulheres brasileiras diante da comunidade exilada e internacional <sup>191</sup>.

Essa não foi a primeira iniciativa do feminismo brasileiro ocorrida na capital francesa. Quando foram criados Fração Feminina, o grupo de estudos e o Comitê <sup>192</sup>, as reuniões do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris-GLMP, liderado por Danda Prado, já completavam dois anos.

A existência do GLMP não era desconhecida Fração Feminina. As narrativas sobre a relação do PCB com o grupo são desencontradas. Zuleika Alambert, em entrevista concedida a Maíra Luisa Gonçalves de Abreu afirma que as pecebistas, ao chegarem do Chile, entraram em contato com os grupos feministas já atuantes em Paris e se somaram ao grupo de Danda Prado <sup>193</sup>. Essa soma, no entanto, não se deu na forma de adesão ao grupo, mas na de criação dos grupos anteriormente mencionados. Zuleika afirma nesse depoimento que, diferentemente do GLMP, que se identificava nitidamente com o feminismo, ela se considerava “apenas uma marxista que estudava a questão da mulher”, motivo pelo que teve a ideia de criar o “Comitê de Mulheres feministas no exterior”, a exemplo do organizado no Chile, juntando feministas e não feministas, trabalhadoras, estudantes, etc. Criado o “Comitê”,

---

<sup>191</sup> O plano de estudos posto em prática pela fração feminina da OB João Massena foi o seguinte: a) Clássicos: A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (Friedrich Engels), “a emancipação feminina”, A questão agrária (Karl Kautsky), “as sociedades primitivas pré-capitalistas” (Maurice Godelier); b) Correntes femininas: “a liberação da mulher, mudar o mundo, reinventar a vida”, L'Age de femme (Juliet Mitchell), La liberación de la mujer (Sara Irribarren), “a mulher nos países socialistas, a revolução técnico-científica”, “contradições do capitalismo monopolista de Estado e seus reflexos na situação da mulher”, A economia política da libertação da mulher (Margaret Benston); c) Sobre a família: “textos de Togliatti, Jotti, M. Bodano do PCI”. Ver: Relatorias do I Ativo Feminino.

<sup>192</sup> Embora na documentação partidária consultada o grupo de estudos e o comitê sejam sempre referidos como esferas distintas de militância, nos depoimentos coletados posteriormente, quase sempre, há uma confusão entre ambos os espaços, e os dois são referidos como se fossem um só.

<sup>193</sup> Ver: ABREU, Maíra Luisa Gonçalves de. **Op. cit.** p. 164.

observa-se um deslocamento de militantes do GLMP para esse grupo próximo política e ideologicamente ao PCB. Danda Prado discorda dos termos utilizados por Zuleika Alambert no que diz respeito à soma: considera que as mulheres próximas da esquerda foram forçadas a sair do grupo de latino-americanas, acabando por se integrar a esse novo grupo.

Não foi encontrada na documentação do PCB qualquer menção à interdição do grupo de Danda Prado, mas ele nunca figurou como uma opção de militância para as pecebistas. Muito embora seja conhecida a reação sectária de algumas forças de esquerda à criação do GLMP, e mesmo a pressão para que militantes ou pessoas próximas (como esposas de camaradas) deixassem o grupo, não é secundário o descontentamento de algumas das próprias integrantes com relação ao coletivo de latino-americanas. Nos relatos recolhidos por Maíra Luísa Gonçalves de Abreu fica evidente que a motivação do desligamento das mulheres que seguiram militando no feminismo esteve ligada fundamentalmente às discordâncias de concepção de feminismo – e mesmo de organização – com relação ao GLMP<sup>194</sup>.

Esse novo grupo, impulsionado pelas pecebistas e que contava também com a participação de militantes do grupo Campanha<sup>195</sup> e Debate<sup>196</sup>, se “estruturou em moldes distintos do Comitê formado no

---

<sup>194</sup> É necessário lembrar que naquele momento o grupo de latino-americanas tinha seus espaços centrados nos grupos de consciência, havendo pouca ou nenhuma intervenção pública, pela qual ansiavam muitas das mulheres com experiência prévia em organizações de esquerda ou que admiravam o *Mouvement de Liberation des Femmes*-MLF.

<sup>195</sup> O grupo Campanha, de orientação trotskista, mantinha profundas relações com a Liga Comunista Revolucionária (LCR), organização ligada à Quarta Internacional, e vinha se aproximando há alguns meses do MLF e do Movimento de Liberação do Aborto e da Contracepção-MLAC

<sup>196</sup> O grupo Debate se articulava em torno da revista de mesmo nome. Idealizada por João Quartim de Moraes (ex-integrante da VPR) e publicada a partir de 1970, aglutinou diversos membros da esquerda exilados na França. O veículo de informação e centro de estudos pretendia servir como elemento unificador e mecanismo através do qual fosse possível reorganizar o movimento revolucionário. Foram editados 40 números ao longo de 12 anos. Tal revista destacou-se por abordar temas até então pouco debatidos pela esquerda com profundidade, entre eles, a questão das mulheres, contemplada em 13 de seus 40 números. Após 1975, depois da desmobilização do chamado “Comitê”, algumas militantes próximas ao *Debate*, segundo Ângela Xavier de Brito, deslocam-se para o Círculo, enquanto outras formam um núcleo feminino do Debate, uma

Chile”. Para a autora, a influência do feminismo europeu promoveu maiores discussões e também a revisão de algumas teses <sup>197</sup>. Observaram-se já ali, segundo Gonçalves de Abreu, as

primeiras contradições entre uma “antiga” visão sobre a “questão da mulher” e outra, influenciada pelo movimento feminista francês, que desejava um aprofundamento das questões sobre as relações de poder entre os sexos e uma análise e denúncia mais ativas da opressão feminina <sup>198</sup>.

A articulação entre organizações tão distintas como PCB, Campanha e Debate, nesse espaço não se deu sem tensões. O segundo coletivo, por exemplo, em sua documentação interna apresenta o descontentamento com o “Comitê” (grupo de estudos), do qual esperava mais do que um grupo de leituras e debates, avanço que vinha sendo emperrado, sobretudo, pela vertente Debate; e mais comprometimento com as questões especificamente femininas <sup>199</sup>. Por esse e outros motivos, passa a defender a criação de uma “vanguarda feminista revolucionária, classista”: o Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias (GBMR) <sup>200</sup>.

Já a discordância de maior peso entre o PCB e o GBMR/Campanha no que tange a organização dos movimentos de mulheres girava em torno do Ano Internacional da Mulher. Enquanto o primeiro defendia a importância da participação ativa e conjunta nas atividades de construção do AIM, o segundo caracterizava-o como um “como um projeto de capitalização política do movimento de mulheres

---

coisa que, para militante, “era uma coisa próxima do partido mas não era o partido”. ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. Cit.** Para mais informações a respeito do coletivo e revista ver: ROLLEMBERG, Denise. “Debate no exílio: em busca de renovação”. RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. 6, p. 291-339).

<sup>197</sup> ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. Cit.** p. 164.

<sup>198</sup> ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. Cit.** p. 165.

<sup>199</sup> Idem. P. 166.

<sup>200</sup> Grupo que realizou discussões sobre feminismo com base em textos de autoras como Elena Belotti, Evelyn Reed e documentos da Liga Comunista Revolucionária-LCR (organização francesa, fez contato com grupos feministas franceses e estruturou grupos de consciência. Idem. P. 166.

pela burguesia”<sup>201</sup>, construindo o boicote. O GBMR rompeu com o grupo por esses motivos, e esse praticamente se extinguiu. O projeto de publicação de um boletim do grupo, por essa saída, mas também pelo trânsito de algumas exiladas, acabou sendo abandonado, deslocando-se algumas mulheres para uma espécie de frente de apoio ao Brasil Mulher.

No I Ativo, as militantes pecebistas avaliaram positivamente a experiência do grupo de estudos, que lhes possibilitou uma boa noção das forças políticas atuantes no movimento de mulheres e das correntes teóricas que compunham o feminismo; e o desenvolvimento de estudos que serviram de base à construção da SF. Ao mesmo tempo, julgaram-se responsáveis pelo esvaziamento do grupo, já que a falta de experiência no movimento de mulheres e feminista havia tornado difícil a conciliação entre os distintos interesses, fazendo com que o grupo oscilasse entre o “teoricismo” e o “praticismo”, possivelmente identificados na atuação do Debate e Campanha, respectivamente.

Já desligado do “Comitê”, o GBMR (que na prática funcionava como uma espécie de “braço” do Campanha), segundo a ex-integrante Regina Carvalho, passa a sentir uma necessidade de ampliação e aproximação de outras mulheres e grupos. A partir do lançamento da brochura “Por uma tendência feminina e revolucionária”, em novembro de 1975 (na qual são criticadas tanto as experiências dos Comitês do Chile e França<sup>202</sup> e o GLMP<sup>203</sup>), convoca uma reunião para a criação de “um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes”. Em janeiro de 1976 é, dessa maneira, realizada a assembleia das mulheres alinhadas à postura da brochura – com cerca de 20 participantes -, a qual deu origem ao Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris<sup>204</sup>. O nascimento do Círculo não implicou na dissolução do

---

<sup>201</sup> Ibidem.

<sup>202</sup> Consideradas “iniciativas amplas, comitês de massa”, cujas discussões giravam entre o “assistencialismo social, estudo de Engels e preocupação exclusiva com os aspectos da mão-de-obra feminina”. ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. Cit.** p. 167.

<sup>203</sup> Caracterizado como sexista. Ambos, para o GBMR, não haviam se desdobrado como alternativa de militância para as mulheres brasileiras.

<sup>204</sup> Dizia o documento: “Este documento é um apelo à criação de um Círculo de discussão com as companheiras que estejam de acordo com os pontos políticos essenciais deste documento e que se disponham a aprofundar esta linha de posições e desenvolver uma atividade no sentido de formação desta tendência revolucionária”. Transcrição do documento “Por uma tendência feminina e revolucionária”, novembro de 1975. ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. Cit.** p. 167.



GBMR, que continuou atuando com força política majoritária dentro do movimento durante algum tempo <sup>205</sup>.

As pecebistas caracterizaram, nesse processo, em informe direcionado ao conjunto da SF, o Círculo como um grupo “formado essencialmente de mulheres que cindiram com o grupo de estudos”, composto por três correntes: uma influenciada pelo movimento feminista europeu, especialmente o francês, que defendia a organização autônoma de mulheres; outra que situava a opressão das mulheres na família; e uma terceira que estava debatendo uma carta de princípios. A política definida em relação ao Círculo foi a de “lutar pela sua ampliação em termos democráticos”, aumentando a quantidade de mulheres atuantes, e inserindo o os princípios de uma frente unitária de luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas <sup>206</sup>. Nesse momento, havia apenas uma integrante da Fração no Círculo, pouco tempo depois o número sobe para três.

Durante alguns meses a brochura de elaboração do GBMR/Campanha, de explícita ruptura com o grupo fundado pelo PCB <sup>207</sup>, funcionou como uma espécie de leitura básica de recrutamentos do Círculo <sup>208</sup>. Assim, muito embora o objetivo indicado pelo GBMR fosse de ampliar o movimento de brasileiras, durante o período de constituição e consolidação do grupo foi necessária para o ingresso concordância integral com os pressupostos teóricos, políticos e organizativos expressos no documento mencionado.

Pouco a pouco, os critérios de ingresso foram sendo afrouxados e as entradas se avolumaram e fluidificaram. A brochura inicial foi substituída por uma Carta Política de elaboração coletiva, depois, as

---

<sup>205</sup> ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. Cit.** p. 167.

<sup>206</sup> Relatorias do I Ativo de Mulheres, 1976.

<sup>207</sup> A ruptura foi com o grupo e não com o PCB em si. Logo após a saída do grupo de estudos, as militantes do Campanha, segundo relato do I Ativo, convidaram as pecebistas para integrarem também o GBMR, já que observavam uma unidade prática dentro do movimento de mulheres. As pecebistas desenvolviam atividades de solidariedade ao Brasil e de apoio ao BM em conjunto com o GBMR, e logo depois, se somaram ao Círculo. Ver: relatorias do I e II Ativo de Mulheres do PCB.

<sup>208</sup> O procedimento também era o mesmo dos recrutamentos feitos tradicionalmente por partidos ou organizações congêneres: primeiro a candidata lia o texto e debatia-o acompanhada de uma participante do Círculo. Expressando concordância com o conteúdo do documento, esta poderia participar da primeira assembleia. Ver: ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. Cit.** P. 185.

leituras preliminares foram abandonadas, e as pessoas passaram a participar do Círculo sem a anterior admissão das demais integrantes.

Em pouco tempo, a composição política do Círculo passou a ser definida pelas militantes do PCB de Paris da seguinte forma:

A composição inicial do grupo que era predominantemente do Campanha (org. trotskista) e suas áreas próximas, foi lentamente se modificando, com a entrada de independentes e alguns grupos de mulheres pertencentes às organizações brasileiras, tais como o MR-8, que passaram a expressar a linha de suas organizações neste grupo.<sup>209</sup>

#### Segundo narração de Maíra L.G. Abreu

de um pequeno núcleo inicial, [o Círculo] cresce, ganha legitimidade face à comunidade exilada, torna-se conhecido pelo movimento feminista francês e se transforma numa das mais bem estruturadas organizações de brasileiros no exílio e no mais importante grupo feminista de exiladas desta nacionalidade, chegando a congregar em suas assembleias mais de oitenta mulheres. Introduz na comunidade exilada uma questão relegada, impõe-se como grupo autônomo das organizações políticas e abre um novo horizonte para muitas militantes de esquerda<sup>210</sup>.

Além das atividades orgânicas, o Círculo teve, portanto, participação ativa em várias atividades da comunidade exilada e do feminismo francês, produziu uma série de materiais de propaganda e agitação feminista, promoveu atividades artísticas e culturais e ofereceu à comunidade brasileira assistência gratuita em planejamento familiar e saúde reprodutiva. Sua primeira atividade pública foi uma *soirée* aberta aos demais exilados, com o tema “o problema da mulher e o feminismo”.

Em carta enviada a jornais brasileiros no final de 1976, o movimento definiu-se da seguinte forma:

---

<sup>209</sup> Relatórios do II Ativo de Mulheres do PCB.

<sup>210</sup> ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. Cit.** P. 172.

Somos um grupo de mulheres brasileiras vivendo na França, que sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, resolveram reunir-se para debater, aprofundar e tomar uma real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. Opressão essa que aparece não só na perpetuação dos ‘nobres’ papéis que nos foram atribuídos – doméstica/esposa/mãe; mas no conjunto das nossas atividades e na nossa personalidade. Consideramos entretanto, que essa opressão, embora específica, não se reflete da mesma forma para todas as mulheres de modo a permitir uma mesma unidade na luta e na organização. Assim, guardando nossa autonomia enquanto mulheres – cabe essencialmente a nós a nossa liberação – integramos nossa luta à de todos aqueles que reconhecem no sistema a causa primeira da existência mesma da exploração e da opressão.<sup>211</sup>

Em síntese, definiam politicamente o grupo: a ênfase ao caráter específico da opressão feminina, a necessidade de organização igualmente específica das mulheres, a integração da luta das mulheres ao contexto da luta de classes e a defesa da autonomia dos movimentos de mulheres.

Mesmo com uma linha política tão delineada na documentação fundadora do Círculo, suas militantes lembram-no como tendo como característica dominante a heterogeneidade política e ideológica<sup>212</sup>. Isso porque o grupo dava conta de construir de uma articulação consistente de mulheres brasileiras exiladas em Paris, sem que, necessariamente, houvesse consenso sobre todos os problemas.

Era composto majoritariamente por mulheres jovens com alto nível de escolaridade<sup>213</sup>. A maior parte delas tinha vinculação ou proximidade com alguma organização político-partidária. Lena Lavinas

---

<sup>211</sup> Carta enviada pelo Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris a jornais brasileiros, 1976. Disponível no acervo de microfilmes do ASMOB no APESP.

<sup>212</sup> ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. Cit.** P. 473.

<sup>213</sup> O questionário realizado no final de 1977 com 52 brasileiras que participaram de uma atividade do Círculo, fornece dados para um “perfil” das mulheres que compunham o grupo e que se aproximavam dele. A maioria das mulheres tinha entre 20 e 30 anos e quase todas, menos de 40. A maioria era solteira e sem filhos. ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. Cit.** P. 174.

considerava que a força dos partidos nesse espaço era muito forte <sup>214</sup>. Tais organizações eram, basicamente, o Campanha, MR-8, Partido Operário Comunista-POC, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário-PCBR e PCB. Na análise da documentação produzida pelo Círculo, dos depoimentos de suas integrantes e também na documentação do PCB, são encontrados numerosos e riquíssimos registros dos embates sobre autonomia, bandeiras prioritárias, formas de organização, etc.

As divergências entre tais grupos não se borraram com a constituição do Círculo, mas não se conformavam como impedimento para o desenvolvimento de suas atividades e para a construção de uma unidade política básica. Para o PCB, o movimento de mulheres se configurava naquele momento como particular diante das outras frentes de massa e atuação, no que diz respeito à relação entre as diferentes forças políticas. Não havia nele, segundo manifestação da representante do CC no I Ativo Feminino, “paralelismo automático” <sup>215</sup>; as rupturas de alianças táticas feitas em outros espaços, ou os sectarismos políticos, não repercutiam ali da mesma forma, sendo possível, seja no Círculo ou na solidariedade internacional promovida pelas mulheres, uma unidade com forças (como as trotskistas) inobservadas em quaisquer outros espaços de atuação. Debrucemo-nos sobre as percepções que as militantes do Círculo tiveram, posteriormente, sobre a diversidade de formas de pensar e atuar coexistentes no Círculo.

Cecília Comegno, que era no momento militante do PCB, em entrevista concedida à Gonçalves de Abreu, explica qual entendia ser a diferença fundamental entre o PCB e o Debate – ambos com participação bastante limitada no Círculo:

o grupo Debate tinha uma característica muito diferente do da gente, era um grupo intelectual. Então era um grupo que estudava muito, elaborava muito, fazia muita análise, e trabalhos e textos, produzia análises sobre tudo. E nós não, nós vinculávamos a ação concreta, política, com algum estudo; o fim não era o estudo, entendeu <sup>216</sup>.

---

<sup>214</sup> Ibidem.

<sup>215</sup> Ata do I Ativo Feminino, 1976.

<sup>216</sup> Entrevista citada por ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. Cit.** P. 186.

Para as militantes do grupo Campanha, ambas as organizações anteriores teorizariam um feminismo “em cima de posições democratistas”:

Não são pela construção de um Movimento de Liberação das Mulheres. São por formas de org. de mulheres que lutem por melhores condições de vida, pelas liberdades democráticas. Portanto, diluem a importância da organização autônoma das mulheres para a construção desse movimento

<sup>217</sup>.

O PCB, particularmente, era considerado, pelas mulheres do Campanha, POC e MR-8, uma “força reformista” e “assistencialista”. Já o PCB lia o Círculo como um espaço “essencialmente anti-comunista” e de “acentuados preconceitos contra o P.”

Ainda para o Campanha, a entrada das forças ditas reformistas – PCB e Debate, principalmente - no grupo haveria provocado embates em torno dos objetivos do grupo, acarretando em um deslocamento das preocupações do Círculo para as iniciativas ocorridas no Brasil, em detrimento do trabalho realizado em Paris <sup>218</sup>.

Colocar a luta no Brasil como eixo articulador do Círculo era, de fato, a postura do PCB, como pode ser percebido no trecho a seguir. Assim como o era a disputa por um feminismo que entendesse a opressão das mulheres como fenômeno da luta de classes no Brasil.

Nossa orientação no Círculo era de: fazer a luta ideológica contra o sexismo e propor discussões de relevo para a luta das mulheres brasileiras, procurar sensibilizar o círculo com a solidariedade às lutas reais que as mulheres estão desenvolvendo no Brasil, sair dos problemas pessoais para colocar os problemas gerais, os problemas da maioria das mulheres e por esta via convencer o círculo da justeza de nossa orientação de que as mulheres devem lutar pela democracia no Brasil, como condição básica da luta por sua emancipação <sup>219</sup>.

---

<sup>217</sup> Idem. P. 187.

<sup>218</sup> Ibidem.

<sup>219</sup> Carta enviada pela FF de Paris à SF do CC. 1976.

Entretanto, a organização nacionalmente referenciada no exílio foi uma tendência do movimento brasileiro em geral <sup>220</sup>. A permanência na França, embora vista como menos efêmera do que a no Chile, era ainda concebida por boa parte dos brasileiros e brasileiras desterrados como provisória, permanecendo o horizonte nacional, na organização da luta pela anistia, libertação das mulheres ou pela libertação nacional/construção do socialismo.

Como se pode perceber, a relação entre as diferentes forças políticas organizadas dentro do Círculo quase sempre se deu através de uma percepção marcada pela organização ideal polarizada do cenário conjuntural (ex. reformistas x revolucionárias; sexistas x classistas), categorização esta, em grande parte das vezes, elaborada de forma a desqualificar as outras forças na “batalha das idéias” e na disputa por militantes, mas desprovida de fundamento real ou proporcional. Por exemplo, as pecebistas eram classificadas de reformistas por forças políticas que tampouco haviam superado uma concepção etapista da revolução, pautando-se ainda pela tentativa de prévia alteração do caráter do capitalismo no Brasil <sup>221</sup>. Da mesma forma, parte das forças que as pecebistas taxavam de sexistas, consideravam que a luta pela

---

<sup>220</sup> Para mais informações ver: BRITO, Ângela Xavier de; VASQUEZ, Ana. Mulheres latino-americanas no exílio. Universalidade e especificidade de suas experiências. **Esboços**, Florianópolis, v. 14, n. 17 (2007). P. 13-34.

<sup>221</sup> É importante reforçar que durante a ditadura, apesar de terem adotado táticas diversas – propaganda armada, guerra popular prolongada, luta pela anistia e liberdades democráticas, luta sindical, etc. - nenhuma organização contava com uma estratégia socialista, configurando-se, dessa forma, como reformista, ainda que se auto-intitulasse revolucionária. A POLOP, no entanto, desde 1962, caminhava no sentido da superação do etapismo, e dentro do CC do PCB travavam-se, desde 1968, disputas em torno da caracterização da revolução brasileira como socialista. Ver: PRESTES, Anita Leocádia. **Op. Cit.**; MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery (orgs.). **Polop**: uma trajetória de luta pela organização independente de classe operária. Salvador: Centro de Estudos Victor Mayer, 2010. Para informações sobre as elaborações estratégicas das organizações em questão ver, entre outros, AARÃO REIS Filho, Daniel e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). **Imagens da revolução**: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985; GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1987 e RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, UNESP, 1993.

emancipação das mulheres estava irremediavelmente ligada à luta de classes<sup>222</sup>.

Dada à caracterização do PCB como partido reformista, conciliador ou conservador – seja do ponto de vista da tática de luta adotada contra a ditadura, seja por propor prioritariamente bandeiras ligadas à luta por condições de vida às mulheres das periferias ou pelas liberdades democráticas – o cotidiano de militância para as pecebistas parece ter se configurado como particularmente hostil. Em informe enviado pela FF-Paris à SF do CC, as primeiras militantes informam que “por motivos de ordem tática” se viam obrigadas a ocultar sua vinculação orgânica – o que tornava sua participação viável, mas cheia de percalços. A principal dificuldade encontrada foi a de, que na impossibilidade de levar a política pecebista “com apoio de pessoas que poderiam simbolizá-la”<sup>223</sup> (como poderiam ser os casos de Zuleika Alambert ou Ana Montenegro), se fazia necessária e urgente uma clareza política de que ainda não se dispunha em boa parte dos pontos suscitados nos debates coletivos do Círculo - falha de orientação atribuída pelas militantes a todas as instâncias partidárias, de sua comissão feminina de base ao partido em geral. O “secretismo” não impediu que boa parte delas tenham sido identificadas como pecebistas ou classificadas como reformistas, quer por sua trajetória ser conhecida pelas demais, quer pelas posturas adotadas nos espaços do movimento. É provável, porém, que as outras organizações tenham adotado a mesma postura, pois havia uma dificuldade generalizada para identificar as militantes classificando-lhes por partidos<sup>224</sup>.

Chama a atenção que nos depoimentos das integrantes do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris não tenham sido mencionadas tensões tão expressivas nas relações entre as militantes organizadas em partidos ou agrupações de mesmo caráter e as que não participavam de espaços exteriores ao Círculo. A oposição sentida fortemente em lugares como a

---

<sup>222</sup> Como era o caso das feministas radicais.

<sup>223</sup> Carta de Paris à SF do CC. Sem data (data provável de 1977).

<sup>224</sup> Mesmo em relatorias escritas cautelosamente e revisadas, raramente é encontrado um bom quadro da composição de forças dos diferentes movimentos. O PCB quase sempre se refere às militantes organizadas como “ultra-esquerda” ou “trotskista”, dando a entender que percebia, pelas posturas tomadas, “quem era o quê”, mas não tinha uma noção precisa das correlações de forças estabelecidas.

Argentina <sup>225</sup>, e mesmo no Centro da Mulher Brasileira e no GLMP, entre as “feministas” e as “políticas”, se manifestou no Círculo mais na forma de debate teórico do que em práticas sectárias.

A possibilidade de convivência harmônica com uma composição tão heterogênea teve, como se viu, relação com a habilidade desenvolvida de construção autônoma e unitária do movimento de mulheres. Esteve também indiscutivelmente determinada pela forma de organização adotada pelo Círculo, que combinava subgrupos temáticos relativamente autônomos (que se reuniam com maior periodicidade para debater seus assuntos próprios) com a realização de assembleias gerais mensais <sup>226</sup>.

Os subgrupos se reuniam a partir de preferências temáticas, e mesmo afetivas e congregavam entre 6 e 10 mulheres, semanal ou quinzenalmente. Sobre tais grupos, Gonçalves de Abreu afirma ser importante mencionar que as memórias das integrantes do Círculo são profundamente marcadas pelas atividades dos sub-grupos e que esta pode ter sido a solução encontrada para tornar as discussões mais profícuas e para contemplar a diversidade de interesses das brasileiras <sup>227</sup>. Em boletim publicado em 1978 é registrada a existência dos seguintes sub-grupos: sexualidade, Chiquinha Gonzaga, 8 de março, imprensa feminista, Gobelins (antes chamado de maternidade), teatro, alerta e audio-visual, sendo que os aparentemente mais atuantes eram os de imprensa e sexualidade. As assembleias foram mais marcadas pelos temas da solidariedade às lutas das brasileiras, notadamente das operárias e presas políticas, luta pela anistia e contra a ditadura.

Essa forma de organização não foi estável e foi alvo de discussões ao longo de toda a existência do grupo. Na documentação produzida pelo PCB aparecem críticas a ela e uma cópia do relato de um sub-grupo organizado nas férias de 1977, chamado “Normas para o funcionamento do grupo”. Tal coletivo propôs a seguinte estrutura, que,

---

<sup>225</sup> Ver: GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: Un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea (orgs.). **Historia, género y política en los '70**. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

<sup>226</sup> Maria América Ungaretti afirma que havia uma coordenação, composta por uma representante de cada grupo, que poderia encaminhar decisões que haviam sido consensuais nos grupos. Tal representação – e portanto a própria coordenação – era rotativa. Também havia uma encarregada pelas finanças. Ver: ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. cit.** P. 180.

<sup>227</sup> Idem. P. 181.



até onde se sabe, nunca chegou a ser seguida rigorosamente pelo Círculo:

#### I- COMPOSIÇÃO DO GRUPO

Fazem parte do grupo todas as companheiras que:

- 1-Concordam com os princípios, objetivos e normas de organização definidas pelo grupo;
- 2-Estejam dispostas a contribuir para a unidade do grupo, participando regulamente de suas atividades.

II – Estrutura do grupo O grupo se compõe de um Plenário, estruturado em sub-grupos de estudo, uma Coordenação e Equipes de trabalho que executam as decisões do Plenário.

##### 1- Funcionamento do Plenário

Das reuniões:

- a)Reúnem-se quinzenalmente, fixando-se anteriormente a ordem do dia, uma presidente e uma secretária;
- b) A reunião plenária do grupo é o órgão máximo de decisão;
- c) O quorum mínimo é a maioria simples das integrantes do grupo;
- d) A secretária elaborará uma ata, que será entregue à Coordenação para o arquivo;
- e) Em cada reunião plenária será lida a ata da reunião anterior no que diz respeito às resoluções que tenham sido tomadas pelo plenário;
- f) Em cada reunião a Coordenação fará um rápido informe de suas atividades.

Único: A modificação das presentes normas, dos princípios e objetivos, só poderá ser efetuada em REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA convocada expressamente para tal fim...”<sup>228</sup>

Também são encontradas críticas à criação de estruturas informais e a autonomização dos sub-grupos com relação à Assembleia Geral. Ao que parece, a ideia de que o Círculo deveria ter uma estrutura formal mais consolidada, conforme a sugestão do documento proposto pelo sub-grupo sobre normas para o funcionamento, foi mais forte entre as mulheres do PCB do que entre as de outras organizações de esquerda

<sup>228</sup> Documento: “Normas para o funcionamento do grupo”. Disponível nos microfilmes do ASMOB, sob a guarda do APESP.

e mais ainda do que entre as mulheres que não exerciam a dupla militância. Tal preocupação, para Gonçalves de Abreu, parece estar ligada – à julgar pelas propostas de regulamentação expostas anteriormente – à questão da segurança e da unidade política. Da mesma forma, acredito que esteja ligada às preocupações relacionadas ao que Jo Freeman caracterizou como limites dos usos da ausência de estrutura, entendida por alguns setores do feminismo, no período, como sinônimo de autonomia, ou condição para ela.

Cabe lembrar aqui que a SF do CC, em seu conjunto, considerava a democracia interna dos movimentos como condição para a sua autonomia, a qual apreciava não só como desejável, mas como necessária. Para o Partidão, a divisão das tarefas e a definição clara do funcionamento dos espaços de deliberação deveria servir para garantir a direção coletiva do movimento, evitando o surgimento (ou limitando o poder) das estruturas informais ou disfarçadas, uma das formas de que pode se travestir o aparelhamento político. Além disso, uma estrutura mínima consensual era considerada a forma mais eficiente para o encaminhamento efetivo das decisões tomadas coletivamente, isso é, para o avanço prático e público da militância do movimento de mulheres

229

Por outro lado, a participação em espaços de organização não estruturados – como foram alguns sub-grupos e os espaços chamados pelas participantes de *vécu*<sup>230</sup> –, foram experiências inéditas, tanto para as mulheres sem militância anterior, quanto para as “políticas”. Experiências estas que, junto com o contato com o movimento feminista

---

<sup>229</sup> A feminista estadunidense Jo Freeman realiza discussão interessantíssima a respeito da “ideologia da ‘ausência de estrutura’”, das relações entre estrutura formal e informal e os “princípios da estruturação democrática” nos movimentos feministas, a qual ajuda a elucidar a postura do PCB nesse sentido. Ver: FREEMAN, Jo. **A tirania das organizações sem estrutura**, 1970. Disponível em: <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm>. Data de acesso: 18 de agosto de 2013.

<sup>230</sup> Segundo definição de Gonçalves de Abreu, “o *vécu* era o local onde se falava do cotidiano, do vivido; dessa forma, era um momento de expressão da particularidade”. A troca de experiências, no entanto, implicava em um processo de reconhecimento, que acarretava na percepção da determinação social do vivido e no estabelecimento de laços de solidariedade. ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. cit.** p. 181-182.

francês e as vicissitudes da vida de mulher exilada <sup>231</sup>, marcaram profundamente a percepção de mundo daquelas brasileiras proporcionando-lhes o desenvolvimento de uma consciência mais claramente emancipatória, no sentido da libertação das mulheres. Nos depoimentos das integrantes do Círculo, especialmente os coletados mais recentemente <sup>232</sup>, “é evidente a importância das discussões em torno do *vécu* na redefinição da[s] trajetória[s] política[s]” <sup>233</sup>. Muitas das integrantes do Círculo consideravam essa uma das atividades de maior importância do grupo.

O *vécu* era concebido tendo como princípio a primazia do vivido e a ideia de que não só a organização autônoma era necessária, mas a

---

<sup>231</sup> Os depoimentos das brasileiras exiladas, compilados na coletânea *Memórias das mulheres no exílio*, evidenciam o impactante que foi o “convívio forçado numa realidade onde os privilégios de classe eram minimizados, onde não era comum ter empregada a doméstica” ou mãe dona-de-casa (sobretudo entre as estudantes de classe média) e o simultâneo contato com as mulheres organizadas em torno de problemáticas que mal vinham sido encaradas no Brasil (como a questão da sexualidade). Além disso, a saída do contexto familiar “permitiu uma explosão dos problemas da vida cotidiana de uma forma mais radical”. Ver: BASTOS, Natália de Souza. **Elas por elas**: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil – anos 1960-1980. (Dissertação) Mestrado em História, UFF, Niterói, 2007. P. 66; GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado. IFCS / UFRJ, 1987. COSTA, Albertina de Oliveira (et. al.). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; BRITO, Ângela Xavier de; VASQUEZ, Ana. *Mulheres latino-americanas no exílio. Universalidade e especificidade de suas experiências*. **Esboços**, Florianópolis, v. 14, n. 17 (2007). P. 13-34.

<sup>232</sup> Natália de Souza Bastos discute a forma desproporcional como o *vécu* foi abordado, se compararmos a documentação escrita elaborada nos anos 1970 e os depoimentos orais coletados para registro da memória do feminismo e exílio e para a pesquisa histórica, concedidos décadas depois. Para a autora, é provável que em função da discordância e preconceitos da prática por parte da esquerda tenha havido um sub-dimensionamento da importância da forma organizativa. Ver: BASTOS, Natália de Souza. **Op. cit.** P. 68. A hipótese é bastante plausível, mas é importante considerar também que o *vécu* era, por sua própria forma de organização, um espaço que comumente não produzia registro histórico escrito. Ao contrário das assembleias e coordenações, que invariavelmente contavam com a tarefa de relatoria, o grupo de reflexão não tinha pauta ou atas.

<sup>233</sup> BASTOS, Natália de Souza. **Op. cit.** P. 67.

elaboração coletiva das mulheres sobre a opressão vivida <sup>234</sup>. Recuperando Jo Freeman, a flexibilidade e informalidade dos grupos de consciência e outros espaços de discussão menos estruturados geravam um ambiente frequentemente mais receptivo e que facilitava a “compreensão pessoal” <sup>235</sup>.

Gonçalves de Abreu <sup>236</sup> chama a atenção para esse “salto” de consciência vivenciado pelas exiladas, para o qual a combinação tanto as formas estruturadas quanto as não-estruturadas de organização adotadas no Círculo tiveram inegável importância. Afirmo a autora que se num primeiro momento a “questão feminina” era pensada com distanciamento com relação às próprias vivências, sendo a mulher vista como “entidade sociológica” e abstrata, gradativamente as mulheres organizadas no Círculo passam a perceber-se enquanto mulheres imersas naquela situação que denunciavam, identificando-se enquanto sujeitos históricos da própria liberação.

Nesse contexto, a dupla militância, muitas vezes se transformou em uma questão desafiadora para as mulheres engajadas em outros espaços, como as pecebistas. Maíra Gonçalves de Abreu explica que muitas das organizações mencionadas anteriormente, num primeiro momento, viram o Círculo como um espaço a ser disputado, no sentido mais comum e negativo do termo; postura essa que foi gradativamente sendo mudada pelas próprias militantes e por algumas das organizações. Ângela Xavier de Brito, para ilustrar, afirma que as militantes políticas estavam “constantemente dilaceradas entre duas lealdades: à organização política e à autonomia do movimento de mulheres, muito mais visceral” <sup>237</sup>. Esse conflito foi resolvido conforme foi se desenvolvendo a consciência feminista dessas mulheres e também à medida em elas que foram se habituando a militar nos movimentos de massa. O depoimento de Regina Carvalho, coletado pela autora, é revelador:

Vimos como militantes para influir desta ou daquela maneira. Só depois é que descobrimos, na própria dinâmica do grupo, que o movimento feminista é muito mais que a intervenção política

---

<sup>234</sup> ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. cit.** P. 58.

<sup>235</sup> FREEMAN, Jo. **Op. cit.**

<sup>236</sup> ABREU, Maira Gonçalves de. **Op. cit.** P. 100.

<sup>237</sup> Idem. P. 188.

num movimento de mulheres. (...) Acho que foi o grande salto que a gente deu <sup>238</sup>.

Tal mudança de postura também é percebida na evolução da produção documentária da SF: gradativamente, a compreensão que se tinha da necessidade de auto-organização das mulheres e o nível de compreensão de sua situação no Brasil se complexifica e enraíza.

A postura inicial, como vimos, era a de colocar em debate a situação das mulheres no Brasil e as formas como a ditadura a havia afetado, visando a compreensão de que o combate à ditadura era indissociável da luta pela emancipação das mulheres – embora não se encerrasse nele. Na ata do primeiro ativo, as representantes da SF em Paris lamentam ainda não poderem estar dando tal direção ao movimento. No ano seguinte, com o desenvolvimento da militância no Círculo, vão surgindo alguns questionamentos, que são compartilhados com o coletivo da SF da seguinte forma:

(...) sentimos na prática do trabalho no círculo que o que sensibiliza estas mulheres é a discussão de seus problemas existenciais, ideológicos e que esse é o ponto de partida para qualquer diálogo com elas. Constatamos pois que há um problema de linguagem entre nós e elas que tem sido diferente: nós queremos partir do geral e elas do individual (...) Como fazer? Não seria importante também para nós, para nossas militantes, estudar estes problemas? Não poderíamos procurar avaliar o grau de verdade histórica e política do que dizem as feministas e procurar dialogar com elas? Não haveria um meio de, partindo do individual, do particular, chegar ao geral? Como?

Estes foram os problemas que nos foram sendo colocados pela nossa prática política e que preferimos enfrentar, refletir, experimentar a recusar em bloco e de uma vez por todas afastar de nossas preocupações.

Se os “rendimentos”, os “lucros” políticos na frente externa são poucos, e reconhecemos que são, os “rendimentos” internos são importantes. Muitas questões tem surgido nas nossas cabeças sobre o partido e o movimento feminino e vemos

---

<sup>238</sup> Ibidem.

que ainda não temos respostas para tudo e que cabe a nós procurá-las sem dogmatismos e sectarismos (...) (sic)<sup>239</sup>.

Essa experiência do Círculo foi apresentada ao conjunto da organização como relevante para o enriquecimento da formulação partidária a respeito dos movimentos feministas e da “problemática feminina”; além da compreensão dos motivos que levavam a que a postura das outras forças constitutivas do movimento fosse mais frutífera do que a pecebista. Quer dizer, se, em linhas gerais, a orientação partidária para tal trabalho era considerada acertada, percebeu-se no Círculo que ela é generalista demais, o que impedia o estabelecimento dos elos necessários entre o partido e o coletivo de mulheres, impondo-se, portanto, para a SF a tarefa de desenvolver-se nesse sentido.

Retornando à carta citada, foi indo para os movimentos, que as pecevistas perceberam que “sabiam o que não queriam”, mas vacilavam ainda sobre seu projeto. A necessidade do estudo e de uma formulação coletiva, da qual resultaram o Informe sobre a Condição da Mulher no Brasil e a Plataforma se impunha, e foi a tarefa principal à qual se dedicaram as integrantes da SF no âmbito da militância orgânica durante os ativos de mulheres subsequentes.

...

No contexto da abertura “lenta, gradual e segura” protagonizada pelo próprio regime, a possibilidade de retorno ao Brasil se tornava cada vez mais palpável, situação que tornou as questões das lutas travadas no “interior” e pela anistia ainda mais candentes. Na documentação existente no acervo produzido pela SF pode-se encontrar relatos das pecevistas radicadas na França, que atestam que, naquele momento, praticamente todos os sub-grupos do Círculo e as assembleias gerais deslocaram suas atividades para algum trabalho voltado para o Brasil<sup>240</sup>. O último ativo da SF também teve, basicamente, essa finalidade.

---

<sup>239</sup> Carta enviada pelas militantes da fração feminina da OB João Massena à SF do CC entre 1977 e 1978.

<sup>240</sup> Tendo sido realizado um Ciclo de debates e formação feminista no final de 1979, com vistas a preparar o retorno das militantes ao Brasil e observando-se grande esforço financeiro para a viabilização do acúmulo e deslocamento de materiais para o Brasil.

O Círculo, criado com o objetivo de organizar as brasileiras expatriadas residentes em Paris, tão logo o exílio deixa de ser a norma para a garantia de sobrevivência ou da integridade física das que foram opositoras da ditadura, não teve mais razão para existir. O legado da experiência acumulada lá foi trazido na bagagem pelas militantes que construíram o “feminismo tropical em Paris”<sup>241</sup> e proporcionou aqui também uma troca de experiências interessante, quando as ex-exiladas ingressaram em espaços como o CMB ou a imprensa feminista<sup>242</sup>.

A militância das brasileiras em Paris foi, como se pôde observar, uma das experiências mais importantes para a promoção da consciência feminista entre a militância pecebista e para o desenvolvimento da elaboração política e teórica do Partido, naquele momento. Os debates sobre os temas mais polêmicos travados no Círculo e no grupo de estudos, como as formas de organização, autonomia ou sexualidade, não ocorreram, portanto, somente no âmbito dos movimentos de compostos exclusivamente por mulheres: suscitados na luta cotidiana das mulheres, reverberaram também na Seção e, em alguma medida, no Partido.

#### **2.2.4 A militância na Itália e a Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas**

As experiências pecebistas de organização das mulheres brasileiras na Itália foram radicalmente distintas das ocorridas na França. Aqui, a forma encontrada de organização esteve profundamente marcada pelas relações entre PCB e PCI, sendo, portanto, para a compreensão do fenômeno, necessário que iniciemos a análise partindo das relações estabelecidas entre o segundo partido e os movimentos de mulheres de seu país.

##### **2.2.4.1 Breves considerações sobre o PCI e o movimento feminista italiano**

Assim como em quase todos os países capitalistas, o “surgimento

---

<sup>241</sup> Alusão ao texto de: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras* e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **Art Cultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.

<sup>242</sup> SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso).

de um feminismo de novo tipo” naquele país esteve ligado à explosão das mobilizações estudantis de 1968, embora essa relação tenha se dado de “forma mais indireta e menos linear do que na França”<sup>243</sup>. As heranças dos vinte anos de fascismo ainda se faziam sentir<sup>244</sup> e somadas ao desenvolvimento desigual do capitalismo no país, à pesada influência do catolicismo sobre a cultura e a política e ao compromisso histórico dos partidos da classe operária com o governo, deixavam as mulheres em uma situação particularmente difícil para os padrões da época.

No bojo das manifestações de 1968, crescia a influência dos sindicatos e do PCI, que naquele momento havia se convertido no partido comunista mais numeroso do ocidente. O crescimento foi marcado pela transição em direção ao que mais tarde veio a ser denominado eurocomunismo<sup>245</sup>. Para Harman<sup>246</sup>, essa mudança de postura estava ligada à batalha pela readmissão dos comunistas no governo, através de duplo argumento: o da independência do PCI frente a URSS e o de que um governo com comunistas não implicaria em mudanças profundas no Estado italiano. O “compromisso histórico” do PCI com a força majoritária do governo após a derrocada do fascismo, o Partido Democrata-Cristão, levou o PCI a adotar posturas reacionárias do ponto de vista da emancipação das mulheres<sup>247</sup>.

---

<sup>243</sup> GOLDBERG, Anette. **Op. Cit.** p. 47

<sup>244</sup> Não somente na forma de “resquícios” culturais de uma ordem anterior, mas na forma de partidos e organizações neofascistas organizados em nível nacional. Esses combinavam à disputa parlamentar a ação clandestina e terrorista. O período estudado, como aponta a própria postura contida do PCI, foi um período profundamente marcado pela força do pensamento anti-comunista e xenófobo. Para mais informações sobre o neofascismo italiano ver: MARCHI, Riccardo. Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Popolo della Libertà: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália. **Análise Social**, vol. XLVI (201), 2011, 697-717.

<sup>245</sup> Para informações sobre a alternativa estratégica eurocomunista ver: BRAZ, Marcelo. Da desestabilização à falência do “socialismo real”: a crise do movimento comunista e as alternativas surgidas. In: **Partido e revolução - 1848-1989** São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 237-309; MANDEL, Ernest. **Crítica del eurocomunismo**. Barcelona: Font Amara, 1982; ANDERSON, Perry. **A crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>246</sup> HARMAN, Chris. **Antonio Gramsci**: socialista revolucionário. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/harman/1977/06/gramsci.htm>. Data de acesso: 29 março 2013.

<sup>247</sup> A começar pela apresentação da vida de Gramsci como baseada em um casamento perfeito do ponto de vista do cristianismo, recurso usado, segundo



A União de Mulheres Italianas-UDI (criada nos marcos da reconstrução nacional do pós-guerra), formalmente autônoma, mas com vínculos orgânicos claros com o PCI, não respondia mais aos anseios das mulheres que se revoltavam com a sua situação. Assim como surgiram organizações de “nova esquerda”, pipocaram por todo o país grupos de autoconsciência e coletivos feministas, marcados não só pela crítica ao Estado italiano e à Igreja, mas ao machismo no interior dos partidos de que suas integrantes saíram ou nos que permaneceram <sup>248</sup>.

Em contraste do que ocorria na França, na Itália, desde o início desse novo movimento, coexistiram (e se entrelaçaram) duas tendências no movimento: uma oriunda da tradição marxista, outra mais próxima ao feminismo radical <sup>249</sup>. Assim, a maior parte das feministas italianas do período, não dissociou a opressão das mulheres da exploração de

---

Harman, a fim de convencer a Democracia Cristã de que os comunistas agiriam com lealdade diante da instituição familiar. Ver: HARMAN, Chris. **op. cit.**

Mais grave que as distorções do passado foram as posições adotadas em função da colaboração com o partido de maior representação no governo. Até 1968 o PCI considerava que o tema do divórcio era excessivamente desestabilizador para ser abordado. Também a posição política sobre a violência sexual foi adotada nos marcos da “Solidariedade Nacional” (forma prática da teoria do “compromisso histórico”). Grosso modo, enquanto as propostas dos movimentos de mulheres, socialistas e republicanos giravam em torno da ação penal obrigatória, os comunistas e os democrata-cristãos defendiam uma proposta que condicionava o julgamento à denúncia formal das vítimas. Tal política de conciliação vigorou até 1979. Ver, respectivamente: COLLAIZI, Giulia. Feminismo y teoría del discurso: razones para un debate. **Debate feminista**. Año 3. Vol. 5. Marzo 1992. Disponível em: <http://www.debatefeminista.com/PDF/Articulos/femini1013.pdf> e ADDIS, Elisabetta. La liberación de las mujeres y la ley sobre violencia sexual: el debate feminista italiano. **Debate feminista**. Año 1. Vol. 2. Septiembre 1990. Disponível em: [http://www.debatefeminista.com/descargas.php?archivo=lalibe334.pdf&id\\_articulo=334](http://www.debatefeminista.com/descargas.php?archivo=lalibe334.pdf&id_articulo=334). Data de acesso: 01 abril 2013.

<sup>248</sup> Era forte a crítica à “estrutura patriarcal” dos partidos – não só ao PCI, mas também a organizações à esquerda dele, como PDUP ou Lotta Continua -, que apesar da abundância de mulheres nas bases partidárias, não lhes proporcionavam poder de decisão e se negavam a analisar a especificidade da “condição feminina”, subordinando-a mecanicamente à “questão do socialismo”. Ver: COLLAIZI, Giulia. Feminismo y teoría del discurso: razones para un debate. **Debate feminista**. Año 3. Vol. 5. Marzo 1992. Disponível em: <http://www.debatefeminista.com/PDF/Articulos/femini1013.pdf>

<sup>249</sup> GOLDBERG, Anette. **Op. cit.** p. 49.

classe. A conciliação entre a luta revolucionária e a feminista foi feita através do acúmulo de militâncias <sup>250</sup> - tática que lhes permitiu, inclusive, pressionar desde fora seus próprios partidos <sup>251</sup>.

A primeira marcha feminista do período ocorreu em 1971, e foi duramente reprimida pelo Estado. O I Encontro Feminista Nacional, no ano seguinte. O eixo das lutas centrava-se nas questões ligadas à saúde e à sexualidade <sup>252</sup>. As feministas levaram às ruas as grandes “batatas quentes” do debate político da época: o divórcio, aborto e violência, realizando marchas simultâneas que envolveram mais de 100.000 mulheres!

Goldberg explica que a partir dessas grandes manifestações, o movimento passou por transformações significativas, marcadas por desilusões face as derrotas do feminismo e da “nova esquerda”, por um “vazio teórico e político” e pela sensação (por parte das mulheres mais jovens) de que certa emancipação já havia sido conquistada pelo feminismo que, apesar de recentíssimo, classificaram de “histórico”. A partir daí, grande parte das mulheres passou a considerar que autonomia do movimento de mulheres não era mais necessária, tampouco as bandeiras específicas. As organizações de esquerda absorveram muitas das mulheres que estavam em luta anteriormente no feminismo, e o restante do movimento se pulverizou e desarticulou <sup>253</sup>.

---

<sup>250</sup> COLLAIZI, Giulia. p. **Op. Cit.**

<sup>251</sup> Collaizi explica que, quando a mobilização geral das mulheres se traduziu em uma votação histórica para o PCI, em 1976, as próprias comunistas se puseram às portas do Parlamento para pressionar seus dirigentes, exigindo que assumissem suas reivindicações. O PCI adotou então uma postura que intitulou de “maturidade acelerada”, levando à Câmara uma proposta de lei em 1978 (segundo Goldberg, a data foi 1977). A nova lei do aborto, aprovada por uma coalização de esquerda, foi uma das mais avançadas do mundo, mas o Senado não permitiu que a conquista se tornasse realidade. COLLAIZI, Giulia. **Op. Cit.**; GOLDBERG, Anette. **Op. Cit.** p. 52.

<sup>252</sup> Segundo Collaizi, a Itália saiu da Segunda Guerra com uma constituição relativamente avançada, mas com regulamentação específica proibindo o controle da natalidade e que impossibilitava o divórcio. Esses, além de ilegais, eram considerados imorais. Ver: COLLAIZI, Giulia. p. **Op. Cit.**

<sup>253</sup> Francesca Gargallo, em análise do período imediatamente posterior, chama a atenção para a aglutinação do feminismo em torno (ou dentro do) PCI na década de 1980, e para a indissociável transformação do movimento combativo e inventivo da década anterior em uma “academia em vias de burocratização”, no contexto da auto-dissolução do partido. Ver: GARGALLO, Francesa. *De las mujeres, la fuerza de las mujeres: una carta itinerante para el feminismo*

#### 2.2.4.2 Estruturando a Seção Feminina na Itália

A trajetória do “trabalho feminino” pecebista na Itália foi mais tortuosa do que as demais experiências de organização no exílio relatadas nos ativos de mulheres e nos relatórios enviados aos órgãos partidários. Diferentemente do caso parisiense, as pecebistas na Itália encontravam-se dispersas e realizando algumas de suas principais atividades de base fora das cidades em que estavam radicadas. Houve duas frações femininas de bases partidárias e intervenções constantes e decisivas da SF do CC para sua organização e para a integração no movimento de mulheres. Assim, comparando os casos francês e italiano, pode-se dizer que a FF de Paris reconstruiu a SF do CC<sup>254</sup>; e esta, por seu turno, logo que consolidada, construiu (juntamente com as militantes locais) as FFs da Itália.

No primeiro ativo de mulheres do PCB, realizado em junho de 1976, já esteve presente uma representante da OB de Milão. Suas manifestações foram breves. Sobre o documento apresentado pela representação do CC para discussão, comenta apenas ser necessário aprofundar mais o debate sobre aborto e revisar os dados numéricos sobre o divórcio no Brasil<sup>255</sup>. Já sobre as possibilidades de trabalho entre as mulheres na Itália, a posição manifestada foi a seguinte: “é difícil trabalhar com as feministas. Mas devemos tentar fazê-lo”<sup>256</sup>.

Naquele momento realizava-se no país um trabalho que o Comitê Central do partido classificou como “um embrião” a ser ainda desenvolvido<sup>257</sup>, situação semelhante à observada na Bélgica, mas muito diferente das da França, Portugal ou Suécia, onde se considerava que o movimento brotava com vigor.

Nos informes gerais, em que cada representante das organizações de base apresentava um “estado da arte” da militância desenvolvida até o momento e uma avaliação de suas potencialidades, a representante da OB de Milão explicou que seu trabalho havia sido iniciado em um grupo de autoconsciência. Esse grupo era constituído por mulheres residentes

---

comunista de los ochenta. **Debate feminista.** Disponível em: <http://www.debatefeminista.com/PDF/Articulos/delasm333.pdf>.

<sup>254</sup> Sem omitir, evidentemente, a participação decisiva de Ana Montenegro e de “Maria” (radicada na Bélgica), descrita no capítulo anterior.

<sup>255</sup> Segundo o documento debatido, haveria mais divórcios do que casamentos anuais.

<sup>256</sup> I Ponto do dia do I Ativo Feminino do PCB.

<sup>257</sup> Documento: Avaliação do CC sobre o I Ativo de Mulheres.

em Roma, mas não “vingou”. Logo depois foi organizado um grupo de estudos com sete brasileiras, mas que foi brevemente dissolvido por “motivos de segurança”, possivelmente relacionados à atuação das organizações neofascistas. No momento do I Ativo, três mulheres do partido reiniciavam as tentativas de formação de um grupo de estudos sobre “os problemas da especificidade feminina”.

Nos meses seguintes a situação mudou. No balanço de atividades da SF entre agosto e dezembro de 1976 <sup>258</sup>, a coordenação da SF informa terem sido criadas duas frações femininas, a partir de viagem realizada ao país (que teve como destinos Bolonha e Milão). Além disso, se formava um núcleo feminino de massas em Roma. As frações mencionadas mantiveram contato entre si e com o núcleo mencionado <sup>259</sup>.

Essa organização da estrutura partidária feminina do PCB na Itália foi impulsionada por uma situação bastante particular: a da realização da Conferência sobre as Mulheres do Terceiro Mundo, intitulada “Papel das Mulheres nas Lutas de Libertação”.

A SF foi informada de tal evento por caminhos distintos: a militante da coordenação da SF radicada na Bélgica, “Maria”, em setembro de 1977 recebeu uma carta de outra “Maria”, residente em Roma, que havia militado no Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior (Chile), comunicando que estava para ser realizado uma conferência sobre mulheres organizada pela Fundação Lelio Basso <sup>260</sup>, que ocorreria em outubro de 1977 na Iugoslávia. Foram anexados os documentos convocatórios <sup>261</sup>. Simultaneamente foi recebida outra carta, de um militante do PCB radicado também em Roma, com os mesmos documentos, informando a SF sobre o evento e solicitando-lhe auxílio para a orientação de tal trabalho, já que não havia nenhuma mulher na base local. Uma terceira correspondência, com novos materiais e

<sup>258</sup> Documento: Balanço de atividades realizadas entre agosto e dezembro (1976).

<sup>259</sup> Informes Gerais. II Ativo de Mulheres.

<sup>260</sup> A Fundação Lelio Basso – pelo direito e libertação dos povos e a Liga Internacional de mesmo nome nasceram a partir do Tribunal Russel II, sobre a América Latina (que teve quatro anos de duração, concluídos no início de 1976). Além do evento abordado nesse texto, a Fundação previa como atividade inaugural uma conferência internacional sobre o imperialismo cultural do terceiro mundo. Documento Informações II Ativo.

<sup>261</sup> As brasileiras em Roma relatam haver escrito a várias conhecidas comunicando sobre a Conferência, mas receberam apenas a resposta da SF do PCB. Ver documento: Informações Preliminares – II Ativo.

informações sobre a Conferência foi enviada algum tempo depois por uma responsável pelo Grupo Latino-Americano e que era, “por acaso”, esposa de um camarada do partido <sup>262</sup>.

Em posse dos materiais e correspondências enviados, a SF considerou, inicialmente, os objetivos do encontro bons, mas o temário estreito, uma vez que se referia exclusivamente às mulheres na luta armada (opinião compartilhada pelas chilenas residentes na Europa, muitas das quais tampouco haviam optado pelas armas). Em reunião da coordenação da SF decidiu-se, a partir da avaliação do material recebido, por considerar válida a participação no encontro e dar curso a tal decisão a partir das seguintes medidas práticas: 1) enviar opinião sobre o temário sobre o Brasil (considerado pouco didático); 2) sugerir como integrantes da mesa do Tribunal Internacional, como testemunhos da luta feminina no Brasil, Terezinha Zerbini, Anita Carvalho e Vera Sílvia Magalhães; 3) incluir a participação na Conferência como ponto de pauta do II Ativo; 4) realizar viagem à Roma para obter mais informações sobre o evento; 5) repassar à FDIM as informações obtidas.

A SF, nessa viagem a Roma, realizada em março de 1977, pôde obter mais informações sobre a Conferência a partir de Linda Bimbi, “membro de cúpula” da Fundação que a organizava e com o grupo de brasileiras mencionado anteriormente. A conferência seria realizada em parceria com a ISIS <sup>263</sup>, tendo como objetivos “entender a contribuição específica da mulher na criação de uma sociedade democrática”, a fim de estabelecer uma continuidade com relação à luta armada, engajando as mulheres com militância clandestina anterior na “criação de estruturas de um Estado democrático”. Ainda, em consonância com o que consideravam uma aproximação a uma “sociedade de iguais” (no sentido da superação do patriarcado), colaborar para o reconhecimento de “novos valores” reprimidos <sup>264</sup>.

Mesmo com a proximidade da data do evento, havia, quando a SF visitou a Fundação Lelia Basso, uma série de pontos de infraestrutura indefinidos, como o local a confirmar, a quantidade de delegadas e a forma de elegê-las, etc. Na visita a Roma, as integrantes da SF avaliaram não só o temário como estreito, mas também a comissão que convocava a atividade bastante homogênea. Apesar do “balanço de

---

<sup>262</sup> O grupo das latino-americanas e o de brasileiras que o compunha já estava empenhado no debate dos temários a serem trabalhados no encontro

<sup>263</sup> Organização de informação e comunicação feminista. Ver: <http://www.isiswomen.org/>.

<sup>264</sup> Documento: Informações Preliminares – II Ativo.

forças” ser percebido pelo PCB e pelo grupo de brasileiras residentes em Roma como desfavorável às forças “democráticas”, o grupo e a SF concordam em participar “tentando, na medida do possível, influir no acontecimento, procurando contribuir par sua melhor organização”. Tal participação se dava na perspectiva de utilização de todos os espaços possíveis para a denúncia da situação das mulheres na ditadura, e na de troca de materiais e contatos. Assim, a SF responsabilizou-se, diante da Fundação Lélia Basso, a mobilizar todas as mulheres que pudesse, dentro e fora do país, para a construção e participação na Conferência

<sup>265</sup>.

A conversa com as brasileiras residentes em Roma, participantes do grupo de latino-americanas, resultou nas decisões de que o grupo de Roma se empenhasse nos preparativos do encontro mas que simultaneamente procurasse manter seu funcionamento para além dele, e também que as pecebistas de Milão e Bolonha integrassem o grupo. O coletivo deveria comprometer-se com a divulgação da Conferência entre as brasileiras no Brasil e Europa, estimular a participação de suas organizações na definição das mesas de plenárias, temário e bibliografia, além de procurar organizar uma reunião em Roma para definição da delegação nacional. A SF enquanto tal, responsabilizou-se por divulgar a Conferência entre as OBs, fornecer material de estudo para a preparação de suas militantes, verificar a posição da FIDM e assessorar o grupo de Roma, caso necessitasse de sugestões de bibliografia, temário, etc. <sup>266</sup>

A organização do encontro foi tão polêmica e conflituosa quanto se poderia esperar numa situação como aquela <sup>267</sup>. Os coletivos de

---

<sup>265</sup> Documento: Informações Preliminares – II Ativo.

<sup>266</sup> Idem.

<sup>267</sup> A experiência de articulação feita em Paris é a relatada com mais detalhes. Naquele país as brasileiras “independentes” que iniciaram tal organização e rejeitaram o temário vindo da Itália por completo. Segundo narrativa das integrantes da Fração de Paris, aquelas mulheres acusaram-no “de muito vasto, incoerente e influenciado pelo trotskismo” (por tratar das “mulheres sob o fascismo”), logo após terem ciência de que as pecebistas vinham participando do “grupo de Roma”. A contraproposta de temário feita em Paris, mais focada na luta pela democracia, foi considerada boa e mais realizável pelas pecebistas, ainda que exigisse das militantes estudos não previamente acumulados – tampouco passíveis de serem alcançados em tão curto espaço de tempo. Assim, as pecebistas em Paris propuseram ao “grupo de Paris” que negociasse seu temário, sugerindo-o, sem impor, ou ainda que escrevesse sobre temas específicos a fim de enriquecer o debate coletivo.

brasileiras distribuídos pelo mundo deveriam organizar-se, a fim de enviar suas contribuições para a estrutura política do encontro e de construir a delegação brasileira, reportando-se ao “grupo de Roma”, que atuava junto à Fundação Lélia Basso. No entanto, a esquerda brasileira, pulverizada pelas sucessivas rupturas com o PCB, e dispersa no exílio, articulava-se com dificuldades (sectarismos, dificuldades de comunicação pela distância, clandestinidade, falta de recursos financeiros, etc). Além disso, tratava-se de um evento internacional. A construção da unidade envolvia ainda uma série de outras articulações, com organizações, não só da Europa, mas da América Latina e Ásia. O encontro foi adiado sucessivas vezes por falta de sede e consensos básicos e, finalmente, quando foi realizado, já se havia esvaziado. A SF não conseguiu participar e sequer recebeu um informe final de seus encaminhamentos.

Em setembro de 1977, quando foi realizado o II Ativo (que debateu a Conferência das Mulheres do III Mundo), a situação do PCB na Itália já tinha mudado: havia três militantes em Milão e duas em Bolonha, organizadas em Frações vinculadas à SF. As militantes de ambas as Frações participavam das reuniões de construção da Conferência (“grupo de Roma”). Em Milão, àquela altura haviam sido contatadas quatro mulheres para a formação de um grupo de estudos de obras clássicas, a ser iniciado em março. As integrantes da Fração Feminina da base local mantiveram duas atividades fixas de grande envergadura (para a quantidade de militantes disponíveis): publicaram uma “página feminina” no jornal Realidade Brasileira, conquistando tal espaço definitivamente (para a manutenção da coluna, solicitaram auxílio ao conjunto da Seção); e atuaram na organização do arquivo geral da Fundação CeSPE<sup>268</sup>, com a formação de uma seção dedicada às mulheres (tarefa para a qual também solicitaram colaboração geral para

---

Numa das últimas reuniões o quadro se alterou: entraram para a organização mulheres de todas as organizações de esquerda com base em Paris e dos dois grupos feministas com brasileiras. Logrou-se uma fusão entre as propostas de Paris e Roma (foco na atualidade, com as necessárias referências históricas). O PCB comemorou esse acontecimento como “a primeira iniciativa verdadeiramente unitária” ocorrida no local. Os subgrupos do CMBP desempenharam papel central na elaboração da contribuição das brasileiras em Paris para o temário. Ver: Relatorias do II Ativo Feminino do PCB, 1977.

<sup>268</sup>*Fondazione Cespe — Centro Studi di Politica Economica*, localizada em Roma, junto com a Fundação Instituto Gramsci, é responsável pela guarda dos acervos documentais do PCI, além de realizar outras atividades de cunho científico e cultural. Ver: <http://ilpcinellastoriaditalia.it/mostra.html>.

coleta dos materiais)<sup>269</sup>. Também foi obtida inserção para uma fala sobre o dia 8 de março nas rádios populares da Itália, mas a SF do CC não conseguiu enviar o texto em tempo e a oportunidade foi perdida. As informações relativas à militância em Bolonha não foram relatadas. É possível e provável que naquele momento ainda não houvessem sido organizados grupos de estudos ou realizadas atividades específicas naquela cidade, e suas militantes se concentrassem no “Grupo de Roma”, além das atividades gerais do partido e de solidariedade ao Brasil.

No III Ativo de Mulheres convocado pela SF do CC e realizado em fevereiro de 1978 a intervenção da delegação italiana foi muito mais expressiva, nos sentidos de duração e qualidade das falas. Se nos ativos anteriores haviam sido feitas poucas intervenções, ratificando os informes da SF do CC, com dúvidas ou sugestões pontuais, neste houve posicionamentos claros, decididos e fundamentados sobre as questões relacionadas ao partido e ao movimento de mulheres. Na discussão sobre o caráter do movimento de mulheres, começa a se desenhar uma posição até mesmo discordante da do restante do partido, no que se refere à autonomia dos movimentos de mulheres.

Tal posicionamento começou a se conformar na avaliação sobre o Seminário realizado pela Seção Feminina, que foi considerado

---

<sup>269</sup> É possível que tais esforços tenham se concentrado, posteriormente, em Milão, ou mesmo que tenha havido algum engano na nomeação do Arquivo em que se estava organizando o acervo. O acervo da SF do CC foi preservado no Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (ASMOB), guardado pela Fondazione Giangiacomo Feltrinelli. Começou a ser organizado entre 1976 e 1977 e recebeu grandes fundos como o de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, além de doações de Niemeyer, Jorge Amado e Prestes. Foi deslocado para o Brasil em 1994, estando à disposição da pesquisa e consulta no Cedem – Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (há também microfilmes do acervo do ASMOB no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo). Para mais informações ver: INSTITUTO ASTROJILDO PEREIRA. ASMOB - **Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro**. Disponível em:

[http://plataformacomum.com.br/iap/index.php?option=com\\_content&view=article&id=59&Itemid=86](http://plataformacomum.com.br/iap/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=86); CEDEM. ASMOB. **Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano**. Disponível em: <http://www.cedem.unesp.br/#!/acervo/asmob/>, data de acesso: 08 de agosto de 2013.



insuficiente <sup>270</sup>. A delegação de Milão considerou que, desde o exterior, o que poderiam realizar como PCB para acumular forças para o trabalho de libertação das mulheres no Brasil seria o estudo das conjunturas em que cada SF estava inserida e uma tomada de consciência de si mesmas enquanto mulheres e enquanto tais no partido. Segundo a representante da SF de Milão, essa “essência pessoal, privada do movimento feminino” que o tornava diferente dos demais, e seria nesse sentido que o PCB poderia contribuir para o movimento de mulheres em geral.

Considerando a necessidade de reformular a política partidária entre o movimento de mulheres – centrada na denúncia, sem ultrapassá-la -, a militante defendeu que um primeiro passo nesse sentido seria essa tomada de consciência em nível pessoal e o debate interno sobre ser mulher dentro do PCB.

A posição, nesse sentido, se aproxima da postura da FF de Paris, que antes mesmo da refundação da SF havia refletido criticamente sobre os entraves que o partido colocava ao pleno desenvolvimento da militância das mulheres. Mas essa preocupação nasceu na Itália por outro caminho, o da observação das relações entre PCI e outros partidos e movimentos de esquerda e o movimento feminista; e se encaminhava a uma postura diferente diante dos movimentos autônomos de mulheres.

Segundo narrativa apresentada ao coletivo da SF no III Ativo, nesse país o movimento feminista havia nascido da insatisfação sentida pelas mulheres dentro de suas organizações:

Cansadas de discriminações que sofriam dentro do trabalho político, cansadas de brigar em vão para mudar essa situação no interior de suas organizações políticas, as mulheres resolveram enfim cuidar não só de sua participação nas organizações políticas, mas, também de seus próprios interesses, organizando-se autonomamente <sup>271</sup>.

Essa origem teria condicionado o movimento e explicaria sua radicalidade. Segue a intervenção da FF de Milão no Ativo:

---

<sup>270</sup> Por uma série de motivos, entre os quais são destacados o excesso de temas para apenas um final de semana de debates, o pouco acúmulo de discussões sobre alguns dos temas e, principalmente, a situação de exílio (que impedia a adequada coleta de dados e pesquisas de campo)

<sup>271</sup> Relatorias do III Ativo de Mulheres.

Nós não queremos que o mesmo aconteça no nosso P., pois seria imperdoável, dentro da situação política brasileira, uma divisão de forças desse tipo. E nem tampouco queremos que o mesmo aconteça com nosso movimento feminino, pois este, radicalizando-se, terá o perigo de cair no vazio. (...) Acreditamos que poderemos encaminhar as coisas de modo diferente do que as mulheres comunistas italianas encaminharam, pois a luta para a libertação da mulher é uma luta que se deve levar junto ao homem <sup>272</sup>.

O protagonismo dessa luta deveria compartilhado por mulheres e homens do partido <sup>273</sup>. Segundo tal avaliação, a forma de organização adotada pelo feminismo italiano – marcada pela autonomia e o “separatismo” – não era desejável, e havia decorrido da incapacidade política mencionada de manejar a inter-relação entre as demandas gerais e das mulheres, e, sobretudo, na de construir uma organicidade livre do machismo ou menos machista.

Ao longo dos meses subsequentes e no ativo seguinte, quando é debatida uma proposta de frente de mulheres para o Brasil, a postura que passará a ser adotada pelas pecebistas que militavam na Itália (e que se manifestaram nos Ativos) emergiu mais claramente. Tal posição ficou isolada diante da maioria das integrantes da SF, que defendiam a autonomia como princípio político e organizativo para os movimentos de mulheres, e, muitas vezes, como sinônimo da ausência de homens nos espaços próprios do movimento (sem isolá-lo, evidentemente, das demais lutas). Mas parece conquistar pelo menos uma das dirigentes da SF do CC, identificada com o eurocomunismo, que passa a coadunar com tal opinião, defendendo a criação de uma organização de massas ligada ao partido, à imagem e semelhança da UDI.

Para entender esse processo é necessário lembrar que naquele momento o feminismo italiano vinha “retornando” às fileiras do PCI e que se fortalecia dentro do PCB, especialmente na parcela do CC exilada na Europa Ocidental, a influência do pensamento

---

<sup>272</sup> Idem.

<sup>273</sup> São feitas propostas de um “manual feminino”, com “questões elementares do movimento feminino no Brasil” para trabalho entre as operárias e camponesas e de revista de problemas teóricos do movimento feminino, mas as propostas foram consideradas ineficazes naquele contexto pelo resto das integrantes do Ativo.

eurocomunista. Da mesma forma, a militância desenvolvida na Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas, orientada segundo os princípios mencionados, ganhava notoriedade entre as comunidades brasileira e italiana, mostrando que era sim possível organizar um movimento expressivo de mulheres, com a participação de homens, e sob a orientação partidária dos comunistas.

#### *2.2.4.2.1 A Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas*

A primeira menção encontrada sobre a AMBI na documentação recolhida foi em setembro de 1978, quando a SF do CC enviou à Comissão Executiva do CC correspondência informando sobre a criação da Associação. Até aquele momento, as pecebistas em Milão (3 mulheres), assim como as de Geneve (3 mulheres, organizadas no comitê pela Anistia), Bolonha (apenas 1, que recebia os materiais da SF), passada a Conferência, não tinham atuação regular no movimento de mulheres.

Segundo relato enviado por “Amanda”<sup>274</sup> (militante do PCB e da AMBI) ao Partido, a Associação nasceu por solicitação da organização, manifestada através da companheira Márcia (assessora da SF na Itália). Tal tarefa emanou da constatação de que embora houvesse associações ou comitês de brasileiras consolidados por boa parte da Europa, na Itália nenhuma iniciativa anterior havia frutificado, o que foi considerado um “vazio” político. Amanda aceitou a tarefa e apenas uma semana depois, em 1º de julho de 1978, criou a associação. A sede foi acomodada nas instalações da Associação Internacional Contra a Tortura - organização de massas dirigida por Amanda e seu companheiro, “Paulo Parra”<sup>275</sup>. Pouco depois foram organizadas outras sedes em grandes cidades italianas.

A fundação da Associação das Mulheres Brasileiras e Italianas coincidiu com a realização do Festival Mundial da Juventude, em Cuba. O PCB não havia indicado representantes mas, através da mediação de “Márcia”, foi enviada uma representante da AMBI, “Bárbara”, que partiu em direção a Havana em 14 de julho. Sua “missão” em Cuba era, além de representar a nascente associação, estabelecer contatos com

---

<sup>274</sup> Documento: Trabalho da Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas. Milão, Itália.

<sup>275</sup> O endereço era bastante central: Via Canonica, número 20 – Centro de Milão. O nome “Paulo Parra” será recorrente nesse trecho do trabalho. A seu respeito, sabe-se somente que presidia a associação mencionada, era companheiro de Amanda e que militava no PCB.

organizações de juventude e de mulheres, especialmente as da América Latina; e lançar o comunicado do Comitê de Mulheres Brasileiras na Europa, além de participar das comissões de estudo que dissessem respeito às problemáticas das mulheres e da juventude <sup>276</sup>. Foram distribuídos, já nessa ocasião, 5000 cartões de solidariedade à mulher brasileira elaborados, impressos e custeados pela AMBI.

De julho a outubro, a AMBI recolheu material para preparar uma biblioteca e trabalhou na elaboração de uma linha política, na definição de sua “natureza e características próprias”, na ampliação do número de associados, e no estabelecimento de relações com organizações, partidos políticos e associações congêneres do Brasil (como o CMB, o Comitê Feminino pela Anistia e o Centro de Desenvolvimento da Mulher Paulista.

A Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas, reunia mulheres das duas nacionalidades e homens conterrâneos que se associavam para “manifestar sob diferentes formas a sua solidariedade à mulher e ao povo brasileiros em luta por seus direitos e pelas liberdades democráticas no Brasil” <sup>277</sup>. Juntos, esses se propunham a

informar, denunciar a condição de vida da mulher no Brasil; apoiar de diferentes maneiras as suas lutas; estudar a realidade em que ela vive, estuda, trabalha e luta; pressionar todas as estruturas nacionais e internacionais que possam intervir a seu favor <sup>278</sup>.

---

<sup>276</sup> “Bárbara” também organizou toda a logística da participação da delegação brasileira no encontro (alojamento, alimentação, contato entre os brasileiros e a Federação da Juventude Comunista Italiana, etc.)

<sup>277</sup> Documento A Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas.

<sup>278</sup> Idem. Segundo enumeração de Amanda, a Associação pretendia ser: “a) porta-voz, na Itália, das lutas da mulher, no Brasil; b) o divulgador e o propagador, na Itália, das lutas da condição da mulher brasileira, de seus problemas e aspirações; c) o sensibilizador não só da mulher italiana como do povo italiano das lutas e aspirações da mulher brasileira; d) a união entre as lutas da mulher brasileira com as lutas do povo brasileiro na Itália; e) o elemento agregador das forças brasileiras em geral, na Itália, sobre a problemática da mulher brasileira; f) o elemento formador e preparatório para todos os que desejam retornar ao Brasil, sobre a mesma problemática (“a mulher”); g) centro de reflexão e elaboração teórica sobre a problemática da mulher brasileira, na Itália.

O apelo à adesão ou apoio, ao contrário do que ocorrera com o CMBP, era destinado ao povo italiano e, em particular às suas mulheres. A esse respeito, é importante dar relevo à duas dimensões de tal chamado. Em primeiro lugar, a AMBI refutava-se a limitar seu trabalho à organização de mulheres. Para Amanda, o coletivo estava convencido de que a emancipação feminina era obra da sociedade em seu conjunto, motivo que tornava necessária a integração da maior quantidade possível de homens. Quer dizer, ainda que se tratasse de uma organização de mulheres, afirma “Amanda”, era buscada a colaboração de todos aqueles que pudessem se “unir num mesmo programa de liberdade, justiça social, dignidade humana, independente de sexo”<sup>279</sup>.

Em segundo lugar, tratava-se de uma organização binacional, marcada pela militância de solidariedade. Essa foi, segundo relatório elaborado pela SF do CC ao IV Ativo de Mulheres do PCB<sup>280</sup>, uma particularidade da militância feminina pecebista desenvolvida na Itália, e dos próprios movimentos feminista e contra a tortura brasileiros naquele país. Grosso modo, observou-se que nos países em que havia muitos exilados políticos brasileiros e estudantes, era desenvolvida uma militância de auto-organização de brasileiras (e em alguns casos, de brasileiros também), como foram os Comitês de Mulheres Brasileiras em Moscou ou Lund e o Círculo. Já na Itália, os brasileiros eram menos numerosos e encontravam-se dispersos, o que tornou as tentativas anteriores de criação de coletivos de brasileiras infrutíferas. Naquele país, a forma de organização viável foi a que tinha como base política a população local.

Tal solidariedade se dava nos marcos da concepção internacionalista de luta contra o fascismo. Considerava-se que, ainda que a situação das mulheres brasileiras e italianas fosse diversa, havia aspectos e esforços idênticos para solucionar algumas questões, o que permitia que a luta fosse fundida numa só<sup>281</sup>. Assim, não se tratava de borrar artificialmente as especificidades, mas de mostrar que a origem da “espoliação e da opressão” era compartilhada e que, portanto, a luta

---

<sup>279</sup> Documento: Trabalho da Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas. Milão, Itália.

<sup>280</sup> Ver relatorias do IV Ativo de Mulheres do PCB, 1979.

<sup>281</sup> Segundo documento elaborado e distribuído pela AMBI, o “horizonte humano de cada povo” não poderia se circunscrever à sua problemática nacional, uma vez que, cada vitória do fascismo em um país particular “representava sempre uma vitória dos povos contra o fascismo mundial”.

deveria ser solidária, marcada pela “ajuda mútua e desinteressada entre povos diversos”<sup>282</sup>.

Segundo Amanda,

para evitar risco de 'guetização' e de 'parasitismo', e para romper a falsa imagem de solidariedade, confundida com 'caridade', a Associação decidiu ser uma entidade onde trabalham juntas forças brasileiras e italianas, aproveitando dialeticamente das experiências recíprocas<sup>283</sup>.

Ao mesmo tempo, tal forma de organização objetivava neutralizar o que se considerou uma “tendência maniqueísta e reacionária, sempre maior, de separação entre homens e mulheres”. O “separatismo” era caracterizado como tal, porque se entendia que a transformação da sociedade era resultado da transformação concomitante dos homens e mulheres. Além disso, Amanda considerava que “a compreensão da problemática da mulher” não era exclusividade das mulheres e não poderia ser entendida apenas “intelectualmente” pelos homens, sendo indispensável sua participação igual e efetiva nessa luta

A Associação, que tinha como condição para o ingresso a concordância com os objetivos, programa e métodos de ação, segundo Amanda, visando ser um “espelho da realidade brasileira”, era “unitária, apartidária, mas não apolítica. E AUTÔNOMA, totalmente” - o que não impedia que houvesse sido criada e fosse dirigida por comunistas brasileiras vinculadas ao Partidão.

Embora se propusesse tão ampla quanto a oposição brasileira e as forças antifascistas italianas, nenhum registro de participação de outros partidos ou organizações brasileiros na Associação foi encontrado. É provável que não houvesse tal participação. Os motivos que levaram à exclusividade pecebista no “campo” dos brasileiros são desconhecidos.

A amplitude das forças políticas italianas que compuseram a AMBI, as repercussões de sua atuação e seu raio de influências, por outro lado, impressionam muito. Poucos meses após a fundação, ainda em 1978, a AMBI participou como membro fundador do Comitê Italiano pela Anistia no Brasil, estabeleceu convênio com a Liga dos Direitos e Liberação dos Povos (grupo de mulheres latino americanas, presididas pela Dep. Giancarla Codrignani, da esquerda independente,

---

<sup>282</sup> Documento: A Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas.

<sup>283</sup> Documento: A Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas.

eleita pela legenda do PCI); realizou um dia de solidariedade com as mulheres antifascistas em luta em conjunto com a UDI; organizou reuniões com sindicatos locais para a realização do Ano Internacional da Criança (em que divulgou slides sobre a condição das mulheres brasileiras); participou do Festival Nacional da Revista *Noi Donne*, órgão oficial da UDI (em que foram apresentados fotografias e textos sobre as mulheres e crianças no Brasil e montado *stand* com cartazes pela anistia no Brasil, cartões postais da AMBI, artesanatos, etc.); integrou mesa redonda sobre o tema A mulher nos movimentos de liberação e nas sociedades novas na TV Nacional (canal 11) e concedeu entrevistas às rádios Bolonha e *Spazio Libero* (de Genova)<sup>284</sup>.

Ao longo do ano de 1979, para se ter uma dimensão de tal alcance, foram realizadas aparições na televisão nos canais 3 de Roma, TRM2 (televisão do PCI), TM66 (canal da Democracia Cristã) e TV Lombardia. Também concedidas entrevistas ou organizados programas de rádio na *Super Varese* (cidade de Varese), *Radio Milano*, Nova Radio (da Democracia Cristã), *Radio Regione* e Alternativa Popular. Um desses programas, na *Radio Milano*, teve duração de um mês e meio, indo ao ar durante duas horas a cada noite de terça-feira. As temáticas iam das representações das mulheres brasileiras na música popular nacional, às denúncias de suas condições de vida e trabalho e luta pela anistia, assim como a apresentação do Ano Internacional da Criança e as problemáticas do trabalho infanto-juvenil e alfabetização. Além disso, foram publicados textos no jornal *La Repubblica* e nos órgãos de propaganda do PCI, PCs Chileno e Uruguaio, da Democracia Cristã (revista feminina *Alba*) e da Associação Cristã de Trabalhadores Italianos (revista *Famiglia Cristiana*). Com esse conjunto heterogêneo de forças políticas foram também realizadas atividades conjuntas, tais como uma missa de lançamento do Ano Internacional da Criança, atividades de debate com a UNICEF e conselhos de fábrica. O Natal da Criança Latino Americana, que foi a atividade pública inaugural da AMBI, contou com a presença de todos os partidos, organizações e associações progressistas do país.

As relações com os diferentes componentes do cenário político italiano se deram preponderantemente com o PCI. Este, alguns meses após a fundação da Associação, convocou Amanda para uma reunião em que propôs direção compartilhada e ampla participação das comunistas italianas nas atividades do coletivo, o que foi aceito. Depois do Partido

---

<sup>284</sup> Informações do documento: Trabalho da Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas. Milão, Itália.

“irmão”, em ordem de importância, mantinham-se relações com o Partido Socialista, os Católicos da ACLI, a Democracia Cristã, o Partido Liberal, o Partido Republicano e o Social Democrático. Relações intensas também foram mantidas com a UDI.

Colaboraram decisivamente para o estabelecimento de tais relações o camarada Paulo Parra, que repassou os contatos que tinha através da Associação Internacional Contra a Tortura; e o setor de imprensa do PCI, que compartilhou todos os seus contatos com a imprensa milanese (rádios nacionais e privadas, canais de televisão nacionais e privados e agendas de notícias).

Paulo Parra também foi fundamental para a manutenção financeira da Associação. Segundo informe de Amanda, “o financiamento geral e total” da associação (aluguel, telefone, viagens, impressão de calendários e cartões postais, material de consumo, publicidade, etc.) vinha “da parte do companheiro Paulo”, fazendo com que AMBI não tivesse débitos nem dependesse de terceiros. Paulo era militante do partido e marido de Amanda<sup>285</sup>.

A AMBI realizava reuniões semanais, nas terças à noite. Não havia recrutamento, sendo bastante simples o ato de associação. Era mantido atendimento permanente ao público nas terças e quartas-feiras ao longo de todo o dia e no restante da semana em horários determinados. À exemplo da SF do CC, a AMBI trabalhava com planejamentos semestrais controlados através de avaliação trimestral. Seu espaço físico contava com uma biblioteca e um arquivo, com seção destinada a fotografias e uma estrutura de slides (sobre mulher, criança e creche). Esse arquivo visava a coleção de material fotográfico e audiovisual para reprodução e redistribuição por toda a Europa.

A SF do CC em correspondência à direção do partido sobre a criação da AMBI caracterizou como excelente o apoio da Igreja Católica da Itália e do Brasil e ressaltou a preparação do “Natal das crianças latino-americanas”. Nele foram realizadas – com ampla participação da sociedade italiana e dos exilados latino-americanos – exposições itinerantes de desenhos e poemas feitos por estas crianças, com temática relacionada às percepções de suas vidas no exílio ou em seus países natais. Essa atividade não foi somente uma apresentação formal da AMBI à sociedade italiana, mas foi o ato inaugural do Ano Internacional da Criança (1979), proposto pela ONU, na Itália.

---

<sup>285</sup> Ao que tudo indica, Paulo tirava esse dinheiro de seus próprios bolsos. Documento: Trabalho da Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas. Milão, Itália.



No mesmo documento em que foi informada à direção do Partido a criação da AMBI, foi relatado o primeiro contato com a Seção Feminina do Comitê Central do PCI, a respeito do envio de uma delegação feminina brasileira para estudos na Itália. Tal viagem foi minuciosamente planejada pelos comitês centrais dos dois partidos <sup>286</sup>.

A SF do CC, além desta viagem coletiva, deslocou-se para assessoramento das FFs da Itália pelo menos três vezes entre 1978 e o início de 1979. As militantes sediadas na Itália se fizeram representar pelo menos duas vezes na França no mesmo período, além de nos Ativos. A troca de correspondências também foi intensa. Ao contrário do que ocorreu em alguns momentos com os Comitês de Mulheres Brasileiras sediados em outros países da Europa e África, o diálogo com a direção do organismo partidário feminino foi mantido com bastante fluidez e sem grandes dificuldades.

Ao longo desse processo, foi possível aproximar da AMBI brasileiras e brasileiros exilados políticos (vinculados ao PCB), brasileiras que viviam na Itália por outros motivos (casadas com italianos) e, sobretudo, italianas e italianos interessados na solidariedade ao povo brasileiro, ou particularmente às suas mulheres. Cogitava-se naquele momento o recrutamento para o partido de um casal de italianos engajados na Associação, o que demonstra que a AMBI poderia ter também ajudado no fortalecimento das bases partidárias onde se estruturou.

Percebe-se, entretanto, que a apesar dos esforços despendidos pelas/os militantes engajadas/os na AMBI e dos amplos contingentes de pessoas e setores mobilizados por ela, houve dificuldades para

---

<sup>286</sup> Realizada em janeiro de 1979, viajaram pelo PCB as responsáveis pelo trabalho feminino na Itália, França e na SF do CC, percorrendo Roma, Napoli, Bolonha, Imola e Milão durante 6 dias. Fizeram parte do itinerário percorrido visitas às respectivas Federações Comunistas, a creches, escolas, cooperativas agrícolas, espaços da resistência ao fascismo, prefeituras. Foram feitas conversas com as direções locais e nacional do Partido e da estrutura partidária feminina, além de uma deputada e um prefeito, eleitos pelo PCI. Em tais atividades, e também na militância conjunta na AMBI, o PCB e PCI puderam se conhecer melhor reciprocamente: militantes do PCB, sobretudo Amanda, participaram de espaços internos do partido comunista do país que os abrigava e o PCI teve contato com documentação de circulação restrita do PCB, sobre a qual opinou em mais de uma ocasião. Informações coletadas nas relatorias e projeto de itinerário da viagem. Arquivo da SF do CC.

comprometer organicamente mais brasileiras e brasileiros na associação, mesmo quando estes eram do PCB ou muito próximos dele.

Apesar da constituição e atuação da AMBI ter impressionado positivamente a direção da SF – que caracterizou essa como uma das mais bem sucedidas experiências de militância feminina no exílio – e provavelmente também a CE do partido (informada pela Seção), as relações com a base partidária em Milão foram problemáticas. Em balanço crítico da criação e evolução da AMBI, Amanda avaliava que tinha sido feito um grande esforço por parte das pessoas que a constituíam, mas que se quedava muito ainda por fazer <sup>287</sup>. As determinantes do não rendimento ideal da AMBI e a sobrecarga de trabalho de seus integrantes, aos olhos de Amanda, foram a incompreensão e falta de valorização da organização de mulheres na cultura vigente (reproduzida também no partido), e de comportamento da base partidária de Milão em particular.

Num plano mais geral, nas palavras da militante, se tratava de uma questão “psicológica”, marcada pela descrença no trabalho das mulheres característica da sociedade capitalista, e que se manifestava no partido. A constatação foi feita em tom de desabafo:

Ao lado dos “grandes discursos de abertura, compreensão, etc” a mulher continua a ser considerada uma “bandicapada”, ser periférico que precisa da autorização do maridinho para poder ser, ou tentar ser, sujeito. É tratada como objeto. É sempre a mulher de... A mãe de... A secretária de ... A assistente de... Enfim, objeto, papel em que se escrever... portadora de correio... agente de ligação... proprietária de aparelho... Nada mais. Em linha geral, os homens dessa sociedade - ainda que se diga “marxista”, “marxista-leninista”, “dialético” - “pra-frentex”, e outros que tais, RECUSA SE A VER A... REALIDADE (sic) <sup>288</sup>.

---

<sup>287</sup> Mencionando, sobretudo, a inexistência ainda de um núcleo em Roma, trabalho este irrealizado por falta de comunistas brasileiras residentes no local. Segundo “Amanda”, “Maria Luiza”, esposa de “Fernando”, havia iniciado tal trabalho com entusiasmo, mas o abandonado em seguida, sem explicações.

<sup>288</sup> Documento: Trabalho da Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas. Milão, Itália.

Para Amanda, em consonância com a posição levada aos Ativos, esse comportamento generalizado era principal responsável pelos movimentos feministas, resultando numa

separação reacionária, profunda e arraigadamente pequeno-burguesa dos sexos, transformando a luta de classes, ou não a considerando, e substituindo-a pela RIVALIDADE ANTAGÔNICA entre homem e mulher<sup>289</sup>.

No plano mais imediato, a outra “explicação essencial” e decorrente da anterior era o “NÃO ENTENDIMENTO DA BASE DA ITÁLIA sobre esse trabalho”. A situação foi descrita de tal maneira:

Sem entrar em detalhes, podemos tranquilamente afirmar que, no início, HOUVE MESMO BOICOTE. Atualmente, começa a ser diverso, por uma razão, o sucesso alcançado POR TODAS AS NOSSAS INICIATIVAS. Felizmente, para desaponto de muitos, NÃO HOUVE NENHUM FRACASSO. Está surgindo presentemente UMA SOLIDARIEDADE NOS FRUTOS. Mas se isso for para o bem do partido e de nosso povo, não levaremos em consideração e seremos felizes. Será mais um bom resultado alcançado. Pelo interesse pessoal e, não raro, mesquinho, também se pode chegar à conscientização<sup>290</sup>.

Segundo informe da dirigente da AMBI, a fim de ilustrar a situação, com as exceções de Anina, Zilda, Marcia e Paulo, os integrantes da base partidária de Milão sequer ajudaram a vender os calendários da Associação, e houve tentativas recorrentes de pôr a iniciativa de criação dela e suas atividades em descrédito. Três daqueles militantes nem mesmo compareceram ao ato de lançamento do AIC.

Tal situação se diferencia substancialmente da percebida em Paris, onde a base, em alguma medida, estimulou o engajamento das mulheres no CMBP e noutras iniciativas de organização de mulheres anteriores, perguntava e opinava com frequência sobre o andamento

---

<sup>289</sup> Documento: Trabalho da Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas. Milão, Itália.

<sup>290</sup> Idem.

daqueles trabalhos e estudou coletivamente textos clássicos de orientação feminista socialista. Para além das relações intra-partidárias, na Itália tampouco parecem ter havido relações significativas com outras componentes do leque da esquerda brasileira e do feminismo nacional.

Da mesma forma, ao contrário do que se passava em Paris, aqui foi observada uma distância política, cultural e programática voluntária com relação ao movimento feminista italiano <sup>291</sup> – acompanhando o refluxo de tal movimento – combinada a um diálogo bastante intenso com a Igreja Católica e com os setores políticos a ela vinculados. Tal “localização” na correlação de forças não pôde deixar de ter consequências. Na documentação remanescente das intervenções públicas mencionadas anteriormente foram observadas dificuldades para interrelacionar a luta das mulheres brasileiras auto-organizadas enquanto tais com a luta contra a ditadura (ou antifascista), subordinando-se a primeira à segunda unilateralmente e, em alguns momentos, de forma bastante simplista (dando a impressão de que a situação e as lutas das mulheres não passavam de pretexto para abordar temas como o da tortura ou anistia). Da mesma forma, em que pese a importância das lutas de defesa de melhores condições de vida para crianças e jovens latino-americanos, essa foi abordada como uma “tarefa feminina” e não como algo que dissesse respeito ao partido em seu conjunto, havendo, dessa forma, uma reprodução dos estereótipos de gênero e da divisão sexual do trabalho (na família e no partido).

Para concluir, a apreciação dos dois casos de organização de Frações da Seção Feminina levou-nos a perceber que, mesmo dentro do partido, não havia ainda uma unidade teórica e programática. A diversidade das experiências acumuladas pelo conjunto da SF em seus diferentes locais de atuação no exílio foi resultado da interação de diversos fatores relacionados à contextualidade própria de cada país “anfitrião” <sup>292</sup> (como se organizava o feminismo local, como se relacionava com a esquerda, como a esquerda e a comunidade local recebiam os exilados, como os exilados se organizavam no novo país, etc.). Também da contextualidade partidária adquirida naqueles locais (a forma como eram distribuídas as bases partidárias, quem as constituía, qual a formação política e cultural dos militantes, qual a correlação de forças interna específica, etc.).

Por paradoxal que pareça, na Itália foi desenvolvida uma militância bem próxima à dos movimentos feministas e de mulheres das

---

<sup>291</sup> Embora houvesse relações com a UDI.

<sup>292</sup> Além, evidentemente, da falta de uma orientação política definitiva.

décadas de 1930 a 1950, nos quais o PCB havia participado (com amplo estímulo de sua direção), no que diz respeito aos seus aspectos organizativo e programático, o que não garantiu a aceitação dele por parte dos organismos partidários locais. Em Paris, as lutas foram travadas em outro nível: as formas organizativas foram absolutamente inovadoras, os programas bastante mais abrangentes e afinados com o movimento feminista setentista (brasileiro e francês) e as críticas ao machismo dentro da organização bem mais contundentes e abertas. No entanto, lá o espaço disputado foi encontrado, sendo consolidada, inclusive, a reconstrução da Seção Feminina.

A forma como as FFs se relacionaram com o feminismo brasileiro organizado nos locais em que se estabeleceram e com o feminismo dos países hóspedes foi determinante, nesse sentido. Foi na militância concreta no Círculo, construindo coletivamente o movimento feminista brasileiro com militantes trotskistas, oriundas das organizações de esquerda armada, de orientação radical, liberal, etc. e dialogando com os movimentos locais que as pecebistas perceberam os limites e as potencialidades de sua formulação partidária e das formas de atuação desenvolvidas até o momento<sup>293</sup>. A partir daí, puderam se engajar no sentido de elaborar, sob novas bases, uma linha política própria sobre a condição das mulheres brasileiras e as formas de organização para a superação dela. Para utilizar as palavras daquelas militantes, com essa interação, avançaram no sentido de perceber não só o que “não queriam” no movimento, mas no de definir o esperavam dele/nele e de que maneiras atuar para dar consequência a seu projeto emancipatório. Já no segundo país, onde houve menos contato com militantes brasileiras e com as feministas italianas, pôde-se ir pouco além da negação do observado.

---

<sup>293</sup> O ambiente universitário francês também foi fundamental para tais críticas e reelaborações.



### **CAPÍTULO 3 ENTRE O FEMINISMO E O COMUNISMO: A CONSTRUÇÃO DA LINHA POLÍTICA PARA ATUAÇÃO DO PARTIDO NOS MOVIMENTOS DE MULHERES**

Tanto em Paris quanto na Itália – e provavelmente noutros rincões do Brasil ou nos grandes centros globais do capitalismo – perceber-se mulher foi um acontecimento. Não foi algo espontâneo ou natural, mas momento chave do desenvolvimento de uma consciência feminista. Esse trânsito de consciência foi realizado, na década de 1970, em diferentes lugares e ritmos e através de diferentes formas e caminhos. A reflexão acerca da opressão vivida, as leituras de material feminista (houvessem sido de panfletos distribuídos na rua ou de bibliografia científica especializada, realizadas coletiva ou individualmente), a militância nos movimentos feminista e/ou de mulheres, a participação em organismos partidários específicos ou mesmo conversas com amigas ou familiares foram, isolada ou combinadamente, elementos desencadeadores de tal processo.

Retomando as experiências abordadas no capítulo anterior, no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, as pecebistas, assim como as outras mulheres que compunham o espaço, relatam que aquela experiência de auto-organização de mulheres lhes permitiu “saltar” de uma concepção “sociológica da questão feminina” para a percepção de si como mulheres, e, portanto, como sujeitos imersos na situação que denunciavam e responsáveis prioritários de sua própria emancipação. Já na Itália, a percepção de que o machismo entranhado no PCI e noutras organizações havia não somente sido prejudicial ao desenvolvimento da militância das italianas, como havia danado aquelas organizações (quando as mulheres não mais aguentaram tal situação e saíram em massa dos espaços orgânicos da esquerda) foi o que levou as pecebistas à problematização de sua condição de mulheres na sociedade e, mais especificamente, mulheres militantes de um partido comunista.

Nem sempre, na análise (auto)biográfica das mulheres que passaram a ser feministas, um “ponto de inflexão” ou seus motivadores podem ser identificados. Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, por exemplo, em estudo comparativo da história do feminismo e das relações de gênero nos países do Cone Sul perceberam ser recorrente nas memórias de muitas mulheres que se envolveram na luta feminista

entre 1960 e 1980 a ideia de que já haviam nascido feministas!<sup>294</sup> Essa percepção nos ajuda a entender melhor a dimensão processual da consciência e a profundidade que adquiriu tal mudança de concepção de mundo (ou de seu entorno) na vida daquelas mulheres, que passaram a reorganizar cognitivamente todas as suas lembranças sob novas bases, ressignificando os acontecimentos em que puderam sentir-se – ou poderiam haver se sentido – mulheres, e reorientar suas perspectivas de vida e de futuro.

Segundo Mauro Iasi, em estudos sobre o fenômeno da consciência de classe, deve-se entender a consciência como processo, buscando-se perceber seu desenvolvimento e as transições de uma forma a outra. Nesse sentido, o fenômeno da consciência deve ser entendido “como um movimento e não como algo dado”. Tal movimento, para o autor, está longe de ser linear e é simultaneamente múltiplo e uno, no sentido de que “cada indivíduo vive sua própria superação particular” transitando de certas concepções de mundo a outras, mas há também algo que se forma “a partir da diversidade de manifestações particulares”. Essa consciência coletiva e as individuais não se contrapõem, formam uma unidade “onde as diferentes particularidades derivadas do processo próprio de vida de cada um sintetizam, pois, sob algumas condições, um todo (...)”<sup>295</sup>.

Em definitiva, utilizando as palavras do poeta salvadorenho Roque Dalton, uma “confusão” se inicia quando “uma mulher diz que o sexo é uma categoria política”, quer dizer, quando desenvolve uma consciência feminista. No momento em que isso ocorre, ela “pode começar a deixar de ser mulher em si para converter-se em mulher para si”<sup>296</sup>, o que desencadeia uma série de percepções, reinterpretações e atitudes decorrentes<sup>297</sup>.

---

<sup>294</sup> Ver: PEDRO, Joana Maria. **Trajetórias políticas em mudança**: tornar-se feminista no Cone Sul. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo, julho de 2001.

<sup>295</sup> IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999. p. 14-15. Ver também: IASI, Mauro. Reflexão sobre o processo de consciência. In: **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 11-46. IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe. In: **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 23-356.

<sup>296</sup> Grosso modo, a “consciência em si” é a “consciência da reivindicação”, marcada pela “percepção dos vínculos e da identidade do grupo e seus interesses próprios”. Nesse sentido, ela representa ainda uma percepção de mundo baseada na “vivência das relações imediatas”, ainda que de um ponto de



Cisne disserta sobre o processo de conformação da consciência militante feminista, transcurso permeado pela formação de um sujeito coletivo, agente de uma transformação identificada como necessária. Neste processo em particular, o da consciência militante feminista, primeiramente há uma percepção de si enquanto mulher, o que exige uma “ruptura com a naturalização da subalternidade” socialmente atribuída. A dimensão coletiva dessa consciência, a dimensão militante, estaria expressa na formação dos movimentos ou coletivos de mulheres. Tal formação, segundo Souza-Lobo

não é o resultado de uma relação causal, miséria-demanda ou opressão-reivindicação ou ainda inversamente: expansão de serviços públicos-necessidades; mas a formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas passam pela construção de uma ideia de direitos, pelo reconhecimento de uma coletividade<sup>298</sup>.

Segundo Souza-Lobo, os momentos em que emerge a questão dos direitos das mulheres e/ou da igualdade dos sexos são marcados por projetos de transformação política e social, ou pelas grandes “utopias”, quer dizer, são momentos em que todas (ou muitas das) bases da sociedade entram em questão. A singularidade desses movimentos – mesmo os aparentemente redutíveis a reivindicações materiais imediatas (como os de luta contra a carestia) –

está em que eles também trazem embutido uma reformulação das práticas tradicionais de

---

vista coletivo. Já na consciência em si e para si (considerada uma consciência de transformação) há uma busca pela compreensão das causas dos fenômenos históricos, de análise “da essência do funcionamento da sociedade e suas relações”, com vistas a transformá-las. Para Iasi, passa-se a “conceber um sujeito coletivo e histórico como agente da transformação necessária”. IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999. Ver também: LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008; LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

<sup>297</sup>DALTON, Roque. **Para un mejor amor**. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/tematica/elsalvador/dalton/poemario/02.htm>.

Data de acesso: 27/10/2013.

<sup>298</sup> SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011. p. 178.

mulheres e homens, do espaço que ocupam na sociedade, das relações instituídas entre sociedade e Estado (sic) <sup>299</sup>.

Assim, seja por suas conquistas, ou mesmo pela sua própria presença, têm a capacidade de subverter a ordem de gênero vigente em uma série de espaços em que atuam. Tais características não lhes garantem êxito inevitável ou duração eterna. Não obstante, para Cisne <sup>300</sup>, essa singularidade mencionada faz com que o alcance de tais movimentos não se resuma “às suas reivindicações, tampouco, aos seus resultados imediatos”: é necessário, para compreendê-los, “buscar alcançar 'outros níveis' de análise”, ligados às modificações nas relações familiares e da vida cotidiana, que para Souza-Lobo, geram “novos *habitus* na construção social do gênero”; e à construção “de forma difusa e ambígua, mas relevante, de uma imagem das mulheres como personagens nos espaços públicos” <sup>301</sup>.

Pode-se considerar que não somente os espaços de massa em que as pecebistas estiveram presentes expressaram, à sua maneira, tais características, como a própria conformação da Seção Feminina correspondia a cada uma delas: da criação de um sujeito coletivo empenhado em um projeto emancipatório para as mulheres à modificação efetiva do cotidiano militante intra-partidário e construção da imagem do “movimento feminino” como sujeito político fundamental da luta contra a ditadura na esfera política nacional.

Chama a atenção na documentação de circulação externa produzida pelo partido que, mesmo naquele contexto de intensas mobilizações e de produção teórica feminista, utilize-se, invariavelmente, as expressões estimular o “movimento feminino” ou lutar pela “emancipação da mulher”, em detrimento do uso da expressão “feminista” para definir-se a si mesmas ou ao que estavam fazendo.

Grosso modo, ainda que houvesse polêmicas a respeito da auto definição das pecebistas como feministas ou não, a categoria “feminista” quase sempre apareceu para nomear as mulheres que, atuando nos movimentos compostos exclusiva ou majoritariamente por

---

<sup>299</sup> SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011. p. 181-182.

<sup>300</sup> CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

<sup>301</sup> SOUZA-LOBO, Elizabeth apud CISNE, Mirla. **Op. Cit.** p. 274.

mulheres, não se engajavam para além das bandeiras específicas de tais movimentos. No relato da SF do CC ao II Ativo (1977), por exemplo, explica-se às demais militantes, numa análise de conjuntura da situação política dos “movimentos femininos” no interior país, que no Brasil havia “duas correntes fundamentais atuando no seio desses movimentos: as comunistas e as feministas”<sup>302</sup>.

No Ativo seguinte, realizado em fevereiro de 1978, em resposta a companheiras que consideravam a si mesmas e à Seção feministas, uma das representantes da SF do CC contesta:

O movimento feminista é um movimento de caráter democrático-burguês que nesta etapa da luta no país joga um papel de importância como força integrante da frente única pela igualdade de direitos da mulher. Como tal, é nosso aliado e com ele marchamos politicamente para alcançar determinadas reivindicações no plano da igualdade de direitos da mulher dentro dos quadros do atual regime. Mas, como comunistas, não nos limitamos a isso; compreendemos que essa é uma etapa necessária na luta pela libertação total da mulher, que só poderá ocorrer nos quadros de uma sociedade sem classes, quando criem-se as condições para a libertação de todo o ser humano.

A militante conclui o argumento da seguinte maneira:

Por isso mesmo, do ponto de vista ideológico e no processo de luta pela conquista da hegemonia dentro do movimento pela emancipação da mulher, lutamos no campo das ideias contra qualquer teoria que queira reduzir a libertação da mulher apenas à sua igualdade com o homem. Afinal de contas, sabemos que em qualquer processo de formação de frente única há sempre a unidade política e a luta de ideias<sup>303</sup>.

---

<sup>302</sup> Relatoria do II Ativo de Mulheres do PCB, 1977. Segundo tal relato, as primeiras seriam mais fortes em São Paulo, ao passo que as comunistas eram mais numerosas no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais.

<sup>303</sup> Relatoria do III Ativo de Mulheres do PCB, 1978.

No mesmo Ativo, outra representante da SF do CC, ao defender a dimensão política que questões como as relações entre homens e mulheres, a sexualidade, educação e os estereótipos masculinos e femininos vinham tomando, definiu o feminismo em termos diferentes:

O feminismo, movimento de inegável amplitude, desprovido de direção unitária, diversificado, certamente influenciado por ideologias pequeno-burguesas, não se deixa reduzir ao “sexismo” (que tem sido uma das correntes que atuam no interior dele), tem sabido explorar os anseios difusos, generalizados entre as mulheres, anseios que o P. tem subestimado.<sup>304</sup>

No dia anterior, no seminário “A condição da mulher no Brasil e uma política para transformá-la” (1978), uma das representantes da SF do CC havia tentado resolver a polêmica da seguinte forma:

Pensem que feminino e feminista é a mesma coisa... desde que ambas palavras se refiram a alguém que defende as reivindicações da mulher<sup>305</sup>.

Como se pode perceber, o consenso acerca da identificação da SF do CC como feminista era impossível porque havia um consenso básico que o antecedia (e determinava) e que não estava construído, o da compreensão do que era o próprio feminismo. Quer dizer, se para uma das linhas de interpretação “feministas” eram as integrantes de uma das correntes que atuavam dentro do “movimento feminino”, e que estabeleciam relações de unidade e disputa de ideias com as comunistas; para a segunda, o movimento em geral era o movimento feminista, dentro do qual atuavam tanto as comunistas quanto as “sexistas”.

Ana Montenegro, representante do Brasil na FDIM, por seu turno, após defender o materialismo histórico como método adequado para a compreensão e intervenção transformadora de superação não só do capital, mas opressão das mulheres, afirma:

---

<sup>304</sup> Relatoria do III Ativo de Mulheres do PCB, 1978.

<sup>305</sup> Relatoria do seminário “A condição da mulher no Brasil e uma política para transformá-la” (1978).

Assistimos ao surgimento de movimentos femininos radicais, de grupos que muitas vezes excluindo o marxismo, outras tomando como base o marxismo, chegam a conclusões unilaterais, particularistas e errôneas <sup>306</sup>.

Os erros, a seu ver, decorriam da apresentação da “problemática feminina” à base de “particularidades, de aspectos da questão” ou “casuísmo”. Para Ana Montenegro, ao partir-se exclusivamente do binômio homem-mulher, chegava-se a “soluções limitadas e emocionais”. Para responder a isso, sugere que as comunistas se concentrassem em

conceber o movimento pela emancipação da mulher como um amplo movimento de massas, de operárias, de camponesas e de todas as forças que compõem a frete que se opõe à ditadura e não de pequenos grupos de esquerdiza e que limitam esse movimento com palavras de ordem que não são aceitas e nem compreendidas por essas amplas massas <sup>307</sup>.

A orientação para a construção dessa frente deveria ser no sentido da aprovação de plataformas unitárias correspondentes “às aspirações das mulheres dentro do marco da realidade social” em que viviam, considerando suas aspirações e os limites conjunturais em questão, buscando criar receptividade às bandeiras femininas nos movimentos de massa em geral e abertura dos movimentos femininos às pautas democráticas.

Independentemente da definição de feminismo, o PCB temia – consensualmente e em particular – o crescimento de correntes como as caracterizadas como “estruturalistas” e “existencialistas” no movimento, métodos considerados “anti-científicos” e “sexistas” <sup>308</sup>. Para Ana Montenegro, a diversidade de formas como vinha se expressando a “presença da mulher no processo de sua libertação” e a heterogeneidade

---

<sup>306</sup> Relatoria do seminário “A condição da mulher no Brasil e uma política para transformá-la”, 1978.

<sup>307</sup> Idem.

<sup>308</sup> Idem. Utilizava-se o termo sexista para definir as formas de lutas identificadas como “contra os homens” e não contra o conjunto de condicionantes históricos que envolviam a opressão das mulheres.

das discussões teóricas em jogo impunham às comunistas novas responsabilidades, no sentido da defesa de seus princípios marxista-leninistas.

Não se tratava de uma questão apenas teórica <sup>309</sup>, se não que tinha implicações estratégicas, táticas e programáticas importantes. No Seminário realizado pela SF do CC a representação do organismo partidário apresenta a estratégia para o trabalho do partido entre as mulheres nos seguintes termos:

Nosso P. luta consequentemente pela libertação total da mulher da mesma maneira que luta pela libertação total do gênero humano.

Homens e mulheres têm igualmente direito a se livrar de todos os instrumentos de exploração e opressão que impedem seu pleno florescimento em todos os aspectos da vida social e individual. E isto só pode ocorrer com a liquidação da sociedade de classes e a instauração de uma nova sociedade: a sociedade comunista <sup>310</sup>.

Para as pecebistas, a situação de inferioridade das mulheres – expressa em todos os planos da vida social – havia coincidido com o aparecimento da sociedade de classes. O capitalismo propriamente dito nada mais havia feito do que manter e aprofundar tal desigualdade, cedendo alguns direitos somente quando obrigado pelas lutas sociais e democráticas. A luta pela libertação das mulheres, por esse motivo, inscrever-se-ia “no quadro geral das lutas de todas as camadas e classes exploradas e oprimidas da sociedade” <sup>311</sup>.

---

<sup>309</sup> Embora também dissesse respeito às raízes teóricas da concepção pecebista. No III Ativo de Mulheres, por exemplo, há inclusive discordâncias sobre a adequação ou não das categorias e método de análise marxistas para a compreensão do fenômeno histórico da opressão das mulheres. Enquanto a Assessoria do CC defendia que o marxismo estaria ultrapassado e não era suficiente para a compreensão da “condição das mulheres” na conjuntura coetânea, as representações da Suécia e Berlim e Ana Montenegro manifestaram-se discordando, defendendo que análise e método de análise não eram sinônimos: a análise era contingente, enquanto o método e categorias analíticas encontravam-se em contínuo enriquecimento, não podendo, dessa forma, perecer. Ver: relatorias do III Ativo de Mulheres do PCB, 1978.

<sup>310</sup> Roteiro de abertura do seminário “A condição da mulher no Brasil e uma política para transformá-la”, 1978.

<sup>311</sup> Idem.

Do ponto de vista tático, a percepção de que a libertação efetiva estivesse ligada à superação da sociedade de classes não era equivalente a defender que se esperasse a “derrocada do capitalismo no país para iniciar a transformação da atual condição de inferioridade da mulher”. Ao contrário. Segundo a concepção defendida no seminário, a libertação total passaria, naquele momento, pela “igualdade de direitos com o homem”, a ser conquistada imediatamente. Essa era entendida como uma “etapa necessária na luta pela libertação da mulher e uma reivindicação democrática de suma importância”<sup>312</sup>.

O movimento organizado em torno dessa etapa da luta deveria ser amplo, diversificado e heterogêneo<sup>313</sup>. Dentro de um movimento tão abrangente, o PCB deveria se esforçar para conquistar a hegemonia interna da classe operária e seus aliados fundamentais, mobilizando amplas massas de operárias, camponesas, donas de casa (da classe trabalhadora) e integrantes da pequena-burguesa urbana – considerados os setores potencialmente mais consequentes, por padecerem duplamente da opressão e da exploração.

A representação da base de Berlim Oriental, no mesmo seminário, discordava da orientação tática apresentada, afirmando que a igualdade formal, ainda que fosse possível no capitalismo, era apenas formal, e, portanto limitadíssima. Chamou também a atenção para o antagonismo de classe entre as mulheres, que fazia com que as burguesas, ainda que mulheres, explorassem mulheres e homens trabalhadores, entrando em contradição com ambos.

A representação de Paris também chamava a atenção para a inter-relação com os fatores de classe, mas reforça o argumento do caráter etapista da estratégia pecebista (e até mesmo reduzindo a revolução democrático-burguesa à derrocada da ditadura), concepção esta que reverberava numa formulação igualmente em etapas da luta das mulheres:

Não podemos considerar de forma alguma que as mulheres exploradas e exploradoras são igualmente oprimidas, por serem mulheres, no

---

<sup>312</sup> Idem

<sup>313</sup> *Amplio* no sentido de abarcar simultaneamente as exploradas e exploradoras; *diversificado* no sentido de que cada setor, camada ou classe trouxesse para o movimento próprias formas de luta e organização – grupos de estudo, consciência, comitês de ação, associações de donas de casa...; e *heterogêneo* porque dentro dele atuavam diferentes forças políticas, religiosas e filosóficas.

mesmo grau de intensidade, pois isto no levaria a mascarar o caráter da situação de classe que as mesmas pertencem (...).

Entretanto, no processo de luta, hoje, da luta pela democracia, como devemos lutar numa grande frente, com todas as forças políticas que atuam no movimento feminino, nossa plataforma política deve ser a mais ampla possível e abranger todas as questões <sup>314</sup>.

As questões sobre a existência de duas etapas constitutivas da revolução brasileira e a decorrente classificação das demandas da emancipação das mulheres numa ou noutra delas não foi consensual. Foi mesmo encontrada uma manifestação que parece ir de encontro com a divisão entre luta pela democracia e pela construção do socialismo em planos estratégicos distintos:

A emancipação feminina não interessa somente às mulheres; ela é conditio sine qua para a igualdade entre seres humanos e, portanto, para o socialismo. E porque a luta pelos objetivos democráticos se associa intrinsecamente à luta pelos objetivos socialistas, a emancipação das mulheres também não admite dois tempos: é uma luta que tem que travar-se aqui e agora <sup>315</sup>.

Das divergências estratégicas e táticas decorriam algumas outras divergências importantes, como a de quais seriam os protagonistas históricos da luta pela emancipação feminina e da humanidade. Grosso modo, os setores que priorizavam a luta contra a ditadura (superpondo-a aos projetos estratégicos nacional-libertador e revolucionário) tendiam a querer trabalhar com o movimento realmente existente, fazendo menores distinções entre a importância de mobilizar mulheres das camadas médias ou operárias; ao passo que os com uma concepção estratégica socialista consideravam primordial a organização de mulheres proletárias e de suas “aliadas históricas” <sup>316</sup>. Enquanto as

---

<sup>314</sup> Relatoria do III Ativo de Mulheres do PCB.

<sup>315</sup> Trechos de carta enviada pela FF de Portugal para o Seminário. Fevereiro de 1978.

<sup>316</sup> Ver, por exemplo, a manifestação da Assessoria ao CC (reconhecidamente vinculada ao eurocomunismo) a respeito no III Ativo: “Temos que trabalhar com a massa real que existe em ação. E não com as massas que gostaríamos que



primeiras davam ênfase à necessidade de adequação tática da linha partidária à militância desenvolvida no exílio, as segundas ansiavam pelo retorno ao Brasil e pensavam na SF do exílio como um espaço de acúmulo teórico e de forças para a militância a ser desenvolvida após o regresso (ainda que militassem com abnegação também na Europa)<sup>317</sup>.

Como se pôde observar ao longo dos ativos e do seminário, a falta de unidade estratégica e teórica era evidente. Ela reverberava em diferentes concepções de que mulheres deveriam ser mobilizadas prioritariamente, que movimentos o partido precisaria estimular ou que bandeiras deveriam ser os móveis ao redor dos quais deveria se organizar a luta pela emancipação das mulheres.

Tal indefinição não era apenas ocasionada pelo caráter ainda inicial da formulação partidária com relação à opressão das mulheres e das lutas por sua emancipação. Era uma das expressões do processo de crise e fragmentação política que o PCB vivenciava naquele momento. As disputas em torno da estratégia revolucionária ou democrático-burguesa, entre os setores majoritário da direção partidária, o grupo identificado com as propostas de Prestes e o emergente campo eurocomunista também estiveram presentes, ainda que de forma implícita, nas discussões da SF.

Se num primeiro momento, a heterogeneidade de concepções estimulou o debate interno, enriquecendo-o; gradativamente, com o fortalecimento dos setores mais conservadores no âmbito partidário, as proposições foram perdendo radicalidade e mesmo a especificidade, observando-se um estreitamento da luta das mulheres às bandeiras relacionadas à anistia e à luta pelas liberdades democráticas. Como a exposição da Plataforma de lutas deixará transparecer, o consenso acabou sendo construído em torno de um “programa mínimo” de reivindicações feitas ao Estado ditatorial e não contra ele (ainda que o desafiassem, em alguma medida).

---

existissem. Se as massas femininas em ação são da classe operária, isto não deve ser motivo para não atuarmos junto a elas”; e a manifestação da representação da OB de Berlim Oriental: “É verdade que nem tudo se resume à classe operária, mas esta deve estar no centro de nossas preocupações. Relatorias do III Ativo de Mulheres do PCB, 1978.

<sup>317</sup> Relatorias do III Ativo de Mulheres do PCB, 1978.

### 3.1 SER FEMINISTA NO PARTIDO, SER PECEBISTA NO “MOVIMENTO FEMININO”: A CONSTRUÇÃO DE UM SUPORTE POLÍTICO PARTIDÁRIO PRÓPRIO PARA A MILITÂNCIA ENTRE AS MULHERES.

O significado dos movimentos feministas e de mulheres setentistas no Brasil e da participação delas em outros espaços de luta, como movimentos sociais, partidos ou organizações, é indicador de que “novas formas de relações sociais, novas forma de pensar a política e de definir espaços de participação estavam em jogo”<sup>318</sup> naquele momento. Mas a formulação coletiva de demandas emancipatórias pelas e para as mulheres e a constituição delas como sujeitos políticos individual e coletivamente não se deu de forma linear, unívoca e sem resistências ou disputas. As pecebistas tiveram que, nesse processo de formação coletiva e individual da consciência feminista, construir/negociar sua posição, quer como feministas dentro do partido, ou como pecebistas nos movimentos feministas e de mulheres.

Essa dupla tensão do engajamento simultâneo nas lutas pela emancipação das mulheres e contra a ditadura (ou pelo socialismo) foi um desafio enfrentado por mulheres de diferentes organizações. Grosso modo, foram compartilhados por praticamente todas as duplas militantes os esforços simultâneos de convencimento da organização sobre a importância das lutas das mulheres e de convencimento das demais mulheres sobre o caráter fundamental da luta simultânea nos sindicatos, contra a ditadura ou pelo socialismo, por exemplo. Mas combinação entre a postura da organização frente tais movimentos e dos movimentos feminista ou de mulheres em questão frente a atuação das organizações em geral ou de algumas organizações em particular (ou mesmo a inter-relação entre as diferentes organizações que aquelas mulheres representavam) fez variar as formas como tal tensão se expressavam.

No caso do PCB, formalmente, como vimos, não houve dificuldades para que os movimentos compostos exclusiva ou majoritariamente por mulheres fossem considerados espaços importantes de militância. Nesse sentido, em uma primeira mirada, a militância no feminismo não entrava em contradição com a fidelidade à organização (como parece ter ocorrido em outros espaços, como o MR-8). A direção partidária deu à SF toda a estrutura necessária para seu adequado funcionamento e ratificou e disseminou (a partir da imprensa

---

<sup>318</sup> SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011. p. 181.

partidária) a documentação produzida ao longo dos ativos e que viria a orientar a política do partido nesse âmbito ao longo dos anos seguintes.

As principais disputas internas que as pecebistas tiveram que encampar, assim como as maiores contradições com que se depararam, estiveram no âmbito da política cotidiana, nas bases partidárias, conforme bem ilustrou a experiência das FFs na Itália. Por um lado, havia resistências machistas gritantes ou veladas por parte de outros companheiros, que impediam ou dificultavam o engajamento concreto e cotidiano na militância feminista. Por outro, é provável que tenham pesado também na hora de definir espaços de militância, o tamanho do partido (duramente atingido pela ditadura e pela fragmentação da esquerda) em comparação aos desafios que se impunha (ser uma das principais forças políticas de oposição e derrotar a ditadura). Explicamos: na definição dos espaços de atuação de cada militante das diversas bases partidárias, ainda que o “movimento feminino” fosse considerado importante, pode ter parecido, mesmo às que também eram feministas (mas especialmente aos que já resistiam habitualmente à organização autônoma de mulheres), um “desperdício” ter militantes imprescindíveis organizadas nos movimentos de mulheres e não no enfrentamento imediato ao governo. Foi patente o desaparecimento das “políticas” dos espaços dos movimentos feministas e de mulheres durante os períodos eleitorais <sup>319</sup>.

Nos movimentos feministas e de mulheres as tensões eram muito mais complexas, variando de acordo com as conjunturas políticas de cada momento e espaço de atuação. Assim, ainda que as integrantes da SF houvessem observado que as alianças políticas feitas pelas organizações não se refletiam automática e necessariamente nos movimentos de mulheres, foram vivenciadas uma série de situações distintas, dependendo da composição política dos movimentos (hegemonia das “feministas”, do MR-8, PCdoB, forças trotskistas; maioria de donas de casa, estudantes, profissionais liberais, etc.), e das conjunturas em movimento (períodos de eleições, de disputas de sindicatos, de Encontros de Mulheres, etc.).

---

<sup>319</sup> Se é certo que muitas delas apoiassem tal deslocamento momentâneo dos movimentos de mulheres, é evidente que seu afastamento prejudicava não só o movimento, como sua legitimidade política diante dele. O “sumiço” das “políticas” do CMB durante o período eleitoral de 1978, por exemplo, foi um dos elementos de desencadeamento da fragmentação daquele espaço e do fortalecimento de um sentimento “anti-organizações” no movimento feminista brasileiro.

Como o caso de Paris pôde ilustrar melhor, para as militantes estudadas neste trabalho, a questão ia além de ser ou não “política” ou “comunista”, até mesmo porque grande parte das feministas mantinha uma postura anti-capitalista ou antiditatorial. O grande óbice era ser pecebista. A tal ponto que a discrição com relação ao vínculo partidário foi justificada com base nas resistências à participação do PCB em mais de um momento e lugar. A dificuldade de aceitação partia, fundamentalmente, das outras “políticas”, que viam o partido como uma força reformista no movimento. Tal interpretação era originada da crítica à tática de enfrentamento à ditadura adotada pelo partido desde o golpe, crítica esta que gestou algumas das cisões que haviam formado organizações que aquelas mulheres integraram ou com que simpatizavam (tais como o mencionado MR-8 ou a ALN). No entanto, foi reforçada pela observação da postura de conciliação com as burocracias sindicais adotada pelo partido <sup>320</sup>, especialmente quando se fortaleceu o movimento metalúrgico paulista, com o qual o feminismo dialogou intensamente <sup>321</sup>; e mesmo na observação da postura vacilante adotada em alguns momentos no próprio enfrentamento da ditadura <sup>322</sup>. O respeito que conquistaram na militância concreta nos movimentos de mulheres, a capacidade de refletir teoricamente sobre a “problemática feminina”, a experiência em trabalhos de base (da qual não dispunham nem as “feministas” nem as advindas da luta armada), assim como sua insistência e dedicação, parecem ter sido as razões que garantiram não só a permanência, mas a influência das pecebistas na luta das mulheres.

Naquele contexto, os documentos A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB e a Plataforma de luta pela

---

<sup>320</sup> Para mais informações ver: SANTANA, Marco Aurélio. A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92). In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGO, Maria Izabel. **Corações vermelhos: comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 171-206. SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIRIO/Boitempo, 2001. SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil. In: RIDENTI, Marcelo Siqueira; REIS, Daniel Aarão (orgs). **História do Marxismo no Brasil**. Vol. 6. Campinas: EdUnicamp, 2007. PRESTES, Anita Leocádia. **Op. cit.** p. 171-172.

<sup>321</sup> Para mais informações a respeito ver: MEDEIROS, Adriana de Carvalho. **“Nóis era umas escrava! E se a gente não briga? Era piô!” Experiências de luta e classe de operárias metalúrgicas de São Paulo e São Bernardo do Campo**. (Dissertação) História, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2008.

<sup>322</sup> Ver: PRESTES, Anita Leocádia. **Op. Cit.**

igualdade de direitos da mulher, elaborados pela SF do CC (debatidos e ajustados ao longo dos ativos e assinados pelo CC em 1979) foram mais do que a cimentação do trabalho de elaboração política e teórica da Seção Feminina. Foram um meio encontrado para a consolidação de um espaço próprio e de uma identidade política correspondente. Com tal “aparato político”, as militantes da SF passaram a dispor de um instrumento – de legitimidade atestada pelo CC – para uma intervenção mais unitária e qualificada nos movimentos feminista/de mulheres e para a negociação interna nas bases partidárias em que estavam inseridas. A partir da publicação de tais documentos, a concepção pecebista ficava declarada, facilitando o debate franco com outras organizações e militantes nos processos de elaboração conjunta das agendas e bandeiras dos movimentos e campanhas eleitorais. Simultaneamente, no âmbito interno, passou-se a dispor de um recurso importante: a declaração, por parte do CC, de uma vontade de renovação da organização partidária nas formas de pensar e organizar os movimentos de mulheres, a fim de que nesses ele desempenhasse um papel efetivo de mobilização<sup>323</sup>.

Detenhamo-nos sobre o contexto de publicação de tais documentos, suas características gerais e a forma como as pecebistas organizadas na SF e nas FFs encararam tal acontecimento.

### **3.1.1 A nova orientação política para a atuação do partido entre as mulheres e a plataforma de luta pelos direitos delas em seu contexto**

Se é certo que a construção social da memória sobre dado acontecimento é iniciada instantaneamente, quer dizer, no próprio desenrolar dos fatos a serem memorados e rememorados<sup>324</sup>; no caso dos partidos comunistas, é usual que esse processo de rememoração seja marcado pela avaliação constante dos recursos táticos escolhidos a cada momento, da atuação do partido entre as diferentes camadas da sociedade e da própria militância de seus quadros.

A autocrítica da militância partidária durante o período da última ditadura civil-militar, profundamente prejudicada pelas adversidades

---

<sup>323</sup> PCB. A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. Disponível em: p. 330.

<sup>324</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: As reconstruções da memória”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão & RIDENTI, Marcelo (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar 40 anos Depois (1964-2004)**. Bauru/SP: EDUSC, 2004

decorrentes da atuação necessariamente secreta nesse contexto de repressão brutal e vigilância permanente, foi iniciada no ato mesmo de deflagração do golpe – tendo sido estopim, inclusive, da criação de uma série de dissidências partidárias – e foi uma constante ao longo dessas décadas que durou o regime militar.

O processo de análise crítica da própria história, no entanto, se intensificou nos contextos exiliares e no pós-anistia, momento a partir do qual a esquerda teve que redesenhar parcialmente algumas de suas bandeiras emergenciais e ferramentas de ação.

Houve avaliações diversas sobre a atuação da esquerda em geral nesses “anos de chumbo” e da atuação do partido, mais especificamente; contextos diferentes de elaboração dessas avaliações (nos diferentes exílios, nos grupos feministas, no comitê central do PCB, no grupo que posteriormente originou o Partido dos Trabalhadores, na academia, etc); e, por decorrência, identificação de problemas diversos e uma série de discordâncias sobre as causas da derrota recente do projeto revolucionário.

O PCB<sup>325</sup>, diante do mosaico de organizações que compunha a esquerda brasileira nesse “começo do fim da ditadura”, encontrava-se em uma situação bastante singular. Sobreviveu como pôde ao regime. Havia perdido dezenas de quadros – uma quantidade considerável deles da direção central -, não possuía mais a hegemonia do movimento de esquerda brasileiro, tinha muitas de suas células desarticuladas ou com pouco contato com as outras instâncias partidárias, tivera muitas de suas “bases” minadas pela ação da repressão ou por terem sido conquistadas por outras forças políticas; estava sendo gestada em seu interior uma das maiores crises políticas de sua história, que teve como momentos culminantes a saída do grupo identificado com as ideias de Luiz Carlos Prestes em 1980 e a perda da legenda e criação do Partido Popular Socialista-PPS na década de 1990.<sup>326</sup>

Ao mesmo tempo, vivenciava um período de ingresso significativo de militantes que haviam optado anteriormente pela ação armada, e sua política de luta pela restauração da democracia – como

---

<sup>325</sup> As informações sobre o PCB não devidamente referenciadas foram tomadas das discussões do evento comemorativo de 90 anos do partido, realizado no Rio de Janeiro, entre 20 e 25 de março de 2012.

<sup>326</sup> Ver: SILVA, Fabricio Pereira da. **Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)**. (Dissertação) História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

pressuposto para a organização da luta revolucionária – aparentava apresentar cada vez mais resultados positivos<sup>327</sup>.

O período final da ditadura foi marcado para o PCB por uma repressão cada vez mais direcionada para o partido<sup>328</sup>; combinada ao descontentamento generalizado com o regime – até mesmo entre amplos setores da burguesia e demais setores conservadores que o haviam apoiado e constituído –, ao aprofundamento da atuação “legal” do PCB via MDB e as consequentes e significativas vitórias eleitorais decorrentes dessa aliança de oposição.

O balanço que as forças hegemônicas do PCB faziam a essa altura da postura tática adotada para combater o regime e sobreviver a ele era bastante positiva<sup>329</sup>, de tal forma que nesse momento (mesmo com as alterações conjunturais decorrentes da crise de sustentação do governo enfrentada pelos militares, pipocamento de movimentos grevistas e articulação de uma infinidade de movimentos de todos os tipos), o PCB não optasse por rever a tática adotada em seu VI Congresso<sup>330</sup>, mas por aprofundá-la<sup>331</sup>. Dessa forma, o momento era

---

<sup>327</sup> Florestan Fernandes apontava, no início da década de 1980, os limites de tal leitura da realidade brasileira, compartilhada pelo PCB e por outros setores da esquerda nacional. Para o sociólogo, não haviam sido as forças organizadas da sociedade brasileira as responsáveis exclusivas pela corrosão da contrarrevolução. *A liberalização outorgada* não poderia ser compreendida à base dessa correlação única (sociedade civil e exigências de democracia), sendo necessária a superação da apreensão fenomênica da política para compreender a dinâmica da crise e da continuidade da ditadura. A apreensão rasa da conjuntura em questão levou a esquerda, para Florestan Fernandes, a ceder no campo ideológico, pois ela não desmistificava o “gradualismo democrático”, nem a democracia burguesa. Ver: FERNANDES, Florestan. *Crise ou continuidade da ditadura?* In: **A ditadura em questão**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

<sup>328</sup> A polícia política concentra-se no PCB, mesmo com a aprovação anistia, após desbaratar as organizações que haviam optado pela via armada.

<sup>329</sup> Tal avaliação não era consensual. O grupo identificado com Prestes, por exemplo, não estava de acordo com o que caracterizou como abandono da estratégia revolucionária, substituindo-a pela luta pela restauração da democracia burguesa.

<sup>330</sup> Realizado em 1967 e em que o PCB opta por seguir apostando na “etapa” nacional e democrática da revolução brasileira, quer dizer, na luta pelo desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo e democrático. Ver: VI Congresso do PCB (Dezembro de 1967). In: CARONE, Edgard. **O PCB: 1964 A 1982**. São Paulo: DIFEL, 1982. P.62-3.

<sup>331</sup> Em alguns momentos, em detrimento do crescimento desses mesmos movimentos que pareciam indicar o acerto de sua política. A emergência das

considerado de estreitamento das ligações do movimento revolucionário com as massas, ganhando-as para a luta contra a ditadura.<sup>332</sup>

Seguir-se-ia, pois, apostando na luta pelas liberdades democráticas e organização da sociedade civil, perspectiva dentro da qual, eram encaixados também os movimentos compostos por mulheres. A manutenção da linha tática, no entanto, não impediu que algumas apreciações fossem feitas à forma como ela vinha sendo desenvolvida.

A construção da nova orientação política do partido para sua atuação entre as mulheres foi feita com base na análise retrospectiva de seu trabalho nesses setores dos movimentos sociais organizados ou em organização e na sociedade geral. Assim, pode-se dizer, que foi elaborada partindo de uma espécie de memória oficial do partido, tomada aqui no sentido de memória amplamente aceita e compartilhada (pelo menos, entre os membros do Comitê Central). Tratou-se, no entanto, com relação à biografia a cerca da chamada “memória oficial”, de um processo coletivo de rememoração *sui generis*, uma vez que não se tratava de legitimar a trajetória a fim de construir, através dela, consenso e unidade (embora esses também fossem almejados). Na documentação analisada ao longo deste e dos capítulos anteriores foi observada uma reconstrução da própria história profundamente crítica, que propunha, através da análise dos erros e acertos, a reorganização da ação partidária a fim de não mais repetir os primeiros e aprofundar os segundos.

Os documentos abordados com centralidade neste capítulo, com tais críticas e com as novas perspectivas de atuação diante delas, resultaram, como vimos, do trabalho das mulheres organizadas em sua Seção Feminina. Esta vinha retomado os debates sobre a “questão da mulher” desde 1974 e em 1979 havia se concentrado na finalização de

---

lutas sindicais no ABC Paulista, por exemplo, foi estimulada por parte significativa das bases partidárias, mas assustou setores mais conservadores do CC, que temiam que a situação saísse de controle, prejudicando a abertura gradual dirigida pelos militares. Ver: SANTANA, Marco Aurélio. A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92). In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGO, Maria Izabel. **Corações vermelhos:** comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003. p. 171-206. SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos:** comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: UNIRIO/Boitempo, 2001. SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil. In: RIDENTI, Marcelo Siqueira; REIS, Daniel Aarão (orgs). **História do Marxismo no Brasil.** Vol. 6. Campinas: EdUniCamp, 2007.

<sup>332</sup> Idem. P. 65.



um informe analítico sobre a atuação do partido entre as mulheres desde 1964, sobre a “condição da mulher brasileira” e da luta para transformá-la, incluindo a “visão e a política do PCB” e uma plataforma de lutas pela igualdade de direitos da mulher. Tal documentação, como mencionado, foi aprovada, publicada pelo CC e indicada por ele como “subsídio à discussão do partido sobre a questão”<sup>333</sup>.

O processo de construção da memória do passado recente do partido e de autocritica com relação ao “trabalho de base” em geral e especificamente ao desenvolvido entre as mulheres, assim como a reflexão sobre a atuação das mulheres no interior do instrumento de luta, nem sempre foi encontrado – nem na esquerda, nem no PCB – com tanta intensidade como nesse período.

Não se tratou, como se pode imaginar, de uma questão puramente interna do partido ou de um movimento exclusivamente organizado de dentro para fora – embora esse “momento” constitutivo do movimento seja o escopo do presente trabalho. A auto-avaliação que o PCB fazia nesse momento de sua atuação nos movimentos sociais organizados e especialmente nos movimentos feministas e de mulheres era também resultado de críticas feitas a ele por outros setores da esquerda (notadamente no que diz respeito à sua atuação no movimento sindical) e do próprio movimento feminista.

Certo é, no entanto, que nesse período final da ditadura as reflexões nesse sentido são radicalizadas e ganham grande repercussão, resultando, como se pôde observar, no ganho momentâneo de expressividade da participação das e dos comunistas nos movimentos feministas e de mulheres; num aprofundamento da participação de mulheres (feministas ou não) no partido; e na definição de uma linha partidária de atuação entre os espaços organizativos compostos exclusiva ou majoritariamente por mulheres.

Essa concentração do partido sobre o tema certamente teve a ver com a combinação de uma série de fatores, como o fortalecimento do movimento feminista e de mulheres no Brasil e no exílio, o desenrolar da Década das Mulher, a re-valorização do trabalho de base (expressa nas greves do ABC) e o aprofundamento da luta pela democratização do país.

Para a compreensão dessa avaliação oficial do partido sobre a chamada “condição da mulher” dentro e fora do partido e sobre linha partidária adotada em 1979 foram tomados como fundamento os dois

---

<sup>333</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB**: vinte anos de política. São Paulo: LECH, 1980. p 329.

documentos escritos “oficiais” da organização, recorrentemente mencionados ao longo do trabalho:

a) O informe “A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB”, de maio de 1979, texto este discutido e aprovado pelo CC do PCB para servir como subsídio para a discussão e a política do partido entre as mulheres.

b) A “Plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher”, publicada pelo CC do PCB também em maio de 1979. Tal plataforma era a proposta pecebista de bandeiras unitárias para o conjunto das forças democráticas do período.

Os textos mencionados foram analisados à luz dos principais documentos de direção publicados no período <sup>334</sup> e dos “Estatutos do Partido Comunista Brasileiro”, de dezembro de 1967.

Como apoio, foram ainda utilizadas entrevistas concedidas por Zuleika Alambert, que participou ativamente da construção dos documentos mencionados como integrante da Seção Feminina e do Comitê Central do partido.

### 3.1.1.1 O PCB e o ano de 1979

Em 1979, ano em que começaram a circular externamente documentos centrais do capítulo, o PCB passava por um momento que caracterizou em A condição da mulher... como de renovação da organização partidária, o que envolvia também a revisão do trabalho para “levar à prática sua política para a mulher”. Seu objetivo principal era o de desempenhar um papel “efetivo na mobilização de grandes

---

<sup>334</sup> Dentre eles, destacamos como mais significativos: Nota da Comissão Executiva a propósito da Campanha Eleitoral. Maio de 1978 (Voz Operária, n.o 146, maio de 1978); Desenvolver nas eleições a ação política das massas. Agosto de 1978. (Voz Operária, n.o 149, agosto de 1978); Resolução política. Novembro de 1978 (Voz Operária, n.o 152, novembro de 1978); Resolução política do CC. Maio de 1979 (Voz Operária, n.o 159, maio de 1979); Resolução de organização. O Comitê Central do PCB. Novembro de 1978; Declaração do PCB sobre o movimento sindical. O Comitê Central do PCB. Novembro de 1978. Todos eles podem ser acessados nas coletâneas de documentos organizadas por Edgar Carone.

massas femininas”, mantendo-se vinculado a elas, “exercendo um papel dirigente e orientador”<sup>335</sup>.

Essa intenção de organizar, mobilizar e orientar não era direcionada exclusivamente às mulheres: tratava-se da diretriz mais geral do partido para o trabalho de construção de uma oposição ampla – coesa, apesar de diversa – que pudesse derrotar a ditadura, ampliando simultaneamente o enraizamento do partido, especialmente (mas não de forma exclusiva) na classe operária e transformando-o em um “grande partido de massa”<sup>336</sup>.

Para o PCB, o contexto de sua ação era marcado por uma situação econômica e social que colocava o país em uma conjuntura “caracterizada pelo avanço da oposição e por um acentuado desgaste do regime”<sup>337</sup>. Além do desenvolvimento substancial das forças oposicionistas ocorrido neste e nos anos imediatamente anteriores, os trabalhadores haviam modificado formas de combate, marcando o início de uma “etapa qualitativamente nova da luta [...] contra a ditadura”. Não fosse o bastante, outros segmentos sociais, alguns até então apoiadores, voltavam-se contra o governo, que encontrava “cada vez mais dificuldades para resolver suas contradições internas e enfrentar a esmagadora maioria da Nação”.

O desgaste não era meramente político. Também era percebido o definhamento do modelo econômico adotado pelos militares, baseado “na superexploração dos trabalhadores, na concentração de renda, na expansão monopolista da propriedade da terra, na mais selvagem acumulação capitalista e na associação e dependência crescentes ao imperialismo”<sup>338</sup>.

Para o PCB, o esgotamento das bases do modelo minava os argumentos propagandísticos da ditadura, baseados no “milagre econômico”. Findado este, somaram-se à luta dos trabalhadores contra os aspectos fundamentais da política econômica dos baixos salários, do desemprego, da estrutura-sindical anti-operária, carestia, carência de moradia, ensino e previdência, amplos setores das camadas médias urbanas e setores da burguesia prejudicados pelo favorecimento dos monopólios locais e internacionais e do latifúndio.

---

<sup>335</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. p. 330.

<sup>336</sup> Resolução Política ( novembro de 1978). In: CARONE, Edgard. **O PCB: 1964 A 1982**. São Paulo: DIFEL, 1982. P. 241.

<sup>337</sup> Idem. P. 231.

<sup>338</sup> Idem. P. 231.

Estavam dadas, para o PCB, condições mais favoráveis para o avanço das lutas democráticas, embora a situação combinasse também a repressão brutal aos militantes da resistência à ditadura, endurecimento disfarçado de parte da legislação, a tentativa de fragmentação da oposição através da nova legislação eleitoral e a recuos da ditadura, que atendeu parcialmente a algumas reivindicações populares com reformas bastante controversas.

Os anos de 1978 e 1979 foram caracterizados como indicadores de uma situação nova no país. A ampliação das ações de massa e de desenvolvimento – ainda que insuficiente aos olhos do PCB – do nível de organização e consciência da sociedade vinham alargando progressivamente o espaço político para a luta democrática. As ações de massa organizadas em torno de objetivos específicos – aumento salarial ou redução da jornada de trabalho, manifestações contra o aumento dos preços dos alimentos, dos posseiros pela terra, etc – o dilatavam, para o partido, na medida em que convergiam, todas elas, para um objetivo comum: a criação de um regime onde fossem respeitadas as liberdades democráticas.

A maior parte dos integrantes do CC do PCB considerava, naquele momento, não havia incongruência entre lutar pelo restabelecimento da democracia burguesa no Brasil e pelo socialismo. A primeira luta era tomada como parte integrante (mas anterior) da segunda, numa concepção de revolução por etapas. Sobre a luta pela democratização do país e a concentração na unificação dos diferentes setores e interesses que compunham a posição o CC esclarece:

Sem ocultar nossa aspiração final ao socialismo, que compreende a mais ampla e profunda democracia, hoje nos empenhamos para que tais diferenças de concepções não impeçam nem dificultem a unidade política de todas as forças políticas que lutam ou que podem lutar pela implantação de um regime democrático. Na atual situação, a prioridade deve ser concedida à luta pela conquista das liberdades democráticas.<sup>339</sup>

A concepção democrática pecebista para este momento envolvia não somente o direito de organização e representação no parlamento,

---

<sup>339</sup> Idem. P. 236.

mas o fortalecimento da sociedade civil em seu conjunto <sup>340</sup>. Com a criação de uma democracia de massas, organizada de baixo para cima, seria possível de “assegurar a formação e participação de um amplo bloco democrático, anti-imperialista e antimonopolista” <sup>341</sup>. Tal bloco possibilitaria a superação da tradição autoritária das classes dominantes brasileiras, culminada com o golpe de 1964, mas sobretudo, poderia criar a “base para um crescente aprofundamento da democracia – entendida como um todo político, econômico e social”.

Mais explicitamente, o partido considerava que com a permanente incorporação de novos grupos e camadas sociais na vida política nacional o bloco democrático seria fortalecido e a hegemonia de classe do proletariado em seu interior seria favorecida. Caso isso ocorresse, estariam criadas condições mais adequadas para uma transição não violenta para o socialismo, num momento posterior.

Diante dessa situação nova e das possibilidades de ação a curto, médio e longo prazo abertas por ela, o PCB definiu como tarefa coletiva a concentração de forças na “ampliação e fortalecimento da unidade de todas as forças” que se opunham ao regime, para a organização das mesmas na luta pelas liberdades democráticas <sup>342</sup>. A tarefa de todos os militantes era, portanto, a luta pela “mobilização, organização e participação permanente da classe operária e demais setores populares no processo político em curso” <sup>343</sup>, procurando, por todos os meios, ampliar e consolidar a unidade classista, impedir o isolamento dos trabalhadores, defender suas conquistas e denunciar quaisquer atos repressivos da ditadura.

Da mesma forma, era tarefa dos comunistas empenhar-se para que em todas as plataformas democráticas estivessem inclusas “as principais reivindicações de todas as forças que se [...opunham] ao regime ditatorial e, em particular, aquelas que [... vinham] sendo colocadas pelas lideranças operárias”<sup>344</sup>.

---

<sup>340</sup> Considerava-se que as pessoas pudessem expressar suas “ideias e aspirações através de uma rede de organizações de base (comissões de empresa, associações de bairro, comunidades de inspiração religiosa, etc), capazes de intervir na solução dos problemas específicos [...] e, partindo destes, na decisão das grandes questões nacionais”. Idem, p. 236.

<sup>341</sup> Idem, p. 236.

<sup>342</sup> Idem, p. 237.

<sup>343</sup> Idem, p. 237.

<sup>344</sup> Idem, p. 237.

O PCB defendia que a unidade das forças de esquerda era requisito essencial e que não se tratava “de uma questão abstrata”<sup>345</sup>, mas do resultado de “um longo e tenaz esforço”, construído cotidianamente através da articulação das lutas específicas com a geral. Essa convergência, cuja base estaria na articulação da classe operária com o campesinato e as camadas médias urbanas, não se daria de forma espontânea, mas consciente.

A “unidade da classe operária com seus aliados fundamentais” exigia do partido, nesse sentido,

a intensificação da atividade [...] entre os assalariados agrícolas fixos e volantes, e entre os camponeses, nos bairros populares, entre os setores das camadas médias urbanas, os estudantes, os movimentos **femininos** e juvenis, e outros, como os da carestia, de defesa do meio ambiente e contra a especulação imobiliária. (grifos nossos)

Isso porque considerava que surgiam, de todos os setores oprimidos, explorados e descontentes “impulsos reivindicatórios, cuja transformação em movimentos organizados [... era] cada vez mais viável”<sup>346</sup>.

Considerando as dimensões continentais do país, bem como sua complexidade, o CC considerava necessário um partido massivo e com enraizamento social, projetos para os quais era necessária a conquista da legalidade do partido. A luta pela legalidade, no entanto, não podia negligenciar o contexto repressivo, que ainda não havia sido superado. Era, pois, o momento de fortalecer sua ligação com as massas, desenvolvendo “com criatividade e iniciativa as mais variadas formas de trabalho legal dos comunistas no seio dos movimentos de massa e, simultaneamente, fortalecer a estrutura orgânica do partido”<sup>347</sup>.

Essa reorganização do partido no período – apesar do reconhecimento de um novo quadro político nacional - não dizia respeito a reformulações táticas ou estratégicas profundas, como já foi afirmado. Tratava-se de “fazer avançar [...] a] tarefa tática principal,

<sup>345</sup> Resolução política do CC (maio de 1979). In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. p 248.

<sup>346</sup> Idem. P. 249.

<sup>347</sup> Resolução Política (novembro de 1978). In: CARONE, Edgard. **O PCB: 1964 A 1982**. São Paulo: DIFEL, 1982. P. 242.

definida pelo VI Congresso”<sup>348</sup>, sem a revisão da estratégia nacional-democrática, que já vinha sendo questionada nas bases e no próprio CC do partido havia alguns anos.

Reconhecia-se, por outro lado, a necessidade de um exame mais apurado das transformações ocorridas local e mundialmente desde o congresso mencionado, que já completava 12 anos de sua feitura. São tomadas, então, pelo CC neste ano as “medidas necessárias à convocação do VII Congresso do Partido”, adiado sucessivamente em virtude dos golpes desferidos pela ditadura<sup>349</sup>. Tal congresso foi realizado apenas em 1982.

### **3.1.2 O partido, as mulheres e sua organização: a documentação oficial do PCB (1979)**

Como se pôde perceber com essa breve exposição do conteúdo das notas e resoluções publicadas pelo PCB no biênio 1978-1979, as preocupações em aproximar-se dos movimentos de mulheres, se possível, orientando-lhes politicamente, não podem ser bem compreendidas, se não à luz da documentação geral do partido, uma vez que nesse sentido, os movimentos de mulheres e/ou feministas, embora fossem consideradas suas particularidades e as bandeiras específicas, eram tomados como movimentos de base assim como outros movimentos, como o de reivindicação moradia ou de terra. A luta para transformar a “condição da mulher”, portanto, não pode ser entendida aqui como separada da luta pelo restabelecimento da democracia no Brasil e de construção da hegemonia proletária no bloco de oposição, com vistas a possibilitar, futuramente, uma transição socialista.

A “orientação política para o trabalho do Partido junto à população feminina” teria como base, segundo A condição da mulher..., “a realidade concreta da condição da mulher no Brasil, as experiências positivas e negativas colhidas pelos comunistas na luta para transformar essa condição e as novas exigências de sua linha política”<sup>350</sup>.

---

<sup>348</sup> Resolução política do CC (maio de 1979). In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 247.

<sup>349</sup> Segundo previsão estatutária o Congresso do Partido deveria ser convocado pelo CC ordinariamente de quatro em quatro anos. Ver: Estatutos do Partido Comunista Brasileiro. Dezembro de 1967. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 204.

<sup>350</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 329.

Tomaremos, pois, esses três pontos elencados pelo partido como fundamentais para a constituição de sua linha no documento citado como fio condutor para compreender a posição pecebista nesse momento de avaliação do passado recente e definição de suas perspectivas de atuação no futuro imediato.

Antes de adentrarmos ao Informe e à Plataforma, cabe lembrar que eles foram resultado de uma discussão iniciada pela SF do CC em 1974 e que foi desenvolvida em conjunto com as encarregadas femininas das OBs estabelecidas na Europa, com estas OBs mencionadas e, evidentemente, no interior da própria Seção. Esse processo de construção coletiva teve como pontos marcantes os ativos realizados em 1976, 1977 e 1978 e o Seminário “A condição da mulher no Brasil e uma política para transformá-la” realizado em 1978 também por iniciativa da SF do CC, bem como as discussões em torno dos artigos publicados no VO e na revista Estudos Brasileiros. Foram indispensáveis também o acúmulo de conhecimentos e a coleta de materiais vindos do interior do país, trazidos por camaradas e amigos/as do partido, que englobavam periódicos como o Brasil Mulher, Nós Mulheres, Maria Quitéria, Maria Brasileira, Geração e anais e atas de encontros realizados no Brasil <sup>351</sup>.

Foram também, aos olhos da SF do CC, resultado da

existência de uma prática concreta no movimento feminino brasileiro no interior do país até 1964 e depois de 1964 . Prática essa, que se estendeu como um trabalho de novo tipo realizado no exterior, por companheiras exiladas ou não, no seio da colônia Brasileira situada nos diferentes países da Europa, África e América Latina <sup>352</sup>.

---

<sup>351</sup> Foram mencionados: “O comportamento da mulher brasileira”, seminário realizado na ABI e “Diagnóstico da Mulher Paulista”, realizados em 1975; Encontros e Congressos de Metalúrgicas do ABC, de Químicas, Secretárias e de Empregadas Domésticas realizados em São Paulo ao longo de 1978; o “Congresso do Movimento Feminino pela Anistia”, o “Congresso da Mulher Paulista” e o “Encontro Nacional de Mulheres Brasileiras”, realizados em 1978; e os encontros da ABPC ocorridos ao longo desses quatro anos. Foram também consultadas as pesquisas realizadas na Fundação Carlos Chagas, USP, CEBRAD e livros, teses e dissertações científicas sobre as temáticas relacionadas às mulheres e à família publicadas em outros espaços, do Brasil e da Europa.

<sup>352</sup> Relatoria do IV Ativo de Mulheres do PCB, 1979.



Tais documentos procuravam ser “uma síntese, ainda que incompleta, dos conhecimentos adquiridos pela seção da experiência colhida junto aos partidos irmãos, estudos da realidade brasileiras” e assimilação crítica das experiências positivas e negativas da militância desenvolvida no Brasil e exterior, bem como um esforço autocrítico compartilhado que havia sido iniciado com o reerguimento da estrutura especial interna para estimular a ação das e dos militantes comunistas entre as mulheres e seus movimentos.

### 3.1.2.1 “A realidade concreta da condição da mulher no Brasil”: a visão do PCB

O documento A condição da mulher... é iniciado com uma série de teses e conclusões básicas a cerca da situação das mulheres no capitalismo em geral e mais especificamente no capitalismo brasileiro do final dos anos 1970. Essa “análise concreta da situação concreta” era considerada pelo partido indispensável para uma organização consequente de seu trabalho junto das mulheres, no sentido de mobilizar amplos contingentes de mulheres e no de aproximá-las dos “movimentos femininos”, da luta antiditatorial e/ou comunista.

As teses iniciam com a constatação de que elas, apesar de constituírem metade da população e de estarem cada vez mais inseridas na produção social, seguiam sendo vítimas das grandes discriminações historicamente constituídas. Para o PCB, o fato de que certas modificações positivas houvessem ocorrido nessa “condição” não havia impedido que as mulheres seguissem marginalizadas, exploradas e oprimidas duplamente (como trabalhadoras e como mulheres, ocupando na sociedade um “lugar secundário e desempenhando um papel de segunda categoria”<sup>353</sup>. Pelo contrário. A situação teria sido agravada pela forma de desenvolvimento econômico adotada no país especialmente após o início da ditadura, que ao basear a produção na superexploração do trabalho, concentração da propriedade e na dependência crescente ao imperialismo, incidia “sobre a situação de dependência da mulher no trabalho, na família e na sociedade em geral”<sup>354</sup>. É interessante notar que tal avaliação caminha na contramão da ideia bastante comum de modernização da sociedade ou da economia, mesmo dentro dos marcos do capitalismo, marchavam de mãos dadas com o

---

<sup>353</sup> Idem. P. 330.

<sup>354</sup> Idem. P. 330.

alargamento dos direitos das mulheres e com a melhora geral de suas condições de vida <sup>355</sup>.

Essa discussão sobre a “condição da mulher” no Brasil e a plataforma de luta pela igualdade de direitos era organizada em três eixos fundamentais: trabalho, família e sociedade, os quais desenvolveremos a seguir.

### 3.1.2.1.1 A mulher no trabalho.

Não por acaso a esfera do trabalho é a primeira a ser apresentada em A condição da mulher e a ser abordada na Plataforma de luta. Para o PCB, assim como os marxistas e feministas socialistas em geral, a contradição fundamental sobre a qual estão assentadas tanto a opressão quanto a exploração das mulheres está diretamente relacionada às formas através das quais a produção social da vida tem sido organizada historicamente, as quais são marcadas, desde o advento da propriedade privada, pela luta de classes <sup>356</sup>. Além disso, esclarecem Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite, para além da questão teórica, há que se levar em conta que naquele momento essa esfera da vida “ocupava um espaço de conflito na vida das mulheres”, conflito esse acirrado pela inserção formal mais intensa no mercado de trabalho (consequente sobretudo do processo de urbanização da população brasileira) e pela dupla jornada de trabalho. Na categorização das matérias dos periódicos Nós Mulheres e Brasil Mulher, por exemplo, percebe-se que a temática “mulher e trabalho” foi abordada com centralidade em 31 e 22% do total de matérias, respectivamente, sendo o assunto mais recorrente em ambos os jornais <sup>357</sup>.

Grosso modo, o PCB considerava que não inserção (ou inserção desigual das mulheres) na esfera da produção social era um dos fatores fundamentais que havia lhes proporcionado esse status de inferioridade com relação aos homens. O trabalho enquanto tal, no entanto, apesar de estar baseado em uma forma de produção socialmente alienada e na

---

<sup>355</sup> Ver: KUNZ, Robert. **Virtudes femininas: a crise do feminismo e a gestão pós-moderna**. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz42.htm> e SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 27-29.

<sup>356</sup> Para informações mais detalhadas a respeito ver: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010; SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

<sup>357</sup> TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Op. cit.** p. 101.

exploração, era entendido como a forma através da qual os desprovidos da propriedade privada teriam possibilidade de conseguir meios materiais para prover sua vida e de seus familiares dependentes.

Mais do que isso, entretanto, e como a própria defesa do direito ao trabalho às mulheres que não o necessitavam (em um sentido mais estrito) o atesta, para o PCB e para a tradição marxista em geral o direito ao trabalho era uma reivindicação de primeira ordem, pois o trabalho é considerado a categoria fundante do ser social, o meio através do que indivíduo e gênero humano se auto-fazem (quer dizer, se desenvolvem social e humanamente) <sup>358</sup>. No caso particular das mulheres, além do mais, em um sentido mais imediato, o trabalho era considerado uma das condições para a sua emancipação enquanto tal.

No caso do Brasil naquele final do século XX, avaliava-se que o desenvolvimento econômico e suas consequências, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e a quebra de tabus e preconceitos haviam contribuído para a entrada crescente de mulheres na produção. Mas que essa forma de desenvolvimento do capitalismo determinava, em relação ao trabalho das mulheres, “características negativas específicas”, como a ampliação do exército de reserva ou o afastamento dos setores mais dinâmicos da produção <sup>359</sup>, trazendo “consequências contraditórias para o *status* econômico e social da mulher” <sup>360</sup>.

Essa percepção da integração problemática das mulheres ao setor produtivo estava em consonância com o debate político travado sob impulso das atividades dos grupos e jornais feministas dos anos 1970. Apesar do tema ainda ser praticamente invisível na sociologia ou história do trabalho, por exemplo, já surgiam estudos pioneiros, como os de Aracy Rodrigues, Eva Blay e Heleieth Saffioti.

---

<sup>358</sup> Para mais informações sobre o trabalho como categoria fundante do ser social ver: LUKÁCS, György. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: **Para uma ontologia do ser social**. Vol I. São Paulo: Boitempo, 2012.

<sup>359</sup> O número de postos de trabalho abertos com o desenvolvimento das forças produtivas era ainda “insuficiente para absorver a mão de obra feminina disponível”, verificando-se, portanto, um aumento do trabalho doméstico remunerado, onde eram aproveitados, sobretudo, os amplos contingentes de mulheres que chegavam do campo para as cidades. O processo de concentração de mulheres no trabalho doméstico remunerado era considerado pelo partido como fator de alijamento delas da produção e que as impedia “de exercer um direito fundamental do indivíduo: o direito ao trabalho”. A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. p. 331.

<sup>360</sup> Ibidem.

Boa parte dessas pesquisas sobre o trabalho feminino estava, no entanto, orientada pelas “teorias do desenvolvimento e da modernização, então dominantes na sociologia brasileira” <sup>361</sup>, cujas concepções indicavam que a subordinação social e econômica das mulheres poderia ser superada no e pelo processo da modernização.

O PCB, em contraste, assim como Heleieth Saffioti, considerava que a “essa situação [...] não seria solucionada pelo desenvolvimento capitalista que, ao contrário, reforçaria sua subordinação a altas taxas de exploração e sua exclusão do trabalho industrial” <sup>362</sup>. Para o partido e para a socióloga marxista, seria necessária, para a conquista da igualdade entre homens e mulheres “uma verdadeira revolução ideológica”, para a qual “o desempenho de uma atividade ocupacional” representava condição inevitável para uma participação da em outras esferas da vida social <sup>363</sup>.

Por esse motivo, a atividade profissional na esfera pública da economia – tomada aqui em oposição ao setor doméstico, inclusive ao remunerado – era tomada como indicador “da condição da mulher em direção à igualdade social com o homem” <sup>364</sup> e, portanto, como bandeira prioritária na luta pela emancipação das mulheres

No período que vai de 1950 a 1980, a proporção de mulheres entre a População Economicamente Ativa-PEA mundial ainda era profundamente marcada pela disparidade entre as taxas de atividade dos homens e mulheres <sup>365</sup>. No Brasil, depois de décadas de queda acentuada do índice de participação das mulheres – justamente em um momento de grande modernização da economia -, a tendência verificada era a de estabilização, observando-se altas taxas de reingresso das mulheres na chamada economia ativa entre 1960 e 1970. Heleieth Saffioti observava que tal movimento havia feito com que o comparecimento da mulher na

---

<sup>361</sup> ARAÚJO, Angela Maria Carneiro Araújo. Gênero nos estudos do trabalho (Para relembrar Elizabeth de Souza Lobo). **Gênero nas fronteiras do sul**, 2005: pp.85-96. P. 86.

<sup>362</sup> Idem. P. 86.

<sup>363</sup> SAFFIOTTI, Heleieth Iara B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978. P. 11.

<sup>364</sup> Idem.

<sup>365</sup> Detalhadamente, evolução da PEA no mundo entre os maiores de 15 anos, por sexo, era a seguinte: Homens 87,5% em 1950, 85,9% em 1960, 83,3 % em 1970 e 82,4% em 1980; Mulheres 46,4% em 1950, 46,0% em 1960, 44,8% em 1970 e 43,7% em 1980. Quer dizer, a PEA feminina era pouco maior do que a metade da PEA masculina. SAFFIOTTI, Heleieth Iara B. **Op. Cit.** P. 11.

força de trabalho fosse, em 1970, praticamente igual ao encontrado para o ano de 1940 (de cerca de 20%).

Esse retorno das mulheres ao trabalho fora de seus lares coincidiu com uma redistribuição delas noutros setores da atividade econômica, o que levou a sua concentração (como constatou também o PCB) no setor terciário, especialmente no emprego doméstico <sup>366</sup>, atividade beneficiada, do ponto de vista da criação de postos de trabalho, pelo “milagre econômico”. <sup>367</sup> Além do mais, a evolução das diferenças salariais no período do governo militar e civil revela que as assimetrias entre homens e mulheres tornaram-se muito mais pronunciadas ao longo dos anos do regime, especialmente entre as camadas assalariadas melhor remuneradas <sup>368</sup>.

Essa situação preocupava profundamente o PCB, que, ao levantar a bandeira do direito ao trabalho, chamava a atenção para que esse direito não se referia somente ao seu reconhecimento formal, exigindo “uma série de condições sem as quais seu exercício se torna[va] uma utopia”, por dificultarem ou impedirem o pleno acesso das mulheres a ele.

A primeira dessas condições levantadas é justamente a da remuneração inferior à dos homens. Para o partido tal desigualdade era decorrente de uma combinação de fatores, dentre os quais: formação

---

<sup>366</sup> Para Saffioti, atentando-se para o percentual de mulheres dedicadas ao trabalho doméstico remunerado verificava-se a diminuta participação no que a autora chamou de “economia capitalista brasileira” e que o PCB nomeava como “produção social”. Em 1970, para se ter uma dimensão, um terço das trabalhadoras contabilizadas na PEA (20% do total de mulheres com mais de 15 anos) eram empregadas domésticas. Assim, PCB e Saffioti concordavam em que a modernização da economia combinada a fatores como concentração de renda, baixos graus de escolarização das camadas mais pobres não apenas não beneficiavam as mulheres, como as impeliam a aceitar condições de trabalho mais degradantes e mal remuneradas do que as dos homens. SAFFIOTI, Heleieth, **Op. Cit.** P. 17.

<sup>367</sup> Para informações mais detalhadas ver: SAFFIOTI, Heleieth, **Op. Cit.** P. 13 e 14.

<sup>368</sup> De um rendimento médio de 61% do masculino em 1970, por exemplo, as mulheres passam a receber em média 48,6% do que recebiam os homens apenas seis anos depois. Uma distância ampliada em quase treze pontos percentuais em um período muito curto, redundando em “rendimentos médios femininos inferiores à metade dos rendimentos médios masculinos”. SAFFIOTI, Heleieth I. B. Trabalho feminino e capitalismo. **Perspectivas**, Campinas, vol 1, 1976. P. 135.

profissional deficiente (em função dos altos índices de analfabetismo feminino e da exclusão do ensino técnico, de seu encaminhamento para profissões que prolongavam “na esfera pública as tarefas domésticas”) e preterimento em favor dos homens em caso de promoção (mesmo no caso de igualdade dos pontos de vista da formação e da experiência profissional)<sup>369</sup>.

A segunda – sobre a qual o PCB já se dedicava desde, pelo menos, a década de 1940 – é a da ausência de “equipamentos sociais” indispensáveis para as mulheres pudessem “assumir uma participação mais ativa na vida do país”. Nesse terreno, segundo o partido, se destacava a falta de creches. Somavam-se ainda a falta de consideração das “particularidades da mulher na empresa”.

As situações das mulheres no campo e das trabalhadoras domésticas eram consideradas ainda mais calamitosas, uma vez que a maioria das primeiras era considerada “membro não remunerado da família”, não podendo “usufruir da legislação trabalhista e social rural”, da previdência social e da licença maternidade. Já as segundas, com seus baixíssimos salários<sup>370</sup>, trabalhavam comumente em regime considerado muito pouco diferente do escravismo.

A leitura da situação vigente no momento levou o partido a concluir que e sintetizar: “quando inseridas na produção social, as mulheres são discriminadas e exploradas como tal, não gozando do estatuto de trabalhador pleno”. Além disso, ressaltava-se que elas suportavam, ao contrário dos homens, uma segunda jornada de trabalho em casa: a do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos. Essa, explicava o PCB, constituía uma “sobrecarga adicional” que além de dificultar sua participação social”, impedia a ligação de muitas mulheres à produção social<sup>371</sup>, o “elemento básico para sua emancipação”<sup>372</sup>.

---

<sup>369</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 332.

<sup>370</sup> A pesquisa realizada por Heleieth Saffioti em Araraquara-SP na década de 1970 revela, por exemplo, que o percentual de empregadas domésticas que recebia um ou mais salários mínimos era de apenas 13% e que 8,6% delas recebiam apenas um quarto de salário. Ver: SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>371</sup> Essa discussão sobre ligação à produção social e a superação do trabalho doméstico como condições para a libertação das mulheres e para a emancipação humana permeiam, ainda que de forma intermitente, a bibliografia marxista desde, pelo menos, a Revolução Russa. Alexandra Kollontai e Vladimir I. Lenin dedicaram-se à temática em alguns textos, os quais, certamente, devem ter influenciado a leitura do PCB sobre a “questão da mulher”. Na concepção dos

Vejam, pois, quais bandeiras foram consideradas compatíveis com a estratégia e táticas partidárias e com o momento histórico em questão, a ponto de compor o item “direito ao trabalho” na Plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher<sup>373</sup>:

- Política visando ao pleno emprego que permita a incorporação da mulher na produção social, com a eliminação de toda e qualquer discriminação por motivo de sexo, idade, estado civil ou maternidade.
- Aplicação efetiva do princípio de salário igual para igual trabalho. Abolição do trabalho gratuito.

---

dois militantes do partido bolchevique, os seguidores do materialismo histórico deveriam rechaçar a “existência de uma questão da mulher específica separada da questão social geral”, já que por detrás da subordinação das mulheres estariam ocultos fatores econômicos específicos – ao contrário do que apregoavam os estudiosos caracterizados como burgueses, que procuravam explicar a inferioridade das mulheres em experiências como medição de cérebros.

Somente a abolição completa desses fatores e a transformação das forças que em algum momento do passado possibilitaram a subordinação das mulheres – notadamente a propriedade privada, segundo a tese inaugurada por Engels – seriam capazes de garantir alguma transformação substancial nesse sentido. Em outras palavras, “as mulheres pode[riam] chegar a ser verdadeiramente livres e iguais somente num mundo organizado através de novas linhas sociais e produtivas”. Essa reorganização das bases da sociedade passava pela superação do caráter privado da reprodução da vida, através da socialização das tarefas domésticas e inserção das mulheres no trabalho produtivo geral. Ver: KOLLONTAI, Alexandra. **Los fundamentos sociales de la cuestión femenina y otros escritos**. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/kollontai/1907/001.htm>. KOLLONTAI, Alexandra. **O Comunismo e a família**. 1920. Disponível em: [http://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com\\_fam.htm](http://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm). LENIN, V.I. As Tarefas do Movimento Operário Feminino na República dos Soviotes. 25 de Setembro de 1919. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/09/25.htm> e LENIN, V.I. **O Dia Internacional da Mulher**. 1921. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/03/07.htm>. Textos acessados em 6 de setembro de 2012.

<sup>372</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 332.

<sup>373</sup> **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 351-2.

- Programa de alfabetização que permita o acesso da mulher à formação profissional.
- Educação permanente através de centros de capacitação e readaptação, possibilitando uma formação contínua de acordo com a evolução da técnica e da ciência.
- Melhoria das condições gerais de trabalho e sua adequação à presença da mulher a empresa.
- Cumprimento efetivo das disposições da CLT concernentes à proteção da trabalhadora e revogação das que lhes são prejudiciais.
- Extensão e efetiva aplicação da legislação trabalhista e social a todas as trabalhadoras do campo e da cidade.
- Regulamentação do trabalho das empregadas domésticas. Reconhecimento da categoria e direito à livre associação.
- Criação de equipamentos sociais (creches, parques infantis, lavanderias, melhor sistema de transportes, etc) que, além de criarem condições efetivas para o exercício do direito ao trabalho, assegurem a participação da mulher na vida política, social e cultural do país.

### 3.1.2.1.2. A mulher na família

A compreensão da “condição da mulher” na família era baseada na pressuposição marxiana da necessidade para a manutenção da humanidade de duas tarefas fundamentais, inseparáveis e igualmente importantes: a da “*produção* dos bens materiais que garantem a sua própria existência e a *reprodução* da espécie”<sup>374</sup>. Se da primeira poderiam “participar homens e mulheres indistintamente”, embora no momento fosse organizada de forma desigual; a segunda tarefa era atribuída “essencialmente à mulher”, que cumpriria nela o “papel principal”.

Sendo considerada a maternidade uma função social “da maior importância, sem a qual seria impossível a existência da sociedade humana”, eram tidos como indispensáveis o reconhecimento dela enquanto tal e o direcionamento, por parte de toda a sociedade, de “todo amparo e proteção” necessários. O partido advertia que muito embora a tarefa principal da reprodução – a maternidade – só pudesse ser

---

<sup>374</sup> Ver SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Força de trabalho feminina no Brasil**. Op. Cit. P. 98.



realizada pelas mulheres, “a responsabilidade pela educação e cuidado dos filhos” não deveria repousar apenas sobre elas. No entanto, ao contrário do feminismo de segunda onda, do qual era contemporâneo no momento, não se concentrou muito no assunto (nesses dois documentos), fazendo da defesa do direito de creche tão somente um recurso importante para a inserção das mulheres na produção social<sup>375</sup>.

Nota-se na documentação do PCB em geral uma concepção de maternidade bastante positivada, que se choca com pensamento feminismo de segunda onda – fosse ele socialista ou não –, especialmente o dos anos 1980, que a tinha como um dos elementos principais da opressão das mulheres. O tema, que é dos mais complexos e um dos problemas centrais do feminismo desde o século XIX, foi abordado pela literatura ao longo desses anos de diversas maneiras. Do socialismo utópico ao feminismo socialista de segunda onda, no entanto, foi mantida uma constante: “o desejo de que o exercício da maternidade fosse enriquecido, tanto para as mães quanto para os filhos, pela participação de outros atores sociais”<sup>376</sup>.

Os projetos emancipatórios mencionados consideravam insuficiente transformar o status da mulher enquanto trabalhadora se fosse mantida a situação no âmbito privado, “espaço essencial para a reprodução de sua sujeição”<sup>377</sup>. A socialização do cuidado e educação das crianças e do trabalho doméstico, além de pré-requisitos para a emancipação das mulheres, para muitos dessas e desses teóricos significava também o combate ao “egoísmo individualista”, através da destruição da família burguesa, que era considerada baluarte da ideologia correspondente.

Também essas foram preocupações do PCB nesse momento, apesar das particularidades mencionadas. O “Partidão” considerava que essa situação de inferioridade das mulheres na família era decorrente do papel atribuído às mulheres na divisão social do trabalho, em cuja atualidade, cabia cada vez mais às mulheres a execução das tarefas domésticas. A questão, no entanto, estaria ganhando novas feições e a importância das discussões suscitadas pelo assunto passara a ser tida

---

<sup>375</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 333.

<sup>376</sup> GONZÁLEZ, María de la Macarena Iribarne. **Flora Tristán y la tradición del feminismo socialista**. Tese (Derechos Humanos), Universidad Carlos III de Madrid, Getafe, 2009. P. 467.

<sup>377</sup> Idem. P. 461.

como intrinsecamente relacionada a “uma melhor compreensão do direito da mulher a uma participação mais ativa na vida do país”.

Para o PCB, o desenvolvimento econômico brasileiro com todas as suas consequências, nos campos político, cultural e social, havia deixado “evidente a contradição entre os avanços gerais da sociedade e a condição da mulher dentro da família” <sup>378</sup>. A família, como núcleo básico da sociedade, reproduziria “as relações sociais vigentes”, transmitindo “valores da ideologia da classe no poder”. Dessa forma, predominariam nela, ainda, “relações baseadas na hierarquia e no autoritarismo patriarcal do chefe, a quem ficam subordinados a mulher e os filhos”. O desenvolvimento geral da sociedade, no entanto, como foi mencionado, abalava profundamente esse tipo de relações, fazendo com que a criação de instrumentos que abrissem caminho para a superação dessa situação se impusesse. A organização familiar, não obstante, seguia exercendo a função base a partir da qual eram estabelecidos e consagrados os instrumentos jurídicos que perpetuavam “discriminações contra a mulher que a própria sociedade utiliza[va] para sua manutenção” <sup>379</sup>.

Sintetizando, para o partido, a sociedade capitalista apoiava-se na família monogâmica burguesa de tipo patriarcal, através da qual procurava manter as mulheres

num papel secundário na sociedade, cumprindo essencialmente suas funções de mãe, esposa e doméstica, o que além de permitir ao Estado economizar toda uma infra-estrutura social (creches, escolas, etc),

transformava-as em “consumidora[s] dos produtos comerciais apresentados pelos meios de comunicação”, tornando-as, inconscientemente, em “reprodutora[s] da ideologia que serve à manutenção da classe exploradora no poder”.

Quer dizer, a fundamentação baseada na relação entre propriedade privada e opressão das mulheres ultrapassava a questão da “importância do serviço doméstico no seio da família para a redução dos custos da reprodução da mão de obra e, portanto, dos custos do capital”

---

<sup>378</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB**: vinte anos de política. São Paulo: LECH, 1980. P. 333.

<sup>379</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB**: vinte anos de política. São Paulo: LECH, 1980. P. 334.

<sup>380</sup>: era acentuada, segundo Maira G de Abreu, a dimensão “ideológica envolvida e suas implicações no que concerne à revolução”. Considerava-se que a família exercia um papel fundamental na reprodução do sistema através da manutenção da ideologia dominante, o que, para a autora citada, “exigia uma reformulação da concepção de revolução”, ampliando-a para uma revolução que fosse também a transformação radical da vida cotidiana em todas as suas expressões. Cabe entender melhor, no entanto, porque as mulheres eram entendidas como mais agentes da reprodução dessa ideologia do que os homens.

É destacado ainda na documentação que com a “atividade invisível e embrutecedora dentro de casa” a mulher contribuía para a renovação da força de trabalho masculina, fosse com a extração de matérias primas, no caso das mulheres das zonas rurais ou com a “prestação de diversos serviços pessoais”. Com essa preparação da força de trabalho para o capital, considerava-se que as mulheres participavam indiretamente do sistema de exploração capitalista. Por esse motivo, as que desempenhavam também funções produtivas fora do lar eram consideradas submetidas a uma dupla exploração por parte do capital: “como trabalhadoras (diretamente) e como mulheres (indiretamente)”.

Chamo a atenção aqui para no documento a categoria reprodução ter aparecido como sinônimo de reprodução humana e não também como uma das dimensões fundantes do “trabalho doméstico”, elemento considerado essencial para a reprodução da força de trabalho enquanto tal em grande parte da literatura marxista e feminista socialista. A discussão do trabalho doméstico em sua relação com o capital aparece separadamente da sobre reprodução, sendo destacadas, como se pôde ver, além da “prestação de serviços” para os trabalhadores produtivos da casa suas propriedades de trabalho produtor de valor e/ou mais valor <sup>381</sup>.

Um dos pontos mais trabalhados do documento no que tange a família diz respeito ao seu planejamento. O PCB chamava atenção para que não houvesse, na legislação vigente em 1979, “reconhecimento do direito à maternidade consciente”, ou seja, à livre escolha sobre ter ou não filhos, quantos e quando; direito este reclamado “por um número

---

<sup>380</sup> ABREU, Maíra Luisa Gonçalves de. **O feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileira em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. Dissertação (Sociologia), UniCamp, Campinas, 2010. P. 171.

<sup>381</sup> Para mais informações a respeito das diferentes dimensões da categoria reprodução ver: NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado. A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

cada vez maior de mulheres diante das dificuldades econômicas, dos problemas de saúde ou das novas necessidades culturais”<sup>382</sup>.

As dificuldades nesse campo eram enormes, afirma o PCB, já que a ausência de serviços de informações a casais sobre planejamento familiar, o excesso de tabus na educação sexual das escolas, a ausência de assistência médica contínua custeada pela previdência eram combinados com uma “política de controle forçado da natalidade, levada a cabo pelo governo”<sup>383</sup>, como o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco-PPGAR (1975-7) e de programas de iniciativa internacional e privada, como o BEMFAM-Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (1965...) <sup>384</sup>. Também era levantada a questão da distribuição de renda injusta impedir muitos daqueles que gostariam de ter uma família numerosa de fazê-lo por falta de condições materiais.

Para o PCB, a falta de informações disponíveis para o planejamento da concepção conduzia as mulheres às gravidezes indesejadas, fazendo com que estas tivessem que recorrer ao aborto clandestino, duramente penalizado pelo Código Penal.

A atenção à temática da descriminalização do aborto e da necessidade de uma educação sexual integral e do acompanhamento médico das gestantes, quer elas tivessem optado por seguir ou por interromper a gravidez, foram observadas, igualmente, na literatura marxista e feminista socialista desde o início do século XX. Além disso, a descriminalização do aborto, por exemplo, fez parte da “primeira

---

<sup>382</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 334.

<sup>383</sup> Tal postura era compartilhada com a imprensa alternativa feminista que também se posicionava contra as políticas anti-natalistas do governo militar. Lutava-se por uma atenção integral à saúde e pelo direito ao livre exercício da sexualidade e de escolha sobre a maternidade, rechaçando-se o fornecimento indiscriminado e de pílulas com quantidades exorbitantes de hormônios sem qualquer atendimento médico e pedagógico. Ver: TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Crus. **Op. cit.** p. 77.

<sup>384</sup> Projeto financiado a partir de 1965 pelo grupo IPPF — *International Planning Parenthood Federation*. As pecebistas organizaram-se na França e no Brasil para estudar e combater tal programa, assim como o programa governista mencionado anteriormente. Para mais informações ver: PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, julho 2003 e FONSECA SOBRINHO, Dêlcio da. **Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/FNUAP, 1993.

etapa”, a jurídica, da libertação das mulheres, tanto na Revolução Russa quanto em Cuba.

É interessante ressaltar que na documentação a discussão sobre aborto e contracepção não aparece desvinculada da necessidade de criar condições para os que quisessem ter filhos o pudessem fazer livremente. Quer dizer, o direito à maternidade consciente envolvia também a criação de condições para que a escolha fosse tomada com base nas intenções do casal ou da mulher, e não em função de haver condições materiais suficientes para se “alimentar mais uma boca”.<sup>385</sup>

O aspecto era abordado de forma não meramente jurídica também no caso da opção pela prevenção ou interrupção da gravidez, sendo defendida a existência de condições para a concretização de ambas. O aborto ao longo da documentação foi abordado como reivindicação decorrente de “necessidades culturais” – termo bastante abrangente, ou difuso – apenas uma vez, sendo em todas as outras relacionado exclusivamente a necessidades ou limitações econômicas.

Essa foi uma análise bastante diferente da elaborada pelo movimento feminista de segunda onda em nível internacional, que reivindicava a descriminalização como expressão do direito ao corpo. A forma como a aproximação à temática do aborto se deu nesse momento pode estar relacionada à centralização das demandas das mulheres trabalhadoras, que de fato deveriam ter os fatores econômicos como mais considerados na hora de decidir pela interrupção ilegal da gravidez. Mas também dizem respeito a um “excesso de tato” decorrente da proximidade que o PCB e o movimento feminista tiveram com setores progressistas da Igreja Católica e de outras religiões naquele momento. Tal relação e as “concessões” ou “hibridismos” dela decorrentes foram marca da “trajetória particular” do feminismo brasileiro<sup>386</sup>. Há razões para crer que no PCB esse aspecto tenha sido mais acentuado do que no movimento feminista, já que todos os seus esforços deveriam estar

---

<sup>385</sup> Cabe lembrar que de 1968 a 1975 a mortalidade infantil nas capitais subiu rapidamente, passando de 80 a cada 1.000 crianças nascidas para pouco mais de 96, quer dizer, uma variação de mais de 15 pontos percentuais, num momento em que ela era reduzida em quase todo o mundo. A maior parte dessas crianças falecia em função de doenças infecciosas facilmente tratáveis e de desnutrição, problemas contornáveis por um sistema de saúde acessível e por alterações sensíveis no nível de vida, como por exemplo, sugere Saffioti, a equiparação dos salários das mulheres aos dos homens. SAFFIOTI, Heleieth. I.B. O trabalho da mulher no Brasil. **Perspectivas**, São Paulo: 5. P. 115-135. P. 134.

<sup>386</sup> Ver: SARTI, Cynthia. **O feminismo brasileiro: uma trajetória particular**. Op. Cit.

direcionados para a construção de uma unidade entre as forças que pudessem se opor à ditadura.

A plataforma pecebista de luta pela igualdade de direitos das mulheres, no que tange às relações familiares, concentrava-se em dois pontos fundamentais, dos quais se desdobravam uma série de reivindicações. O primeiro ponto dizia respeito, grosso modo, aos “direitos e deveres iguais para a mulher no seio da família”, enquanto o segundo se concentrava na reivindicação de “melhoria das condições gerais da vida da família”.

Nota-se neles uma concentração na luta pela igualdade formal, como condição para a luta por uma igualdade substantiva, a proeminência do tema da família na organização da luta das mulheres e a adoção de bandeiras levantadas pelos movimentos de mulheres, especialmente os direcionados à carestia e às lutas comunitárias.

Se o item sobre o trabalho era composto por sete pontos principais de reivindicação e o sobre o direito à participação na política contará com o mesmo número; o item família, em seus dois subitens, soma 14 bandeiras de luta, nas quais fica evidente uma penetração ainda bastante baixa das pautas feministas do movimento de segunda onda com relação à temática, especialmente as relacionadas ao livre exercício da sexualidade.

É percebida também a ênfase às mulheres da classe trabalhadora – muito embora o feminismo propriamente dito fosse majoritariamente composto por mulheres de outras camadas sociais –, e uma grande concentração nos temas da maternidade e da criação dos filhos.

As reivindicações relacionadas à família que compunham a plataforma assinada pelo CC do PCB em 1979 eram as seguintes:

**Direitos e deveres iguais para a mulher no seio da família**

- Revogação de todos os artigos do Código Civil, em especial dos concernentes ao Direito da Família, que consagram a situação de inferioridade da mulher.
- Reconhecimento da maternidade como função social: criação de postos de saúde e maternidades, principalmente nos bairros populares, que permitam uma assistência pré e pós-natal, independentemente das condições sócio-econômicas ou da filiação previdenciária. Proteção à mãe solteira.

- Direito à maternidade consciente: direito do casal à decidir se não deseja ter filhos ou quando e quantos filhos deseja.
- Generalização da educação sexual nos estabelecimentos de ensino. Criação de serviços que possibilitem a divulgação dos métodos anticoncepcionais e o acesso da mulher aos mesmos, acompanhado de assistência médica regular. Combate ao controle forçado da maternidade.
- Abolição da legislação punitiva referente ao aborto, que deve ser considerado como último recurso frente a uma gravidez não desejada.
- Divulgação, por todos os meios, dos perigos que o aborto sem assistência médica acarreta para a saúde da mulher.
- Divórcio sem restrições relativas ao tempo de separação, a desquite anterior ou ao número de casamentos.
- Direito à instrução para todas as crianças, com rigorosa observância da escolaridade obrigatória e gratuita até 14 anos. Proibição do trabalho do menor até o limite da idade de escolarização obrigatória.
- Serviços de assistência médico-odontológica na escola. Extensão da merenda gratuita a todas as escolas.
- Criação de creches, parques infantis, jardins de infância destinados à guarda das crianças, inclusive das deficientes. Criação de áreas verdes para recreação.
- Eliminação das concepções tradicionais discriminatórias e da imagem estereotipada da mulher contidas nos materiais didáticos e no que é divulgado pelos meios de comunicação de massa.

### **Melhoria das condições gerais de vida da família**

#### **- FIM DO ARROCHO SALARIAL**

- Combate à carestia.
- Melhoria dos serviços públicos: rede de água e esgotos, transportes, calçamento, combate à poluição, etc.

- Desenvolvimento de um programa de habitação popular a preços acessíveis à maioria da população.
- Melhoria substancial no sistema previdenciário. Prioridade à medicina preventiva. Melhoria e ampliação dos serviços de hospitalização pública e do INAMPS, para atender verdadeiramente as necessidades da população <sup>387</sup>.

Todas as reivindicações desse ponto, como se pode observar, estavam direcionadas, em última instância, ao Estado, não sendo encontradas referências a bandeiras intrafamiliares ou a campanhas de conscientização antimachista para além da grande mídia e ambiente escolar. Além disso, a forma como a plataforma de lutas foi organizada nesse ponto acabava por reproduzir a naturalização dos papéis domésticos socialmente atribuídos às mulheres, já que as pautas referentes às demandas da infância e juventude foram conferidas mais às mulheres em luta do que ao partido como um todo ou suas organizações de bairro e juventude.

### 3.1.2.1.3. “A mulher na sociedade em geral”

Assim como no trabalho e na família, reconhecia-se que as mulheres ocupavam uma posição caracterizada como marginal, encontrando se, como totalidade, afastadas da vida política. O PCB considerava que na história do Brasil a participação política das mulheres não havia seguido uma linha ascendente, mas se manifestado de forma episódica, “com altos e baixos” <sup>388</sup>. Por esse motivo, ainda na contemporaneidade eram inúmeros os preconceitos em relação à sua participação na esfera do poder, se tratasse da administração pública, das representações internacionais ou das organizações de massas <sup>389</sup>. Situação análoga também era percebida nos esportes e na cultura <sup>390</sup>.

Para a SF e o CC, o “*status* de inferioridade [...] em todos os níveis” era “mantido e aprofundado pelas classes dominantes através de diferentes meios de formação ideológica”, dentre os quais foram

<sup>387</sup> **PCB**: vinte anos de política. São Paulo: LECH, 1980. P. 352-3.

<sup>388</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB**: vinte anos de política. São Paulo: LECH, 1980. P. 335.

<sup>389</sup> Idem. P. 336.

<sup>390</sup> Como exemplos são apresentadas as cifras de atletas mulheres nas Olimpíadas de 1971, que foi de apenas 6%; e a abertura recente da primeira vaga na Academia Brasileira de Letras.



destacados, a educação familiar, a escola, as religiões, e os meios de comunicação de massa.

O primeiro dizia respeito à educação diferenciada recebida na família, que “fixa o papel da mulher na sociedade classista, as atitudes fundamentais que regerão seu comportamento na mesma e o lugar secundário que deverá ocupar nela”. A escola, por sua vez, ensinava-lhe que o “saber primordial” era do homem, “futuro mantenedor da família, e secundário para a mulher, que, em última instância ser[ia] dependente dele”. A divisão das carreiras entre as consideradas masculinas e femininas, “mantida por uma sutil orientação desde a infância”, era um exemplo disso <sup>391</sup>. Além do mais, os materiais didáticos ofereciam uma imagem profundamente preconceituosa e estereotipada que as apresentava apenas como mães e esposas, sempre afastadas do “mundo do trabalho”, representado como naturalmente masculino.

A abordagem das religiões era distinta. Embora se reconhecesse que elas influenciavam também na “formação ideológica da mulher”, foi dada ênfase ao respeito às crenças religiosas individuais e chamada a atenção para a possibilidade da religiosidade se transformar em um dos instrumentos da libertação das mulheres, contribuindo para fazer delas “combatente[s] abnegada[s] pelos direitos da mulher como pessoa humana” <sup>392</sup>.

Para o PCB, os meios de comunicação em massa seriam um dos instrumentos mais sofisticados de mascaramento do caráter explorador e opressivo das relações sociais nas que as mulheres estavam inseridas, notadamente as das camadas mais pobres da população, na medida em que elaboravam e distribuíam para as mulheres a “ideia de um mundo com um cotidiano idílico” <sup>393</sup>. A legislação vigente, especialmente os códigos civil e penal, consagrariam formalmente o conjunto das discriminações de que as mulheres eram vítimas.

O partido sustentava que a ditadura, utilizando-se de seu modelo econômico e político, havia tornado “ainda mais difícil a condição da

---

<sup>391</sup> Ao passo que as mulheres eram para as carreiras consideradas “carreiras leves, fáceis e curtas”, conciliáveis com o casamento, que ainda se apresentava muitas vezes como única alternativa de vida.

<sup>392</sup> O Concílio Vaticano II, que inovara ao afirmar que a mulher não era inferior ao homem, apenas diferente, era considerado um avanço nesse sentido. Cabe lembrar que setores religiosos importantes nesse momento estavam organizando uma série de movimentos de massa que engrossavam o leque da oposição à ditadura e mesmo do “movimento feminino” nacional.

<sup>393</sup> Idem. P. 337.

mulher na sociedade brasileira”. Isso acontecera tanto através de retrocessos nas conquistas já alcançadas no plano da proteção ao trabalho, quanto por meio do agravamento das condições econômicas das famílias, o êxodo rural e a falta de trabalho. Além de que havia impedido “o cumprimento de leis como a de criação de creches nas empresas e bairros populares” e criado “obstáculos sérios à luta e organização das mulheres, cujos movimentos e lideranças foram duramente perseguidos durante” todos os anos de ditadura transcorridos até então.

Não obstante a constatação de dificuldades específicas das mulheres para participar de forma igualitária da sociedade em geral, as reivindicações prioritárias do eixo “Direito da Mulher a participar da vida política do país” da Plataforma dizem respeito quase que exclusivamente à luta pelas liberdades democráticas. Dos sete pontos, apenas um menciona especificamente as mulheres, colocando como necessários “estímulos à participação da mulher na vida social e política do país”, porém, sem deixar muito claro que estímulos poderiam ser esses.

No item da família, no entanto, como se observou, havia sido levantado o imperativo da eliminação das concepções discriminatórias e imagens estereotipadas, tanto dos livros didáticos quanto dos meios de divulgação de massa.

Segundo o documento, as bandeiras emergenciais a serem levantadas pelo partido e pelos movimentos de mulheres eram:

**- PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS**

- Pela liberdade de expressão, de reunião e de organização política e sindical.
- Fim da legislação de exceção.
- Fim das torturas e perseguições políticas.
- Anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos, exilados e perseguidos políticos.
- Eleições livres e diretas para todos os níveis do Executivo e do Legislativo.
- Convocação da Assembleia Nacional Constituinte.
- Estímulos à participação da mulher na vida social e política do país.<sup>394</sup>

---

<sup>394</sup> **PCB:** vinte anos de política. São Paulo: LECH, 1980. P. 353.

Em apresentação do Informe e da Plataforma no último ativo de mulheres, convocado pela C. Ex. do CC em Paris, a SF do CC explica melhor os documentos dos pontos de vista estratégico e tático. Em primeiro lugar, face à existência de diversos métodos de análise vigentes nos movimentos sociais e nos estudos científicos sobre a situação das mulheres, foi considerada indispensável a inclusão “de algumas ideias teóricas sobre as origens da opressão e as formas de superação delas” - discussão presente no início do Informe. Tal reafirmação de princípios visava a aplicação criadora e coerente com o final do século XX, sem a reprodução de dogmatismos<sup>395</sup>.

A formulação tática, por sua vez, estava expressa na Plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher que, segundo apresentação da SF do CC, visava apresentar uma “generalização dos principais direitos da mulher”, constituindo uma base ao redor da qual convergiriam todas as reivindicações que compunham as especificidades reivindicativas das mulheres em sua “íntima relação com os problemas políticos da nação”. Aos olhos da SF do CC, o partido não poderia elaborar uma plataforma simplesmente conjuntural, ou uma “mera soma de reivindicações grandes ou pequenas que uma vez solucionadas, no todo ou em parte, deixariam as mulheres sem rumo certo”. Até mesmo porque a luta geral pelos direitos das mulheres (considerada elemento essencial da luta democrática no país) não poderia ser confundida com as listas de reivindicações concretas que “comoviam as mulheres em momentos precisos”, como creches ou custo de vida. O importante, a partir da consolidação de tal Plataforma, seria fazer com que cada militante pudesse aplicá-la criadoramente em seus espaços de atuação, visando que cada movimento e reivindicações particulares se somassem à luta mais geral pelos direitos das mulheres, promovendo unidade e acumulação de forças..

Tomando Informe, Plataforma e as considerações da SF do CC acerca da tática e estratégia parcial para a atuação partidária no chamado “movimento feminino”, acreditamos que a pouca presença de bandeiras especificamente relacionadas às mulheres (especialmente no terceiro ponto da Plataforma de lutas) estivesse relacionada, fundamentalmente, a quatro aspectos da concepção pecebista: a) a interpretação de que a condição desigual através da que as mulheres estavam inseridas na sociedade e, mais especificamente na política, era resultado, fundamentalmente, da inserção desigual na produção social e da “escravidão doméstica”, sendo primordial a superação de tal situação; b)

---

<sup>395</sup> Ata do IV Ativo de Mulheres do PCB, julho de 1979.

a intenção de conectar os movimentos de massa de mulheres à oposição à ditadura, através da tática já mencionada, de inclusão das plataformas democráticas nas principais reivindicações dos primeiros e vice-versa<sup>396</sup>; c) a persistência de dificuldades para fazer uma mediação adequada entre as reivindicações específicas, seus nexos causais e as reivindicações gerais; d) a estratégia etapista da revolução, que levava a uma percepção da emancipação das mulheres em dois momentos, um de emancipação formal e outro de efetiva libertação, o que acarretava na postergação de algumas das tarefas históricas dessa luta.

### 3.1.2.2. “Experiências positivas e negativas na luta pela transformação da “condição da mulher”: um balanço crítico da atuação do PCB

Avaliando a condição da mulher brasileira e seu “grau de organização e consciência política”, o partido considerava que apesar de terem ocorrido avanços recentes, amplas massas de mulheres ainda se encontravam “desvinculadas de qualquer instrumento organizativo e alienadas em relação à sua exploração e opressão específicas e aos problemas gerais do país”<sup>397</sup>. Contudo, verificava-se que cada vez mais delas deixavam de “aceitar como ‘natural’ ou como fatalidade histórica sua situação” e passavam a se organizar de formas variadas, participando de lutas gerais ou específicas que pudessem contribuir para o país. Notara-se como positiva a substituição da “luta pioneira de algumas mulheres extraordinárias”, característica do início do século anterior, pela de “grupos, setores e camadas”, organizados nos diversos níveis da federação, no período que antecede 1964.

Por outro lado, considerava-se que essas organizações pré-ditatoriais haviam sido instrumentalizadas por forças políticas que as haviam transformado em “redutos de mulheres de vanguarda, em

---

<sup>396</sup> O que incluía também discríção com relação a algumas bandeiras consideradas importantes por razões táticas, por ser considerada precípua a unidade na luta contra a ditadura – postura compartilhada com parte do feminismo brasileiro. No III Ativo de Mulheres, por exemplo, quando entrou em discussão o anteprojeto de Plataforma, as representantes das OBs de Moscou de Berlim posicionaram-se a favor da justeza da bandeira do aborto, mas contra sua inclusão tão explícita na plataforma. Nas palavras da delegada do segundo país: “Obviamente este é um sério problema que não atinge a burguesa. Nós somos pelo aborto, mas do ponto de vista tático, não seria correto levantarmos um problema que tanto pode nos isolar da classe operária como da frente ampla, onde a igreja pode isolar os comunistas. Isso deve ser levado em consideração”. Relatorias do III Ativo de Mulheres do PCB, 1978.

<sup>397</sup> Idem. P. 337.

movimentos intermitentes e com pouca penetração nas massas femininas”<sup>398</sup>. Esse aparelhamento dos movimentos haveria contribuído para a debilidade geral dos movimentos de massa do país e seu quase desaparecimento sob o impacto da repressão generalizada instituída após o golpe.

Após 1975, o Ano Internacional da Mulher, foi identificado como de “reanimação” dos movimentos de mulheres, avigoreamento esse associado com “ênfase dada em todo mundo à questão feminina”, em decorrência de sua entrada mais numerosa no setor produtivo e da crise global da sociedade capitalista, que vinha colocando “em questão todos os valores estabelecidos”. O caso particular do Brasil também era marcado pelo acúmulo dos 15 anos de luta contra a ditadura.

O PCB havia entendido que esse movimento, que havia “renascido em novas condições” apresentava novas características e exigências. Grosso modo, tratava-se de um movimento amplo, diversificado e policlassista, composto por diferentes forças políticas, religiosas e filosóficas. Tal heterogeneidade se refletia em suas “diferentes formas de organização e em suas múltiplas formas de conceituar a problemática feminina”. Tratava-se de um movimento que sabia, aos olhos do Partidão, relacionar as causas específicas às lutas do povo, articulando-se, inclusive, a outras forças progressistas. Apresentava, pois, uma “tendência à unidade”, explicitada nas então recentes comemorações do 8 de março, organizadas em conjunto com outras forças políticas. Entretanto, havia ainda que avançar para que esse se tornasse um movimento “à altura da luta pela transformação em profundidade da condição da mulher no Brasil”

Dessa gama heterogênea de forças culturais, políticas, filosóficas e religiosas atuavam junto às mulheres, havia, aos olhos dos comunistas, as que buscavam manter as relações sociais tais como se apresentavam e as que buscavam transformações parciais ou radicais na situação das mulheres. As primeiras buscavam manter o *status quo*, procurando neutralizar ou alienar as mulheres, a fim de utilizá-las como “massa de manobra em suas ações políticas reacionárias”, identificando-se e associando-se ao governo ditatorial<sup>399</sup>. Já as forças interessadas na

---

<sup>398</sup> Idem. P. 338.

<sup>399</sup> Atualmente, essa concepção parcial sobre a atuação de mulheres de direita vem sendo questionada pela historiografia, que têm mostrado que o engajamento feminino nas lutas reacionárias, não raro, foi consciente e protagonizado pelas mulheres, notadamente pelas das camadas mais ricas da sociedade. Ver, por exemplo, CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a Campanha**

emancipação das mulheres a concebiam “em diferentes níveis”, havendo discordâncias acerca da possibilidade de resolução dos problemas das mulheres nos marcos do capitalismo ou não; de quando a luta deveria ser iniciada; sobre se tratava de um combate ao homem ou não. Para o PCB, independentemente dessas diferentes posições, essas últimas forças poderiam “ser politicamente unificadas em torno de objetivos concretos” que a cada momento favorecessem qualquer transformação favorável às mulheres.

Analisando sua atividade junto às mulheres, o PCB afirma não ter se omitido da questão, lembrando que seus documentos “sempre chamaram a atenção e orientaram seus militantes para uma atividade entre as mulheres”.<sup>400</sup> Nos próprios Estatutos de 1967 a estruturação de Organizações de Base Femininas havia sido prevista como parte integrante do conjunto das organizações de base. Estas eram concebidas como “alicerce de todo o Partido” e onde se concentrariam suas atividades principais, por se tratar dos “elos de ligação deste com as massas”.<sup>401</sup>

São trabalhados também em A condição da mulher... (a exemplo do primeiro documento publicado pela FF de Paris, em 1974) os equívocos e falhas do trabalho do partido nesse terreno, dentre os quais dois são considerados os mais graves. O primeiro deles seria “a subestimação do papel da mulher na sociedade”, identificada como

---

da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

<sup>400</sup> É recordada também a existência de uma “estrutura específica a fim de assessorar os órgãos de direção no trabalho feminino” e a militância incansável dos quadros responsáveis pela mobilização das mulheres.

<sup>401</sup> Estatutos do Partido Comunista Brasileiro. Dezembro de 1967. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 199. Eram tarefas das OBs: a) participar ativamente dos movimentos, luta e organização da “vida de massa”, “ouvindo-a atentamente, recolhendo as suas experiências e levando-a a conhecer, assimilar e pôr em prática as palavras de ordem, as resoluções a linha política do partido”; participar da elaboração das linhas do partido, “preocupando-se particularmente em legar ao conhecimento das instâncias superiores partidárias as reivindicações, as tendências, o estado de espírito da massa”; c) “organizar a distribuição de tarefas entre os membros do Partido”, divulgar sua imprensa e literatura, estabelecer e arrecadar as contribuições monetárias dos membros e simpatizantes, zelar pela disciplina partidária e recrutar novos membros para a organização; d) organizar entre seus membros o estudo da teoria, política e experiência do partido; e) “estimular a crítica e a autocritica de toda a atividade partidária”.

causa do pouco esforço feito até o momento para “elaborar e definir uma política para as mulheres”. O segundo dizia respeito à postura sectarista adotada muitas vezes como forma de encarar o movimento de massas, a ponto de o movimento feminino ter sido concebido de forma instrumentalista. Essa visão incorreta, reconhece o documento, refletiu-se em todas as atividades, seja no movimento de massas ou dentro do próprio partido.

Dentro do próprio partido, avalia-se como positiva a criação seções dedicadas exclusivamente ao trabalho entre as mulheres e a preocupação com a “formação de quadros femininos através de cursos de capacitação teórica”. Tratou-se de uma política organizada que havia culminado com a promoção de uma série de mulheres aos quadros de direção e com a eleição de uma quantidade surpreendente delas para as Assembleias Legislativas Estaduais na década de 1950. Organizara-se também em 1954 uma Conferência Nacional para tratar do tema “trabalho feminino”<sup>402</sup>.

Por outro lado, reiterando-se as críticas que levaram à reorganização da SF do CC no exílio, analisa-se que o partido não havia se preparado “organicamente para levar à frente esse tipo de trabalho”, o que havia acarretado num deslocamento dos quadros mais preparados do trabalho feminino para outras esferas de militância e para a concentração das mulheres em tarefas de infra-estrutura da organização ou de retaguarda de seus maridos e filhos<sup>403</sup>. Nas palavras de A condição da mulher..., haviam se refletido na concepção partidária sobre o papel da mulher na sociedade “o machismo, o paternalismo, o patriarcalismo milenares [...] o que levou à subestimação de suas potencialidades políticas e à aceitação da velha divisão de trabalho por sexo também dentro do partido”.

Já com relação aos movimentos de massa de mulheres e com as mulheres não organizadas, ressalta-se que os comunistas haviam procurado historicamente mobilizar as mulheres “para a sua efetiva

---

<sup>402</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 340.

<sup>403</sup> As representações a cerca dessas mulheres militantes contidas na documentação do partido no período imediatamente anterior ao início da ditadura atestam. Ver: TAVARES, Betzaida Mata Machado. Mulheres exemplares: uma análise do modelo comunista feminino a partir das trajetórias de Elisa Branco e Leocádia Prestes. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

participação na vida política da nação”<sup>404</sup>, estimulando-as a compor a Federação de Mulheres do Brasil, que se ligou à Federação Democrática Internacional das Mulheres, dando ao movimento projeção internacional<sup>405</sup>.

No entanto, a subestimação mencionada desse movimento havia impedido – apesar de amplos esforços que algumas militantes – “que ele se desenvolvesse de acordo com as necessidades e possibilidades concretas da época”<sup>406</sup>. Também teria acarretado, no passado e no presente, que tal trabalho “não fosse assumido e levado em consideração pelo conjunto do Partido”, recaindo sobre um número pequeno de companheiras, segundo o CC, nem sempre respeitadas pelo que faziam. Considerava-se que a crítica realizada por no Pleno Ampliado do CC, em 1955, de que havia resistências em “considerar e incluir o trabalho entre as mulheres como uma das tarefas principais do partido” seguia sendo inaceitavelmente atual.

Passado o refluxo decorrente do golpe, a partir de 1970, o partido vinha se esforçando para recompor “seu trabalho entre as mulheres, nos planos interno e externo”. Sua avaliação era de que o fazia de forma nova e criadora, concentrando-se no interior do país e entre as “colônias” de exilados, buscando ampliar suas áreas de influência e a articulação com os movimentos internacionais. A Condição da Mulher... e Plataforma de luta pela igualdade... foram consideradas as melhores expressões desse avanço.

### 3.1.2.3. A nova orientação política para o trabalho do partido entre as mulheres e as exigências para a sua concretização

Partindo, pois, do estabelecimento de uma avaliação compartilhada sobre a “condição da mulher” no capitalismo e no Brasil de 1979 sobre a atuação do partido, nesse sentido, o PCB passa à apresentação da orientação política para seu trabalho no campo. Como já deve ter ficado claro a essa altura, a luta contra as desigualdades sociais que assolavam as mulheres – e que seguem presentes – se inscrevia “necessariamente no combate da classe operária e de todas as

---

<sup>404</sup> Idem. P. 334.

<sup>405</sup> A Federação, que reuniu milhares de mulheres, organizou-se na luta contra a carestia, pela anistia, soberania nacional, paz mundial, etc. e editou, entre 1950 e 1960 a revista Movimento Feminino. Ver também: MACEDO, Elza Dely Veloso. **Ordem na casa e vamos a luta! Movimento de mulheres**: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha, uma militante. (Tese) História- UFF 2001.

<sup>406</sup> Idem. P. 341.



forças progressistas, ao lado das lutas contra a exploração de classe e a dominação imperialista e monopolistas”, embora se expressassem, no momento, no combate em um nível mais imediato à ditadura.

Todas essas lutas eram consideradas parte de um todo e sua ligação, advertia o Informe, não tinha “nenhum significado de oportunismo tático”, não obstante, como foi reconhecido, pudesse ter se expressado dessa forma, mesmo no passado recente do partido. Essa indissociabilidade entre as diferentes lutas não significava, esclarece o documento:

deixar de considerar o peso específico de cada uma dessas desigualdades na hierarquia das causas que determinam o funcionamento e a evolução da sociedade, tomar umas por outras e, menos ainda, reduzir umas às outras<sup>407</sup>.

A concepção de emancipação das mulheres a ser adotada a partir de 1979 era baseada na compreensão de que a contradição mulher-sociedade de classes era a questão mais importante a ser resolvida pelo “movimento feminino”, já que a sua superação lhes abriria o caminho da completa emancipação. Partindo novamente da tese inaugurada por Engels em seu clássico sobre as instituições fundamentais das sociedades de classes, considerava-se que a propriedade privada e a divisão da sociedade em classes haviam “criado instrumentos capazes de transformar diferenças naturais entre o homem e a mulher em desigualdades sociais”, desigualdades essas que as “classes possuidoras dos meios de produção utilizam como instrumento a mais na exploração da mulher”<sup>408</sup>.

Dessa forma, somente com a destruição de tais instrumentos sociais seriam criadas as premissas para uma transformação radical na situação socialmente vigente, dos pontos de vista da economia política e das relações sociais entre as pessoas.

Ao mesmo tempo, considerava-se imprescindível a clareza de que já haviam sido atingidas “condições de sobra para se pôr fim à inferioridade da mulher”<sup>409</sup>, tanto pela revolução científico-tecnológica (com a possibilidade de controlar a maternidade, ou a perda gradativa da

---

<sup>407</sup> Idem. P. 341-2.

<sup>408</sup> Ibidem.

<sup>409</sup> Ibidem.

importância da força física no trabalho nas fábricas, por exemplo <sup>410</sup>) quanto pelas grandes lutas revolucionárias.

Essa indissociabilidade entre as lutas de classes e das mulheres estava vinculada à própria concepção de emancipação. Para o PCB e para os marxistas em geral a categoria “emancipação das mulheres” não é entendida como sinônimo de relações intergenéricas simétricas ou igualitárias, embora as englobe também. Isso porque tampouco se consideravam os homens como socialmente emancipados. Quando o PCB e os marxistas em geral afirmaram que a possibilidade de emancipação feminina é concreta somente após a completa abolição da propriedade privada dos meios de produção da vida e das classes, colocaram-no desta forma por entender que a emancipação humana, quer dizer, a emancipação tanto das mulheres quanto dos homens, só é possível em uma sociedade livre da auto-alienação humana, decorrente de uma sociedade baseada nessas premissas <sup>411</sup>.

Era feita a importante ressalva de que a emancipação das mulheres continha particularidades com relação à dos homens, envolvendo aspectos “superestruturais”. Assim, “a solução da questão” seria ainda mais longa e tortuosa, como afirmou também Juliet Mitchell <sup>412</sup>, do que a superação da sociedade de classes.

A organização crescente das mulheres e sua participação mais numerosa nas lutas políticas em curso, para o PCB, as fazia descobrir a conexão entre as desigualdades sociais e a exploração de classe, percebendo, em decorrência, que a luta só teria sentido se tivesse como horizonte uma transformação radical da sociedade.

<sup>410</sup> Exemplos levantados pelo PCB.

<sup>411</sup> Para melhor esclarecimento da categoria emancipação humana, ver: MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010. Neste ensaio, partindo da questão levantada por Bruno Bauer sobre a possibilidade de emancipação dos judeus na Alemanha, Marx expõe a contradição interna da sociedade burguesa, apontando a distinção fundamental entre emancipação política e humana: a primeira é considerada um progresso no interior da ordem, enquanto a segunda, pressupõe, ao contrário, a negação da auto-alienação humana, quer dizer, um ordenamento fundamentalmente novo da sociedade. Ver também: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (orgs). LUKÁCS, G. O jovem Marx e sua evolução filosófica de 1840 a 1844. In: **Gyorgy Lukács: O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2007. P. 165-172.

<sup>412</sup> MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. **Niterói**, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1. p. 203-232.

Ponderava-se que o desenvolvimento econômico impulsionado pela ditadura nas últimas décadas havia introduzido modificações “nas condições de vida da mulher”<sup>413</sup> que precisavam ser corretamente analisadas. Era considerado certo, no entanto, que mesmo dentro dessa sociedade havia condições para fazer essa luta avançar<sup>414</sup>. SF e CC, em A condição da mulher..., asseveram ser um erro pensar que a conquista de reivindicações importantes só seria possível com a extinção do capitalismo. Em suas palavras:

a prática demonstra que muitas reivindicações de grande valor podem ser conquistadas antes de uma transformação radical da sociedade, integrando o próprio processo de transformação. E mais: tais conquistas são fundamentais para reforçar a luta política e social, e constituem marcos importantes na incorporação das massas femininas ao avanço democrático para o socialismo.

Acreditava-se que a maioria das mulheres tendia objetivamente a “contribuir para reforçar a luta pela mudança das estruturas no país, embora subjetivamente, os interesses de classe de certos setores femininos” se colidissem com essas transformações. Isso porque todas as aspirações das mulheres enquanto tal, pelos motivos já apresentados, se chocariam “objetivamente com as instituições político-sociais e com as normas culturais e jurídicas vigentes”, mesmo quando essas mulheres se beneficiavam diretamente da exploração do trabalho<sup>415</sup>.

Era definida como tarefa estratégica, diante do quadro apresentado, “fazer convergir para o mesmo leito – o das transformações radicais das estruturas – todas as lutas femininas em curso”<sup>416</sup>. A

---

<sup>413</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 343.

<sup>414</sup> Essas possibilidades, no entanto, estavam dificultadas pelo regime vigente desde 1964, que havia restringido ainda mais os direitos das mulheres e suas possibilidades de luta e organização.

<sup>415</sup> Tal abordagem era polêmica não só dentro do PCB, mas nos movimentos feministas e no campo da esquerda marxista em geral. Para uma discussão bastante esclarecedora a respeito ver: REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra Classe?** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

<sup>416</sup> Idem. P. 344.

mobilização das mulheres em torno de suas reivindicações, materiais e culturais, “através de um movimento próprio e democrático” seria o meio de médio e longo prazo de “tornar a mulher protagonista da luta concreta pela conquista de uma sociedade mais justa e mais humana”.

Sobre as relações entre homens e mulheres o partido esclarece que embora a ideia fosse emanada da formação social vigente, se tratava de uma questão a ser trabalhada pelo partido imediatamente. Assim deveria ser porque amplos setores da sociedade reclamavam desde o presente “novas formas de relacionamento entre o homem e a mulher”, nas vidas pública e privada. Outro motivo importante era o de que o enfrentamento da questão possibilitaria a “realização de uma crítica profunda da sociedade [...] e] a projeção de uma sociedade nova”, em que novas estruturas gerariam valores novos e a expressão de um verdadeiro humanismo, possibilitando um mundo em que as mulheres pudessem “florescer como seres humanos em todos os domínios”<sup>417</sup>.

#### *3.1.2.3.1. A luta pela igualdade de direitos*

Para o PCB, a constatação de que a emancipação completa só pudesse ser obra de uma sociedade sem classes não deveria provocar o cruzamento de braços. A luta deveria ser iniciada imediatamente e com os objetivos iniciais de aumentar sua participação na produção social e na vida política e cultural nacionais, através da conquista de direitos nesses campos.

Seu argumento partia da defesa da conquista das liberdades democráticas para a maioria da população brasileira, que ampliariam as possibilidades de intervenção de amplos contingentes na vida política nacional e no processo revolucionário. Assim, se as mulheres constituíam pouco mais da metade de nossa população e eram, além disso, duplamente exploradas, seria necessário que se buscassem “formas de mobilizá-las e integrá-las à vida da nação como força de renovação social e de progresso”<sup>418</sup>.

Considerava-se que na medida em que o movimento democrático fosse rompendo as cadeias seculares que vinham impedindo que as mulheres se afirmassem “como grande massa protagonista da luta por sua emancipação e de formar sua própria personalidade”, este estaria prestando um serviço imenso, não apenas àquela metade da população, “mas à nação inteira”. Dessa forma, a luta pela igualdade de direitos das mulheres deveria ser entendida não como uma fase ou momento, mas

---

<sup>417</sup> Ibidem.

<sup>418</sup> Idem. P. 345.

como “condição para o desenvolvimento geral da sociedade brasileira”; ou seja, “parte integrante de essencial da luta pela democratização”. Às mulheres, por sua vez, também interessariam as liberdades democráticas, que lhes possibilitariam o direito à organização, reunião, luta por direitos e pela emancipação.

Partindo dessas conjecturas, o PCB elencava como tarefa tática principal em seu trabalho com as mulheres mobilizá-las “na luta pela igualdade de seus direitos dentro da sociedade, como importante momento da luta pela sua emancipação”; e na luta pelo fim da ditadura, que não poderia ser conquistado “sem a participação ativa e organizada da metade da população do país”.

Essa tarefa estava ligada, para o PCB, tantos aos objetivos característicos da “etapa democrático-burguesa da revolução”<sup>419</sup> quanto ao desenvolvimento da luta da classe pelo socialismo. Muito embora dissesse respeito a todo o movimento socialista e democrático, caberia “antes de tudo às próprias mulheres”, que para tal, necessitariam de “um instrumento próprio de análise e de luta”<sup>420</sup>. Assim, dever-se-ia defender, apoiar e estimular o desenvolvimento de um movimento feminino democrático que servisse “cada vez mais de instrumento principal de estudo dos problemas da mulher e de combate na luta pelos seus direitos e por sua emancipação”<sup>421</sup>.

Esse movimento - que deveria ser composto por todas as mulheres que “a partir de graus de conscientização e situações diferentes” adquirissem consciência de sua marginalização nas esferas do trabalho, família e sociedade – na medida em que fosse democrático, seria unitário, o que significava a manutenção de sua organização com autonomia frente aos partidos, correntes religiosas e filosóficas. Aqui percebe-se a intenção de tentar evitar que voltasse a ocorrer um dos problemas identificados pelo partido em momento anterior: o aparelhamento do movimento.

O partido defende, no entanto, que essa autonomia não deveria ser confundida com apoliticismo<sup>422</sup> e que “o movimento feminino não

---

<sup>419</sup> Para mais informações, ver, por exemplo: MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira. **Estratégias e táticas da Revolução Brasileira**. Prestes versus o Comitê Central do PCB. (Dissertação), Campinas, 2002.

<sup>420</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 345.

<sup>421</sup> Idem. P. 346.

<sup>422</sup> Em clara referência às correntes do movimento com as quais divergia. Tais correntes priorizavam as discussões sobre sexualidade, organizando-se através

deve ser um gueto onde as mulheres, analisando o seu cotidiano” se distanciassem das “grandes questões nacionais”. As formas organizativas valoradas e propostas eram as que se baseassem na unidade expressa em plataformas comuns de luta, campanhas por reivindicações determinadas ou por coordenações (temporárias ou permanentes), que considerando as diversas formas de organização do movimento, pudessem o fazer convergir em torno das reivindicações compartilhadas.

Para o PCB, o “movimento feminino” deveria estar voltado prioritariamente para as reivindicações específicas das mulheres e luta da transformação de sua “condição”. Através do exame do cotidiano, as mulheres ganhariam consciência de sua situação e forças para lutar contra ela; situação que, insiste o partido, “faz parte da sociedade como um todo e de seu caráter”.

Esse movimento – entendido como retomada do movimento interrompido por 1964 e resultado dos 15 anos de luta contra a ditadura – expresso nas diversas organizações e movimentos existentes e na imprensa feminina, já existia. Assim, para desenvolver as táticas delineadas pelo partido não se fazia necessário criar nenhuma grande novidade, apenas “participar cada vez mais do movimento feminino tal qual ele exist[ia]”, “buscando fazê-lo avançar e atingir novos níveis de consciência”<sup>423</sup>.

O partido, enquanto instrumento de organização da classe trabalhadora, deveria se concentrar na mobilização das mulheres assalariadas do campo e da cidade, sobre as que recaía “o peso principal da exploração capitalista e a opressão ideológica”. Esse era considerado o setor mais dinâmico do movimento, pois, considerava-se, tendia a crescer e a se integrar à luta da classe. Nesse sentido, dever-se-ia lutar também dentro do movimento sindical para que esse buscasse formas próprias de trabalhar com as mulheres e organizá-las, buscando não somente sindicalizá-las massivamente, mas aumentar sua participação efetiva nos sindicatos<sup>424</sup>. Era urgente também incorporar as reivindicações das trabalhadoras nas plataformas sindicais.

Para o PCB,

---

dos grupos de consciência e foram muitas vezes consideradas pelas comunistas e seus partidos pequeno-burguesas e divisionistas.

<sup>423</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 347.

<sup>424</sup> Nesse período, lembra Saffioti, a sindicalização de mulheres cresce em mais de 170%. Ver, SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Op. Cit.**

A mobilização da mulher trabalhadora pela transformação de sua condição de vida nos locais de trabalho ser[ia] uma importante componente do movimento sindical na cidade e no campo, e também do movimento feminino no país, que carec[ia] de estabilidade e vigor maiores porque dele ainda não participa[vam] com força total as trabalhadoras.<sup>425</sup>

Ainda enquanto partido de classe, o PCB deveria dedicar atenção especial às donas de casa dos bairros operários, regiões periféricas dos centros urbanos e conjuntos habitacionais. Esclarece o Informe:

É principalmente nesses setores que devemos dar ênfase à luta para aliviar a mulher do trabalho doméstico, não apenas lutando para abrir-lhes novas possibilidades de um trabalho produtivo acompanhado de equipamentos sociais, como também através do esforço para que, dentro da família, ocorra uma melhor distribuição do trabalho entre todos os seus componentes.

É importante lembrar que esses três setores das mulheres da chamada classe – as assalariadas da cidade, as camponesas e as donas de casa – foram os menos representados nas cifras sobre a participação de mulheres nas organizações de esquerda.

Tal política de concentração nas mulheres trabalhadoras e suas demandas particulares não deveria significar, aos olhos do partido, a redução da “problemática da mulher a uma questão meramente econômica”<sup>426</sup>. Os problemas de ordem cultural e jurídica, embora compartilhados, “emocionavam”, para o partido, importantes setores da pequena, média e mesmo da grande burguesia e, portanto, mereciam atenção. Destacava-se a necessidade de luta pela modificação da legislação vigente, a fim de criar, progressivamente, condições para a abolição das relações intra-familiares de tipo “autoritário e patriarcal”, das funções econômicas anacrônicas desenvolvidas nas famílias e criação de “novas relações de solidariedade e cooperação entre seus

---

<sup>425</sup> A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB. In: **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980. P. 347.

<sup>426</sup> Idem. P.348.

membros”<sup>427</sup>. Assim, as mulheres poderiam no processo da luta por outra sociedade ir conquistando “novas condições de convivência entre os sexos, novos valores de igualdade, de solidariedade, de afetividade e de liberdade que substituam as velhas relações de poder e autoridade”.

O PCB deveria se esforçar para ligar todas as mulheres a uma organização de massas e, por isso, trabalhar para “fortalecer as organizações femininas existentes com novos contingentes femininos, ou criar organizações de massas” onde elas não existissem. Da mesma forma, não poderia ser indiferente à sua organização nos partidos – no plural – já que essa permitiria uma “pressão efetiva para que tais organizações” desenvolvessem um trabalho positivo pelas mulheres dentro e fora de suas instâncias.

Se o movimento de massas, por ser amplo, unitário e heterogêneo, se expressava através de diferentes formas – e intencionalidades – de luta, dever-se-ia estimular através do partido aquelas que fossem compatíveis “com o nível de organização e consciência das mulheres e com a correlação de forças no país”. Sempre atentando, é claro, para a interligação desse com o movimento democrático e com o sindical, para que esses tornassem também suas as reivindicações das mulheres, lutando por elas em todas as oportunidades.

A plataforma, cujas bandeiras já foram levantadas no capítulo, foi, por esse motivo, elaborada pelo partido. Sua função era a de reunir reivindicações ligadas à conquista de direitos considerados possíveis no momento, servindo de base para a “ampla discussão e para ações unitárias dos comunistas com as demais forças” que compunham “o universo do movimento pela emancipação da mulher brasileira”<sup>428</sup>.

Concluindo, o PCB defendia que “por mais original e particular” que fosse o movimento brasileiro, esse deveria buscar formas organizativas que lhe permitissem “cooperar, nos planos nacional, regional e mundial, com todas as organizações femininas e democráticas” que lutassem, fosse por novas condições de vida para as mulheres ou pela solidariedade entre os povos, contra o racismo e todas as formas de discriminação, paz mundial, etc.

---

<sup>427</sup> Ibidem.

<sup>428</sup> Idem. P.349.



### *3.1.2.3.2. Pela renovação dos métodos de trabalho e organização do Partido em sua atividade entre as mulheres*

A nova política partidária de atuação entre as mulheres nesse novo contexto de organização delas não poderia ser dar sem uma renovação das formas e métodos de trabalho e organização do partido em si e em sua relação os as mulheres (fossem as do partido, as dos movimentos ou as não organizadas). O PCB enumerou quatro planos nos quais suas práticas teriam que ser revistas de forma imediata: o ideológico, teórico, político e organizativo – indicativo esse de revisão bastante próximo ao apresentado no primeiro capítulo, na carta escrita pela FF de Paris.

No primeiro, considerou-se que a tarefa prioritária era abrir no interior do partido “um amplo debate sobre os variados aspectos” concernentes à “questão feminina”<sup>429</sup>. Tal debate teria como objetivos eliminar “falsas concepções sobre o assunto”, notadamente a da naturalização da inferioridade das mulheres na sociedade e “por extensão, também dentro do Partido”; e “pôr fim à subestimação da tarefa de arrancar a mulher de seu estágio atual de inserção na sociedade”, tornando-a agente e protagonista de sua própria emancipação e da emancipação e da sociedade como um todo.

No plano teórico, o indicativo era o de estimular internamente o desejo de estudo sobre a “questão feminina”, pesquisar e produzir elaborações próprias sobre a temática. Para tanto, fazia-se necessário o estudo dos clássicos “sobre a condição da mulher” e conhecimento e interpretação crítica literatura nacional relacionada<sup>430</sup>.

No plano político, por sua vez, era patente o estudo, aplicação e aprofundamento da nova resolução política em todas as instâncias partidárias. O trabalho feminino deveria “passar a ser compreendido, definitivamente, como trabalho de todos e não apenas de seções especializadas”. Quer dizer, a resolução deveria ser “aplicada” com transversalidade, acompanhando “a atividade do Partido em todas as suas faixas de atuação”, fossem gerais ou específicas.

Já no tanga as relações orgânicas, era sinalizada a criação e manutenção, nas diferentes instâncias partidárias, de formas de organização e métodos de trabalho que permitissem o “assessoramento das direções sobre o trabalho entre as mulheres”<sup>431</sup>. Dessas deveriam participar indistintamente militantes de ambos os sexos. Também

---

<sup>429</sup> Ibidem.

<sup>430</sup> Idem. p. 350.

<sup>431</sup> Ibidem.

deveria ser iniciada uma campanha de recrutamento que atingisse as trabalhadoras e donas de casa nos núcleos habitacionais populares, o que melhoraria a composição partidária, ajudando o PCB a pensar, planejar e executar mais adequadamente o trabalho entre as mulheres. Criar, onde fosse possível e necessário, Organizações de Base-OBs femininas, instrumentos que levavam em consideração “o atraso da mulher, seus preconceitos e limitações” e através dos que as mulheres poderiam adquirir “confiança em suas próprias forças” e conheceriam os princípios elementares da política também era tarefa de primeira ordem.<sup>432</sup> Além disso, deveriam ser organizados “cursos de capacitação político-teórica para as mulheres” em horários que as favorecessem.

Ainda nesse plano, era necessário e urgente promover mulheres aos cargos de direção e a tarefas de grande responsabilidade e possibilitar às mulheres comunistas os mesmos direitos e deveres de todos os militantes. Essas duas últimas “tarefas” denunciavam, mais do que o fato de a “grande política” ainda estar altamente masculinizada no partido, o dispêndio de tratamento desigual entre homens e mulheres. A proposição era reforçada, no documento, com base no pedido de respeito do estatuto, “única lei do partido” e que regia a vida militante, tanto das mulheres quanto dos homens, sem fazer quaisquer distinções<sup>433</sup>.

### 3.2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A AVALIAÇÃO FEITA PELAS MULHERES DA SF DO CC A RESPEITO DA PUBLICAÇÃO DA NOVA LINHA PARTIDÁRIA

A documentação oficial de um partido, seja ele qual for, não é, como bem se sabe, espelho das relações em seu interior ou expressão fiel de como esse passará a ser a partir de sua publicação. A documentação de tal natureza tem que ser encarada como acontecimento histórico, em outras palavras, assim como a memória oficial (da qual forma elemento constitutivo fundamental), como resultado de “uma determinada correlação de forças históricas”<sup>434</sup>.

---

<sup>432</sup> As OBs, diferentemente dos grupos de consciência – embora compartilhasse de alguns de seus elementos – não deveriam se restringir ao trabalho feminino, tratando de “todos os problemas gerais que di[ssessem] respeito à sociedade brasileira e à vida partidária”.

<sup>433</sup> Idem. P. 351

<sup>434</sup> BIELSA, Sergio Galvez. La “memória democrática” como conflicto. **Entelequia**. Revista Interdisciplinar: Monográfico, nº 7, set. 2008. p. 6.

Os textos trabalhados no presente capítulo, A Condição da Mulher... e Plataforma de luta pela igualdade de direitos... são a versão prevalecente da forma como o partido deveria conceber e organizar sua militância entre as mulheres em um determinado momento histórico. Tratam-se de resultados de um acúmulo histórico e contraditório de experiências no movimento de mulheres, com outras organizações políticas – sejam brasileiras ou as contatadas no exílio <sup>435</sup> -, da adaptação do partido às alterações na conjuntura nacional em todos os seus níveis, dos problemas de machismo e das tentativas de combatê-lo dentro do partido, etc.

Frutos de um lento trabalho de elaboração conjunta entre SF e as entidades de base que gravitam ao seu redor, tiveram sua redação iniciada por ocasião do I Ativo de Mulheres convocado pelo CC do partido. Foram pensados e repensados à luz das experiências concretas de militância pré e pós-64, e debatidos com intensidade ao longo dos três primeiros ativos, das reuniões das OBs, da SF do CC, por correspondências trocadas entre tais entidades partidárias (em alguma medida também com as estabelecidas no interior do país) e entre si e com partidos “irmãos”. Enviados ao CC em maio de 1979, foram aprovados por unanimidade e, uma vez publicados, passaram a ser, por definição, “a orientação teórica, política e prática” <sup>436</sup> para o trabalho a ser desenvolvido entre as mulheres, suprimindo, segundo a SF uma lacuna política de 25 anos e traçando, pela primeira vez, uma “política integral” para a atuação das mulheres nas esferas de militância amplamente mencionadas <sup>437</sup>.

Zuleika Alambert (naquele momento, integrante do CC do PCB), em entrevista concedida ao Centro da Mulher Brasileira – Setor São Paulo no final do ano de 1979, ao ser questionada sobre a documentação mencionada levanta as motivações que considerou basilares para a definição de uma linha partidária específica, a saber: a constatação de

---

<sup>435</sup> É citada por Alambert, por exemplo, a inspiração exercida pelas formulações do Partido Comunista Italiano. Ver: Entrevista concedida por Zuleika Alambert a Miriam Abromovay e Elizabeth Souza Lobo intitulada “Feminismo no Partidão?”. Publicada no número 91 - Contribuição à história da esquerda brasileira (1960-1979) – do jornal Em Tempo, em 1979. A versão original pode ser localizada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, fundo Daniel Aarão Reis Filho, Sessão Ação Libertadora Nacional.

<sup>436</sup> Relatório: Trabalho da seção entre o III e o IV Ativos, disponível nos anexos das relatorias do IV Ativo de Mulheres do PCB, 1979.

<sup>437</sup> Relatoria do IV Ativo de Mulheres do PCB, 1979.

que as mulheres eram a parte da população brasileira mais explorada e oprimida, que a superação de seu “atraso” as transformaria em “um enorme potencial de renovação material de toda a sociedade” e, finalmente, que a ideia de democracia era inseparável da de libertação das mulheres.

Tal documento, para a dirigente partidária, examinava “teórica e praticamente a relação existente entre a contradição mulher-sociedade e a relação homem-mulher”, algo inédito, aos seus olhos, na história do partido, que até então, concentrava-se exclusivamente na primeira dessas contradições. É digna também da atenção de Zuleika a autocrítica “séria, profunda e corajosa” feita pelos comunistas, que reconheceram haver instrumentalizado no passado as entidades femininas e tratavam de adotar a defesa da autonomia, unidade e caráter democrático do movimento <sup>438</sup>

No IV Ativo de Mulheres, realizado logo após a publicação do Informe e da Plataforma, foi comemorada e avaliada tal publicação e as possibilidades abertas diante dela. Segundo uma das representantes da SF do CC, tais documentos eram positivos e ajudavam “no sentido de fazer crescer entre as massas femininas a influência do Partido”. Para a SF, seu significado era o seguinte:

refletem um esforço de elaboração coletiva; de particularização da linha geral do partido para uma frente concreta de trabalho; expressam a concepção da revolução como fruto da ação permanente das grandes massas; dá à problemática feminina uma conceituação profundamente política. Finalmente, apresenta uma autocrítica dos métodos de trabalho do Partido no movimento de massas e apresenta os caminhos concretos para a correção dos nossos erros nesse terreno <sup>439</sup>.

Além disso, para a mesma militante, espelhavam “um determinado estágio de desenvolvimento da reflexão sobre a mulher”, motivo pelo que deveriam ser tomados como “um ponto de partida para a abertura de uma ampla discussão” a ser desenvolvida em todas as

---

<sup>438</sup> ALAMBERT, Zuleika. Entrevista. In: **A situação e a organização da mulher**. São Paulo: Centro da Mulher Brasileira, 1980. p. 35-37.

<sup>439</sup> Ata do IV Ativo de Mulheres do PCB, 1979.

instâncias partidárias, “com o objetivo de transformar o trabalho da mulher num trabalho organizado e pensado por todo o partido”<sup>440</sup>.

A representação da OB de Moscou, por sua vez, destacava a importância de que, pela primeira vez na história do partido houvesse sido elaborada e aprovada como diretriz uma resolução na que se buscava fazer uma análise de profundidade sobre a situação das mulheres no Brasil e, o que era mais importante, fixava “uma orientação política concreta para o trabalho do Partido junto ao movimento feminino”. Esta era, a seus olhos, uma “boa base”, a partir da qual poderia e deveria ser ampliado e aprofundado o trabalho nesta frente. Ainda em suas palavras:

A nosso juízo tem importância fundamental o fato de que o documento não desvincula as reivindicações específicas do movimento feminino da luta geral pelas liberdades democráticas, senão que a considera como sua parte integrante. Nisso deve consistir a linha mestra de nossa política para o movimento feminino. Assim que no geral estamos de acordo com a resolução e pensamos que o mais importante agora é sair para aplicá-la.

Ainda para outra integrante da SF do CC, os documentos apresentados não constituíam “verdade absoluta ou peças perfeitamente construídas”. Ressaltando:

Sabemos bem que a luta pela emancipação da mulher é uma luta vasta e complexa que compreende objetivos de desenvolvimento econômico, de transformações sociais, de progressos civis, de renovação institucional de educação e formação cultural e dos costumes, de uma contínua elaboração ideológica. E para se enfrentar uma batalha de tal porte é necessária, é imprescindível a colaboração teórica levada a cabo pelo P. em seu conjunto<sup>441</sup>.

---

<sup>440</sup> Idem.

<sup>441</sup> Ata do IV Ativo de Mulheres do PCB, 1979.

Para o integrante da Seção de Agitação e Propaganda do CC do partido tal documento era importante “como ponto de saída”: a partir da publicação passaria a ter vida própria, indo à prática, onde poderia ser verificada a sua justeza. Afirma o militante, “como realização de uma frente, ele transcende a sua esfera específica. Tem um valor geral dentro da organização. Ele trata da mulher como um problema estratégico”. Assim, era considerado “um avanço geral na elaboração da linha política do Partido”<sup>442</sup>, por aplicar, colher e desdobrar o que havia de mais fecundo no trabalho político no exterior. Ressaltava, porém, que se tratava ainda do “fruto da ação de um pequeno grupo” e que, justamente por isso, o CC e a Seção deveriam ter “bastante tolerância no ouvir as críticas sobre o mesmo”. Tais divergências eram consideradas naturais porque as experiências eram muitas e variadas. O representante da outra seção partidária a atenção também para que tais documentos tivessem passagens polêmicas e de difícil apreensão, carecendo de explicação e desenvolvimento, indicando a necessidade de “todo um esforço organizado para explicar o documento: artigos na VO, entrevistas”.

Do ponto de vista mais pontual, houve consenso nos limites na abordagem de algumas temáticas<sup>443</sup> e na significativa omissão de tantas outras, que “deixaram de ser levantadas, de um lado por falta de maiores conhecimentos sobre o assunto”, por outro, por um receio em entrar em questões para as quais o partido ainda não estava devidamente preparado<sup>444</sup>. Tais limites, para a SF, evidenciavam o caráter de incipiente do Informe e Plataforma, que deveria inaugurar um almejado debate em todo o partido, do qual surgiriam muitas ideias e sugestões que poderiam vir a suprir tais falhas e fariam a formulação avançar em clareza e profundidade. O importante, no momento, não era o acabamento do Informe, mas que a discussão fosse travada e que mais companheiros se engajassem na elaboração coletiva de uma política do P. entre e para as mulheres de forma “franca, aberta, inovadora” e sem “os tabus e os preconceitos” que costumavam cegar diante de uma questão tão complexa<sup>445</sup>.

---

<sup>442</sup> Idem.

<sup>443</sup> Como o caráter do trabalho doméstico, o caráter patriarcal da família brasileira ou o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa na formação de uma imagem negativa das mulheres.

<sup>444</sup> Os exemplos indicados foram os da sexualidade feminina, educação sexual e as relações estabelecidas entre homens e mulheres e pais e filhos.

<sup>445</sup> Ata do IV Ativo de Mulheres do PCB, 1979.

Cabe lembrar que apesar de terem sido aprovados pela direção, segundo depoimento de Zuleika Alambert à Rachel Soihet, seu encaminhamento foi problemático, “sendo necessário que algumas mulheres, de forma independente da citada direção, tomassem a iniciativa de divulgá-lo junto à sociedade”<sup>446</sup>. Mais do que frutos de certas transformações realmente consolidadas no partido, portanto, como revelam as dificuldades enfrentadas em seu encaminhamento<sup>447</sup> e a própria avaliação das/os militantes presentes no IV Ativo, tratavam-se de projetos de luta pela conquista, expansão ou consolidação de transformações embrionárias, ainda que bastante significativas.

Nesse último ativo realizado no exílio, quando se debateu sobre a possibilidade de aprovação da anistia e de um retorno massivo não só das mulheres presentes mas da própria estrutura partidária ao país, as reflexões sobre a transferência da SF ao Brasil e sobre as expectativas de militância após o retorno tomaram corpo. Para as pecebistas, aquela conjuntura vinha acelerando os processos de desenvolvimento de trabalhos de massa, em particular do “feminino”, o que possibilitaria ao partido, não apenas aumentar sua participação e influência em ditos movimentos, mas “testar na prática e modificar positivamente” as linhas de trabalho elaboradas até então.

As comunistas planejaram o retorno com a segurança de trazerem na “bagagem” um instrumento que, ainda que transitivo, lhes permitiria iniciar essa nova fase de sua luta em condições mais favoráveis. Não poderiam contar, no entanto, com o processo de falência e crise do partido, iniciado já no exílio, mas que no Brasil tomou proporções mais volumosas, públicas e entranhadas<sup>448</sup>, agudizando-se com a chamada

---

<sup>446</sup> SOIHET, Rachel. **Do comunismo ao feminismo**: a trajetória de Zukeika Alambert. Anais do Simpósio Internacional Fazendo Gênero 9. P. 9.

<sup>447</sup> Decorrentes não apenas da resistência machista, mas da grave crise política enfrentada pelo partido no período posterior à publicação dos documentos, que fez com que a resolução dessa e de uma série de outras problemáticas fosse postergada.

<sup>448</sup> Em março de 1980 Prestes publicou a Carta aos Comunistas, anunciando sua saída do partido e denunciando o abandono dos objetivos revolucionários pela direção do PCB, carta esta respondida prontamente pela Comissão Executiva, que reafirmou suas próprias posições. Diante de tal situação, Gregório Bezerra propôs a autodissolução do CC para a formação de uma Comissão Nacional Provisória, constituída por representantes dos estados, proposta essa sequer considerada pela direção do partido. Foi formado um Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas (nova designação para o CC) e declarada a vacância do cargo de Secretário Geral, ocupado anteriormente por Prestes. Na primeira

“crise do socialismo real”<sup>449</sup>. Após uma série de disputas intestinas, em janeiro de 1992, na ocasião do X Congresso<sup>450</sup>, realizado em caráter extraordinário, o PCB foi declarado extinto, sendo criado, para ocupar o seu lugar, o PPS. A luta em defesa do PCB, pela recuperação da legenda e legalidade, pela reestruturação partidária e pela construção de uma estratégia socialista para a revolução brasileira fizeram com que mais uma vez o projeto de emancipação das mulheres (articulado à luta geral pela emancipação humana) dentro dos marcos partidários tivesse que esperar...

As integrantes da SF e das organizações de base a ela vinculadas dispersaram-se. Não foi possível acompanhar suas trajetórias. Sabe-se apenas que Ana Montenegro permaneceu no PCB, participando ativamente do processo de reconstrução revolucionária iniciado na década de 1990 e que Zuleika Alambert, isolada pela identificação com o eurocomunismo, saiu do partido e filiou-se, posteriormente, ao PPS. Independentemente da vinculação partidária, ambas militaram nos movimentos de mulheres até o final de suas vidas.

---

reunião de tal organismo, Gregório Bezerra se demitiu do CNDC, declarando-se solidário com Prestes e denunciando a orientação partidária adotada pela direção. Na mesma reunião, Armênio Guedes e Hércules Correia (de notória identificação com o eurocomunismo) foram afastados da Comissão Executiva, sendo substituídos por Luís Tenório de Lima e Givaldo Siqueira, numa “manobra” que consolidava simultaneamente a saída dos setores identificados com a estratégia revolucionária e dos chamados “renovadores” (eurocomunistas). Ver: PRESTES, Anita Leocádia Prestes. Op. Cit.; PRESTES, Luiz Carlos. **Carta aos Comunistas**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>;

<sup>449</sup> Ver: TAFARELLO, Paulo Moraes. **A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”**. Dissertação. Faculdade d Filosofia e Ciências Sociais, UNESP, Marília, 2009.

<sup>450</sup> Convocado com o único intuito de liquidar o partido e com a participação de não filiados e membros de outras organizações, portanto, estatutariamente distorcido. Ver PCB. **Breve histórico do PCB**. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>.







## CONCLUSÃO

*Não quero que me acusem de mulher tradicional  
mas podem me acusar  
tantas como quantas vezes queiram  
de mulher.*  
Gioconda Belli

No presente trabalho apresentamos a experiência particular de auto-organização das militantes pecebistas exiladas, militantes essas que se engajaram na reconstrução da estrutura partidária feminina de sua organização e na elaboração de uma linha política partidária específica para uma atuação mais qualificada entre as mulheres brasileiras e seus movimentos. Tal atuação visava, simultaneamente, a superação da ordem vigente e a aniquilação dos mecanismos sociais dessa ordem responsáveis pela subordinação histórica e específica das mulheres. Nosso objetivo fundamental foi o de perceber como tal militância foi concebida, estruturada e desenvolvida naquele período final da última ditadura brasileira, atentando para as relações entre as pecebistas e seu partido e entre elas e os movimentos feministas e de mulheres com os quais conviveram ou nos quais militaram.

Ao longo dele foi possível perceber o protagonismo das pecebistas na recuperação desse seu instrumento de luta, que visava a transformação da relação de desigualdade entre homens e mulheres – imediatamente e em longo prazo – dentro e fora do partido. Da mesma forma, ficou evidente que tal estrutura partidária – Seção Feminina do CC e Frações Femininas das organizações de base – e as atividades internas através dela realizadas (ativos de mulheres, Seminário, cursos, viagens, etc.) foram espaços ímpares para o amadurecimento político das militantes das bases e direção partidárias e para a reflexão crítica e criadora sobre a atuação desenvolvida por aquelas mulheres como militantes do partido em espaços exteriores a ele.

Partindo do movimento de reestruturação da SF e das FFs, procuramos apreender alguns aspectos da militância planificada daquelas mulheres do partido nos espaços específicos de organização no exílio na segunda metade da década de 1970. Para tanto, tomamos como meio o acompanhamento de duas trajetórias de atuação diversas: a da FF de Paris em sua relação com o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris-CMBP e a das FFs da Itália e sua relação com a Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas-AMBI. Visamos, com a comparação de duas experiências distintas, expor a heterogeneidade de espaços em que

as pecebistas atuaram enquanto tal, as diferentes formas como lidaram com os movimentos e suas bandeiras e a intensidade com que essas diferentes vivências enriqueceram e polemizaram os debates realizados nos espaços orgânicos. Ao mesmo tempo, indicar as relações estabelecidas entre o Partido, a Seção e os movimentos ao longo daquele período.

Pudemos perceber que a diversidade das experiências acumuladas pelo conjunto da SF em seus diferentes locais de atuação foi resultante não apenas da interação de diversos fatores relacionados à contextualidade própria de cada país “anfitrião”, mas da contextualidade partidária adquirida em cada local específico. Isso porque fatores como a perda da organicidade regular e a discrepância de experiências políticas características do contexto exiliar, e principalmente, o processo de falência e crise do CC do partido, haviam criado um ambiente partidário de dissensos radicais e disputas táticas e estratégicas internas. A ausência de consensos fundamentais era agravada, no caso da militância “feminina”, pela inexistência de uma linha partidária mínima definida até 1979. Foi justamente na definição desses consensos que as mulheres organizadas em torno da SF se debruçaram ao longo daqueles anos.

As formas como as FFs se relacionaram com o feminismo brasileiro organizado nos locais em que se estabeleceram e com o feminismo dos países hóspedes foi determinante para a organização de sua militância nos espaços de exiladas brasileiras e para a elaboração de uma linha política própria sobre a condição das mulheres brasileiras e as formas de organização para a superação dela. Foi na interação com os movimentos de massa compostos por mulheres (feministas ou não) que aquelas militantes puderam saltar da negação do existente para a definição de seu projeto emancipatório. O que quer dizer também que a militância tanto na Seção quanto nos movimentos mencionados foi fundamental para o processo de percepção de si como mulher, no sentido do desenvolvimento de uma consciência de tipo feminista (e, evidentemente, comunista).

Em tal contexto, a construção dos documentos Informe sobre a Condição da Mulher no Brasil e a Luta para transformá-la e Plataforma de luta pela Igualdade de Direitos da Mulher, que passariam a orientar a política pecebista após 1979, devem ser entendidos como processo coletivo e contraditório de elaboração política. Nesse processo, as pecebistas tiveram que construir/negociar sua posição, quer como feministas dentro do partido (ainda que não se definissem

consensualmente de tal forma) e como pecebistas nos movimentos feministas e de mulheres.

Cabe destacar que embora a Seção e as Frações Femininas constituídas no exílio na década de 1970 tenham sido criadas em situação bastante mais segura do que a corrente no Brasil, a militância fora do país foi, de uma forma geral, também exercida de forma discreta ou clandestina, o que dificultou a percepção das dimensões atingidas pelo trabalho da Seção nas organizações de base do PCB, a identificação da maior parte de suas integrantes e o acompanhamento de suas trajetórias.

O presente trabalho foi desenvolvido, essencialmente, com base no corpo documental interno produzido e preservado pela Seção Feminina do Comitê Central do PCB (além dos dois documentos posteriormente publicados pelo CC), no qual as militantes, salvo raríssimas exceções, foram nomeadas; e mesmo nas situações em que o foram, os nomes utilizados dificilmente foram os das identidades civis, mas os “pseudônimos”.

O mesmo acervo que impossibilitou o acompanhamento das histórias de vida e militância das mulheres que compuseram as organizações femininas PCB, por outro lado, permitiu a aproximação da história da Seção em seu movimento e a percepção das tensões fundamentais das comunistas com as feministas não pecebistas, brasileiras ou não; e mesmo a observação da luta pela incorporação de demandas do movimento feminista setentista nas plataformas políticas do Partido, numa época em esse passava por uma das situações mais delicadas de sua história – quer pela repressão, quer pela desintegração política da organização. Além, claro, de apresentar uma experiência bastante particular de articulação das lutas feminista e comunista no Brasil.

Esperamos com esse trabalho ter contribuído para a compreensão da dinâmica da integração das mulheres nas organizações de esquerda no período estudado, bem como para o desvelamento de algumas características da conturbada relação entre os campos da esquerda, do feminismo e dos movimentos de mulheres no Brasil.

Sobretudo, coadjuvar para a resolução da grande dívida histórica que temos com a memória das lutadoras comunistas, socialistas e anarquistas brasileiras <sup>451</sup>, mulheres estas que tiveram que romper com

---

<sup>451</sup> BEZERRA, Elaine. **A influência marxista no desenvolvimento do feminismo brasileiro**. Anais do IV Simpósio Lutas sociais na América Latina, 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL. P. 92. Disponível em:

uma série de tabus e estereótipos para serem reconhecidas como sujeitos políticos, dentro e fora de suas organizações, enfrentando-se simultaneamente com as dimensões machista e capitalista da sociedade hodierna.

Como argumenta Cecília Toledo na apresentação da autobiografia de Alexandra Kollontai, recuperar a história dessas mulheres nos grandes ou pequenos processos históricos – e incluímos aqui a da história de partidos e movimentos em sua relação com elas – “é de grande interesse para a causa do socialismo de conjunto e das feministas marxistas e revolucionárias em particular”<sup>452</sup>.

O partido, as mulheres e os movimentos de que trataram esse trabalho, com seus erros e acertos, não aceitaram o presente como horizonte histórico. Em que pese as críticas – algumas delas bastante pertinentes – feitas pelas organizações que do “Partidão” se desdobraram ou por setores do movimento feminista, pela historiografia e, posteriormente, pelo próprio partido em reconstrução, nunca houve um abandono da luta pela construção de uma sociedade emancipada<sup>453</sup>, tanto para os homens quanto para as mulheres.

Ao longo desses já 91 anos de partido, história essa que se confunde muitas vezes com a própria história da luta comunista no Brasil, muitos de seus militantes, notadamente as mulheres que o compuseram, na batalha pelo fim da opressão das pessoas por elas mesmas, não se detiveram à reprodução do “papel de mulher”, embora em muitos casos tenham militado dentro (às vezes, inclusive, intencionalmente), ou apesar, dessa lógica também.

Com sua militância, nos contextos os mais adversos e apesar de todas as dificuldades encontradas (seja entre companheiros ou diante da repressão), “com suas pequenas e grandes ações, suas certezas e suas dúvidas”<sup>454</sup> e sobretudo com a contumácia de que só os acreditam na possibilidade de seus sonhos podem estar providos, ajudaram a fazer o projeto de transformação radical da ordem sobreviver ao período mais sombrio da batalha pela manutenção dela já enfrentado no Brasil. Da

---

[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_ivsimp/gt7/10\\_elainebezerra.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt7/10_elainebezerra.pdf).  
Data de acesso: 10 de maio de 2012.

<sup>452</sup> TOLEDO, Cecília. Apresentação. In: KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada**. São Paulo: Sunderman, 2007. P. 22.

<sup>453</sup> Ainda que essa concepção de emancipação tenha se estreitado em alguns momentos.

<sup>454</sup> Idem. P. 22.

mesma forma, esforçaram-se para manter viva a consciência de que as mulheres são também agentes dessa mudança e de que as revoluções socialista e “das mulheres” são indissociáveis, embora a “ordem dos fatores” tenha sido e siga sendo polêmica.





## REFERÊNCIAS

ABREU, Maíra Luisa Gonçalves de. **O feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileira em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. Dissertação (Sociologia), UniCamp, Campinas, 2010.

ADDIS, Elisabetta. La liberación de las mujeres y la ley sobre violencia sexual: el debate feminista italiano. **Debate feminista**. Año 1. Vol. 2. Septiembre 1990. Disponível em: [http://www.debatefeminista.com/descargas.php?archivo=lalibe334.pdf&id\\_articulo=334](http://www.debatefeminista.com/descargas.php?archivo=lalibe334.pdf&id_articulo=334) Data de acesso: 01 abril 2013.

ALAMBERT, Zuleika. **A situação e a organização da mulher**. São Paulo: Centro da Mulher Brasileira, 1980.

ALCOBA, Lara. La clandestinidad es para mi la imposibilidad primera. **Página 12**, Buenos Aires, 21 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/4-25280-2012-05-21.html>. Data de acesso: 21 de maio de 2012.

ÁLVAREZ, Ana de Miguel. **História do feminismo**. Disponível em <http://www.creatividadfeminista.org>.

ANDERSON, Perry. **A crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro Araújo. Gênero nos estudos do trabalho (Para relembra Elizabeth de Souza Lobo). **Gênero nas fronteiras do sul**, 2005: pp.85-96.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Entrevista com Michelle Perrot. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 10, dez. 1993.

BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. **Cadernos CEDEM**, Vol. 3, No 1 (2012). p. 38-72. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/2340/1960>. Data de acesso: 30/01/2013.

BASTOS, Natalia de Souza. **Elas por elas**: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil – anos 1960-1980. (Dissertação) Mestrado em História, UFF, Niterói, 2007.

BASTOS, Natalia de Souza. **Mulheres em armas**: memórias da militância feminina contra o regime militar brasileiro. (Trabalho de Conclusão de Curso) Bacharelado em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

BASTOS, Natalia de Souza. Perdão meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações de esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970). **Gênero**, Niterói, v. 8, n. 2, p. 43-71, 2008.

BEZERRA, Elaine. **A influência marxista no desenvolvimento do feminismo brasileiro**. Anais do IV Simpósio Lutas sociais na América Latina, 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL. P. 92. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_ivsimp/gt7/10\\_elainebezerra.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt7/10_elainebezerra.pdf). Data de acesso: 10 de maio de 2012.

BIELSA, Sergio Galvez. La “memória democrática” como conflicto. **Entelequia**. Revista Interdisciplinar: Monográfico, nº 7, set. 2008.

BRAZ, Marcelo. Da desestabilização à falência do “socialismo real”: a crise do movimento comunista e as alternativas surgidas. In: **Partido e revolução - 1848-1989** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BRITO, Ângela Xavier de; VASQUEZ, Ana. Mulheres latino-americanas no exílio. Universalidade e especificidade de suas experiências. **Esboços**, Florianópolis, v. 14, n. 17 (2007). P. 13-34.

BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. **Entrevista realizada por Joana Maria Pedro**. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (N.E.), 264, setembro-dezembro/2004. P. 37-65, disponível em:

<http://www.redalyc.org/pdf/381/38114353004.pdf>.

CARONE, Edgard. **O PCB**: 1964 A 1982. Vol. III. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARONE, Edgard. **PCB: vinte anos de política. 1958-1970** (Documentos). São Paulo: LECH, 1982.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CEDEM. ASMOB. **Archivo Storico Del Movimento Operaio Brasileiro**. Disponível em: <http://www.cedem.unesp.br/#!/acervo/asmob/>, data de acesso: 08 de agosto de 2013.

CHAGAS, Genira. A saga do Clube de Mães da Zona Sul. **Jornal UNESP**, São Paulo, Julho 2010 - Ano XXII - n° 257. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/257/ciencias-humanas.php>.

CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

COLLAIZI, Giulia. Feminismo y teoría del discurso: razones para un debate. **Debate feminista**. Año 3. Vol. 5. Marzo 1992. Disponível em: <http://www.debatefeminista.com/PDF/Articulos/femini1013.pdf>. Data de acesso: 01 abril 2013.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CORVALÁN, Luís. **El gobierno de Salvador Allende**. Santiago: LOM, 2003.

COSTA, Albertina de Oliveira (et. al.). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. V.5, n.2. Niterói: NUTEG/Eduff. 1. sem. 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (orgs). LUKÁCS, G. O jovem Marx e sua evolução filosófica de 1840 a 1844. In: **Gyorgy Lukács: O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2007.

CRESTANI, Leandro de Araújo. Da história oral nasce a memória coletiva In: **Artigos Unimeo**, 2009. Disponível em: <http://www.unimeo.com.br/artigos>. Acessado em: 23 de agosto de 2012.

DALTON, Roque. **Para un mejor amor**. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/tematica/elsalvador/dalton/poemario/02.htm>. Data de acesso: 27/10/2013.

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. da autora, 2002.

DEBRAY, Régis. **La crítica de las armas**. Cidade do México: Siglo XXI, 1975.

DEL PRIORI, Mary; PISKI, Carla B. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

ECHEVERRÍA, Bolívar. La izquierda: reforma y revolución. **Utopías**, n. 6, Marzo-Abril de 1990.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ERGAS, Y. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no Ocidente**, v.5. Lisboa: Afrontamento; São Paulo: Abril, 1990.

FERNANDES, Florestan. Crise ou continuidade da ditadura? In: **A ditadura em questão**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Jorge. **Os comunistas e os *Novos Rumos***. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

Disponível em:

[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300311193\\_ARQUIVO\\_OscomunistaseosNovosRumos.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300311193_ARQUIVO_OscomunistaseosNovosRumos.pdf).

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**: um manifesto da revolução feminista. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

FONSECA SOBRINHO, Délcio da. **Estado e população**: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/FNUAP, 1993.

FREEMAN, Jo. **A tirania das organizações sem estrutura**, 1970.

Disponível em:

<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm>.

Data de acesso: 18 de agosto de 2013.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GARGALLO, Francesa. De las mujeres, la fuerza de las mujeres: una carta itinerante para el feminismo comunista de los ochenta. **Debate feminista**. Disponível em:

<http://www.debatefeminista.com/PDF/Articulos/delasm333.pdf>.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GOLDBERG, Anette. O movimento de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: MONTERO, Paula (et. al.). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GONZÁLEZ, María de la Macarena Iribarne. **Flora Tristán y la tradición del feminismo socialista**. Tese (Derechos Humanos), Universidad Carlos III de Madrid, Getafe, 2009.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** 2ª ed. São Paulo, Ática, 1987.

GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: Un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea (orgs.). **Historia, género y política en los '70.** Buenos Aires: Feminaria, 2005.

HARMAN, Chris. **Antonio Gramsci:** socialista revolucionário. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/harman/1977/06/gramsci.htm>. Data de acesso: 29 março 2013.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Estudos Feministas**, vol. 17, num 1, 2009. P.215-241.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário Crítico do feminismo.** São Paulo, Editora UNESP, 2009.

IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe. In: **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 23-356.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência.** São Paulo: CPV, 1999.  
IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INSTITUTO ASTROJILDO PEREIRA. ASMOB - **Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro.** Disponível em: [http://plataformacomum.com.br/iap/index.php?option=com\\_content&view=article&id=59&Itemid=86](http://plataformacomum.com.br/iap/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=86)

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista:** resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). (Tese) Ciências Sociais PUC-SP, 2005.

KOCH, Ana Maria. Catolicismo ultramontano no ideário de Golbery do Couto e Silva. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011. Disponível em:

[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300712537\\_ARQUIVO\\_anamariakochcomunicacao.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300712537_ARQUIVO_anamariakochcomunicacao.pdf).

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada**. São Paulo: Sunderman, 2007.

KOLLONTAI, Alexandra. **Los fundamentos sociales de la cuestión femenina y otros escritos**. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/kollontai/1907/001.htm>.

KOLLONTAI, Alexandra. **O Comunismo e a família**. 1920. Disponível em: [http://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com\\_fam.htm](http://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm).

KUNZ, Robert. **Virtudes femininas: a crise do feminismo e a gestão pós-moderna**. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz42.htm>.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003. P. 234-341. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9497/8721>.

LENIN, V.I. **As Tarefas do Movimento Operário Feminino na República dos Sovietes**. 25 de Setembro de 1919. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/09/25.htm>.

LENIN, V.I. **O Dia Internacional da Mulher**. 1921. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/03/07.htm>. Textos acessados em 6 de setembro de 2012.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: **Para uma ontologia do ser social**. Vol I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACEDO, Elza Deli Veloso. **Ordem na casa e vamos à luta!** Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia Cunha – uma militante. (Tese) Doutorado em História, Niterói, 2001.

MANDEL, Ernest. **Crítica del eurocomunismo**. Barcelona: Font Amara, 1982.

MARCHI, Riccardo. Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Popolo della Libertà: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália. **Análise Social**, vol. XLVI (201), 2011, 697-717.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MEDEIROS, Adriana de Carvalho. “**Nóis era umas escrava! E se a gente não briga? Era piô!**” **Experiências de luta e classe de operárias metalúrgicas de São Paulo e São Bernardo do Campo**. (Dissertação) História, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2008.

MELLO, Soraia Carolina de. **Imprensa feminista no Brasil: um caso particular (1976-1978)**. VI Encontro Regional Sul de História Oral: culturas, identidades e memórias. Florianópolis-SC, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Soraia%20de%20Mello.pdf>.

MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira. **Estratégias e táticas da Revolução Brasileira**. Prestes versus o Comitê Central do PCB. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH, Unicamp, Campinas, 2002.

MILLET, Kate. **Política sexual**. Lisboa: D. Quixote, 1974.

MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery (orgs). **Polop: uma trajetória de luta pela organização independente de classe operária**. Salvador: Centro de Estudos Victor Mayer, 2010.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. **Niterói**, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1. p. 203-232.



MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista?** Recife: Guararapes, 1981.

MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAES, Dênis de. **Carlos Marighella, 90 anos.** 2001. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=25>.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão & RIDENTI, Marcelo (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar 40 anos Depois (1964-2004).** Bauru/SP: EDUSC, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado. A divisão sexual no trabalho e na reprodução:** um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, agosto 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 8 de outubro de 2010.

**Os comunistas e a questão da mulher:** igualdade, emancipação, liberação. São Paulo: CERIFA/Novos Rumos, 1982.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PCB. **Breve histórico do PCB.** Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>.

PEDRO, Joana e WOLFF, Cristina (org). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Mulheres. 2010.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, julho 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882003000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100010&lng=en&nrm=iso).

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, dezembro 2006.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. São Paulo: Ed. Unesp, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. **Trajetórias políticas em mudança**: tornar-se feminista no Cone Sul. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo, julho de 2001.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras* e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **Art Cultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.

PEREIRA, Fabricio. PCB: o partido exilado (1964-1979). **Das Américas**, UERJ, num 5, 2010. Disponível em: <http://www.nucleasuerj.com.br/home/phocadownloadpap/6b.pdf>.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1988.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PRESTES, Anita Leocádia. **A que herança devem os comunistas renunciar**. Disponível em: [http://www.ilcp.org.br/prestes/images/stories/florestan/A\\_QUE\\_HERA\\_NCA.pdf](http://www.ilcp.org.br/prestes/images/stories/florestan/A_QUE_HERA_NCA.pdf)

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: o combate por um partido revolucionário (1958-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRESTES, Luiz Carlos. **Carta aos Comunistas**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra Classe?** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). **Imagens da revolução**: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. **Relações de poder no feminismo paulista – 1975-1981**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, IFCH, USP, São Paulo, 2011.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v.2, n.2, p.113-128, jul./dez.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROLLAND, Denis. 1968 do Rio a Paris, história e memória: registros de sentido e amnésias locais da história comparada. In: AZEVEDO, Cecila (et. al.) (orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ROLLEMBERG, Denise. “Debate no exílio: em busca de renovação”. RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. 6, p. 291-339).

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Trabalho feminino e capitalismo. **Perspectivas**, Campinas, vol 1, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth. I.B. O trabalho da mulher no Brasil. **Perspectivas**, São Paulo: 5, 1982. P. 115-135.

SANTANA, Marco Aurélio. A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92). In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. **Corações vermelhos: comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 171-206.

SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil. In: RIDENTI, Marcelo Siqueira; REIS, Daniel Aarão (orgs). **História do Marxismo no Brasil**. Vol. 6. Campinas: EdUnicamp, 2007.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso). Data de acesso: 26 de abril de 2013.

SARTI, Cynthia. O feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa de São Paulo**, n. 64, fevereiro de 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Fabricio Pereira da. **Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)**. (Dissertação) História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/vera.pdf>.

SOIHET, Rachel. **Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zukeika Alambert**. Anais do Simpósio Internacional Fazendo Gênero 9. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1276642208\\_ARQ\\_UIVO\\_Zuleika5.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1276642208_ARQ_UIVO_Zuleika5.pdf).

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história do gênero. Um depoimento. **Cadernos Pagu**, v.11, p.77-87, 1998.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, João Gabriel Sobierajski de. **O combate à “subversão” na Ditadura Militar da perspectiva do aparelho repressor**: o caso da Operação Barriga Verde. (Trabalho de Conclusão de Curso) Bacharelado em História. Florianópolis, UFSC, 2012.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

TAFARELLO, Paulo Moraes. **A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”**. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, UNESP, Marília, 2009.

TAVARES, Betzaida Mata Machado. Mulheres exemplares: uma análise do modelo comunista feminino a partir das trajetórias de Elisa Branco e Leocádia Prestes. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 1987.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu** (3) 1994: pp. 29-62.

TORRES, Mateus Gamba. **“A Justiça nem ao Diabo se há de negar”**: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). Florianópolis: UFSC, 2009.

VELASCO E CRUZ, Anette Goldberg. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ,

Madel T. (org). **O lugar da mulher:** estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.37-38.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **A história do PCB em Santa Catarina:** da sua gênese até a Operação Barriga-Verde (1922 à 1975). Florianópolis: UFSC, 1994.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Ditaduras Militares na America Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, dezembro, ano/vol. 27, num 54. p. 20.  
Disponível em: <http://redalyc.uamex.mx/redalyc/pdf/263/26305405.pdf>.  
Data de acesso: 21/09/2008.